



APENSADOS

10/03

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

AUTOR:  
(DO SENADO FEDERAL)Nº DE ORIGEM:  
PEC 21/97

EMENTA: Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

DESPACHO: 15/06/99 - (À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

AO ARQUIVO, EM 10 / 08 / 99

## REGIME DE TRAMITAÇÃO

## ESPECIAL

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

## PRAZO DE EMENDAS

## COMISSÃO

## INÍCIO

## TÉRMINO

	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

## DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53, DE 1999  
(DO SENADO FEDERAL)  
PEC Nº 21/97



Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** O inciso V do art. 163 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.163....."

"V - fiscalização financeira da administração pública direta e indireta;" (NR)

**Art. 2º** O art. 192 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares, que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram." (NR)

I - Revogado.

II - Revogado.

III - Revogado.

a) Revogado.

b) Revogado.

IV - Revogado.

V - Revogado.

VI - Revogado.

VII - Revogado.

VIII - Revogado.

§ 1º Revogado.

§ 2º Revogado.

§ 3º Revogado.





**Art. 3º** O caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a ter a seguinte redação:

"Art. 52. Até que sejam fixadas as condições do art. 192, são vedados:" (NR)

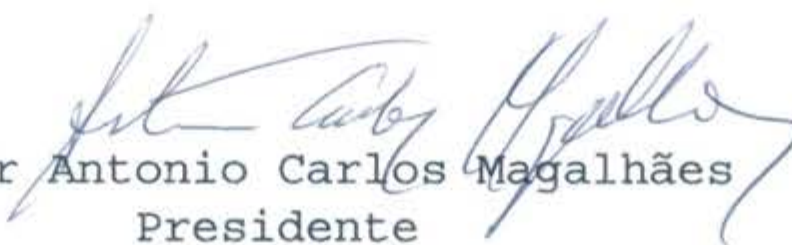
"I -....."

II -....."

Parágrafo único....."

**Art. 4º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de junho de 1999

  
Senador Antonio Carlos Magalhães  
Presidente

ess/.





# CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

---

## TÍTULO IV Da Organização dos Poderes

### CAPÍTULO I Do Poder Legislativo

---

#### SEÇÃO VIII Do Processo Legislativo

---

##### SUBSEÇÃO II Da Emenda à Constituição

Art. 60 - A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:  
I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

---

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

---

## TÍTULO VI Da Tributação e do Orçamento

---

### CAPÍTULO II Das Finanças Públicas

#### SEÇÃO I Normas Gerais





Art. 163 - Lei complementar disporá sobre:

- I - finanças públicas;
  - II - dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público;
  - III - concessão de garantias pelas entidades públicas;
  - IV - emissão e resgate de títulos da dívida pública;
  - V - fiscalização das instituições financeiras;
  - VI - operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
  - VII - compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito da União, resguardadas as características e condições operacionais plenas das voltadas ao desenvolvimento regional.
- .....

## TÍTULO VII

### Da Ordem Econômica e Financeira

.....

## CAPÍTULO IV

### Do Sistema Financeiro Nacional

Art. 192 - O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar, que disporá, inclusive, sobre:

I - a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, assegurado às instituições bancárias oficiais e privadas acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro bancário, sendo vedada a essas instituições a participação em atividades não previstas na autorização de que trata este inciso;

II - autorização e funcionamento dos estabelecimentos de seguro, resseguro, previdência e capitalização, bem como do órgão oficial fiscalizador;

*\* Inciso II com redação dada pela Emenda Constitucional nº 13, de 21/08/1996.*

III - as condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se referem os incisos anteriores, tendo em vista, especialmente:

- a) os interesses nacionais;
- b) os acordos internacionais;

IV - a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central e demais instituições financeiras públicas e privadas;

V - os requisitos para a designação de membros da diretoria do banco central e demais instituições financeiras, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo;

VI - a criação de fundo ou seguro, com o objetivo de proteger a economia popular, garantindo créditos, aplicações e depósitos até determinado valor, vedada a participação de recursos da União;





VII - os critérios restritivos da transferência de poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento;

VIII - o funcionamento das cooperativas de crédito e os requisitos para que possam ter condições de operacionalidade e estruturação próprias das instituições financeiras.

§ 1º A autorização a que se referem os incisos I e II será inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle da pessoa jurídica titular, e concedida sem ônus, na forma da lei do sistema financeiro nacional, a pessoa jurídica cujos diretores tenham capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento.

§ 2º Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, serão depositados em suas instituições regionais de crédito e por elas aplicados.

§ 3º As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano; a cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos que a lei determinar.

## ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Art. 52 - Até que sejam fixadas as condições a que se refere Art. 192, III, são vedados:

I - a instalação, no País, de novas agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior;

II - o aumento do percentual de participação, no capital de instituições financeiras com sede no País, de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior.

Parágrafo único. A vedação a que se refere este artigo não se aplica às autorizações resultantes de acordos internacionais, de reciprocidade, ou de interesse do Governo brasileiro.





# SENADO FEDERAL

## PARECER Nº 340, DE 1999

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Emenda de Redação nº 1, de Plenário, oferecida ao Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1997, que revoga o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, bem como o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Relator: Senador **Jefferson Péres**

Tendo em vista o apelo do ilustre Senador Pedro Simon, bem como os argumentos expendidos por outros mem-

bro desta Comissão, reformulo meu parecer, para retirar a preliminar de anti-regimentalidade, e acolher a emenda de Plenário, no entendimento novo de que não modifica, em substância, o Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição, uma vez que apenas explicita aquilo que, nele, já estava implícito. Voto, assim, pela aprovação da emenda da proposta.

Sala das Sessões, 9 de junho de 1999. — Senador **Jefferson Péres**, Relator.

*Signatários:*  
*Jefferson Péres*  
*Roberto Henri*  
*Alvaro*  
*Ass. Doc*





COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PEC 21/97

(Tenda de Plenário Nº 3)

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
AMIR LANDO	X			CARLOS BEZERRA			
DJALMA FALCÃO				FERNANDO BEZERRA			
IRIS REZENDE	X			GILVAN BORGES			
JADER BARBALHO				LUIZ ESTEVAO			
JOSE FOGAÇA	X			NEY SUASSUNA			
PEDRO SIMON			X	WELLINGTON ROBERTO			
RAMEZ TEBET	X			JOSE ALENCAR			
ROBERTO REQUILÃO				VAGO			
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
BERNARDO CABRAL	X			MOREIRA MENDES			
JOSE AGRIPINO				DJALMA BESSA	X		
EDISON LOBÃO				BELLO PARGA			
FRANCELINO PEREIRA	X			JUVENCIO DA FONSECA			
ROMEU TUMA				JOSE JORGE			
MARIA DO CARMO ALVES	X			MOZARILDO CAVALCANTI			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ALVARO DIAS	X			ARTUR DA TAVOLA			
CARLOS WILSON				PEDRO PIVA			
LUCIO ALCANTARA				LUIZ PONTES			
LUZIA TOLEDO	X			ROMERO JUCA	X		
SERGIO MACHADO	X			TEOTONIO VILELA			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS VALADARES(PSB)	X			SEBASTIAO ROCHA (PDT)			
ROBERTO FREIRE (PPS)	X			MARINA SILVA (PT)			
JOSE EDUARDO DUTRA (PT)	X			HELOISA HELENA (PT)			
JEFFERSON PERES (PDT)	X			EDUARDO SUPLICY (PT)			

TOTAL 17 SIM 16 NÃO - ABS 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 09/06/99

Senador JOSÉ AGRIPINO

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





**RELATÓRIO A QUE SE REFERE O  
SENADOR JEFFERSON PÉRES:**

**I \_ Relatório**

Trata-se de Emenda de Redação (Plenário) nº 01 à Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1997, que revoga o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, bem como o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O Excelentíssimo Senhor Senador Pedro Simon pretende, com a supracitada proposta, manter no comando constitucional a intenção explícita de que o Sistema Financeiro Nacional deva ser regido de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e servir ao interesse da coletividade.

O objetivo da Proposta de Emenda à Constituição, já aprovada em 1º turno por esta Casa, é fundamentalmente permitir que se possa viabilizar a regulamentação infraconstitucional do Sistema Financeiro Nacional.

É o relatório.

**II \_ Voto**

Sem entrar no mérito da questão, devemos ressaltar, entretanto, que, apesar de se retirar especificamente do art. 192 a expressão relativa ao "desenvolvimento regional equilibrado e interesse da coletividade", a preocupação com estas questões continua norteando o processo legislativo infraconsti-

tucional, inclusive no que diz respeito ao Sistema Financeiro Nacional.

O próprio art. 3º da Constituição Federal, ao elencar os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, garante que sejam atingidos o "desenvolvimento regional equilibrado e o interesse da coletividade".

Assim, a supressão que ocorreu no texto não prejudica os objetivos acima referidos.

A emenda proposta em Plenário pelo Senador Pedro Simon sofre de restrição determinante do ponto de vista regimental, na medida que, após a aprovação em Plenário (1º turno), somente poderiam ser oferecidas e apreciadas emendas que visassem à correção na redação do texto.

Ao buscar inserir novas idéias no texto, as quais não fizeram parte da proposta anteriormente aprovada, inviabilizou-se a sua apreciação no segundo turno.

Porém, se vencida agora a preliminar levantada, quanto ao mérito, mantendo coerentemente o Parecer nº 859/97, fls. 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23, pois a presente Proposta de Emenda à Constituição ora em exame apresenta propósito de maior relevância para o ordenamento jurídico de questões relativas à vida econômico-financeira nacional, tanto no âmbito público como no setor privado.

Assim expondo, voto pela rejeição da Emenda nº 1, de Plenário.

Sala das Comissões, \_ **José Agripino**, Presidente, **Jefferson Péres**, Relator.

Publicado no **Diário do Senado Federal**, de 10-6-99





# SENADO FEDERAL

## PARECER Nº 214, DE 1999

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,  
JUSTIÇA E CIDADANIA

**Redação, para o segundo turno, da  
Proposta de Emenda à Constituição nº 21,  
de 1997.**

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apresenta a redação, para o segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1997, que revoga o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal bem como o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, na forma do substitutivo aprovado no primeiro turno.

Sala de Reuniões da Comissão, 12 de maio de 1999. –

*Adesquente  
propriedade*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

PRESIDENTE

RELATOR

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*





**ANEXO AO PARECER Nº 214, DE 1999**

**Redação, para o segundo turno, da  
Proposta de Emenda à Constituição nº 21,  
de 1997.**

**EMENDA CONSTITUCIONAL  
Nº , DE 1999**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

Art. 1º O inciso V do art. 163 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 163 ....."

"V – fiscalização financeira da administração pública direta e indireta;"(NR)

Art. 2º O art. 192 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 192. O sistema financeiro nacional, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será

regulado por leis complementares, que disporão sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram." (NR)

I – Revogado.

II – Revogado.

III – Revogado.

a) Revogado.

b) Revogado.

IV – Revogado.

V – Revogado.

VI – Revogado.

VII – Revogado.

VIII – Revogado.

§ 1º Revogado.

§ 2º Revogado.

§ 3º Revogado.

Art. 3º O **caput** do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a ter a seguinte redação:

"Art. 52. Até que sejam fixadas as condições do art. 192, são vedados:"(NR)

"I – ....."

II – ....."

Parágrafo único....."

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.





# SENADO FEDERAL

## EMENDA Nº 1 (DE PLENÁRIO)

**Apresentada, em segundo turno, ao Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1997, que revoga o Inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, bem como o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Sistema Financeiro Nacional).**

Dê-se a seguinte redação ao **caput** do art. 192 da Constituição Federal alterado pelo Art. 2º da supracitada proposição legislativa:

Art. 2º .....

"Art. 192. O Sistema Financeiro Nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares, que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram."

### Justificação

No curso de todo o processo de discussão e votação em 1º turno da PEC nº 21/97, do nobre Senador José Serra, notavelmente relatada pelo não menos ilustre Senador Jefferson Peres, verificou-se a intenção desta Casa de dar maior flexibilidade ao texto constitucional, no sentido de desconstitucionalizar orientações normativas específicas para o amplo e polimorfo setor financeiro.

Vigia no texto Maior que o setor financeiro necessitava de lei Complementar única que o regulamentasse como um todo, ou seja, ao longo de todos os seus oito incisos e três parágrafos, que versam desde a autorização para funcionamento e estruturação das instituições financeiras públicas e privadas, até a fixação de juros máximos reais praticados em nossa economia.

Com respeito a intenção de tratamento extremamente criterioso e cuidadoso do legislador maior em relação ao tema de grande relevância, verificou-se que tal normatização por lei complementar sucumbia ao prejuízo de insuperáveis óbices políticos e legislativos para o trato da matéria. E de acordo com a deliberação do Plenário desta Casa tornou-se, manifesta a vontade de lidar com a questão na forma do texto apresentado pelo ilustre Relator, Senador Jefferson Peres, previamente aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Entretanto, quero crer que conforme a intenção original do legislador constituinte, e a nossa própria, foi cometido um pequeno equívoco redacional ao retirar do texto do **caput** do artigo 192 da Constituição Federal a manifestação de princípio que expressa que o sistema financeiro nacional deva ser regido, qual seja, o de ser "estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade".

De tal forma, que apresento esta emenda, que no espírito já elucidado e manifestado por esta Casa, restitui ao texto, mandamento cívico que oriente a estruturação e normatização de importante setor institucional que é o sistema financeiro nacional.

Sala das Sessões, 20 de maio de 1999. – **Simon – José Eduardo Dutra – José Jorge – Luiz Pontes – Wellington Roberto – Luiz Otávio – Gerson Camata – Nabor Júnior – Geraldo Althoff – Luzia Toledo – Ramez Tebet – Maria do Carmo Alves – Emília Fernandes – Ney Suassuna – Arlindo Porto – Roberto Saturnino – Sebastião Rocha – Ademir Andrade – Geraldo Cândido – João Alberto Sousa – Alberto Silva – Maguito Vivalva – Djalma Bessa – Luzia Toledo – Lúcio Alcântara – Carlos Wilson – Moreira Mendes – Geraldo Melo.**

Publicada no Diário do Senado Federal, de 21-5-99





# SENADO FEDERAL

## PARECER Nº 188, DE 1999

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário à Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1997, tendo como primeiro signatário o Senador José Serra, que “altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o *caput* o art. 52 do Ato das Disposições Transitórias.”

**RELATOR:** Senador **JEFFERSON PÉRES**

### I - RELATÓRIO

A emenda nº 2, de autoria do Senador Bello Parga e outros, modifica a redação do art. 2º, imprimindo-lhe maior clareza. Pôr isso, acolho-a parcialmente.

A emenda nº 03, encabeçada pelo Senador Lúcio Alcântara, aditiva, também altera o art. 2º, tornando explícito que o sistema financeiro abrange as cooperativas de crédito, que poderiam ficar de fora da regulação prevista, em face do que dispõe o inciso XVIII do art. 5º da Constituição Federal. Conquanto essa abrangência me pareça indubitosa, aceito a emenda a fim de evitar possíveis contestações judiciais na forma de arguição de inconstitucionalidade.

### II - VOTO

Em face do exposto, modifico o substitutivo proposto, que passa a ter a seguinte redação:





## EMENDA Nº 4-CCJ (substitutivo)

### Proposta de Emenda à Constituição nº 21 (Substitutivo), de 1997

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192, da Constituição Federal, e o *caput* do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**Art. 1º** O inciso V do art. 163 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 163.....  
V - fiscalização financeira da administração pública direta e indireta”.

**Art. 2º** O art. 192 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 192. O sistema financeiro nacional, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares, que disporão sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram”.

**Art. 3º** O *caput* do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a ter a seguinte redação:

“Art. 52. Até que sejam fixadas as condições do art. 192, são vedados:

I - .....





II - .....  
Parágrafo único .....

Art. 4º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.04.99

Carlos Wilson  
Senador JEFFERSON PÉRES  
Antônio de Barros  
Luzia Toledo  
Bernardo Cabral  
Pedro Piya  
José Fogaça  
Hugo Napoleão  
Lúdio Coelho  
Carlos Patrocínio  
Iris Resende  
Amir Lando  
Eduardo Siqueira Campos  
Casildo Maldaner  
Maria do Carmo Alves  
Roberto Freire  
Alvaro Dias  
Ney Suassuna  
Romeu Tuma  
Lúcio Alcântara  
Ernandes Amorim  
Pedro Simon  
Antônio Carlos Valadares





COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PEC Nº 21/99  
(parecer sobre  
emendas de Fl.

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
AMIR LANDO	X			CARLOS BEZERRA			
DJALMA FALCÃO				FERNANDO BEZERRA			
IRIS REZENDE	X			GILVAN BORGES			
JADER BARBALHO				LUIZ ESTEVAO			
JOSE FOGAÇA	X			NEY SUASSUNA			
PEDRO SIMON				WELLINGTON ROBERTO			
RAMEZ TEBET				JOSE ALENCAR			
ROBERTO REQUIAO				VAGO			
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
BERNARDO CABRAL	X			MOREIRA MENDES			
JOSE AGRIPINO				DJALMA BESSA			
EDISON LOBÃO				BELLO PARGA			
FRANCELINO PEREIRA				JUVENCIO DA FONSECA			
ROMEU TUMA				JOSE JORGE			
MARIA DO CARMO ALVES	X			MOZARILDO CAVALCANTI			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ALVARO DIAS	X			ARTUR DA TAVOLA			
CARLOS WILSON				PEDRO PIVA			
LUCIO ALCANTARA	X			LUIZ PONTES			
LUZIA TOLEDO	X			ROMERO JUCA			
SERGIO MACHADO				TEOTONIO VILELA			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS VALADARES(PSB)	X			SEBASTIAO ROCHA (PDT)			
ROBERTO FREIRE (PPS)	X			MARINA SILVA (PT)			
JOSE EDUARDO DUTRA (PT)				HELOISA HELENA (PT)			
JEFFERSON PERES (PDT)	X			EDUARDO SUPLICY (PT)			

TOTAL 11 SIM 11 NÃO — ABS —

SALA DAS REUNIÕES, EM 27.04.1999

Senador JOSÉ AGRIPINO

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Publicado no Diário do Senado Federal, de 5-5-99



CÂMARA DOS DEPUTADOS

15 JUN 15 54 22 019805



SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO  
PROTOCOLO 5871

Ofício nº 484 (SF)

Brasília, em 14 de junho de 1999

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à apreciação da Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1997, constante dos autógrafos juntos, que "altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias".

Atenciosamente,

Senador Carlos Patrocínio  
Primeiro-Secretário, em exercício

~~PRIMEIRA SECRETARIA~~

~~Em, 16/06/1999, Ao Senhor  
Secretário-Geral da Mesa.~~

~~Deputado UBIRATAN AGUIAR  
Primeiro Secretário~~

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Ubiratan Aguiar  
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados  
ess/.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53, DE 1999

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o *caput* do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**Autor: Senado Federal**

**Relator: Deputado Mendes Ribeiro Filho**

#### I - RELATÓRIO

Trata-se de proposta de emenda à Constituição, originária do **Senado Federal**, destinada a alterar o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o *caput* do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A alteração consiste em:

- a) dar ao inciso V do art. 163 a seguinte redação:  
*"fiscalização financeira da administração pública direta e indireta;*
- b) manter o *caput* do art. 192 com nova redação, revogando todos os demais dispositivos: *"O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares, que disporão,*





*inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram"; e*


- c) dar ao caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias a seguinte redação: "Até que sejam fixadas as condições do art. 192, são vedados".

Segundo consta de parecer acostado às fls. 6/8, de autoria do Senador **Jefferson Péres**, o objetivo da presente proposta de emenda à Constituição, *"fundamentalmente permitir que se possa viabilizar a regulamentação infraconstitucional do Sistema Financeiro Nacional"*.

Melhor dizendo, seu objetivo é permitir que o Sistema Financeiro Nacional seja regulado por *"leis complementares"* e não por *"lei complementar"* única, que, consoante entendimento reiterado do Supremo Tribunal Federal, o regularia como um todo.

Esse entendimento foi enunciado na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4/DF, de cuja ementa se colhe o seguinte parágrafo:

".....  
6. Tendo a Constituição Federal, no único artigo em que trata do Sistema Financeiro Nacional (art. 192), estabelecido que este será regulado por lei complementar, com observância do que determinou no caput, nos seus incisos e parágrafos, não é de se admitir a eficácia imediata e isolada do disposto em seu parágrafo 3º, sobre taxa de juros reais (12 por cento ao ano), até porque estes não foram conceituados. Só o tratamento global do Sistema Financeiro Nacional, na futura lei complementar, com a observância de todas normas do caput, dos incisos e parágrafos do art. 192, e que permitirá a incidência da referida norma sobre juros reais e desde que estes também sejam conceituados em tal diploma.  
....."

 A proposição vem a esta Casa Legislativa para fins do disposto no § 2º do art. 60 da Constituição Federal, segundo o qual a proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.





É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 32, inciso III, alínea *b*, e 202, do Regimento Interno, que deverá manifestar-se exclusivamente acerca de sua admissibilidade.

As condições de admissibilidade são aquelas previstas no art. 60 da Constituição Federal. Sendo a proposta de emenda originária do Senado Federal, a comprovação do número suficiente de assinaturas válidas ficou a cargo Casa onde teve início sua tramitação. É de se reconhecer, porém, a inexistência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, dando-se por satisfeita, assim a exigência do parágrafo 1º do artigo.

A proposição guarda também observância ao § 4º do art. 60, segundo o qual não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: a forma federativa de Estado (inciso I); o voto direto, secreto, universal e periódico (inciso II); a separação de Poderes (inciso III); e os direitos e garantias individuais (inciso IV).

Isto posto, o voto é pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 1999.

Sala da Comissão, em 16 de 10 de 2000.

  
Deputado **Mendes Ribeiro Filho**  
Relator

00861600.148





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53, DE 1999

III – PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 53/99, nos termos do parecer do Relator, Deputado Mendes Ribeiro Filho.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Ronaldo Cezar Coelho – Presidente, Iédio Rosa – Vice-Presidente, André Benassi, Edir Oliveira, Fernando Gonçalves, Léo Alcântara, Nelson Marchezan, Vicente Arruda, Zulaiê Cobra, Júlio Delgado, Cezar Schirmer, Coriolano Sales, Geovan Freitas, Mendes Ribeiro Filho, Osmar Serraglio, Darci Coelho, Jaime Martins, Paulo Magalhães, Ricardo Fiúza, José Genoíno, Augusto Farias, Fernando Coruja, José Roberto Batochio, José Antônio Almeida, Bispo Rodrigues, Ayrton Xerêz, Luiz Antônio Fleury, Max Rosenmann, Cláudio Cajado, Jairo Carneiro, Professor Luizinho, Dr. Benedito Dias, Jair Bolsonaro e Djalma Paes.

Sala da Comissão, em 17 de outubro de 2000

  
Deputado RONALDO CEZAR COELHO  
Presidente



**\*PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53-A, DE 1999**  
**(DO SENADO FEDERAL)**  
**PEC Nº 21/97**

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação pela admissibilidade (relator: DEP. Mendes Ribeiro Filho).

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO)

*\*Proposta inicial publicada no DCD de 07/08/99*

**PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

**S U M Á R I O**

- parecer do Relator
- parecer da Comissão



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53-A, DE 1999**

(DO SENADO FEDERAL)

PEC Nº 21/97

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação pela admissibilidade (relator: DEP. Mendes Ribeiro Filho).

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO)

**S U M Á R I O**

I - Proposta Inicial

II - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:

- parecer do Relator
- parecer da Comissão





COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

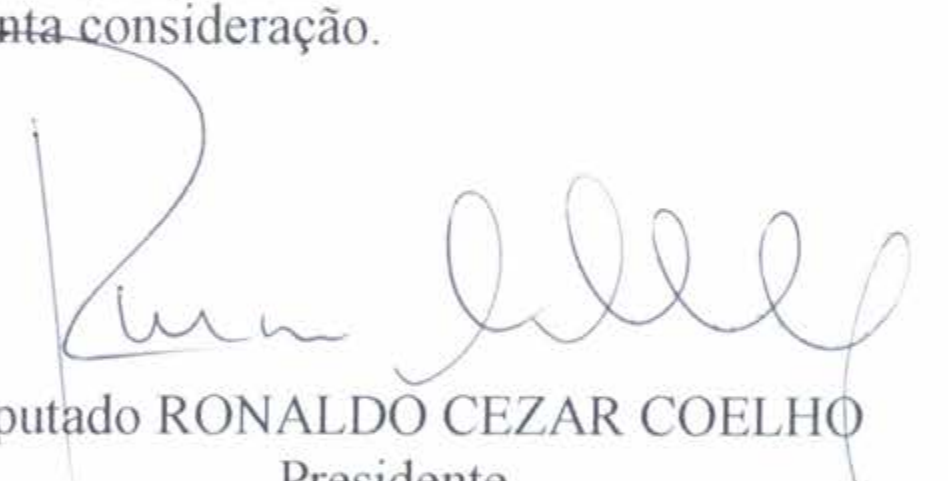
OF. Nº 826-P/2000 – CCJR

Brasília, em 24 de outubro de 2000

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, a Proposta de Emenda à Constituição nº 53/99, apreciada por este Órgão Técnico, em 17 de outubro do corrente.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

  
Deputado RONALDO CEZAR COELHO  
Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado MICHEL TEMER  
DD. Presidente da Câmara dos Deputados  
N E S T A





# PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

## Nº 53-B, DE 1999

(Do Senado Federal)  
PEC Nº 21/97

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o *caput* do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; tendo pareceres: da Comissão da Constituição e Justiça e de Redação, pela admissibilidade (Relator: Dep. Mendes Ribeiro Filho); e da Comissão Especial, pela aprovação desta, pela admissibilidade e, no mérito, pela rejeição das emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 5, apresentadas na Comissão, contra os votos dos Deputados Aloízio Mercadante, Orlando Desconsi, Ricardo Berzoini, Pedro Eugênio, Salomão Gurgel e Milton Temer. Apresentou voto em separado o Deputado Pedro Eugênio (Relator: Deputado Rubem Medina).

### SUMÁRIO

I – Proposta inicial

II – Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:

- Parecer do Relator
- Parecer da Comissão

III – Na Comissão Especial:

- Emendas apresentadas na Comissão (5)
- Termo de Recebimento de Emendas
- Parecer do Relator
- Parecer da Comissão
- Voto em separado





CÂMARA DOS DEPUTADOS



**\*PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**  
**Nº 53-B, DE 1999**  
(Do Senado Federal)  
PEC Nº 21/97

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o *caput* do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; tendo pareceres: da Comissão da Constituição e Justiça e de Redação, pela admissibilidade (Relator: Dep. Mendes Ribeiro Filho); e da Comissão Especial, pela aprovação desta, pela admissibilidade e, no mérito, pela rejeição das emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 5, apresentadas na Comissão, contra os votos dos Deputados Aloízio Mercadante, Orlando Desconsi, Ricardo Berzoini, Pedro Eugênio, Salomão Gurgel e Milton Temer. Apresentou voto em separado o Deputado Pedro Eugênio (Relator: Deputado Rubem Medina).

\*Proposta inicial publicada no DCD de 07/08/99

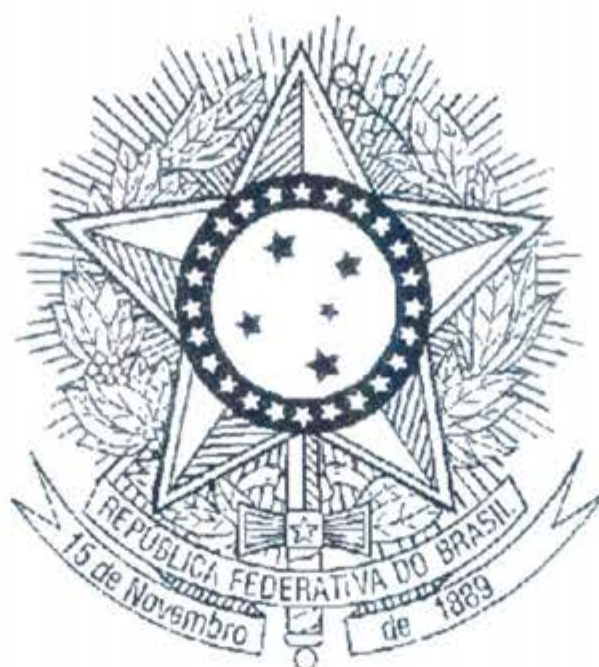
- Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação publicado no DCD de 18/10/00

**PARECER DA COMISSÃO ESPECIAL**

**SUMÁRIO**

- Emendas apresentadas na Comissão (5)
- Termo de Recebimento de Emendas
- Parecer do Relator
- Parecer da Comissão
- Voto em separado





PREPARADA PELO  
SECRETARIA DA COMISSÃO  
ESPECIAL (TEREZINHA)  
08/4/2003

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53-C, DE 1999

REDAÇÃO PARA O SEGUNDO TURNO DE DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53-B, DE 1999, que "altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o *caput* do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias"

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso V do art. 163 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.163....."

"V - fiscalização financeira da administração pública direta e indireta;" (NR)

Art. 2º O art. 192 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares, que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram." (NR)

I - Revogado.

II - Revogado.

III - Revogado.



- a) Revogado.
- b) Revogado.
- IV - Revogado.
- V - Revogado.
- VI - Revogado.
- VII - Revogado.
- VIII - Revogado.
- § 1º Revogado.
- § 2º Revogado.
- § 3º Revogado.

Art. 3º O caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a ter a seguinte redação:

"Art. 52. Até que sejam fixadas as condições do art. 192, são vedados:" (NR)

"I - .....

II -.....

Parágrafo único ....."

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR A PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 53-A, DE 1999, QUE "ALTERA O INCISO V DO ART. 163 E O ART. 192 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E O CAPUT DO ART. 52 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS".

PEC 53-A/99 - SISTEMA FINANCEIRO

Emenda Nº 1 /01

Recebido em 31 / 05 /01

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao art. 192 da Constituição Federal, com a redação dada pelo art. 2º da PEC nº 53-A, o seguinte parágrafo único:

"Art. 2º ....."

Art. 192 .....

Parágrafo único Os órgãos responsáveis pela fiscalização das instituições integrantes do sistema financeiro nacional estarão sujeitos ao controle público, nos termos em que lei específica para cada órgão determinar."

JUSTIFICATIVA

Entendemos que seja necessário um comando constitucional no sentido de que leis específicas para cada órgão responsável pela fiscalização das instituições integrantes do sistema financeiro estabeleçam condições para que a sociedade possa controlar as ações desses órgãos, seja por meio de gravações obrigatórias de toda e qualquer reunião realizada pelos seus diretores, seja por meio da disponibilização de todo e qualquer documento diretamente ligado às decisões de diretoria, ou por outro meio qualquer. O importante é que a Constituição Federal contenha dispositivo nesse sentido, determinando que leis sejam editadas com vistas a viabilizar o controle público desses órgãos.

Brasília, de maio de 2001

  
Deputado Salomão Gurgel





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 53-A, DE 1999  
(DO SENADO FEDERAL)**

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PEC 53-A/99 - SISTEMA FINANCEIRO

**Emenda N.º 2 /01**

Recebido em 31 / 05 /01

**EMENDA ADITIVA**

Inclua-se ao art. 192 o seguinte parágrafo onde couber:

Art. 192 .....

§ A alienação de instituições financeiras públicas dependerá de prévia autorização por meio de lei específica, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, à população, a qual, no caso de instituições financeiras estaduais, corresponderá à população residente na unidade da federação controladora.

**JUSTIFICAÇÃO**

A alienação do controle de instituições financeiras públicas para o setor privado foi a tônica da política do Governo FHC para o setor. O saneamento financeiro de grande parte destas instituições, que absorveu um volume imenso de recursos públicos, foi todo ele conduzido à revelia do Congresso Nacional, e mais que isso, à revelia dos próprios interesses da população diretamente interessada evidenciando uma situação em que as decisões ao nível do Poder Central eram tomadas e implementadas sem o mínimo controle, debate e





CÂMARA DOS DEPUTADOS

acompanhamento. A privatização de uma instituição financeira pública possui implicações profundas sobre a economia local, e em alguns casos, nacional, e torna necessária a anuência mais ampla da sociedade. Com a presente emenda, buscamos tornar efetiva essa participação da sociedade, inclusive afastando a possibilidade que decisões de tal envergadura sejam tomadas por meio de medidas provisórias, as quais, conforme demonstra nossa vasta experiência, somente são apreciadas quando suas consequências já se tomaram irreversíveis.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 2001.

Deputado ORLANDO DESCONSI (PT/RS)





**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53-A , DE 1999.**  
(DO SENADO FEDERAL)

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**EMENDA ADITIVA**

Inclua-se ao art. 192 o seguinte parágrafo onde couber:

Art. 192 .....

§ É criada comissão mista permanente de senadores e deputados com o objetivo de apreciar matérias relativas ao sistema financeiro nacional, a quem competirá, inclusive:

I - examinar e emitir parecer sobre as prestações de contas apresentadas pelos dirigentes dos órgãos integrantes do sistema financeiro nacional ou de intermediário financeiro federal;

II – argüir e aprovar as pessoas indicadas para ocupar cargos de direção nos órgãos integrantes do sistema financeiro nacional e nas instituições financeiras públicas federais;





III – convocar dirigentes dos órgãos integrantes do sistema financeiro nacional e instituições financeiras federais;

IV – advertir, apresentar moção de desaprovação e propor ao Senado federal e ao Poder Executivo a exoneração dos dirigentes das instituições públicas federais integrantes do sistema financeiro nacional;

V – aprovar, por maioria absoluta de seus membros, a autorização de que trata o art. 52, inciso I e II, de interesse do Governo brasileiro;

VI – avaliar o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

#### JUSTIFICAÇÃO

Preocupados com a formatação de um Sistema Financeiro voltado para a "promoção do desenvolvimento equilibrado do país e para servir aos interesses da coletividade" buscamos formas de realizar uma maior integração entre o Poder Legislativo, o Banco Central e o Sistema Financeiro Nacional como um todo.

Desta maneira, surgiu a proposta de criar-se uma Comissão Permanente voltada para assuntos do sistema financeiro e que, no seu trabalho cotidiano, pudesse exercer um papel mais forte em relação a esta matéria.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Entendemos que a medida muito contribuirá para que o SFN venha a ser mais transparente nas suas atividades, propiciando ao país e aos milhões de correntistas existentes uma maior confiança na sua atividade, o que resultará num sistema mais sólido e seguro que o atual.

Sala da Comissão, 31 de maio de 2001

RICARDO BERZOINI  
Deputado Federal - PT/SP





CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEC 53-A/99 - SISTEMA FINANCEIRO

Emenda Nº 4 /01

Recebido em 31 /05 /01

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53-A , DE 1999.  
(DO SENADO FEDERAL)**

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**EMENDA ADITIVA**

Inclua-se ao art. 192 o seguinte parágrafo onde couber:

Art. 192 .....

§ A alienação do controle acionário de instituições financeiras públicas dependerá de prévia autorização por meio de lei específica, sendo vedada a regulamentação da matéria por meio de medida provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

A alienação do controle de instituições financeiras públicas para o setor privado foi a tônica da política do Governo FHC para o setor. O saneamento financeiro de grande parte destas instituições, que absorveu um volume imenso de recursos públicos, foi todo ele conduzido à revelia do Congresso Nacional, evidenciando uma situação em que as decisões ao nível do Poder Central eram tomadas e implementadas sem o mínimo controle, debate e acompanhamento. A privatização de uma instituição financeira pública possui implicações profundas sobre a economia local, e em alguns casos, nacional, e torna necessária a existência de uma anuência mais ampla da sociedade, por meio de seus





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

representantes eleitos. Com a presente emenda, buscamos tornar efetiva essa

participação da sociedade, inclusive afastando a possibilidade que decisões de tal envergadura sejam tomadas por meio de medidas provisórias, as quais, conforme demonstra nossa vasta experiência, somente são apreciadas quando suas consequências já se tornaram irreversíveis.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 2001.

RICARDO BERZOINI





**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53-A , DE 2001.**  
(DO SENADO FEDERAL)

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**EMENDA MODIFICATIVA**

O parágrafo único do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a ter a seguinte redação:

Art. 52 .....

Parágrafo único. A vedação a que se refere este artigo não se aplica às autorizações resultantes de acordos internacionais, de reciprocidade ou as que forem aprovadas em lei específica pelo Congresso Nacional, por maioria absoluta.

**JUSTIFICAÇÃO**

Com a presente emenda tencionamos aprimorar o texto constitucional e corrigir uma falha que vem gerando graves confusões e servido a interpretações capciosas, que deturpam os princípios básicos de equilíbrio e harmonia entre os Poderes e concedem ao Poder Executivo uma autonomia sem precedentes para regular o funcionamento do sistema financeiro nacional sem a necessária anuência do Poder Legislativo. A fonte dessa exorbitância de poder provém da interpretação incorreta do art.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

52 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, o qual veda a instalação, no país, de novas agências de instituições financeiras estrangeiras, bem como o aumento de participação estrangeira no capital de instituições financeiras nacionais, até que seja editada a lei complementar regulamentadora do art. 192. Contudo, seu parágrafo único contém a ressalva de que essa vedação não se aplica às autorizações resultantes de acordos internacionais, de reciprocidade, ou de interesse do Governo brasileiro.

Com base nesse dispositivo, o Poder Executivo passou a adotar o expediente de autorizar a alienação de instituições financeiras ao capital estrangeiro mediante a simples edição de decretos presidenciais, onde teoricamente estaria explicitado o interesse do Governo brasileiro na operação. Questionamos fortemente esta interpretação, pois, do ponto de vista jurídico, um decreto presidencial não seria o instrumento legal competente para definir o que sejam interesses do Governo brasileiro. Por outro lado, o conceito de "Governo brasileiro" não está restrito ao Poder Executivo. Isso é confirmado pela própria Advocacia Geral da União, em cujo Parecer n.º GQ-212, de 13 de janeiro de 2000, ressalta que o significado da expressão "Governo Federal" não é coincidente com o de Poder Executivo, devendo o Poder Legislativo, pelas suas elevadas atribuições na esfera legislativa, no controle dos atos administrativos e na formulação de políticas públicas também é parte integrante do Governo brasileiro. Assim, a fim de dirimir definitivamente as interpretações duvidosas suscitadas pelo citado artigo sugerimos a presente emenda que terá o cunho de integrar o Poder Legislativo às decisões mais importantes relativas aos rumos do sistema financeiro nacional.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 2001

RICARDO BERZOINI  
Deputado Federal PT/SP



COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53-A/1999, QUE ALTERA O INCISO V DO ART. 163 E O ART. 192 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E O CAPUT DO ART. 52 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS.

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53, DE 1999

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o *caput* do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**Autor:** Senado Federal

**Relator:** Deputado Rubem Medina

### I - RELATÓRIO

A Proposta de Emenda Constitucional em apreciação é oriunda do Senado Federal, onde foi apresentada pelo Senador José Serra e Outros, e tem por finalidade alterar significativamente as disposições constitucionais referentes à organização e disciplina do sistema financeiro nacional.

O texto original apresentado pelos Autores ao Senado Federal revogava sumariamente o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Durante sua tramitação naquela Casa, a proposição recebeu Substitutivo, de autoria do Relator, Senador Jefferson Peres, que, aprovado, constitui o texto enviado ao exame da Câmara dos Deputados.



A PEC nº 53/99 propõe as seguintes alterações à Constituição Federal:

- a) no inciso V do art. 163, a redação "fiscalização das instituições financeiras" é substituída pela redação "fiscalização financeira da administração pública direta e indireta".
- b) no art. 192, são revogados todos os incisos e parágrafos e dada ao *caput* a seguinte redação: *"Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares, que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram"*;
- c) no *caput* do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a atual redação *"até que sejam fixadas as condições a que se refere o art. 192, III, são vedados"* é substituída por *"até que sejam fixadas as condições do art. 192, são vedados"*.

Na Justificação, o Senador José Serra, primeiro signatário da PEC, menciona ter sido o Relator da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças na Assembleia Nacional Constituinte e que o objetivo inicial do art. 163 era o de prescrever um código de finanças públicas. Assim, a redação do inciso V era "fiscalização financeira" e se referia evidentemente à fiscalização financeira da administração pública. Entretanto, por alguma razão, durante os trabalhos da Comissão de Sistematização, o texto do inciso V foi modificado para "fiscalização das instituições financeiras", redação esta que distorceu o sentido do inciso, porquanto "tratava de norma dirigida à fiscalização da Administração Pública e não à fiscalização das instituições financeiras".

Com relação ao art. 192, relata o Senador José Serra que o anteprojeto dispunha basicamente que lei ordinária "regularia as denominadas "cartas patentes", afirmando que seriam inegociáveis e intransferíveis; estabeleceria as condições para a participação do capital estrangeiro nas



instituições financeiras, ambos assuntos relevantes na época; e trataria da organização do Banco Central e das instituições financeiras privadas". Face ao ambiente político da época, contudo, não foi possível deixar de tratar de outros temas relativos ao sistema financeiro. A discussão posterior não só manteve o texto do anteprojeto como veio a acrescentar outras normas, aumentando a abrangência do anteprojeto. Portanto, de acordo com a Justificação, "a Carta de 1988 resultou num modelo que em determinados casos impede o regular exercício da atividade governamental e o desenvolvimento do País".

Na Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição foi examinada inicialmente pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, que se manifestou pela sua admissibilidade, tendo em vista o cumprimento dos requisitos previstos no art. 60 da Constituição Federal.

Admitida a proposição, foi então constituída esta Comissão Especial para a análise do mérito, na forma regimental.

Aberto o prazo regimental de 10 sessões da Câmara para a apresentação de emendas, foram apresentadas cinco emendas, a seguir descritas:

#### **Emenda nº 1/01**

De autoria do Dep. Salomão Gurgel, pretende introduzir parágrafo único para estabelecer que os órgãos responsáveis pela fiscalização das instituições integrantes do sistema financeiro nacional estejam sujeitos ao controle público, nos termos em que a lei determinar. Na justificação, o Autor defende a importância do controle público das ações dos órgãos, que seria feito por meio das gravações de toda e qualquer reunião de diretoria e pela disponibilização de documentos relacionados às suas decisões.

#### **Emenda nº 2/01**

De autoria do Dep. Orlando Desconsi, tem por finalidade estabelecer que a alienação de instituições financeiras públicas dependa de lei específica e de consulta prévia à população, por meio de plebiscito, o qual, no caso de instituição financeira estadual, abrangerá apenas a população residente na unidade federativa controladora. Segundo o Autor, a emenda objetiva assegurar a participação da sociedade nas decisões relativas à alienação de



instituições financeiras públicas, tendo em vista suas implicações na economia local e, em alguns casos, nacional.

#### **Emenda nº 3/01**

De autoria do Dep. Ricardo Berzoini, objetiva criar, no âmbito do Congresso Nacional, comissão mista destinada a apreciar matérias relativas ao sistema financeiro nacional, com as competências de examinar e emitir parecer sobre as prestações de contas dos dirigentes de órgãos integrantes do sistema financeiro nacional, argüir e aprovar as pessoas indicadas para cargo de direção nos órgãos integrantes do sistema financeiro nacional e avaliar o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial; e advertir e apresentar moção de desaprovação e propor ao Senado Federal e ao Poder Executivo a exoneração de dirigentes de instituições públicas federais integrantes do sistema financeiro nacional. A justificação da emenda expõe como sua intenção a busca de formas de realizar uma maior integração entre o Poder Legislativo, o Banco Central e o Sistema Financeiro Nacional como um todo.

#### **Emenda nº 4/01**

De autoria do Dep. Ricardo Berzoini, propõe que a alienação do controle acionário de instituições financeiras públicas dependa de prévia autorização, mediante lei específica, vedada a regulamentação da matéria por meio de medida provisória. O autor justifica sua emenda com a necessidade de uma anuência mais ampla da sociedade, por meio de seus representantes eleitos, para a alienação de instituições financeiras públicas, tendo em vista suas implicações para a economia.

#### **Emenda nº 5/01**

De autoria do Dep. Ricardo Berzoini, propõe nova redação ao parágrafo único do art. 52 do ADCT, na qual substitui, entre as não vedadas pelo *caput* do artigo, as autorizações de interesse do governo brasileiro pelas autorizações que forem aprovadas em lei específica pelo Congresso Nacional, por maioria absoluta. Segundo o Autor, a emenda tem por objetivo aprimorar o texto constitucional, evitando que sua interpretação incorreta leve à autonomia exagerada do Poder Executivo na regulação do sistema financeiro nacional, sem a necessária anuência do Poder Legislativo.



Seguindo a metodologia de praxe para a apreciação das matérias da espécie, esta Comissão Especial promoveu audiências públicas, para ouvir representantes do Governo e da sociedade em relação às mudanças propostas na PEC. A requerimento do Relator e de membros da Comissão, foram ouvidos:

- o Sr. ARMÍNIO FRAGA, Presidente do Banco Central do Brasil;
- a Sra. FERNANDA CARÍSIO, Presidenta da Confederação Nacional dos Bancários - CNB;
- o Sr. MARCONI LOPES DE ALBUQUERQUE, Presidente da Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito - CONFEBRÁS;
- o Sr. TÚLIO ZANIN, Presidente do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL;
- o Sr. HÉLIO OLIVEIRA PORTOCARRERO DE CASTRO, Superintendente da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP;
- o Sr. DEMÓSTENES MADUREIRA DE PINHO, Presidente da IRB-Brasil Resseguros S.A. - IRB-Brasil Re;
- o Sr. JOSÉ LUIZ OSORIO DE ALMEIDA FILHO, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários - CVM
- a Sra. NORMA JONSSSEN PARENTE, Diretora da Comissão de Valores Mobiliários - CVM;
- o Sr. ANTÔNIO BORNIA, Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF;
- o Sr. GABRIEL JORGE FERREIRA, Presidente da Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN;



- o Sr. JOÃO ELÍSIO FERRAZ CAMPOS, Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - FENASEG.

Os depoentes, de um modo geral, manifestaram-se, alguns com grande entusiasmo, pela aprovação da PEC, enfatizando a importância e a conveniência de se viabilizar, com a maior brevidade, a regulamentação do sistema financeiro nacional. Foram vozes discordantes apenas a Sra. Fernanda Carísio, que denunciou a possibilidade de a tramitação da PEC ser meramente uma manobra para retirar da Constituição o limite de juros e propiciar ao Governo uma regulamentação fatiada, para atender a seu interesse político imediato, e o Sr. Túlio Zanin, em termos, porquanto manifestou-se somente em favor de uma regulamentação global do sistema financeiro, contrariamente à proposta da PEC, que possibilita que ela se faça em diversas leis complementares.

## II - VOTO DO RELATOR

Como a alteração proposta ao inciso V do art. 163 tem por finalidade corrigir um equívoco da sistematização do texto constitucional, conforme já exposto, e a alteração do art. 52 do ADCT tem o caráter de mera adequação, a Proposta de Emenda à Constituição nº 53/99 deve ser entendida essencialmente como uma forma de superar as dificuldades de regulamentação do art. 192 da Constituição Federal e viabilizar a aprovação de uma nova lei estruturadora do sistema financeiro nacional.

A tarefa não tem sido fácil. Além das resistências políticas relacionadas à vigência do limite da taxa de juros reais previsto no § 3º, a abrangência dos temas enumerados no artigo, a complexidade e interação dos mercados financeiros e a manifestação do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a regulamentação se faça por uma única lei complementar têm inviabilizado o consenso imprescindível para a construção da nova ordem financeira do País.

Prova eloqüente da dificuldade de regulamentação é a sucessão de comissões especiais instituídas a cada legislatura para este fim desde 1991, portanto há mais de dez anos, sem a aprovação de nenhum projeto



ou apresentação de substitutivo, não obstante terem ocupado os cargos de presidente e relator figuras importantes e operosas da Câmara dos Deputados, que de tão notórias dispensam a declinação de seus nomes.

A simplificação do texto do art. 192, mediante a revogação dos incisos e parágrafos, e a disposição explícita de que a regulamentação poderá ser feita em leis complementares vêm operar no sentido da facilitação da tarefa de regulamentar, porquanto a partir de então a regulamentação poderá ser realizada de forma fracionada, no conteúdo e no tempo, podendo abordar separadamente a disciplina dos diversos mercados que compõem o sistema financeiro.

A primeira questão que emerge dessa discussão é se vale a pena, para a sociedade brasileira e para a expansão do mercado financeiro nacional, desconstitucionalizar os temas constantes dos incisos e parágrafos do art. 192 em troca de uma regulamentação mais fácil do artigo, porquanto há quem perceba na prioridade concedida à aprovação da PEC interesses políticos relacionados à continuidade da atual política monetária e sua projeção para um outro governo a ser eleito em 2002. Convém, entretanto, examinar dois aspectos importantes para se decidir a questão: as conseqüências para o País da não regulamentação do art. 192 e, por outro lado, os benefícios de sua imediata regulamentação, agora viabilizada com as alterações propostas pela PEC.

Em primeiro lugar, há que se atacar a idéia de que o adiamento da regulamentação do art. 192 é neutro, isto é, que tem sido feito sem custos para a economia do País. Na verdade, a permanência de uma legislação desatualizada disciplinando mercados que se modificaram radicalmente na última década, pela criação de novos produtos e pela utilização intensiva dos recursos tecnológicos das comunicações e da informática, a ponto de atingirem alcance global, não pode ser defendida como política de boa administração financeira.

O fato é que a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, apesar de seus inegáveis méritos, já é uma lei ultrapassada, que não provê adequadamente a defesa dos interesses dos cidadãos brasileiros nem municia a autoridade monetária com instrumentos capazes de salvaguardar o sistema financeiro nacional dos riscos inerentes à sua inserção num mercado financeiro globalizado. A emergência de escândalos e quebras de instituições na segunda metade da década passada, a sustentação de posições de riscos nos mercados



de capitais, câmbio e derivativos, e a atuação do Banco Central somente no último instante da crise demonstram que é necessário reforçar as medidas de caráter prudencial e a fiscalização das instituições financeiras.

De igual modo, a disciplina do mercado segurador nacional, emanada do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, já não se coaduna com as técnicas e práticas do seguro no mundo desenvolvido e representa obstáculo à expansão do mercado nacional. A persistência do monopólio do resseguro, malgrado a emenda constitucional que o aboliu, deixa o País numa situação insólita, e constitui prova incontestada do anacronismo da legislação vigente.

A falta da regulamentação do art. 192 tem levado a iniciativas legislativas esparsas e assistemáticas, com a finalidade de superar problemas emergentes e inadiáveis:

- O Fundo Garantidor de Crédito, mecanismo de proteção da economia popular previsto no inciso VI, foi instituído por intermédio de resolução do Conselho Monetário Nacional;
- O Instituto de Resseguros do Brasil – IRB teve suas ações transformadas por intermédio de Medida Provisória, já convertida na Lei nº 9.482, de 13 de agosto de 1997, embora a regulamentação de seu funcionamento estivesse prevista no inciso II;
- Por Medida Provisória, foram também as sociedades seguradoras, de capitalização e as entidades de previdência privada submetidas às disposições da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, e do Decreto-Lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987, que tratam respectivamente dos regimes de intervenção e liquidação extrajudicial e do regime de administração especial temporária, no caso para serem exercidos pela SUSEP;
- A Lei nº 9.932, de 20 de dezembro de 1999, que transfere atribuições do IRB - Brasil Resseguros S.A.



para a SUSEP e que, na prática, estatui regras para a abertura do mercado ressegurador nacional encontra-se com sua eficácia suspensa por decisão liminar do Supremo Tribunal Federal, que acolheu Ação Direta de Inconstitucionalidade, considerando que a matéria é reservada pelo art. 192 da Constituição para o tratamento exclusivo por lei complementar.

Além disso, muitos parlamentares apresentaram propostas dirigidas a pontos específicos da regulamentação, de forma que, além dos projetos de lei complementar hoje sob exame da Comissão Especial do Sistema Financeiro, muitas outras proposições encontram-se em tramitação, nas duas Casas do Congresso Nacional, envolvendo temas como sigilo bancário, requisitos para a indicação de diretores do Banco Central, criação de agência de fiscalização de instituições financeiras, entre outros. Sem entrar no mérito de cada uma delas, pensamos que, se bem sucedidas na sua tramitação, estas proposições produzirão uma regulamentação fragmentada e assistemática do sistema financeiro nacional, o que seria indesejável tanto para os operadores do Direito quanto para as instituições financeiras, os cidadãos e os investidores internacionais, uma vez que dificultaria uma visão adequada e inequívoca de seus direitos e obrigações.

Ademais, cabe assinalar que, na ausência da regulamentação própria, o Poder Executivo, para dispor sobre matérias de administração econômica e financeira de interesse do Governo, tem utilizado abusivamente do instrumento da medida provisória e da delegação de competência normativa atribuída ao Conselho Monetário Nacional pela legislação anterior à Constituição de 1988, anulando a eficácia do art. 25 do ADCT e, por conseguinte, reduzindo a participação efetiva do Congresso Nacional na solução das crises do Sistema Financeiro Nacional e na condução do seu processo de modernização. Exemplo eloqüente desse isolamento é o avanço do capital estrangeiro no sistema financeiro nacional, do qual já detém 40% (quarenta por cento) dos ativos, sem que o Parlamento tenha em algum momento se pronunciado sobre a questão.

Fato pouco conhecido mas não menos importante é o julgamento do Mandado de Injunção nº 430/DF, pelo Supremo Tribunal Federal, em 26.05.95, no qual o Congresso Nacional foi reconhecido em mora com a



regulamentação do art. 192, § 3º, tendo sido notificado por aquela Corte para tomar as providências no sentido de suprir a omissão.

Por todas essas razões, de natureza jurídica e política, é incontestável a necessidade e a premência de se estatuir uma nova estrutura para o sistema financeiro nacional, mesmo que para tal seja imprescindível modificar o texto do art. 192 da Constituição.

Não há dúvidas que uma regulamentação mais moderna, com a prescrição de regras prudenciais adequadas e a constituição de uma autoridade monetária forte e bem aparelhada, influenciará favoravelmente a preservação de "um ambiente estável, previsível, favorável a menos riscos e à taxa de juros mais baixa", sem o qual, conforme mencionou aqui nesta Comissão o Presidente do Banco Central do Brasil, "não é possível desenvolver-se uma economia". Outro efeito benéfico para nossa economia advirá certamente da reclassificação de risco do Brasil e, conseqüentemente, da redução das taxas de juros cobradas do País pelo mercado financeiro internacional.

Outro aspecto da discussão que nos cabe enfrentar é o receio, manifestado por parlamentares de oposição, de que uma vez aprovada a PEC, desconstitucionalizados os temas constantes do art. 192 e aprovada a regulamentação em leis complementares, haveria desinteresse do Governo pela estruturação geral do sistema financeiro, que passaria a atacar apenas os temas emergentes da administração financeira ou do seu exclusivo interesse político. A preocupação mereceu nossos cuidados. Assim, tendo em vista que a regulamentação envolve matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, procuramos obter das autoridades econômicas do Governo e das lideranças dos partidos da base governista o compromisso com a regulamentação global e com a imediata apresentação dos projetos regulatórios, tão logo seja promulgada a PEC em apreciação. O Sr. Armínio Fraga, Presidente do Banco Central do Brasil, em audiência nesta Comissão, mencionou que, aprovada a PEC, o Poder Executivo teria três projetos prioritários a apresentar à discussão do Congresso Nacional: um para o banco central, um outro abordando questões do mercado de capitais e um terceiro cuidando das liquidações extrajudiciais. Refuto, portanto, as desconfianças levantadas quanto à possibilidade de uma regulamentação fatiada e casuística.



Com relação às emendas, cabem as seguintes apreciações:

**Emenda nº 1/01:** não há por que estabelecer para os órgãos responsáveis pela fiscalização das instituições do sistema financeiro nacional forma de controle externo diferente da já prevista na Constituição para a Administração Pública em geral. Votamos, portanto, pela rejeição desta emenda.

**Emenda nº 2/01:** De igual modo, não vemos justificativa para elevar a simples alienação de uma instituição financeira ao nível de matérias como organização política e territorial, com a exigência de consulta plebiscitária. A alienação de empresas estatais já é autorizada em lei e a realização de plebiscito não é ato gratuito, podendo o custo de sua realização, inclusive, superar o valor a ser obtido na alienação. Por conseguinte, votamos pela rejeição desta emenda

**Emenda nº 3/01:** pretende incluir na Constituição a criação de comissão mista destinada a apreciar matérias relativas ao sistema financeiro. Ora, a criação de comissões já é matéria de competência do Congresso Nacional e de suas Casas, segundo o art. 58 da Constituição, não havendo razão para sua disposição no texto constitucional. Votamos, então, pela rejeição desta emenda.

**Emenda nº 4/01:** também preconiza que a alienação do controle acionário de instituição financeira pública seja previamente autorizada por lei específica, vedada a regulamentação por medida provisória. A alienação de empresas estatais depende de autorização legislativa e, ao ser objeto de emenda constitucional, as matérias constantes do art. 192 passam a se enquadrar entre as previstas no art. 246, que veda a utilização de medida provisória na regulamentação de artigo da Constituição cuja redação tenha sido alterada por emenda promulgada a partir de 1995. É desnecessária a emenda, razão pela qual votamos por sua rejeição.

**Emenda nº 5/01:** introduz a exigência de autorização do Congresso Nacional, por maioria absoluta, para a instalação, no País, de novas agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior ou para o aumento do percentual de participação do capital estrangeiro se não resultarem de acordos internacionais ou de reciprocidade. Entretanto, o art. 47 da Constituição determina que salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros. Assim, não cabe contrariar em disposição



constitucional transitória o disposto no texto constitucional permanente, motivo pelo qual votamos pela rejeição desta emenda.

Com relação ainda ao inciso V do art. 163, é importante destacar que sua redação sempre foi motivo de estranheza, porquanto transparecia contraditória com o inciso IV do art. 192, que trata das atribuições do banco central, evidenciando uma concorrência de regulamentações sobre a mesma matéria. A mudança proposta na PEC recoloca o art. 163 dentro de seu escopo inicial de referir-se especificamente ao contexto das finanças públicas. Não há também por que temer que a nova redação dada ao inciso seja motivo para o tratamento da fiscalização de instituições financeiras em medida provisória ou em lei ordinária apartada da regulamentação do banco central, porquanto não há como dispor coerentemente sobre competências de banco central sem tratar da supervisão das instituições financeiras e das atividades relacionadas com o risco sistêmico. O próprio Presidente do Banco Central do Brasil, em audiência nesta Comissão, discutiu o assunto nos seguintes termos: "na minha visão, os temas de natureza sistêmica ou prudencial pertencem à esfera do Banco Central, enquanto os temas ligados ao consumidor de produtos financeiros, à proteção do acionista pertencem à esfera de outra agência".

Finalmente, quanto à mudança de redação proposta para o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sendo de mera adequação às mudanças previstas para o art. 192, cremos que dispensa outros comentários além dos já expedidos no Relatório.

Diante do exposto, votamos pela admissibilidade das Emendas nº 1/01, 2/01, 3/01, 4/01 e 5/01 apresentadas nesta Comissão Especial, e, no mérito, pela rejeição de todas as emendas e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 1999.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2001.

Deputado Rubem Medina  
Relator



COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53-A, DE 1999, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O INCISO V DO ARTIGO 163 E O ARTIGO 192 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E O CAPUT DO ART. 52 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS". (SISTEMA FINANCEIRO)

## PARECER DA COMISSÃO

A Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 53-A/1999, que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o *caput* do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em reunião realizada hoje, opinou, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 53/A, de 1999, pela admissibilidade das emendas nºs 1/01, 2/01, 3/03, 4/01 e 5/01 apresentadas na Comissão Especial, e, no mérito, pela rejeição de todas as emendas, contra os votos dos Deputados Aloizio Mercadante, Orlando Desconsi, Ricardo Berzoini, Pedro Eugênio, Salomão Gurgel e Milton Temer. Apresentou voto em separado o Deputado Pedro Eugênio. Foram rejeitados os destaques nºs 01/01, 02/01, 03/01, 04/01 e 05/01.

Participaram da votação nominal os Deputados Antonio Kandir, Danilo de Castro, Edir Oliveira, Manoel Salviano, Murilo Domingos, Yeda Crusius, Marcos Cintra, Paes Landim, Pedro Bittencourt, Raimundo Santos, Rubem Medina, Armando Monteiro, Benito Gama, Paulo Lima, Aloizio Mercadante, Orlando Desconsi, Ricardo Berzoini, Delfim Netto, Enivaldo Ribeiro, Fetter Júnior, Pedro Eugênio, Salomão Gurgel, Milton Temer, Antonio Cambraia e Xico Graziano.

Sala da Comissão, em 08 de agosto de 2001

Deputado MAX ROSENMAN  
Presidente

Deputado RUBEM MEDINA  
Relator



## PEC 53-A, de 1999

(do Senado Federal)

Altera o inciso V do art. 163 d o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

### Voto em Separado

#### I - RELATÓRIO

A PEC 53, de autoria do Senado Federal, destina-se a abrir o caminho para uma reforma do sistema financeiro através da virtual revogação do Art. 192 da Constituição Federal, que dispõe sobre a estrutura e critérios de funcionamento do Sistema Financeiro Nacional (SFN). O governo visa, assim, a efetivar mudanças no SFN através de um somatório de Leis Complementares diversas, que serão introduzidas em pequenas parcelas e coexistirão com leis antigas e defasadas, costurando uma colcha de retalhos cujo resultado final pode vir a ser um sistema financeiro caótico.

O SFN sofreu sua última revisão no período 1964 a 1967 e, dado o progresso inovativo desse setor, assim como a inserção do País, nesta última década, no processo de globalização - especialmente a globalização das finanças, uma reforma financeira era justa e necessária.

Porém, através da revogação de todos os princípios e objetivos básicos que devem nortear as leis que regem o SFN - através da revogação dos incisos I a VII, o governo elimina discussões e decisões, pelo Congresso Nacional e a sociedade brasileira, sobre importantes mudanças estruturais na economia brasileira e mundial assim como sobre qual o novo modelo de crescimento econômico e inserção na economia mundial, que o País deve adotar.

É consensual que um SFN desenvolvido é essencial para reduzir, a taxa de juros, financiar as exportações, incentivar o investimento em capacidade produtiva, e reduzir a dependência no capital externo. Mas tal nível de desenvolvimento não ocorrerá sem que se leve em conta o sistema financeiro como um todo, aplicando-lhe princípios norteadores que



garantam tanto a inserção soberana no País no processo de globalização financeira quanto a subordinação do desenvolvimento financeiro ao desenvolvimento econômico e social do País.

## 11- VOTO

### Art. 192, *caput*

Com a modificação do *caput* do Art. 192 que passa a ter a redação "...o sistema financeiro será regulado em leis complementares...", a PEC 53 introduz a possibilidade de uma maior parte do setor financeiro ser ou não regulada. Poderemos ter apenas alguns aspectos submetidos à regulamentação, mas outros não, transformando toda a legislação que rege o sistema financeiro em uma colcha de retalhos.

Porém, a globalização financeira - processo no qual o Brasil, enquanto mercado emergente, se inseriu - gerou mudanças importantes nos sistemas financeiros nacional e internacional que precisam ser levados em conta para estabelecer uma estratégia de desenvolvimento financeiro sustentável. Entre as mudanças introduzidas pela globalização financeira, está o rápido desenvolvimento do mercado de derivativos e da engenharia financeira, que permitem às instituições financeiras de esconder suas perdas, e aumentar seus riscos e sua alavancagem, pondo em risco o sistema financeiro se não forem controladas. Também aumentou o acesso de bancos domésticos ao mercado internacional de capitais, ajudado pelo fato de que o mercado doméstico não é líquido ou desenvolvido, aumentando seu risco cambial. Assim, mercados de derivativos, mercados de moeda e de ações (onde as firmas buscam capital para fazer frente às exigências impostas pela adoção do acordo da Basiléia e pelo Banco Central) e o sistema bancário não podem ser regulados independentemente, e a legislação deve ser coerente entre si sendo, portanto, importante que sejam introduzidas em conjunto.

### Incisos I e II

A principal justificativa para a revogação dos incisos do Art. 192 da Constituição Federal é a de que a regulação e reestruturação dos mercados financeiros já está sendo feita de forma eficiente pelo Banco Central. Que, de fato, os princípios gerais da atividade



econômica, constantes no Art. 170, são suficientes. Ambos os argumentos são falaciosos. As mudanças sendo introduzidas pelo Banco Central para modificar e modernizar o SFN não levam em conta os problemas e características específicos aos países emergentes, se contentando em importar critérios testados e aperfeiçoados para países desenvolvidos. .

Com a revogação dos incisos I e II do Art. 192, que determinam que lei complementar disporá sobre a autorização para o funcionamento de instituições financeiras nacionais e internacionais, respectivamente, a PEC retira um dos principais objetivos de qualquer lei complementar regendo o sistema financeiro: o de autorização para o funcionamento de instituições financeiras, bancos e estabelecimentos de seguro. Mercados financeiros, e especialmente os bancos (que dominam o sistema financeiro brasileiro) têm características próprias que os distinguem do resto da economia; entre elas, que eles captam depósitos à vista e poupança de um número enorme - de pequenos clientes que não tomam conhecimento de como o banco está aplicando estes recursos - a chamada assimetria de informação - e que devem portanto ser protegidos de fraude, má administração e risco excessivo. Por serem inerentemente ilíquidos, e dada a possibilidade de corridas contra um ou poucos bancos se tomarem crises financeiras, a confiança nas instituições que compõem o sistema é de extrema importância ao seu bom funcionamento. Para haver .confiança, deve haver, antes, o aval de uma instituição governamental (o Banco Central) para seu funcionamento.

### **Inciso III**

O inciso III, que dispõe sobre a participação do capital estrangeiro no SFN, foi incluído na nova redação dada ao *caput* do Art. 192. Porém, com a revogação dos itens *a* e *b*, que submete esta participação aos interesses nacionais e aos acordos internacionais, perde-se um princípio norteador de como deve se dar a inserção do país no processo de globalização financeira - isto é, de maneira soberana.

Bancos brasileiros tendem a acessar mercados de capitais internacionais, dada a pouca liquidez dos mercados nacionais. Assim, estão sujeitos a um alto risco cambial. A volatilidade macroeconômica excessiva de economias em desenvolvimento, com oscilações de câmbio, juros, e preços, podem quebrar até uma instituição financeira sã (ou a firma a quem esta instituição emprestou dinheiro).



Existe, ainda, a dificuldade de coordenação de critérios de regulação entre países, no caso de bancos multinacionais. Eles em geral são menos controlados pelas autoridades financeiras locais, mas têm maior incentivo para tomar riscos maiores no mercado doméstico. Apesar de possuir uma capacidade técnica maior para a gestão de riscos, em geral tal capacidade encontra-se na matriz, enquanto informações sobre risco que são utilizados pelos técnicos, encontram-se em mãos de gerentes locais, com pouca comunicação entre eles.

#### **Incisos IV e V**

Bancos Centrais enquanto reguladores do sistema financeiro e responsáveis pela execução da política monetária, têm poder para afetar tanto os resultados de firmas financeiras quanto o bem-estar social do país. Por isso, sua prestação de contas à sociedade é muito importante. Em sociedades democráticas a prestação de contas pelo Banco Central pode tomar quatro formas (não-exclusivas): (1) prestação de contas ao mercado; (2) prestação de contas à própria indústria financeira; (3) prestação de contas ao Judiciário pela legalidade de suas ações e decisões; e (4) prestação de contas ao Legislativo.

Os constituintes de 1988 decidiram, de um lado, por um aumento da autonomia do BC e, de outro, por um maior controle deste pelo Legislativo. Além da revogação da Lei 4.595 de 1964 e da extinção do Conselho Monetário Nacional, previram um novo arranjo institucional para o Banco Central e para o sistema financeiro, a ser regulamentado depois - o que não ocorreu.

Os **incisos IV e V**, que dispõem sobre a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central, assim como os requisitos para a designação de membros de sua diretoria, também são revogados pela PEC 53. Ora, para haver transparência na prestação de contas pelo presidente e diretores não-eleitos do Banco Central assim como um maior controle deste pelo Legislativo eleito, é necessário que suas responsabilidades e atribuições sejam claramente determinadas pela Constituição. Para haver equilíbrio nas relações entre o Banco Central, o Executivo e o Legislativo, é necessário determinar, na Constituição, (1) os objetivos do Banco Central, (2) a transparência e (3) o detentor da responsabilidade final pelas decisões de política monetária. A Lei de Responsabilidade Monetária que encontra-se em elaboração no Executivo não é suficiente para determinar essas questões, já que se refere apenas ao Banco Central.



### **Inciso VII**

O desenvolvimento de um sistema financeiro eficiente e forte é de suprema importância para a retomada do desenvolvimento econômico sustentável e estável, após duas décadas de estagnação, pontuadas por crises financeiras e de dívida externa. Em outras palavras: o desenvolvimento e a estabilidade do sistema financeiro não são fins por si só, mas são um meio de se atingir um crescimento econômico com equidade.

Se não houver desenvolvimento global do SFN, então as maiores empresas e os maiores investidores internacionais simplesmente utilizarão a liberalização do sistema financeiro para captar crédito para investimentos, e investir, em mercados de capitais estrangeiros. Isto causará uma maior divisão e desigualdade no País, já que as pequenas empresas nacionais e regionais não terão acesso a crédito para se estabelecer, crescer e criar empregos. A desigualdade social e a concentração de renda tenderão a se agravar, assim como as desigualdades regionais, ameaçando o crescimento econômico sustentável do País.

A revogação do inciso VII, que estipula que a legislação reguladora do SFN deve estabelecer critérios restritivos da transferência de poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento, deve causar um grande fluxo de capitais de regiões menos desenvolvidas do país, como o Norte e Nordeste, para regiões de maior concentração de indústrias e serviços, como o Sul e o Sudeste. Ora, o processo de globalização é, por sua própria natureza, um processo de concentração de rendas - tanto entre países, como entre regiões. Tanto países quanto regiões de países de renda alta, inseridos no processo de globalização e voltados para o setor externo, tendem a ganhar ainda mais com a globalização, enquanto países e regiões pobres, excluídos do processo, só tendem a perder.

### **Princípios Gerais**

Riscos fazem parte integrante do negócio dos bancos, e há uma troca entre baixo risco e aumento no nível de crédito para investimento e crescimento econômico. Bancos excessivamente restritos em suas atividades pelo agente regulador, em um ambiente macroeconômico que já é volátil, tenderão a financiar cada vez menos investimentos produtivos de longo prazo, ou aqueles que criam empregos e aumentem a renda nacional (por exemplo, empresários empreendedores que buscam financiamento para pequenas empresas - que são as que criam o maior volume de emprego com o menor volume de crédito - não seriam financiados em tal ambiente).



Assim, a constituição precisa determinar princípios gerais para o funcionamento do sistema financeiro: Qual a proporcionalidade que quer se dar ao sistema - isto é, qual a importância relativa entre regulação (benefício da segurança) e fornecimento de crédito (benefício do crescimento econômico)? Qual deve ser o papel, no futuro, dos antigos bancos de desenvolvimento (que não podem se adequar aos novos critérios de regulação do BC e aplicar recursos em atividades menos produtivas mas importantes socialmente ao mesmo tempo)? Qual o papel das cooperativas de crédito (notoriamente bem menos líquidas e de maior risco que bancos) para fornecer micro-crédito às comunidades e projetos menores e menos lucrativos, ignorados pelos bancos? Qual deve ser a estrutura institucional da regulação financeira?

Em resumo, os argumentos de que: a reforma do Sistema Financeiro Nacional pode ser feita em partes, através de várias leis complementares; as mudanças já introduzidas ao sistema são suficientes; e que os princípios norteadores já existem no Art. 170 da CF, são falaciosos. Primeiro, porque não levam em conta características específicas do sistema financeiro, e aquelas específicas a mercados emergentes. Segundo, não consideram a inserção da economia nacional no processo de globalização financeira exige um projeto de reforma financeira mais ampla, com uma estratégia mais clara. Por último, ignoram, de maneira implícita, princípios importantes como a proporcionalidade da regulação e a estrutura institucional da regulação financeira - e, portanto, ignoram o papel do Judiciário e do Executivo na reforma e na regulação do sistema financeiro brasileiro.

Por isso, somos pela rejeição da PEC nº 53/99 nos termos dos argumentos expendidos.

Sala das Reuniões, 7 de Agosto de 2001

Deputado PEDRO EUGÊNIO

PPS/PE





*Cópias*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53-A, DE 1999, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O INCISO V DO ARTIGO 163 E O ARTIGO 192 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E O CAPUT DO ART. 52 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS". (SISTEMA FINANCEIRO)

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 53-A/1999, que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o *caput* do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em reunião realizada hoje, opinou, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 53/A, de 1999, pela admissibilidade das emendas nºs 1/01, 2/01, 3/03, 4/01 e 5/01 apresentadas na Comissão Especial, e, no mérito, pela rejeição de todas as emendas, contra os votos dos Deputados Aloizio Mercadante, Orlando Desconsi, Ricardo Berzoini, Pedro Eugênio, Salomão Gurgel e Milton Temer. Apresentou voto em separado o Deputado Pedro Eugênio. Foram rejeitados os destaques nºs 01/01, 02/01, 03/01, 04/01 e 05/01.

Participaram da votação nominal os Deputados Antonio Kandir, Danilo de Castro, Edir Oliveira, Manoel Salviano, Murilo Domingos, Yeda Crusius, Marcos Cintra, Paes Landim, Pedro Bittencourt, Raimundo Santos, Rubem Medina, Armando Monteiro, Benito Gama, Paulo Lima, Aloizio Mercadante, Orlando Desconsi, Ricardo Berzoini, Delfim Netto, Enivaldo Ribeiro, Fetter Júnior, Pedro Eugênio, Salomão Gurgel, Milton Temer, Antonio Cambraia e Xico Graziano.

Sala da Comissão, em 08 de agosto de 2001

  
Deputado MAX ROSENMANN  
Presidente

  
Deputado RUBEM MEDINA  
Relator

*OPB*  
*Aguardando*  
*os originais*  
*da ESP*



## Coordenação de Comissões Permanentes

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53, de 1999

(DO SENADO FEDERAL)

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

DESPACHO: 15/06/1999 - CCJR

ESPECIAL

11/08/1999 - À publicação.

11/08/1999 - À CCJR

11/08/1999 - Enviado a esta Comissão

11/08/1999 - Enviado a esta Comissão.

02/08/2000 - Distribuído ao relator, Dep. Mendes Ribeiro Filho

17/10/2000 - Aprovação unânime do parecer do relator, Deputado Mendes Ribeiro Filho, pela admissibilidade.

18/10/2000 - DCD - LETRA A ✓

19/11/2000 - LETRA A - PUBLICAÇÃO DO PARECER DA CCJR ✓





documento 1 de 1

**Identificação: PEC (PROPOSTA EMENDA CONSTITUIÇÃO (CN)) 00053 de 1999****ID. Origem: PEC 00021 de 1997****Autor(es):**

JOSE SERRA (PMDB - SP) [SEN]

**Origem: SF****Ementa:**

ALTERA O INCISO V DO ARTIGO 163 E O ARTIGO 192 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E O CAPUT DO ARTIGO 52 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS.

**Explicação da Ementa:**

ESTABELECENDO QUE LEI COMPLEMENTAR DISPORÁ SOBRE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SOBRE O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL, EM TODAS AS PARTES QUE O COMPÕEM, ABRANGENDO AS COOPERATIVAS DE CRÉDITO E A PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL ESTRANGEIRO NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS QUE O INTEGRAM; ALTERANDO A NOVA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

**Indexação:**

ALTERAÇÃO, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, FINANÇAS PÚBLICAS, SUPRESSÃO, EXIGÊNCIA, LEI COMPLEMENTAR, NORMAS, FISCALIZAÇÃO, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, INCLUSÃO, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ADMINISTRAÇÃO DIRETA, ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL, COOPERATIVA DE CRÉDITO, PARTICIPAÇÃO, CAPITAL ESTRANGEIRO, BANCOS, SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.

**Poder Conclusivo : NÃO****Despacho Atual:**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (CCJR)

**Última Ação:**

TRCOM - EM TRAMITAÇÃO NAS COMISSÕES  
17 10 2000 - CCJR - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO  
APROVAÇÃO UNANIME DO PARECER DO RELATOR, DEP MENDES RIBEIRO FILHO, PELA ADMISSIBILIDADE.

**Regime de Tramitação:**

ORDINÁRIA

**Tramitação:**

11 08 1999 - PLENÁRIO (PLEN)  
LEITURA E PUBLICAÇÃO DA MATÉRIA. DCD 07 08 99 PAG 32731 COL 01.

11 08 1999 - MESA (MESA)



DESPACHO À CCJR (ARTIGO 54 DO RI).

**11 08 1999 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)**  
ENCAMINHADA À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO.

**02 08 2000 - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (CCJR)**  
RELATOR DEP MENDES RIBEIRO FILHO.







CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

AUTOR: \_\_\_\_\_

Nº DE ORIGEM: \_\_\_\_\_

EMENTA: \_\_\_\_\_

DESPACHO: \_\_\_\_\_

ENCAMINHAMENTO INICIAL: \_\_\_\_\_

DE 199  
53  
Nº

REGIME DE TRAMITAÇÃO	
COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS		
COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA		
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	Presidente: _____	Em: / /
Comissão de: _____		
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	Presidente: _____	Em: / /
Comissão de: _____		
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	Presidente: _____	Em: / /
Comissão de: _____		
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	Presidente: _____	Em: / /
Comissão de: _____		
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	Presidente: _____	Em: / /
Comissão de: _____		
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	Presidente: _____	Em: / /
Comissão de: _____		
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	Presidente: _____	Em: / /
Comissão de: _____		





CÂMARA DOS DEPUTADOS

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 53, de 1999  
PRIMEIRO TURNO

**APROVADA:**

- a Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 1999, em PRIMEIRO TURNO.

**REJEITADAS:**

- as Emendas de nºs 1, 2, 3, 4 e 5, apresentadas na Comissão Especial, com parecer pela rejeição, ressalvado o Destaque.

**PREJUDICADA:**


- a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2003, apensada.

**RETIRADO:**

- o Destaque de Bancada do PDT, para votação da Emenda nº 1.

**A MATÉRIA RETORNA À COMISSÃO ESPECIAL, PARA ELABORAR A REDAÇÃO PARA O 2º TURNO.**

Em 02.04.03.

  
Mozart Vianna de Paiva  
Secretário-Geral da Mesa





CÂMARA DOS DEPUTADOS

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
COORDENAÇÃO DE APOIO AO PLENÁRIO  
SEÇÃO DE AUTÓGRAFOS

**MATÉRIA APRECIADA  
NA SESSÃO ORDINÁRIA  
DO DIA**

**02/04/03**

**(QUARTA-FEIRA)**

**(às 14h.)**



Item 1

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 53-B, DE 1999  
(DO SENADO FEDERAL)**

VOTAÇÃO, EM PRIMEIRO TURNO, DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 53-A, DE 1999, QUE ALTERA O INCISO V DO ARTIGO 163 E O ARTIGO 192 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E O CAPUT DO ARTIGO 52 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS; TENDO PARECERES: DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO, PELA ADMISSIBILIDADE (RELATOR: SR. MENDES RIBEIRO FILHO); E DA COMISSÃO ESPECIAL, PELA APROVAÇÃO DESTA, PELA ADMISSIBILIDADE E, NO MÉRITO, PELA REJEIÇÃO DAS EMENDAS DE N.ºS 1, 2, 3, 4 E 5, APRESENTADAS NA COMISSÃO, CONTRA OS VOTOS DOS DEPUTADOS ALOÍZIO MERCADANTE, ORLANDO DESCONSI, RICARDO BERZOINI, PEDRO EUGÊNIO, SALOMÃO GURGEL E MILTON TEMER. APRESENTOU VOTO EM SEPARADO O DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO (RELATOR: SR. RUBEM MEDINA). TENDO APENSADA A PEC N.º 10, DE 2003

PASSA-SE À VOTAÇÃO



**FOLHA DE INSCRIÇÃO PARA ENCAMINHAMENTO,  
EM PRIMEIRO TURNO,  
DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 53, DE 1999  
(LEI COMPLEMENTAR DISPORÁ SOBRE ASSUNTOS DO ART. 163 E 192 DA CF)**

**RELAÇÃO DE INSCRIÇÃO DOS ORADORES CONTRÁRIOS À MATÉRIA**

1 ~~ROGERIO GONCALVES~~ LINDBERG FARIAS

2 ~~MIRIAM AMARAL~~

3 ~~ALCEU COLARES~~

4 ~~DAS - P/R~~

5 ANTONIO FARIAS DE SA

6 GILBERTO NASCIMENTO

7 ~~Companhia de Matos~~

OK Lindberg Farias

OK João Fontes

10 ~~MIRIAM AMARAL~~

11 ~~IVAN ZILBERTO~~

**RELAÇÃO DE INSCRIÇÃO DOS ORADORES A FAVOR DA MATÉRIA**

1 LUIZ CARLOS HAURY

2 Alvaro Goldmann

3 Paulo Pinheiro (Paulo Pinheiro)

4 José Bimonte PT-CE

5 ~~Alvaro Goldmann~~

OK Rodrigo Maia

OK Aníbal Diniz (Procu) Prof. Luizinho

8 Assis

9 Gilmar Machado

Roberto Faria

Francisco Diniz

CORIO SALES (favor)

BELO ALBUQUERQUE



EM VOTAÇÃO AS EMENDAS DE N.ºS 1, 2, 3, 4 E 5,  
APRESENTADAS NA COMISSÃO ESPECIAL, COM PARECER  
PELA REJEIÇÃO, RESSALVADOS OS DESTAQUES.

(VER FICHAS DO SISTEMA ELETRÔNICO DE VOTAÇÃO)



PEC 53/99 - Emenda 1 a 5 c/parecer  
leia referico.

## RESULTADO DE VOTAÇÃO:

	PAINEL	RETIFICAÇÕES	RESULTADO FINAL
SIM			2
NÃO			424
ABST.			1
TOTAL			427



EM VOTAÇÃO A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
N.º 53, DE 1999, EM PRIMEIRO TURNO, ~~RESSALVADOS OS~~  
~~DESTAQUES~~.

(ver fichas do sistema eletrônico de votação)

*Mda*  
*03/4/03*

(SE APROVADA) - ESTÁ PREJUDICADA A PROPOSIÇÃO  
APENSADA.



PEC 53/99 - Anexo Senado

## RESULTADO DE VOTAÇÃO:

	PAINEL	RETIFICAÇÕES	RESULTADO FINAL
SIM			442
NÃO			13
ABST.			17
TOTAL			472





CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO N° , DE 2002

DE DESTAQUE PARA VOTAÇÃO EM SEPARADO  
(DA BANCADA DO PDT)

Projeto de Emenda à Constituição nº 53/1999

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 161, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para a votação em separado da Emenda nº 1, de 2001, de autoria do Deputado Salomão Gurgel.

#### JUSTIFICATIVA

Durante a apreciação da PEC, na Comissão Especial, o Relator, de maneira equivocada, entendeu que a Emenda que pretendemos destacar estivesse propondo controle estatal para os órgãos responsáveis pela fiscalização das instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. É evidente que o controle do Estado já está previsto na Constituição Federal. Controle público não é controle do Estado. Controle público seria, por exemplo, o controle realizado por algum órgão colegiado independente, constituído por representantes dos diversos segmentos envolvidos no Sistema Financeiro, consultivo ou deliberativo, conforme venha a determinar a lei. O parágrafo proposto pela Emenda, contudo, não detalha a maneira pela qual esse controle se daria, pois entendemos que a Constituição Federal deva estabelecer apenas o comando, remetendo para a lei a forma pela qual deverá se dar esse controle público. Acreditamos que o controle público é imprescindível para a lisura das decisões dos órgãos de supervisão do sistema financeiro.

a favor

Sala das Sessões, 17 de março de 2003

1/ ~~Deputado~~ Alex Collares

contra

1/ Rodrigo Melo

Deputado

~~Deputado~~ Alex Collares  
Vice-Líder do PDT



**SE APROVADA SEM ALTERAÇÃO**

A MATÉRIA RETORNA À COMISSÃO ESPECIAL PARA  
ELABORAR A REDAÇÃO PARA O SEGUNDO TURNO



• *Francisco Trindade.*  
ção Federal, estamos  
plementares, matérias

$$P_T/P_i$$

- Phudus PT-MG

• 109107 CR PT/BA

• 109107 CR PT/BA

população brasileira.

• Terezinha Fernandes - PT/MT

• WALTER PINHEIRO PT-BA

• LINDBERG

• ORLANDO Rese

- LINDBERG FARIAS - Lima
- ORLANDO RESCONSI - Lima

• Luiz ALBERTO - PT-BR / PT-RS / PT-BA / PT-PA

- Ary Vozazzi - PT/RS

• Vignatti - PT. SC

- Stimmungsfeld PT/SP

2. FENOLIC FONTANA PT-RS

- Paulo Roberto Santiago PT/PE

Luciana  
Genro PT

- Tanah Beruand: PT/SP

Ivan Valente - ~~10/10/2020~~ PT-58

Luciano Zica  PT-NG

• Kalkulation  $\frac{\text{Kosten}}{\text{Menge}} = \frac{\text{FTR}}{\text{RS}}$

Caravio Zimmermann 1-1321m - PT/SP

- Orlando Fontaine

Dr. Rasina W A PT/PR ~~0.1.18~~

- 4000 Grams der DT/MS vllg

• Proba Mareangela Junato

• João Fontes  
RTISE

Nelson Pellegrino

Зав. пр. РТ/РА

Handwritten signature: *[Illegible]*

1/10/2019



Partido dos Trabalhadores  
Gabinete da Liderança

Nota da Bancada do PT  
Sobre a PEC 53

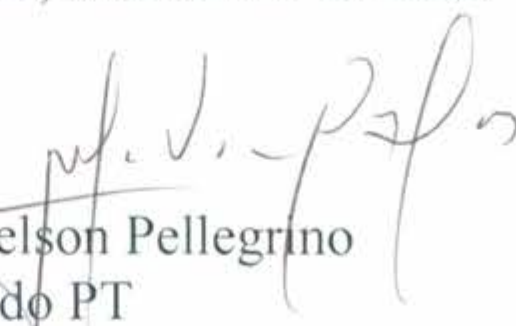
Por unanimidade, a bancada do PT decidiu votar pela aprovação da PEC 53, oriunda do Senado, que altera a redação do Artigo 192 da Constituição Federal, por considerar que, tal como está redigido hoje, o dispositivo em questão dificulta em demasia qualquer tentativa de regulamentar o sistema financeiro, na medida em que exige que uma única Lei Complementar regule todos os inúmeros aspectos do sistema financeiro. Mesmo assim resolveu levar ao conhecimento deste parlamento e da opinião pública as seguintes considerações.

1. A bancada do PT considera que é justa a aspiração da sociedade de facilitar a regulamentação do sistema financeira nacional, prevista no Artigo 192 da Constituição, o que requer uma alteração na atual redação deste dispositivo, cujo objetivo é permitir que diferentes Leis Complementares regulem cada um dos aspectos do sistema financeiro.

2. A bancada do PT preferiria votar esta PEC mantendo os incisos constantes no atual texto. Infelizmente, dificuldades políticas e regimentais eliminaram esta hipótese. Porém, considerando nossa absoluta confiança no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e nossa certeza de que não vão prosperar iniciativas que comprometam a soberania nacional, resolveu votar o caput sem os incisos acima referidos.

3. A bancada do PT julga que a questão da autonomia operacional do Banco Central não está na pauta do debate, neste momento. E considera que uma iniciativa, do Executivo, caso venha a ocorrer, para tratar deste assunto, deve ser precedida de um amplo debate com a bancada do PT e com as demais bancadas de sustentação governo.

Brasília, 02 de abril de 2003

  
Deputado Nelson Pellegrino  
Líder do PT





Brasília-DF, 02 de abril de 2003.

## DECLARAÇÃO DE VOTO

Ao votarmos favoravelmente à modificação do art. 192, para que seja regulamentado o Sistema Financeiro Nacional, o fazemos ressaltando que não antecipamos opinião de mérito quanto à autonomia do Banco Central do Brasil. Até porque, somos de opinião que o Banco Central não pode continuar operando como o fez em anos recentes. O Banco Central deve atender aos interesses maiores da nação brasileira e para tal não pode ser conduzido como se fosse uma grande agência reguladora, sem controle e podendo atender outros interesses sem que os poderes legitimamente eleitos tenham instrumentos para agir. Compreendemos que a votação que realizamos neste dia trata do conjunto do Sistema Financeiro, não sendo prioritário o debate sobre a autonomia do Banco Central neste momento. Destacamos que o debate político sobre esta matéria não está concluído e que qualquer iniciativa acerca deste tema deverá ser precedida pelo seu aprofundamento.

Dep. Edmar

José Eduardo Cardoso

Fernando Ferra

Reginaldo de W (PT-MG)

Manoel de Barros  
F. Rem

Wassmy de Reme  
PT/DF

DURVAL ORLATO

Idem Maria Idem

Falino Bezerra

Assis JOSIAS  
ORRANGE

Uair Ribar

do Jure

Leandro de Souza

Armando Muniz

Luiz Stum

Dep. Ferra

Dep. Cláudio

Dep. Vitorino





CÂMARA DOS DEPUTADOS

## **VOTO EM SEPARADO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO 53/99**

**(Dep. Pompeo de Mattos)**

Conforme nota da Executiva Nacional, o PDT considera uma questão de princípios o controle do Banco Central pelo Governo da República. Consideramos inaceitáveis, quaisquer iniciativas e mudanças na legislação que visem permitir a chamada autonomia do Banco Central, o que significaria mais uma violação de nossa soberania.

A quem interessa a autonomia do Banco Central do Brasil?. Estamos modificando num artigo extremamente importante - o art. 192 - da nossa Constituição. A votação que faremos aqui vai revogar oito incisos importantíssimos da nossa Carta Magna e vai abrir as portas para que a regulamentação do sistema financeiro seja feita por meio de lei complementar.

Este é um debate fundamental para o futuro do País. Não é à toa que todos os dias estamos assistindo às pressões do Fundo Monetário Internacional pela regulamentação do sistema financeiro nacional.

A autonomia do Banco Central é a garantia que o mercado deseja para ter a certeza de que a política econômica do País não irá mudar, de que vai continuar submetendo o Brasil à lógica do FMI e dos juros altos para pagar as dívidas externa e interna; à lógica do superávit primário e dos cortes orçamentários em áreas sociais, em áreas de desenvolvimento econômico, tudo isso para atender aos interesses da especulação internacional.

Nós, do PDT, apoiamos, com muito orgulho, a candidatura do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, desde 1988, depois, em 1994 quando Leonel de Moura Brizola era candidato a Vice-Presidente. Ajudamos o Presidente a ganhar as eleições de 2002, no segundo turno.

Pois, com esta biografia, o PDT trás à reflexão dos colegas Parlamentares e da sociedade brasileira, que acompanham este importante debate, um fato curiosíssimo: o atual governo reclama, com razão e justiça, que



8D94756400





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

as agências reguladoras tem mais poder que o Governo. Sabe-se que a ANEEL aumenta as tarifas de energia elétrica; a ANATEL aumenta as de telefone; a ANP aumenta o preço dos combustíveis. E o Governo não tem controle sobre tais agências. Portanto, a verdade é que elas têm mais poder do que o próprio Governo.

No entanto, o mesmo Governo que reclama e quer diminuir o poder das agências, para ter responsabilidade sobre aquilo que administra, quer abrir mão da autoridade que tem sobre o Banco Central do Brasil.

As agências têm poderes; e o Governo diz que são demasiados e quer controlá-las. Pergunto: no caso em exame, ao abrir mão daquilo que controla, quer entregar para quem?

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva teria enfrentado dificuldades para eleger-se, na hipótese de ter dito nos debates, que um dos seus primeiros atos, seria abrir caminho para uma espécie de "privatização" do Banco Central, lhe dar autonomia para, depois, ficar ligado ao FMI, ao mercado de capitais, aos banqueiros e ao capital estrangeiro.

Faço tal digressão a fim de pedir que reflitamos sobre tais acontecimentos. Quem fala não é a Oposição, mas a coerência de propósitos e posicionamentos do PDT.

Esses não eram, nem o discurso nem a proposta do PT. O governo e seu partido mudaram de discurso e esqueceram-se de avisar os aliados. O PDT não aceita pratos prontos e o que os líderes do governo fizeram, foi tentar obrigar o PDT a engolir, sem ao menos ter o direito de mastigar.

Esperamos que as dificuldade enfrentadas pelo governo nesta matéria, e a posição firme do PDT, sirva de lição. Nosso partido optou pela ABSTENÇÃO para manter a unidade, mas não abrirá mão de continuar a defender a soberania do Brasil e de seu povo. Assim fará nas matérias polêmicas que o Congresso debaterá nos próximos meses, entre elas, as Reformas da Previdência e Tributária. Esperamos, que até lá o PT mude a postura e abra o diálogo. Afinal, o PDT está no Governo, tem contribuído para a administração com o Ministro Miro Teixeira, à frente do Ministério das Comunicações, mas não se sente governo, pois, lhe é vedado o direito de opinar e apresentar sugestões.



8D94756400





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Por último, ressalto que o PDT não é contra a regulamentação do Sistema Financeiro, mas insurgi-se, veementemente contra o compromisso assumido pela equipe econômica do Governo, junto ao Fundo Monetário Internacional-FMI, conforme o trecho da carta de intenções do Ministro Antonio Palocci e do Presidente do Banco Central Henrique Meirelles, do dia 28/02, dirigida ao senhor Köhler, Presidente do FMI:

*"Pretendemos seguir uma agenda adicional de mudanças estruturais em outras áreas. Primeiro, o governo vai procurar garantir uma aprovação rápida pelo Congresso da PEC que facilitará a regulamentação do setor financeiro - um passo necessário para a passagem da desejada lei que formalizará a autonomia operacional e a responsabilização do Banco Central."*

Depois, disso, não há como o governo e seus líderes argumentarem que uma possível autonomia do Banco Central não está sendo cogitada. Não é uma hipótese, é um compromisso assumido por este Governo com o Sistema Financeiro Internacional.

Portanto, acompanho a decisão da Bancada o PDT, e opto pela **ABSTENÇÃO**, na votação da Proposta de Emenda à Constituição 53/99.

Sala das Sessões, 02 de abril de 2003.

  
**POMPEO DE MATTOS**  
DEPUTADO FEDERAL  
Vice-Líder da Bancada  
P D T



8D94756400



## Declaração de Voto

(Art. 182, parágrafo único, RICD)

*Declaração de Voto referente à votação da  
PEC nº 53-B, de 1999.*

Senhor Presidente,

O governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem honrado todos os compromissos internacionais firmados pelo governo anterior. Assumindo o País em um momento de grande instabilidade internacional, o novo governo mostrou capacidade ao atuar com rapidez frente à vulnerabilidade externa.

30 Como herança do governo FHC, a nova administração recebeu o País com um déficit público superior a 6% do PIB e uma dívida pública líquida próxima de R\$ 900 bilhões, equivalente a mais de 65% do PIB. Por outro lado, a carga tributária atingiu em dezembro de 2002 a marca de 36,5% do PIB, que é a terceira maior do mundo, só sendo menor que a da Suécia (47%) e da Alemanha (36,7%). Ou seja, enquanto em 1993 cada brasileiro pagava R\$ 700,51 em impostos em 2002 passou a contribuir com R\$ 2.723,26. Por último, o Banco Central do Brasil não só apresentou um prejuízo acumulado de R\$ 42,2 bilhões entre 1994 e 2002, cobertos pelo Tesouro, como seguramente apresentará novos prejuízos de, pelo menos, mais de R\$ 20 bilhões nos próximos anos, provenientes de créditos incobráveis concedidos através do PROER para bancos falidos.

Diferentemente do que se apregoava, a herança recebida é de um País com acentuada vulnerabilidade, tanto interna como externa, e com os fundamentos macroeconômicos extremamente frágeis e dependentes dos acontecimentos externos.

Nessa situação, a simples regulamentação do sistema financeiro nacional, por via de várias Leis Complementares, poderia significar a retomada do desenvolvimento econômico. Na nossa perspectiva, no entanto, o desenvolvimento do sistema financeiro exige uma legislação que contemple: autorização para o funcionamento de instituições financeiras, de seguro e previdência, pautada pelos interesses nacionais; mecanismos de controle e fiscalização do sistema financeiro; uma política de transferência de poupança de regiões mais ricas para outras de menor desenvolvimento; abertura de cooperativas de créditos e bancos de microcrédito; redução do "spread" do sistema bancário; criação de fundos ou seguro de proteção à economia popular e; regras



para abertura e funcionamento de bancos estrangeiros no País baseados na reciprocidade de benefícios e do interesse da Nação.

Uma das ações previstas na regulamentação do sistema financeiro nacional diz respeito à propalada autonomia do banco central, com o objetivo de controlar a inflação reduzindo o seu financiamento ao déficit público. No entanto, numa estrutura federativa como a brasileira, é muito difícil evitar que a União deixe de ter déficits e os financie, diretamente ou por meio do próprio banco central. Ainda que o banco central seja independente, tais financiamentos continuarão existindo, a menos que o governo se abstenha de utilizar instrumentos monetários e cambiais visando o desenvolvimento econômico.

Assim, o argumento de que quando o banco central não é autônomo, por pressão política, lhe são impostos gastos quase-fiscais não contemplados no orçamento fiscal, embora válido, não é suficiente para sustentar a proposta de independência do banco central.

As propostas de autonomia ou independência do banco central em países do "Sul" são resultado da aplicação do Consenso de Washington, visando retirar da Presidência da República, ou do Congresso Nacional, o controle sobre a política monetária, que ficaria, assim, a cargo de uma equipe técnica supostamente apolítica.

Contudo, resta ainda uma questão básica, qual seja, determinar se o financiamento monetário deve ser admitido e se o montante de déficit quase-fiscal do banco central compromete a estabilidade da relação dívida/PIB. Esta é, antes de tudo, uma questão de coordenação entre políticas macroeconômicas e, não, de independência do banco central.

O grande exemplo de banco central autônomo é o dos Estados Unidos. Mas, para que essa autonomia funcione, o governo norte-americano conta com uma complexa estrutura que implica a existência de bancos centrais regionais, membros com diferentes mandatos e um presidente indicado pela Casa Branca.

No Reino Unido, apesar da liberalização da economia ter iniciado a partir de 1979, a independência do Banco da Inglaterra somente foi implementada no primeiro ano de mandato do Primeiro-Ministro Tony Blair. Mesmo assim, parte importante da política monetária ficou nas mãos do ministro da Economia.

Na Comunidade Européia, a política monetária foi repassada ao Banco Central Europeu, dirigido por um Conselho dos presidentes dos bancos centrais dos países-membro, com diretoria indicada, de comum acordo, pelos chefes de Estado e de governo dos países da União Européia.



No caso brasileiro, além das críticas gerais à proposta da independência do banco central, há uma questão mais fundamental, baseada na relação histórica observada entre o banco central e os outros órgãos do Executivo que permanece entranhada nas instituições e nas próprias condições de financiamento do Estado e tem permitido que o banco central apresente constantes prejuízos, cobertos pelo Tesouro Nacional. Isso mostra que um banco central independente poderia transformar-se num quarto poder, em virtude da sua atuação histórica em operações de natureza quase-fiscal, com o agravante de que não teria suporte, fiscalização ou aprovação da sociedade

Diferentemente, os exemplos de bom encaminhamento da questão parecem só acontecer nos países ricos, que possuem sólido aparato institucional e democrático, além de contarem com a soberania de seus governos em relação às questões relativas à política monetária.

É importante lembrar que a crença, no Brasil, da necessidade de imputar limites formais à concessão de crédito ao governo por parte do banco central e independência política entre eles, é recente. Na sua origem, a SUMOC, o Banco do Brasil, bem como o banco central sempre estiveram ligados à necessidade de financiar gastos do governo e garantir a confiança na moeda e no sistema financeiro. Essa política foi marcante para a instituição da moeda, para o desenvolvimento econômico e para evitar crises.

Atualmente as crises econômicas, associadas à fragilidade financeira de bancos e empresas têm exigido a presença do Estado para garantir a confiança na moeda e no sistema financeiro, bem como para sustentar políticas de crescimento e emprego. A atuação do Estado na área monetária, não raro de forma expansionista, tem tido importância decisiva na determinação da trajetória de crescimento da economia. Ao contribuir para a superação de momentos de crise, o financiamento dos gastos do governo assumiu importância preponderante, alterando, assim, qualitativamente a forma e a velocidade do processo de desenvolvimento do País. Desse modo, como a moeda em um mundo globalizado sofre influências externas, o banco central deve intervir sempre que situações de recessão, desemprego ou fragilidade financeira assim exigirem.

Esses argumentos dão suporte à nossa oposição à tese de independência do banco central e apontam para a necessidade de ação conjunta entre o banco central e o Tesouro Nacional ou, em outras palavras, à necessidade de coordenação entre políticas macroeconômicas.

Assim sendo, o Presidente Lula não pode e não deve abrir mão do que o mandato lhe concedeu: o de ser Presidente do Brasil, inclusive naquilo que diz respeito à política monetária e ao desenvolvimento do País.

O governo Lula está fazendo um grande esforço para honrar seus compromissos diante de uma conjuntura adversa, mas não pode comprometer sua governabilidade sobre questões tão




estratégicas como de políticas monetária e creditícia, geradoras de desenvolvimento econômico e redução do desemprego.

A quem interessa, então, a autonomia do banco central já nos primeiros meses do governo Lula? Somente a quem pretende limitar a atuação do Presidente sobre as questões da política macroeconômica, o que implica dizer de desenvolvimento econômico do País. Aprovar a autonomia do banco central é tão somente limitar a possibilidade de o Brasil formular uma proposta soberana de desenvolvimento para o País.

Dispostos a colaborar, de modo afirmativo, com o modelo de desenvolvimento que ora se apresenta ao País, consubstanciado por medidas destinadas a promover o desenvolvimento sócio-econômico e o equilíbrio entre as diferentes regiões do País, o Partido Socialista Brasileiro apresenta voto favorável à regulamentação do Sistema Financeiro Nacional, por meio de várias Leis Complementares, destinadas, em seus escopos, a servir aos interesses da coletividade e permeadas por instituições financeiras que tragam ao Brasil condições de fomento à poupança popular, controle da inflação, ampliação do crédito ao consumo, à produção e ao investimento de médio e longo prazo, abertura à cooperativa financeira rural e urbana, criação de "Bancos do Povo" de microcrédito além de diminuição do risco bancário.

Registramos, por fim, que o PSB apresentará, nesses moldes, um Projeto de Lei Complementar disciplinando o papel do Banco Central no Sistema Financeiro Brasileiro.

Sala de Sessões, em 02, 04, 2003

  
Deputado Eduardo Campos  
Líder do PSB



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53, DE 1999

(Do Senado Federal)

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**DECLARAÇÃO DE VOTO**

**Da Bancada do Partido Comunista do Brasil**

A bancada do Partido Comunista do Brasil vota favoravelmente à Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 1999. Mas não o fará por concordar com a necessidade da alteração que ela promove no texto constitucional e muito menos com suas conseqüências; mas sim pela razão da confiança que temos no nosso Governo de que a regulamentação dela resultante não trará prejuízo à Nação e ao nosso povo.

2. A Proposta de Emenda à Constituição nº 53 permite que o sistema financeiro nacional possa ser regulamentado por partes, em diferentes leis complementares. Ela exclui também do texto constitucional diversas restrições que são impostas à regulamentação do setor financeiro como por exemplo as referidas nos incisos III, VI e VII relativas às condições de participação do capital estrangeiro; a vedação de participação de recursos públicos em fundo ou seguro de garantia de créditos, aplicações e depósitos; e os critérios de transferência de poupança entre as regiões. Por fim, a PEC elimina do texto constitucional o dispositivo que estabelece o teto máximo de 12% ao ano para a cobrança de taxas reais de juros.

3. Consideramos que tal “fatiamento” da regulamentação é prejudicial porque retira a devida coerência que deve ter a necessária reforma do sistema financeiro



nacional e também porque a desconstitucionalização promovida com a supressão dos incisos elimina a obrigatoriedade de atender importantes matérias que dizem respeito tanto ao resguardo dos interesses nacionais e do erário como ao atendimento do equilíbrio regional no desenvolvimento. Em especial, a eliminação do teto de juros reais – apesar de nunca regulamentado – é uma grande perda política para o conjunto de setores sociais que advogam a prioridade do desenvolvimento nacional sobre os interesses puramente financistas; embora reconheçamos que a regulamentação parcial possa facilitar a introdução de mudanças setoriais no sistema financeiro, adequando o seu funcionamento aos objetivos do novo governo.

4. Mas, principalmente, discordamos do mérito da matéria pelo fato de sua aprovação abrir caminho para a regulamentação do Banco Central do Brasil como um banco central autônomo. Consideramos que em todas as partes do mundo as forças progressistas e democráticas se opõem à independência da autoridade monetária. Isso porque essa autonomia nos países em desenvolvimento tem significado, quase sempre, um retrocesso do ponto de vista democrático e um grave risco disso resultar na captura do banco central por interesses corporativos e setoriais privados. Não concordamos que tal autonomia venha a nos garantir qualquer melhora no desempenho econômico e de estabilidade monetária; tal melhora poderá advir mais de uma adequada coordenação das políticas monetária, cambial e fiscal do que do isolamento político dos condutores da política monetária.

5. Apesar de nossa discordância do mérito dessa reforma constitucional, temos consciência plena do momento político que vivemos, particularmente agravado pela pesada herança de desequilíbrio fiscal e externo deixada pelo governo passado.



6. Temos certeza que o compromisso do Governo Lula com os anseios de desenvolvimento econômico, de justiça social e de construção de um Estado mais democrático fará com que nenhuma regulamentação do setor financeiro, em especial sobre a autonomia do Banco Central do Brasil, terá a iniciativa, o apoio ou a sanção do Presidente da República sem que, antes, tais projetos de leis complementares sejam submetidos a um amplo debate público e que se garanta que as novas leis estejam em coerência com a prioridade governamental de desenvolvimento econômico, nem prejudiquem a democratização do Estado e o controle social sobre seus órgãos e políticas.

7. Embora cômicos dos aspectos predominantemente negativos da reforma introduzida no art. 192, estamos conscientes também de nossa responsabilidade de solidariedade política ao governo. Assim, resolvemos dar o nosso voto favorável à PEC 53, de 1999, como uma demonstração da confiança que depositamos no Governo Lula e na perspectiva de mudanças democráticas que o povo referendou nas urnas.

Sala das Sessões,

de abril de 2003.



Deputado Inácio Arruda

Líder do PCdoB



## DECLARAÇÃO DE VOTO CONTRÁRIO À PEC 53/99

Através desta desejo manifestar minha absoluta contrariedade com a PEC 53/99, *de autoria do Ex Senador José Serra*.

O artigo 192 da constituição federal dispõe sobre o “sistema financeiro nacional estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir os interesses da coletividade”. A seguir elenca em diversos incisos, as diversas matérias que deverão ser regulamentadas por lei complementar. Entre elas cito 3 que me parecem de alta relevância e que serão afetadas negativamente pela votação desta PEC: as condições para participação estrangeira nas instituições de ~~seguros~~ resseguro, previdência e capitalização; o tabelamento de juros em 12% ao ano e a organização e funcionamento do Banco Central.

O FMI, o sistema financeiro internacional e o capital estrangeiro tem interesse direto nestes 3 assuntos pois querem a introdução das grandes multinacionais da previdência, do ~~seguro~~ resseguro em nosso sistema, querem enterrar de vez qualquer possibilidade de tabelamento dos juros em 12% ao ano e querem a autonomia do Banco Central.

A aprovação desta PEC, que inclui a eliminação de todos os incisos que compõe o artigo 192, vai facilitar sobremaneira estes objetivos. Vai abrir caminho para uma regulamentação facilitada da autonomia do Banco Central, da entrada do capital estrangeiro no setor de ~~seguros~~ resseguros e previdência e vai prejudicar milhares de ações que tramitam na justiça contra os juros abusivos cobrados por bancos e cartões de crédito, enterrando definitivamente a expectativa de fazer valer o tabelamento de juros em 12% ao ano. Estes são fatos, e fatos graves. É uma irresponsabilidade deste parlamento votar matéria de tamanha importância praticamente sem nenhum debate interno e muito menos com a população.

Nossa preocupação aumentou ainda mais quando tivemos acesso à carta de intenções enviada pelo governo ao FMI, dizendo explicitamente que esta PEC abrirá caminho para “a desejada



autonomia do Banco Central". O Banco Central já tem autonomia demais, e a autonomia oficial é a blindagem econômica e financeira que os "mercados" desejam para ter certeza que a política econômica do governo não mudará. Vejamos a situação do Presidente da Venezuela, que teve que recorrer ao Poder Judiciário para tentar baixar os juros naquele país. É isto que queremos para o Brasil? Tenho certeza que os milhões que elegeram Lula não querem que ele abra mão de tamanho poder.

O que votamos aqui não é, ainda, a autonomia do Banco Central. Sabemos, entretanto, que estamos abrindo esta porta, e por isso nossa posição de mérito é contra. O voto favorável é uma exigência das circunstâncias. Não é uma rendição. Quero repetir aqui as palavras da Senadora Heloísa Helena ontem na tribuna do Senado: a única forma do painel eletrônico desta Casa não registrar meu voto contrário à autonomia do Banco Central é o governo não mandar esta proposta para o parlamento. Faremos todos os esforços para que a posição histórica do PT, contra a autonomia do Banco Central, siga prevalecendo.

Em temas decisivos, como a autonomia do Banco Central e a reforma da previdência não acataremos nenhuma decisão de bancada que contrarie os princípios sempre defendidos pelo PT, não acataremos nenhuma decisão que nos coloque contra os interesses dos trabalhadores e do funcionalismo público, massacrados pelos anos FHC e que elegeram Lula em busca de conquistas, de avanços. É nesta luta que empenhamos nosso mandato. *É para esta luta que chamamos todos os trabalhadores e pobres deste país.*

LUCIANA GENRO – PT/RS



Não acolhida pelo Mesa

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53, DE 1999  
(Do Senado Federal)

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da  
Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato  
das Disposições Constitucionais Transitórias.

1

EMENDA AGLUTINATIVA

(Art. 122, R. I.: com base no texto da PEC 53, de 1999 e a PEC 10, de 2003, apensada)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso V do art. 163 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 163 .....

“V - fiscalização financeira da administração pública direta e indireta;” (NR)

Art. 2º O *caput* do art. 192 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, será regulado por **leis complementares** que disporão, inclusive, sobre: (NR)

.....

“§ 1º A autorização a que se referem os incisos I e II será inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle da pessoa jurídica titular, e concedida sem ônus, na forma da **lei complementar**, a pessoa jurídica cujos diretores tenham capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento. (NR)

.....”

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A presente emenda aglutinativa objetiva reduzir a PEC 53 a permitir apenas a regulamentação isolada de matérias referentes ao sistema financeiro nacional.

1



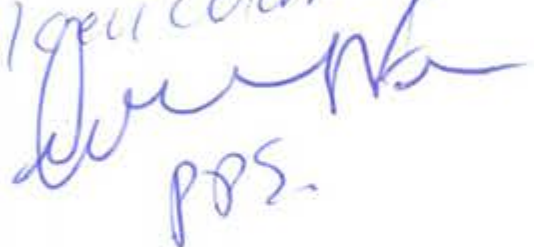
Sala das Sessões, de março de 2003.



Deputado Inácio Arruda  
Líder do PCdoB



Dep. Algeu Colares PSD.



PPS.

PPS



Dr. Evila'sio

853





CÂMARA DOS DEPUTADOS

# Requerimento de Destaque (Bancada do PT)

Senhor Presidente

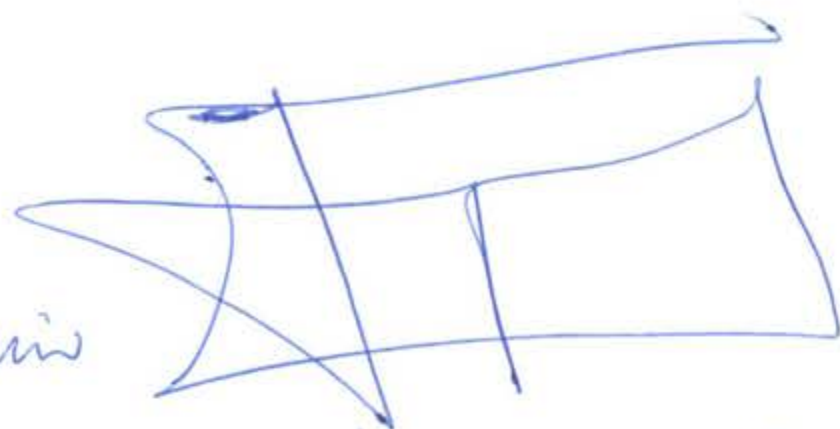
Requerimo aos senhores Regime-  
tais destaque para votação em  
separado dos incisos I, II, IV,  
V, VI, VII e dos parágrafos 1º, 2º  
e 3º do artigo 192 da CF  
previados pela proposta do  
Senado Federal na PEC-53/99.

Sala dos Senhores

27 de março 2003

Walter  
Pereira

Dep. Walter Pereira



Dep. Henrique Fontana

1/ Unbr - Arnaldo Faria de S.  
- Rodrigo Maciel  
21/ Fama - Jandira Figueira





CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEC 53

*Handwritten signature and date 2/1/3*

## EMENDA AGLUTINATIVA GLOBAL

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Transitórias

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso V do art. 163 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 163 .....”

“V – fiscalização financeira da administração pública direta e indireta;” (NR)

Art. 2º O art. 192 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares, que disporão, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram e sobre:

I – a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, assegurado às instituições bancárias oficiais e privadas acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro bancário, sendo vedada a essas instituições a participação em atividades não previstas na autorização de que trata este inciso;

II – autorização e funcionamento dos estabelecimentos de seguro, resseguro, previdência e capitalização, bem como do órgão oficial fiscalizador;

III – as condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se referem os incisos anteriores, tendo em vista, especialmente:

a) os interesses nacionais;

b) os acordos internacionais;

IV – a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central e demais instituições financeiras públicas e privadas;

V – os requisitos para a designação de membros da diretoria do Banco Central e demais instituições financeiras, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo;

VI – a criação de fundo ou seguro, com o objetivo de proteger a economia popular, garantindo créditos, aplicações e depósitos até determinado valor, vedada a participação de recursos da União;

*Handwritten signatures and initials at the bottom of the page*





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

VII – os critérios restritivos da transferência de poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento;

VIII – o funcionamento das cooperativas de crédito e os requisitos para que possam ter condições de operacionalidade e estruturação próprias das instituições financeiras.

§ 1º A autorização a que se referem os incisos I e II será inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle da pessoa jurídica titular, e concedida sem ônus, na forma da lei, a pessoa jurídica cujos diretores tenham capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento.

§ 2º Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, serão depositados em suas instituições regionais de crédito e por elas aplicados.

Art. 3º O caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a ter a seguinte redação:

“Art. 52. Até que sejam fixadas as condições do art. 192, são vedados (NR):

I - .....

II - .....

Parágrafo único .....

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Sessões , ... de ..... de 2003.

*Assinaturas manuscritas:*

- Lider do PPB* (assinatura)
- PRB* (assinatura)
- Rouol Amis* (assinatura)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

## REQUERIMENTO DE PREFERÊNCIA

Senhor Presidente

Requeremos, nos termos do artigo 161, inciso IV do Regimento Interno, preferência para a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2003, apensada, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 1999.

Sala das Sessões, em      de março de 2003.

Deputado NELSON PELLEGRINO  
Líder do PT





CÂMARA DOS DEPUTADOS

*Arnaud*  
*20/3/03*

## REQUERIMENTO

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados:

Requeremos, nos termos Regimentais, retirada do item 4 da pauta.

Sala das Sessões, em 20 de março de 2003

*Renato Casagrande*  
DEP RENATO CASAGRANDE  
RSB/ES



1

## REQUERIMENTO DE RETIRADA DA PAUTA

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do inciso VI do artigo 117, do Regimento Interno, RETIRADA DA ORDEM DO DIA da PEC nº 53-B, de 1999, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 19 de março 2003.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Inácio Arruda', is written over a horizontal line.

DEPUTADO INÁCIO ARRUDA  
Líder do PCdoB



## REQUERIMENTO DE ADIAMENTO DA DISCUSSÃO

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 177 do Regimento Interno, Adiamento da Discussão da **PEC nº 53-B, de 1999** constante da Ordem do Dia de hoje, por dez sessões.

Sala das Sessões, em 14 de março 2003.



DEPUTADO INÁCIO ARRUDA  
Líder do PCdoB





## Requerimento

Sr. Presidente,

Requeiro a V. Ex.<sup>a</sup>, nos termos regimentais,  
a retirada do Ordem do Dia da PEC-53-1/99  
item 4 da pauta.

Sala das Sessões, 19 de março de 2003.

*João*  
PFL  
*Neuatro*  
PSDB



Requisitos, nos termos regimentais, e  
retirada do item ~~10~~ de pauta. - PEC  
53/99

Sala das Sessões em  
25 de março de 2003

Wing Wing

- Aldo Rebelo  
Líder do Governo



11:40 Alceu Collares (PDT - RS)  
12:05 Wellington Roberto (PL - PB)  
12:30 Josias Gomes (PT - BA)  
12:55 Homero Barreto (PTB - TO)  
13:20 Nelson Pellegrino (PT - BA)

---

**31 2ª-feira** 15:00 João Campos (PSDB - GO)  
15:25 Osvaldo Biolchi (PMDB - RS)

15:50 Lindberg Farias (PT - RJ)  
16:15 Darci Coelho (PFL - TO)  
16:40 Átila Lins (PPS - AM)  
17:05 Ariosto Holanda (PSDB - CE)  
17:30 Perpétua Almeida (PCdoB - AC)  
17:55 Maria Helena (PMDB - RR)  
18:20 Jovino Cândido (PV - SP)

---

Lote: 19  
PEC Nº 53/1999  
95  
Caixa: 10





CÂMARA DOS DEPUTADOS

2663

## REQUERIMENTO

(PEC 53/99)

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do Art. 83, Parágrafo único, inciso II, alínea c, do RICD, a **retirada da Ordem do Dia** do PEC nº 53, de 1999 constante da Pauta da presente sessão.

Sala das Sessões, em 26 de MARÇO de 2003.

Deputado NEIVA MOREIRA  
Líder do PDT



PLB 26 2305 18:58  
En  
Nome  
Ponto 5532





CÂMARA DOS DEPUTADOS

26/03

## REQUERIMENTO

(PEC 53/99)

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 193 do RICD, o **adiamento** por ( 2 ) sessões da **votação** da PEC nº 53/99.

Sala das Sessões, em 26 de MARÇO de 2003.

Deputado NEIVA MOREIRA  
Líder do PDT



PLENÁRIO - RECEBIDO  
Em 26 03 03 às 11h  
Nome \_\_\_\_\_  
Ponto 5582

158



Item 4

23/8

FOLHA DE INSCRIÇÃO PARA DISCUSSÃO, EM PRIMEIRO TURNO,  
DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 53, DE 1999  
(LEI COMPLEMENTAR DISPORÁ SOBRE ASSUNTOS DO ART. 163 E 192 DA CF)

FOLHA DE INSCRIÇÃO DOS ORADORES CONTRÁRIOS A MATÉRIA

- A 1. Luciana Genro
- A 2. Miriam Menezes (Miriam Reid)
- A 3. ~~Renato Casagrande~~ (Renato Casagrande)
- A 4. ~~Babara~~ PT/R
- A 5. ~~Alceu Colares~~ ALCEU COLARES
- A 6. Jandira Fegalli
- X 7. ~~Diego Portugal~~
- A 8. Lindbergh Farias - LINDBERGH
- D 9. ~~Armando Faria de Sá~~
- X 10. Pompeu de Mattos - PDT/RS
11. Ivan Valente PT-SP
12. Dr. Paulo Afonso
13. LUCIANA GENRO PT/RS
14. Babara
15. Pompeu de Mattos
16. Jandira Fegalli
- 17.
- 18.

favor

contra

Goldman  
Rodrigo  
Miz Cordeiro

Ivan  
Paulo Afonso  
Luciana Genro



FOLHA DE INSCRIÇÃO PARA DISCUSSÃO, EM PRIMEIRO TURNO,  
DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 53, DE 1999  
(LEI COMPLEMENTAR DISPORÁ SOBRE ASSUNTOS DO ART. 163 E 192 DA CF)

RELAÇÃO DE INSCRIÇÃO DOS ORADORES A FAVOR DA MATÉRIA

01. Alberto Goldman *João*
2. Assis Miguel DO LOURO PT. PR
3. Luiz Carlos HAURY
4. Rodolfo MORA PFL RJ *Paulo*
5. Paulo Pimenta (Paulo Pimenta)
6. João Pinheiro PT-CE
7. Antonio CAMARAJÁ - PSDB/CE - André
8. Wesley
9. ....
10. ....
11. ....
12. ....
13. ....
14. ....
15. ....
16. ....
17. ....
18. ....



Hen 4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 53-B, DE 1999  
(DO SENADO FEDERAL)**

DISCUSSÃO, EM PRIMEIRO TURNO, DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 53-A, DE 1999, QUE ALTERA O INCISO V DO ARTIGO 163 E O ARTIGO 192 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E O CAPUT DO ARTIGO 52 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS; TENDO PARECERES: DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO, PELA ADMISSIBILIDADE (RELATOR: SR. MENDES RIBEIRO FILHO); E DA COMISSÃO ESPECIAL, PELA APROVAÇÃO DESTA, PELA ADMISSIBILIDADE E, NO MÉRITO, PELA REJEIÇÃO DAS EMENDAS DE N.ºS 1, 2, 3, 4 E 5, APRESENTADAS NA COMISSÃO, CONTRA OS VOTOS DOS DEPUTADOS ALOÍZIO MERCADANTE, ORLANDO DESCONSI, RICARDO BERZOINI, PEDRO EUGÊNIO, SALOMÃO GURGEL E MILTON TEMER. APRESENTOU VOTO EM SEPARADO O DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO (RELATOR: SR. RUBEM MEDINA).

TENDO APENSADA A PEC N.º 10, DE 2003

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS

DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO

PASSA-SE À VOTAÇÃO



308 -  
P 308's in  
h/ u ju

1 - 5 munda  
1 - product SF

~~ADVS - 6~~

• ADVS - PDT u u u u u u  
6



(SE APROVADA COM ALTERAÇÃO)

A MATÉRIA RETORNA À COMISSÃO ESPECIAL PARA  
ELABORAR A REDAÇÃO DO VENCIDO



QO Pendente



## CÂMARA DOS DEPUTADOS - SGM QUESTÃO DE ORDEM

### Questão de Ordem

Autor

ARNALDO FARIA DE SÁ

Partido/UF

PPB-SP

Nº Questão

15

Data-Hora

26/03/2003 00:00

Legislatura

52

Presidente da Sessão

JOÃO PAULO CUNHA(PT-SP)

Ementa

Questiona a apensação da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 1993 à Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 1999, por não estarem no mesmo estágio de tramitação.

Texto da Questão de Ordem

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, consta da pauta da Ordem do Dia a votação da PEC nº 53/99, que V.Exa.

despachou no sentido de que seja apensada à PEC nº 10/03, de autoria do Deputado

Virgílio Guimarães. Sr. Presidente, a Questão de Ordem nº 10.221, de agosto de 1995,

decidida pelo então Presidente Luís Eduardo, impede essa apensação. A decisão de

S.Exa. foi versada nos seguintes termos: "O exame da admissibilidade da proposta é

requisito indispensável para a sua tramitação. Desta forma não é possível admitir

apensação se uma das propostas já possui parecer da Comissão de Constituição e

Justiça enquanto a outra não, porque isso a suprimiria desta apreciação

regimentalmente." Continua decidindo o ex-Deputado: "Assim, só é regimentalmente

possível a apensação de propostas se todas estiverem pendentes de parecer da

Comissão de Constituição e Justiça ou se já tiverem recebido tal parecer em sentido

favorável. Por outro lado, possuindo as propostas que versam sobre matéria idêntica ou

correlata parecer favorável de admissibilidade, só será possível apensação até a

instalação da Comissão Especial respectiva, visto que, a partir desta Constituição, flui o

prazo para apresentação de emendas e oferecimento do parecer. Ressalte-se, todavia -

seguindo ainda a decisão - que, em qualquer caso, a eventual apensação dependerá da

análise do conteúdo das proposições, levando-se em conta sua temática, abrangência e

finalidade." Resolve o então Presidente Luis Eduardo a questão de ordem admitindo

apensação de propostas de emenda à Constituição que versem sobre matéria idêntica ou

correlata, desde que aquelas que se pretendam apensar estejam todas ainda pendentes

de apreciação de admissibilidade pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação

ou dela possuam parecer favorável e desde que ainda não instalada a Comissão

Especial. Sr. Presidente, a PEC nº 10/03 não tem parecer de admissibilidade, a Comissão

Especial já findou seus trabalhos e a decisão do ex-Deputado Luis Eduardo à Questão de

Ordem nº 10.221, de agosto de 1995, não foi revogada. Portanto, não pode ocorrer

apensação da PEC apresentada pelo Deputado Virgílio Guimarães à PEC nº 53/99,

oriunda do Senado da República. A questão de ordem resolvida pelo ex-Deputado Luis

Eduardo, quando presidia a Casa, continua em vigor.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONÔ - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de

ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS - SGM

### QUESTÃO DE ORDEM

O SR. JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL-AL. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a matéria trazida pelo nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá rememora, com sua competência, a decisão do então Presidente Luis Eduardo. Entretanto, o assunto é um tanto mais delicado. Apresentamos inclusive recurso contra a apensação, que foi indeferido - nesse caso, sim, em termos regimentais - pelo Presidente João Paulo Cunha. O problema é que a apensação não pode ocorrer, e abriria gravíssimo precedente nesta Casa. Chamo a atenção dos Srs. Deputados, que podem ser lesados amanhã no seu direito de emendar. Esse é o fulcro da questão de ordem. A Proposta de Emenda Constitucional nº 53-B, de 1999, cumpriu toda a tramitação legal e se encontrava, ou se encontra, na Ordem do Dia. Foi exaurido, no procedimento, todo o direito parlamentar de emendar, de discutir, de aperfeiçoar, de aprimorar. As PECs têm, como sabe V.Exa. e a Assessoria da Casa, tramitação especialíssima. Só se pode emendar proposta de emenda constitucional no prazo de dez sessões, a contar da instalação da Comissão Especial, para o exarar do parecer respectivo. O que aconteceu? A PEC nº 10/03, cujo primeiro subscritor é o ilustre Deputado Virgílio Guimarães, aterrissou, via apensação, diretamente na Ordem do Dia, de forma manifestamente ilegal. Aos Deputados foi subtraído o direito legítimo de emendar a proposição do Deputado Virgílio Guimarães, o que é absurdo. Isso abre precedente perigoso. Amanhã, qualquer Deputado, qualquer partido político, qualquer companheiro mais ágil pode usar do mesmo expediente e fazer incluir na Ordem do Dia projeto, diploma que demoraria pelo menos o prazo regimental para ser apreciado pela sessão. À luz dos precedentes, temos não apenas a decisão do então Presidente Luis Eduardo, mas também a decisão de janeiro de 1988 da lavra do nobre Deputado Michel Temer, que pôs termo à questão levantada pelo então Líder do PT, nobre Deputado José Machado. Aliás, a questão de ordem decidida pelo então Presidente Luis Eduardo foi levantada pelo nobre Deputado José Genoíno - estou citando apenas os nomes dos autores. Chamo a atenção de V.Exa. para as matérias. Apresentamos o recurso como forma de concitá-lo a rever sua decisão, que entendeu que não era pertinente. Era regimental seu entendimento no recurso, mas na questão de ordem não. A questão de ordem é a seguinte: não pode, nos termos regimentais, ser apensada proposta de emenda constitucional a outra que já tramite em diferente estágio de tramitação - uma em estágio final e outra em inicial -, porque aí ilide-se, subtrai-se, subsume-se, para usar palavra mais cruel, furta-se o direito sagrado de o Deputado emendar. É a questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pela ordem, para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Um minuto, Deputado Professor Luizinho. Recebo a questão de ordem levantada pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá, complementada pelo Deputado José Thomaz Nonô. Como há matérias inevitáveis que trancam a pauta, vamos analisá-las. Na hora oportuna, analisarei as questões de ordem apresentadas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONÔ - O PFL agradece, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Deputado Professor Luizinho, na hora oportuna em que este Presidente for responder às questões de ordem levantadas, V.Exa. terá o direito de contraditar.

#### Decisão

*Presidente que proferiu a Decisão*

#### Ementa



E M E N T A

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.  
(Estabelecendo que lei complementar disporá sobre fiscalização financeira da administração pública e, sobre o Sistema Financeiro Nacional, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de créditos e a participação do Capital Estrangeiro nas instituições financeiras que o integram; alterando a Nova Constituição Federal).

SENADO FEDERAL  
(PEC Nº 21/97)  
Sen. JOSÉ SERRA E  
OUTROS  
(PSDB-SP)

A N D A M E N T O

MESA

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

PLENÁRIO

11.08.99 É lida e vai a imprimir. DCD 07/08/99, pág. 32731 col. 01

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

11.08.99 Encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

02.08.00 Distribuído ao relator, Dep. MENDES RIBEIRO FILHO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

17.10.00 Aprovado unanimemente o parecer do relator, Dep. MENDES RIBEIRO FILHO, pela ADMISSIBILIDADE.

MESA (ARTIGO 202 DO RI)

17.10.00 É lido e vai a imprimir, tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação pela admissibilidade.  
(PEC 53-A/99).

DCD 18/10/00, Pág. 51202, Col. 02.

MESA

18.10.00 Aguardando criação de Comissão Especial.

Publicada no Diário do Congresso Nacional  
de

APENSADA :

PEC Nº 10/03



- 15.05.01 MESA  
ATO DA PRESIDÊNCIA: Nos termos do § 2º, do artigo 202, do Regimento Interno, esta Presidência decide constituir Comissão Especial destinada a, no prazo de 40 (quarenta) sessões, proferir parecer à esta PEC.
- 17.05.01 COMISSÃO ESPECIAL  
Distribuído ao relator, Dep. RUBEM MEDINA.
- 18.05.01 COMISSÃO ESPECIAL  
Prazo para apresentação de emendas: 05 sessões.
- 01.06.01 COMISSÃO ESPECIAL  
Foram apresentas 05 (cinco) emendas assim distribuidas: emendas de nº 01 pelo Dep. Salomão Gurgel, nº 02 pelo Dep. Orlando Desconsi e as de nºs 03, 04 e 05 pelo Dep. Ricardo Berzoini.
- 26.06.01 COMISSÃO ESPECIAL  
Parecer do relator, Dep. RUBEM MEDINA, pela admissibilidade das emendas de nºs 01/01, 02/01, 03/01, 04/01 e 05/01 apresentadas na comissão especial, e, no mérito, pela rejeição de todas as emendas e pela aprovação desta.
- 07.08.01 COMISSÃO ESPECIAL  
Aprovado o parecer favorável do relator, Dep. RUBEM MEDINA, a esta e pela admissibilidade e, no mérito, pela rejeição das emendas nºs 01, 02, 03, 04 e 05, apresentadas na Comissão, contra os votos dos Deps Aloízio Mercadante, Orlando Desconsi, Ricardo Berzoini, Pedro Eugênio, Salomão Gurgel e Milton Temer.



## EMENTA

FOLHA 02

## ANDAMENTO

- 07.08.01 PRONTO PARA A ORDEM DO DIA  
É lido e vai a imprimir, tendo pareceres da Comissão da Constituição e Justiça e de Redação, pela admissibilidade; e da Comissão Especial, pela aprovação desta, pela admissibilidade e no mérito, pela rejeição das emendas n.ºs 1,2,3,4 e 5, apresentadas na Comissão, contra os votos dos Deputados Aloízio Mercadante, Orlando Desconsi, Ricardo Berzoini, Pedro Eunênio, Salomão Gurnel e Milton Temer, Apresentou voto em separado o Deputado Pedro Eugênio.  
(PEC 53-B/99).  
DCD 08/08/01, Pág. 35362, Col. 01;
- 27.08.02 PLENÁRIO  
Discussão em primeiro turno.  
Adiada a discussão em face da não-conclusão da apreciação da MPV 38/02, item 01 da pauta da Ordem do Dia, com prazo encerrado.  
DCD 28/08/02, Pág. 40926, Col. 02
- 28.08.02 PLENÁRIO  
Discussão em primeiro turno.  
Adiada a discussão em face da não-conclusão da apreciação da MPV 38/02, item 01 da pauta, com prazo encerrado.  
DCD 29/08/02, Pág. 41335, Col. 02
- 19.03.03 PLENÁRIO  
Discussão em primeiro turno.  
Matéria não apreciada em face do encerramento da sessão.  
  
APENSADA À ESTA A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10, DE 2003.

Publicada no Diário do Congresso Nacional  
de



- 20.03.03 PLENÁRIO  
Discussão em primeiro turno.  
Aprovação do requerimento do Dep Renato Casagrande, que solicita a retirada de pauta desta Proposta.
- 25.03.03 PLENÁRIO  
Discussão em primeiro turno.  
Adiada a discussão, em face do encerramento da sessão.
- 26.03.03 PLENÁRIO  
Discussão em primeiro turno.  
Questão de Ordem do Dep Arnaldo Faria de Sá, versando sobre o impedimento regimental da apensação da PEC 10/03 a esta. Aditamento feito pelo Dep José Thomaz Nonô. Recebida pela Presidência para posterior resposta.  
Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 82, de 2002, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
- 27.03.03 PLENÁRIO  
Matéria sobre a mesa.  
Indeferida pela Presidência a Questão de Ordem do Dep Arnaldo Farias de Sá, aditada pelo Dep José Thomaz Nonô e apresentada na Sessão Ordinária do dia 26.03.03.  
O Dep Arnaldo Faria de Sá recorre da decisão à CCJR.  
Aprovação do requerimento dos Senhores Líderes que solicita a retirada de pauta de todos os itens da Pauta desta sessão, exceto desta Proposta de Emenda a Constituição - PEC e da MPV 82/02.  
Discussão em primeiro turno.  
Discussão desta PEC pelos Deps Alberto Goldman, Ivan Valente, Luiz Carlos Hauly, Paulo Afonso, Rodrigo Maia e Luciana Genro.  
Requerimento dos Senhores Líderes que solicita o encerramento da discussão.  
Encaminhamento do requerimento pelos Deps Pompeo de Mattos e José Thomaz Nonô.  
Aprovação do requerimento.  
Encerrada a discussão.  
Votação em primeiro turno.  
Encaminhamento da votação pelos Deps Babá, Luiz Carlos Hauly, Pompeo de Mattos e José Pimentel.  
Aprovação do requerimento do Dep Pedro Henry, Líder do PPB, que solicita o adiamento da votação.





Sr. Presidente

Na 1ª votação da  
PEC nº 53/2009 em

- Tronizir Turma, a  
deputada Selma Schraas  
(PT-PR) votou com  
a orientação de seu  
Partido.

Sob as siglas, em 2/4/03

Assinatura de

1ª Vice





# **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **(\*\*) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53-B, DE 1999**

**(Do Senado Federal)**

PEC Nº 21/97

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela admissibilidade (relator: DEP. MENDES RIBEIRO FILHO); e da Comissão Especial, pela aprovação desta, pela admissibilidade e, no mérito, pela rejeição das emendas nºs. 1, 2, 3, 4 e 5, apresentadas na Comissão, contra os votos dos Deputados Aloízio Mercadante, Orlando Desconsi, Ricardo Berzoini, Pedro Eugênio, Salomão Gurgel e Milton Temer. Apresentou voto em separado o Deputado Pedro Eugênio (relator: DEP. RUBEM MEDINA).

### **SUMÁRIO**

I – Proposta inicial

II – Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:

- parecer do relator
- parecer da Comissão

III – Na Comissão Especial:

- emendas apresentadas na Comissão (5)
- termo de recebimento de emendas
- parecer do relator
- parecer da Comissão
- voto em separado

IV – Proposta apensada: PEC 10/03

(\*\*) Republicado em virtude de incorreções no anterior



[As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso V do art. 163 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.163....."

"V - fiscalização financeira da administração pública direta e indireta;" (NR)

Art. 2º O art. 192 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares, que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram." (NR)

I - Revogado.

II - Revogado.

III - Revogado.

a) Revogado.

b) Revogado.

IV - Revogado.

V - Revogado.

VI - Revogado.

VII - Revogado.

VIII - Revogado.

§ 1º Revogado.

§ 2º Revogado.

§ 3º Revogado.

Art. 3º O caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a ter a seguinte redação:

"Art. 52. Até que sejam fixadas as condições do art. 192, são vedados:" (NR)

"I - ....."

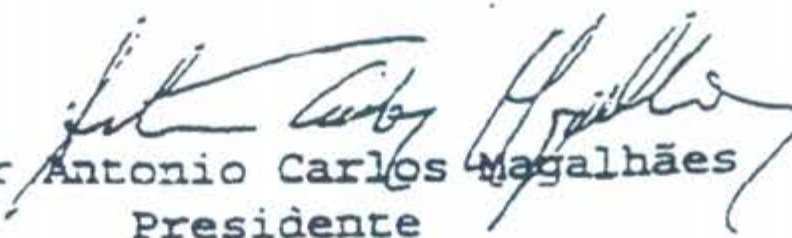
II - ....."

Parágrafo único....."



Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de junho de 1999

  
Senador Antonio Carlos Magalhães  
Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI

# CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

---

## TÍTULO IV Da Organização dos Poderes

### CAPÍTULO I Do Poder Legislativo

---

#### SEÇÃO VIII Do Processo Legislativo

---

#### SUBSEÇÃO II Da Emenda à Constituição

Art. 60 - A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:



I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

.....

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

.....

## TÍTULO VI

### Da Tributação e do Orçamento

.....

## CAPÍTULO II

### Das Finanças Públicas

## SEÇÃO I

### Normas Gerais

Art. 163 - Lei complementar disporá sobre:

I - finanças públicas;

II - dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público;

III - concessão de garantias pelas entidades públicas;

IV - emissão e resgate de títulos da dívida pública;

V - fiscalização das instituições financeiras;

VI - operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII - compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito da União, resguardadas as características e condições operacionais plenas das voltadas ao desenvolvimento regional.

.....

## TÍTULO VII

### Da Ordem Econômica e Financeira

.....



## CAPÍTULO IV

### Do Sistema Financeiro Nacional

Art. 192 - O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar, que disporá, inclusive, sobre:

I - a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, assegurado às instituições bancárias oficiais e privadas acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro bancário, sendo vedada a essas instituições a participação em atividades não previstas na autorização de que trata este inciso;

II - autorização e funcionamento dos estabelecimentos de seguro, resseguro, previdência e capitalização, bem como do órgão oficial fiscalizador;

*\* Inciso II com redação dada pela Emenda Constitucional nº 13, de 21/08/1996.*

III - as condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se referem os incisos anteriores, tendo em vista, especialmente:

a) os interesses nacionais;

b) os acordos internacionais;

IV - a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central e demais instituições financeiras públicas e privadas;

V - os requisitos para a designação de membros da diretoria do banco central e demais instituições financeiras, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo;

VI - a criação de fundo ou seguro, com o objetivo de proteger a economia popular, garantindo créditos, aplicações e depósitos até determinado valor, vedada a participação de recursos da União;

VII - os critérios restritivos da transferência de poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento;

VIII - o funcionamento das cooperativas de crédito e os requisitos para que possam ter condições de operacionalidade e estruturação próprias das instituições financeiras.

§ 1º A autorização a que se referem os incisos I e II será inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle da pessoa jurídica titular, e concedida sem ônus, na forma da lei do sistema financeiro nacional, a pessoa jurídica cujos diretores tenham capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento.

§ 2º Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter



regional, de responsabilidade da União, serão depositados em suas instituições regionais de crédito e por elas aplicados.

§ 3º As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano; a cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos que a lei determinar.

## ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Art. 52 - Até que sejam fixadas as condições a que se refere Art. 192, III, são vedados:

I - a instalação, no País, de novas agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior;

II - o aumento do percentual de participação, no capital de instituições financeiras com sede no País, de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior.

Parágrafo único. A vedação a que se refere este artigo não se aplica às autorizações resultantes de acordos internacionais, de reciprocidade, ou de interesse do Governo brasileiro.

Ofício nº 484 (SF)

Brasília, em 14 de junho de 1999

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à apreciação da Câmara dos Deputados, a Proposta de



Emenda à Constituição n° 21, de 1997, constante dos autógrafos juntos, que "altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias".

Atenciosamente,



Senador Carlos Patrocínio  
Primeiro-Secretário, em exercício

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Ubiratan Aguiar  
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

### I - RELATÓRIO

Trata-se de proposta de emenda à Constituição, originária do Senado Federal, destinada a alterar o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o *caput* do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A alteração consiste em:

- a) dar ao inciso V do art. 163 a seguinte redação:  
*"fiscalização financeira da administração pública direta e indireta;*



- b) manter o *caput* do art. 192 com nova redação, revogando todos os demais dispositivos: *"O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares, que dispõem, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram"; e*
- c) dar ao *caput* do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias a seguinte redação: *"Até que sejam fixadas as condições do art. 192, são vedados"*.

Segundo consta de parecer acostado às fls. 6/8, de autoria do Senador Jefferson Péres, o objetivo da presente proposta de emenda à Constituição, *"fundamentalmente permitir que se possa viabilizar a regulamentação infraconstitucional do Sistema Financeiro Nacional"*.

Melhor dizendo, seu objetivo é permitir que o Sistema Financeiro Nacional seja regulado por *"leis complementares"* e não por *"lei complementar"* única, que, consoante entendimento reiterado do Supremo Tribunal Federal, o regularia como um todo.

Esse entendimento foi enunciado na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4/DF, de cuja ementa se colhe o seguinte parágrafo:

.....

6. Tendo a Constituição Federal, no único artigo em que trata do Sistema Financeiro Nacional (art. 192), estabelecido que este será regulado por lei complementar, com observância do que determinou no *caput*, nos seus incisos e parágrafos, não é de se admitir a eficácia imediata e isolada do disposto em seu parágrafo 3º, sobre taxa de juros reais (12 por cento ao ano), até porque estes não foram conceituados. Só o tratamento global do Sistema Financeiro Nacional, na futura lei complementar, com a observância de



*todas normas do caput, dos incisos e parágrafos do art. 192, e que permitirá a incidência da referida norma sobre juros reais e desde que estes também sejam conceituados em tal diploma.*

....."

A proposição vem a esta Casa Legislativa para fins do disposto no § 2º do art. 60 da Constituição Federal, segundo o qual *a proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.*

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 32, inciso III, alínea b, e 202, do Regimento Interno, que deverá manifestar-se exclusivamente acerca de sua admissibilidade.

As condições de admissibilidade são aquelas previstas no art. 60 da Constituição Federal. Sendo a proposta de emenda originária do Senado Federal, a comprovação do número suficiente de assinaturas válidas ficou a cargo Casa onde teve início sua tramitação. É de se reconhecer, porém, a inexistência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, dando-se por satisfeita, assim a exigência do parágrafo 1º do artigo.

A proposição guarda também observância ao § 4º do art. 60, segundo o qual não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: a forma federativa de Estado (inciso I); o voto direto, secreto, universal e periódico (inciso II); a separação de Poderes (inciso III); e os direitos e garantias individuais (inciso IV).



Isto posto, o voto é pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 1999.

Sala da Comissão, em 16 de 10 de 2000.

  
Deputado Mendes Ribeiro Filho  
Relator

### III – PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 53/99, nos termos do parecer do Relator, Deputado Mendes Ribeiro Filho.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Ronaldo Cezar Coelho – Presidente, Iédio Rosa – Vice-Presidente, André Benassi, Edir Oliveira, Fernando Gonçalves, Léo Alcântara, Nelson Marchezan, Vicente Arruda, Zulaiê Cobra, Júlio Delgado, Cezar Schirmer, Coriolano Sales, Geovan Freitas, Mendes Ribeiro Filho, Osmar Serraglio, Darci Coelho, Jaime Martins, Paulo Magalhães, Ricardo Fiúza, José Genoíno, Augusto Farias, Fernando Coruja, José Roberto Batochio, José Antônio Almeida, Bispo Rodrigues, Ayrton Xerêz, Luiz Antônio Fleury, Max Rosenmann, Cláudio Cajado, Jairo Carneiro, Professor Luizinho, Dr. Benedito Dias, Jair Bolsonaro e Djalma Paes.

Sala da Comissão, em 17 de outubro de 2000

  
Deputado RONALDO CEZAR COELHO  
Presidente



COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR A PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 53-A, DE 1999, QUE "ALTERA O INCISO V DO ART. 163 E O ART. 192 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E O CAPUT DO ART. 52 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS".

PEC 53-A/99 - SISTEMA FINANCEIRO

Emenda Nº 1 /01

Recebido em 31 / 05 /01

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao art. 192 da Constituição Federal, com a redação dada pelo art. 2º da PEC nº 53-A, o seguinte parágrafo único:

"Art. 2º .....

Art. 192 .....

Parágrafo único Os órgãos responsáveis pela fiscalização das instituições integrantes do sistema financeiro nacional estarão sujeitos ao controle público, nos termos em que lei específica para cada órgão determinar."

JUSTIFICATIVA

Entendemos que seja necessário um comando constitucional no sentido de que leis específicas para cada órgão responsável pela fiscalização das instituições integrantes do sistema financeiro estabeleçam condições para que a sociedade possa controlar as ações desses órgãos, seja por meio de gravações obrigatórias de toda e qualquer reunião realizada pelos seus diretores, seja por meio da disponibilização de todo e qualquer documento diretamente ligado às decisões de diretoria, ou por outro meio qualquer. O importante é que a Constituição Federal contenga dispositivo nesse sentido, determinando que leis sejam editadas com vistas a viabilizar o controle público desses órgãos.

Brasília, de maio de 2001

  
Deputado Salomão Gurgel



## SECRETARIA-GERAL DA MESA

PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS005301)

AUTOR: SALOMAO GURGEL E OUTROS

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADAO PRETTO	RS	PT
2 - ADOLFO MARINHO	CE	PSDB
3 - ALCEU COLLARES	RS	PDT
4 - ALEX CANZIANI	PR	PSDB
5 - ALMERINDA DE CARVALHO	RJ	PFL
6 - ALOIZIO MERCADANTE	SP	PT
7 - ANA CATARINA	RN	PMDB
8 - ANA CORSO	RS	PT
9 - ANGELA GUADAGNIN	SP	PT
10 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
11 - ANTONIO KANDIR	SP	PSDB
12 - ARMANDO ABILIO	PB	PSDB
13 - ARMANDO MONTEIRO	PE	PMDB
14 - ARNON BEZERRA	CE	PSDB
15 - ATILA LIRA	PI	PSDB
16 - AUGUSTO FRANCO	SE	PSDB
17 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
18 - BABA	PA	PT
19 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
20 - CANDINHO MATTOS	RJ	PSDB
21 - CARLITO MERSS	SC	PT
22 - CARLOS ALBERTO ROSADO	RN	PFL
23 - CARLOS DUNGA	PB	PTB
24 - CARLOS MOSCONI	MG	PSDB
25 - CARLOS SANTANA	RJ	PT
26 - CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
27 - CELSO RUSSOMANNO	SP	PPB
28 - CEZAR SCHIRMER	RS	PMDB
29 - CIRO NOGUEIRA	PI	PFL
30 - CLEONANCIO FONSECA	SE	PPB
31 - CLOVIS ILGENFRITZ	RS	PT
32 - CLOVIS VOLPI	SP	PSDB
33 - CONFUCIO MOURA	RO	PMDB
34 - CORIOLANO SALES	BA	PMDB
35 - DELFIM NETTO	SP	PPB
36 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
37 - DILCEU SPERAFICO	PR	PPB
38 - DINO FERNANDES	RJ	PSDB
39 - DJALMA PAES	PE	PSB
40 - DR. BENEDITO DIAS	AP	PPB
41 - DR. HELENO	RJ	PSDB
42 - DR. HELIO	SP	PDT



43 - DR. ROSINHA	PR	PT
44 - DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
45 - EDIR OLIVEIRA	RS	PTB
46 - EDMAR MOREIRA	MG	PPB
47 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
48 - ELISEU MOURA	MA	PPB
49 - ELISEU RESENDE	MG	PFL
50 - ENI VOLTOLINI	SC	PPB
51 - EUNICIO OLIVEIRA	CE	PMDB
52 - EURIPEDES MIRANDA	RO	PDT
53 - EVANDRO MILHOMEN	AP	PSB
54 - FERNANDO CORUJA	SC	PDT
55 - FERNANDO FERRO	PE	PT
56 - FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
57 - FERNANDO GONCALVES	RJ	PTB
58 - FETTER JUNIOR	RS	PPB
59 - FEU ROSA	ES	PSDB
60 - FLAVIO ARNS	PR	PSDB
61 - GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
62 - GEOVAN FREITAS	GO	PMDB
63 - GERSON PERES	PA	PPB
64 - GILMAR MACHADO	MG	PT
65 - GIOVANNI QUEIROZ	PA	PDT
66 - GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
67 - GUSTAVO FRUET	PR	PMDB
68 - HELENILDO RIBEIRO	AL	PSDB
69 - HELIO COSTA	MG	PMDB
70 - HENRIQUE FONTANA	RS	PT
71 - IBERE FERREIRA	RN	PTB
72 - IBRAHIM ABI-ACKEL	MG	PPB
73 - IEDIO ROSA	RJ	S. PART.
74 - INACIO ARRUDA	CE	PCdoB
75 - INOCENCIO OLIVEIRA	PE	PFL
76 - IRIS SIMOES	PR	PTB
77 - IVAN PAIXAO	SE	PPS
78 - IVAN VALENTE	SP	PT
79 - JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
80 - JAIR MENEGUELLI	SP	PT
81 - JANDIRA FEGHALI	RJ	PCdoB
82 - JAQUES WAGNER	BA	PT
83 - JOAO CARLOS BACELAR	BA	PFL
84 - JOAO CASTELO	MA	PSDB
85 - JOAO COSER	ES	PT
86 - JOAO HERRMANN NETO	SP	PPS
87 - JOAO MENDES	RJ	PMDB
88 - JOAO PAULO	SP	PT
89 - JOAO SAMPAIO	RJ	PDT
90 - JOAQUIM FRANCISCO	PE	PFL
91 - JORGE BITTAR	RJ	PT
92 - JORGE KHOURY	BA	PFL
93 - JOSE ANTONIO ALMEIDA	MA	PSB
94 - JOSE CHAVES	PE	PMDB



95 - JOSE DE ABREU	SP	PTN
96 - JOSE GENOINO	SP	PT
97 - JOSE INDIO	SP	PMDB
98 - JOSE MILITAO	MG	PSDB
99 - JOSE PIMENTEL	CE	PT
100 - JOSE ROBERTO BATOCHIO	SP	PDT
101 - JOSE THOMAZ NONO	AL	PFL
102 - KINCAS MATTOS	SP	PSB
103 - LAMARTINE POSELLA	SP	PMDB
104 - LAURA CARNEIRO	RJ	PFL
105 - LAVOISIER MAIA	RN	PFL
106 - LIDIA QUINAN	GO	PSDB
107 - LINCOLN PORTELA	MG	PSL
108 - LUCI CHOINACKI	SC	PT
109 - LUCIANO CASTRO	RR	PFL
110 - LUCIANO ZICA	SP	PT
111 - LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
112 - LUIZ FERNANDO	AM	PPB
113 - LUIZ SERGIO	RJ	PT
114 - LUIZA ERUNDINA	SP	PSB
115 - MAGNO MALTA	ES	PL
116 - MANOEL SALVIANO	CE	PSDB
117 - MARCELO CASTRO	PI	PMDB
118 - MARCIO MATOS	PR	PTB
119 - MARCOS ROLIM	RS	PT
120 - MARIA DO CARMO LARA	MG	PT
121 - MARIO NEGROMONTE	BA	PSDB
122 - MAURO BENEVIDES	CE	PMDB
123 - MEDEIROS	SP	PL
124 - MILTON BARBOSA	BA	PFL
125 - MILTON MONTI	SP	PMDB
126 - MIRIAM REID	RJ	PSB
127 - MIRO TEIXEIRA	RJ	PDT
128 - MORONI TORGAN	CE	PFL
129 - MUCIO SA	RN	PTB
130 - MUSSA DEMES	PI	PFL
131 - NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
132 - NEIVA MOREIRA	MA	PDT
133 - NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB
134 - NELSON TRAD	MS	PTB
135 - NEUTON LIMA	SP	PFL
136 - NILMARIO MIRANDA	MG	PT
137 - NILSON MOURAO	AC	PT
138 - OLIMPIO PIRES	MG	PDT
139 - OLIVEIRA FILHO	PR	PL
140 - ORLANDO DESCONSI	RS	PT
141 - ORLANDO FANTAZZINI	SP	PT
142 - OSMANIO PEREIRA	MG	PSDB
143 - PADRE ROQUE	PR	PT
144 - PAES LANDIM	PI	PFL
145 - PAULO BALTAZAR	RJ	PSB



146 - PAULO DELGADO	MG	PT
147 - PAULO PAIM	RS	PT
148 - PEDRO BITTENCOURT	SC	PFL
149 - PEDRO CORREA	PE	PPB
150 - PEDRO EUGENIO	PE	PPS
151 - PEDRO VALADARES	SE	PSB
152 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
153 - REGIS CAVALCANTE	AL	PPS
154 - RENATO VIANNA	SC	PMDB
155 - RICARDO FIUZA	PE	PPB
156 - RICARDO IZAR	SP	PMDB
157 - RITA CAMATA	ES	PMDB
158 - ROBERTO JEFFERSON	RJ	PTB
159 - ROBERTO PESSOA	CE	PFL
160 - RODRIGO MAIA	RJ	PTB
161 - ROMEL ANIZIO	MG	PPB
162 - ROMMEL FEIJO	CE	PSDB
163 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
164 - RUBENS BUENO	PR	PPS
165 - RUBENS FURLAN	SP	PPS
166 - SALVADOR ZIMBALDI	SP	PSDB
167 - SANTOS FILHO	PR	PFL
168 - SEBASTIAO MADEIRA	MA	PSDB
169 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
170 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
171 - SERGIO NOVAIS	CE	PSB
172 - SERGIO REIS	SE	PTB
173 - SILAS CAMARA	AM	PTB
174 - SILVIO TORRES	SP	PSDB
175 - SOCORRO GOMES	PA	PCdoB
176 - TANIA SOARES	SE	PCdoB
177 - TELMA DE SOUZA	SP	PT
178 - THEMISTOCLES SAMPAIO	PI	PMDB
179 - VALDECI PAIVA	RJ	PSL
180 - VANESSA GRAZZIOTIN	AM	PCdoB
181 - VICENTE ARRUDA	CE	PSDB
182 - VIRGILIO GUIMARAES	MG	PT
183 - VITTORIO MEDIOLI	MG	PSDB
184 - VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT
185 - WALDIR PIRES	BA	PT
186 - WANDERLEY MARTINS	RJ	PSB
187 - WELLINGTON DIAS	PI	PT
188 - WILSON BRAGA	PB	PFL
189 - WOLNEY QUEIROZ	PE	PDT
190 - YEDA CRUSIUS	RS	PSDB
191 - ZILA BEZERRA	AC	PTB

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 191  
TOTAL DE ASSINATURAS..... 206

REPETIDAS: 15



ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - ALCEU COLLARES	RS	PDT
2 - ATILA LIRA	PI	PSDB
3 - DR. HELIO	SP	PDT
4 - FERNANDO CORUJA	SC	PDT
5 - GIOVANNI QUEIROZ	PA	PDT
6 - HELIO COSTA	MG	PMDB
7 - JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
8 - JOAO SAMPAIO	RJ	PDT
9 - JOSE GENOINO	SP	PT
10 - JOSE ROBERTO BATOCHIO	SP	PDT
11 - MIRO TEIXEIRA	RJ	PDT
12 - NEIVA MOREIRA	MA	PDT
13 - OLIMPIO PIRES	MG	PDT
14 - SERGIO REIS	SE	PTB
15 - WOLNEY QUEIROZ	PE	PDT

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 53-A, DE 1999  
(DO SENADO FEDERAL)

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

—PEC 53-A/99 - SISTEMA FINANCEIRO

Emenda Nº 2 /01

Recebido em 31 / 05 /01

EMENDA ADITIVA

Inclua-se ao art. 192 o seguinte parágrafo onde couber:

Art. 192 .....

§ A alienação de instituições financeiras públicas dependerá de prévia autorização por meio de lei específica, e dependerá de consulta prévia, mediante



plebiscito, à população, a qual, no caso de instituições financeiras estaduais, corresponderá à população residente na unidade da federação controladora.

### JUSTIFICAÇÃO

A alienação do controle de instituições financeiras públicas para o setor privado foi a tônica da política do Governo FHC para o setor. O saneamento financeiro de grande parte destas instituições, que absorveu um volume imenso de recursos públicos, foi todo ele conduzido à revelia do Congresso Nacional, e mais que isso, à revelia dos próprios interesses da população diretamente interessada evidenciando uma situação em que as decisões ao nível do Poder Central eram tomadas e implementadas sem o mínimo controle, debate e acompanhamento. A privatização de uma instituição financeira pública possui implicações profundas sobre a economia local, e em alguns casos, nacional, e torna necessária a anuência mais ampla da sociedade. Com a presente emenda, buscamos tornar efetiva essa participação da sociedade, inclusive afastando a possibilidade que decisões de tal envergadura sejam tomadas por meio de medidas provisórias, as quais, conforme demonstra nossa vasta experiência, somente são apreciadas quando suas consequências já se tomaram irreversíveis.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 2001.

  
Deputado ORLANDO DESCONSI (PT/RS)



PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS005302)

AUTOR: ORLANDO DESCONSI

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADAO PRETTO	RS	PT
2 - ADOLFO MARINHO	CE	PSDB
3 - AFFONSO CAMARGO	PR	PFL
4 - AIRTON CASCAVEL	RR	PPS
5 - ALDIR CABRAL	RJ	PFL
6 - ALDO ARANTES	GO	PCdoB
7 - ALDO REBELO	SP	PCdoB
8 - ALEX CANZIANI	PR	PSDB
9 - ALMERINDA DE CARVALHO	RJ	PFL
10 - ALMIR SA	RR	PPB
11 - ALOIZIO MERCADANTE	SP	PT
12 - ANA CORSO	RS	PT
13 - ANGELA GUADAGNIN	SP	PT
14 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
15 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
16 - ARISTON ANDRADE	BA	PFL
17 - ARMANDO ABILIO	PB	PSDB
18 - ARMANDO MONTEIRO	PE	PMDB
19 - ARNALDO FARIA DE SA	SP	PPB
20 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
21 - BABA	PA	PT
22 - BADU PICANCO	AP	PSDB
23 - BENITO GAMA	BA	PMDB
24 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
25 - CANDINHO MATTOS	RJ	PSDB
26 - CARLITO MERSS	SC	PT
27 - CARLOS SANTANA	RJ	PT
28 - CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
29 - CHICO DA PRINCESA	PR	PSDB
30 - CLOVIS ILGENFRITZ	RS	PT
31 - CORIOLANO SALES	BA	PMDB
32 - CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
33 - DE VELASCO	SP	PSL
34 - DILCEU SPERAFICO	PR	PPB
35 - DIVALDO SURUAGY	AL	PST
36 - DJALMA PAES	PE	PSB
37 - DOMICIANO CABRAL	PB	PSDB
38 - DR. BENEDITO DIAS	AP	PPB
39 - DR. HELIO	SP	PDT
40 - DR. ROSINHA	PR	PT
41 - EDIR OLIVEIRA	RS	PTB
42 - EDUARDO BARBOSA	MG	PSDB
43 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
44 - ELIAS MURAD	MG	PSDB



45 - EMERSON KAPAZ	SP	PPS
46 - EULER MORAIS	GO	PMDB
47 - EUNICIO OLIVEIRA	CE	PMDB
48 - EURIPEDES MIRANDA	RO	PDT
49 - EVANDRO MILHOMEN	AP	PSB
50 - EZIDIO PINHEIRO	RS	PSB
51 - FERNANDO CORUJA	SC	PDT
52 - FERNANDO FERRO	PE	PT
53 - FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
54 - FERNANDO ZUPPO	SP	S. PART.
55 - FRANCISTONIO PINTO	BA	PFL
56 - GERALDO MAGELA	DF	PT
57 - GERMANO RIGOTTO	RS	PMDB
58 - GILMAR MACHADO	MG	PT
59 - GUSTAVO FRUET	PR	PMDB
60 - HAROLDO BEZERRA	PA	PSDB
61 - HAROLDO LIMA	BA	PCdoB
62 - HELIO COSTA	MG	PMDB
63 - HENRIQUE FONTANA	RS	PT
64 - IBRAHIM ABI-ACKEL	MG	PPB
65 - IVAN VALENTE	SP	PT
66 - IVANIO GUERRA	PR	PFL
67 - JAIME MARTINS	MG	PFL
68 - JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
69 - JAIR MENEGUELLI	SP	PT
70 - JANDIRA FEGHALI	RJ	PCdoB
71 - JAQUES WAGNER	BA	PT
72 - JOAO COSER	ES	PT
73 - JOAO EDUARDO DADO	SP	PMDB
74 - JOAO HERRMANN NETO	SP	PPS
75 - JOAO LEAO	BA	PSDB
76 - JOAO MAGNO	MG	PT
77 - JOAO PAULO	SP	PT
78 - JOAQUIM FRANCISCO	PE	PFL
79 - JONIVAL LUCAS JUNIOR	BA	PMDB
80 - JORGE BITTAR	RJ	PT
81 - JORGE PINHEIRO	DF	PMDB
82 - JOSE ANTONIO ALMEIDA	MA	PSB
83 - JOSE CARLOS COUTINHO	RJ	PFL
84 - JOSE CARLOS FONSECA JR.	ES	PFL
85 - JOSE CARLOS MARTINEZ	PR	PTB
86 - JOSE CHAVES	PE	PMDB
87 - JOSE DIRCEU	SP	PT
88 - JOSE EGYDIO	RJ	PL
89 - JOSE LINHARES	CE	PPB
90 - JOSE LOURENCO	BA	PMDB
91 - JOSE PIMENTEL	CE	PT
92 - JOVAIR ARANTES	GO	PSDB
93 - JULIO REDECKER	RS	PPB
94 - JULIO SEMEGHINI	SP	PSDB
95 - KINCAS MATTOS	SP	PSB
96 - LAURA CARNEIRO	RJ	PFL



97 - LEO ALCANTARA	CE	PSDB
98 - LIDIA QUINAN	GO	PSDB
99 - LINCOLN PORTELA	MG	PSL
100 - LUCI CHOINACKI	SC	PT
101 - LUCIANO ZICA	SP	PT
102 - LUIS CARLOS HEINZE	RS	PPB
103 - LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
104 - LUIZ EDUARDO GREENHALGH	SP	PT
105 - LUIZ SERGIO	RJ	PT
106 - LUIZA ERUNDINA	SP	PSB
107 - MARCELO CASTRO	PI	PMDB
108 - MARCIO BITTAR	AC	PPS
109 - MARCONDES GADELHA	PB	PFL
110 - MARCOS ROLIM	RS	PT
111 - MARIA DO CARMO LARA	MG	PT
112 - MARIO ASSAD JUNIOR	MG	PFL
113 - MEDEIROS	SP	PL
114 - MENDES RIBEIRO FILHO	RS	PMDB
115 - MICHEL TEMER	SP	PMDB
116 - MILTON TEMER	RJ	PT
117 - MIRIAM REID	RJ	PSB
118 - MIRO TEIXEIRA	RJ	PDT
119 - MORONI TORGAN	CE	PFL
120 - NARCIO RODRIGUES	MG	PSDB
121 - NELSON MARCHEZAN	RS	PSDB
122 - NELSON MEURER	PR	PPB
123 - NELSON PELLEGRINO	BA	PT
124 - NELSON TRAD	MS	PTB
125 - NEUTON LIMA	SP	PFL
126 - NICE LOBAO	MA	PFL
127 - NILMARIO MIRANDA	MG	PT
128 - OLAVO CALHEIROS	AL	PMDB
129 - ORLANDO DESCONSI	RS	PT
130 - ORLANDO FANTAZZINI	SP	PT
131 - OSMAR SERRAGLIO	PR	PMDB
132 - OSVALDO BIOLCHI	RS	PMDB
133 - OSVALDO REIS	TO	PMDB
134 - PADRE ROQUE	PR	PT
135 - PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
136 - PAULO DELGADO	MG	PT
137 - PAULO PAIM	RS	PT
138 - PAULO ROCHA	PA	PT
139 - PEDRO BITTENCOURT	SC	PFL
140 - PEDRO CELSO	DF	PT
141 - PEDRO CHAVES	GO	PMDB
142 - PEDRO EUGENIO	PE	PPS
143 - PEDRO VALADARES	SE	PSB
144 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
145 - RAIMUNDO GOMES DE MATOS	CE	PSDB
146 - REGIS CAVALCANTE	AL	PPS
147 - RENATO VIANNA	SC	PMDB



148 - RICARDO BERZOINI	SP	PT
149 - RITA CAMATA	ES	PMDB
150 - ROBERIO ARAUJO	RR	PL
151 - ROBERTO ARGENTA	RS	PHS
152 - ROBERTO PESSOA	CE	PFL
153 - RODRIGO MAIA	RJ	PTB
154 - ROLAND LAVIGNE	BA	PMDB
155 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
156 - RUBENS BUENO	PR	PPS
157 - SALOMAO GURGEL	RN	PDT
158 - SALVADOR ZIMBALDI	SP	PSDB
159 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
160 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
161 - SERGIO MIRANDA	MG	PCdoB
162 - SERGIO NOVAIS	CE	PSB
163 - SIMAO SESSIM	RJ	PPB
164 - SOCORRO GOMES	PA	PCdoB
165 - TANIA SOARES	SE	PCdoB
166 - TELMA DE SOUZA	SP	PT
167 - THEMISTOCLES SAMPAIO	PI	PMDB
168 - VANESSA GRAZZIOTIN	AM	PCdoB
169 - VICENTE CAROPRESO	SC	PSDB
170 - VIRGILIO GUIMARAES	MG	PT
171 - VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT
172 - WALDIR PIRES	BA	PT
173 - WALTER PINHEIRO	BA	PT
174 - WERNER WANDERER	PR	PFL
175 - WILSON BRAGA	PB	PFL
176 - WOLNEY QUEIROZ	PE	PDT
177 - ZILA BEZERRA	AC	PTB

ASSINATURAS CONFIRMADAS.....	177
ASSINATURAS DE APOIAMENTO.....	1
TOTAL DE ASSINATURAS.....	178

#### ASSINATURAS DE APOIAMENTO

1 - AUGUSTO FRANCO	SE	PSDB
--------------------	----	------



## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53-A , DE 1999. (DO SENADO FEDERAL)

PEC 53-A/99 - SISTEMA FINANCEIRO

Emenda Nº 3 /01

Recebido em 31 / 05 /01

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

### EMENDA ADITIVA

Inclua-se ao art. 192 o seguinte parágrafo onde couber:

Art. 192 .....

§ É criada comissão mista permanente de senadores e deputados com o objetivo de apreciar matérias relativas ao sistema financeiro nacional, a quem competirá, inclusive:

I - examinar e emitir parecer sobre as prestações de contas apresentadas pelos dirigentes dos órgãos integrantes do sistema financeiro nacional ou de intermediário financeiro federal;

II – argüir e aprovar as pessoas indicadas para ocupar cargos de direção nos órgãos integrantes do sistema financeiro nacional e nas instituições financeiras públicas federais;

III – convocar dirigentes dos órgãos integrantes do sistema financeiro nacional e instituições financeiras federais;

IV – advertir, apresentar moção de desaprovação e propor ao Senado federal e ao Poder Executivo a exoneração dos dirigentes



das instituições públicas federais integrantes do sistema financeiro nacional;

V – aprovar, por maioria absoluta de seus membros, a autorização de que trata o art. 52, inciso I e II, de interesse do Governo brasileiro;

VI – avaliar o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

#### JUSTIFICAÇÃO

Preocupados com a formatação de um Sistema Financeiro voltado para a “promoção do desenvolvimento equilibrado do país e para servir aos interesses da coletividade” buscamos formas de realizar uma maior integração entre o Poder Legislativo, o Banco Central e o Sistema Financeiro Nacional como um todo.

Desta maneira, surgiu a proposta de criar-se uma Comissão Permanente voltada para assuntos do sistema financeiro e que, no seu trabalho cotidiano, pudesse exercer um papel mais forte em relação a esta matéria.

Entendemos que a medida muito contribuirá para que o SFN venha a ser mais transparente nas suas atividades, propiciando ao país e aos milhões de correntistas existentes uma maior confiança na sua atividade, o que resultará num sistema mais sólido e seguro que o atual.

Sala da Comissão, 31 de maio de 2001

**RICARDO BERZOINI**  
Deputado Federal - PT/SP





PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS005303)

AUTOR: RICARDO BERZOINI

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADAO PRETTO	RS	PT
2 - AGNELO QUEIROZ	DF	PCdoB
3 - ALBERICO FILHO	MA	PMDB
4 - ALCEU COLLARES	RS	PDT
5 - ALDO ARANTES	GO	PCdoB
6 - ALDO REBELO	SP	PCdoB
7 - ALEX CANZIANI	PR	PSDB
8 - ALEXANDRE CARDOSO	RJ	PSB
9 - ALOIZIO MERCADANTE	SP	PT
10 - ANA CATARINA	RN	PMDB
11 - ANA CORSO	RS	PT
12 - ANGELA GUADAGNIN	SP	PT
13 - ANIBAL GOMES	CE	PMDB
14 - ANTONIO CAMBRAIA	CE	PSDB
15 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
16 - ANTONIO FEIJAO	AP	PSDB
17 - ARISTON ANDRADE	BA	PFL
18 - ARMANDO ABILIO	PB	PSDB
19 - ARNON BEZERRA	CE	PSDB
20 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
21 - BABA	PA	PT
22 - BENITO GAMA	BA	PMDB
23 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
24 - CARLITO MERSS	SC	PT
25 - CARLOS ALBERTO ROSADO	RN	PFL
26 - CARLOS SANTANA	RJ	PT
27 - CELSO RUSSOMANNO	SP	PPB
28 - CHICO DA PRINCESA	PR	PSDB
29 - CLEMENTINO COELHO	PE	PPS
30 - CLOVIS ILGENFRITZ	RS	PT
31 - CONFUCIO MOURA	RO	PMDB
32 - CORIOLANO SALES	BA	PMDB
33 - CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
34 - DAMIAO FELICIANO	PB	PMDB
35 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
36 - DIVALDO SURUAGY	AL	PST
37 - DJALMA PAES	PE	PSB
38 - DR. BENEDITO DIAS	AP	PPB
39 - DR. HELIO	SP	PDT
40 - DR. ROSINHA	PR	PT
41 - EDINHO BEZ	SC	PMDB
42 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
43 - EMERSON KAPAZ	SP	PPS
44 - ESTHER GROSSI	RS	PT
45 - EVANDRO MILHOMEN	AP	PSB



46 - FELIX MENDONCA	BA	PTB
47 - FERNANDO CORUJA	SC	PDT
48 - FERNANDO FERRO	PE	PT
49 - FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
50 - FETTER JUNIOR	RS	PPB
51 - FREIRE JUNIOR	TO	PMDB
52 - GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
53 - GERALDO MAGELA	DF	PT
54 - GERMANO RIGOTTO	RS	PMDB
55 - GERSON PERES	PA	PPB
56 - GILMAR MACHADO	MG	PT
57 - GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
58 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
59 - GUSTAVO FRUET	PR	PMDB
60 - HELIO COSTA	MG	PMDB
61 - HENRIQUE FONTANA	RS	PT
62 - IARA BERNARDI	SP	PT
63 - IEDIO ROSA	RJ	S. PART.
64 - INACIO ARRUDA	CE	PCdoB
65 - INOCENCIO OLIVEIRA	PE	PFL
66 - IVAN PAIXAO	SE	PPS
67 - IVAN VALENTE	SP	PT
68 - JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
69 - JAIR MENEGUELLI	SP	PT
70 - JANDIRA FEGHALI	RJ	PCdoB
71 - JAQUES WAGNER	BA	PT
72 - JOAO CALDAS	AL	PTB
73 - JOAO COSER	ES	PT
74 - JOAO EDUARDO DADO	SP	PMDB
75 - JOAO GRANDAO	MS	PT
76 - JOAO MAGALHAES	MG	PMDB
77 - JOAO MAGNO	MG	PT
78 - JOAO PAULO	SP	PT
79 - JOAO SAMPAIO	RJ	PDT
80 - JORGE BITTAR	RJ	PT
81 - JORGE KHOURY	BA	PFL
82 - JOSE ANTONIO ALMEIDA	MA	PSB
83 - JOSE CARLOS FONSECA JR.	ES	PFL
84 - JOSE DIRCEU	SP	PT
85 - JOSE GENOINO	SP	PT
86 - JOSE LOURENCO	BA	PMDB
87 - JOSE MILITAO	MG	PSDB
88 - JOSE MUCIO MONTEIRO	PE	PFL
89 - JOSE PIMENTEL	CE	PT
90 - JOSE ROBERTO BATOCHIO	SP	PDT
91 - JOSE ROCHA	BA	PFL
92 - JOSE THOMAZ NONO	AL	PFL
93 - JUQUINHA	GO	PSDB
94 - JURANDIL JUAREZ	AP	PMDB
95 - LAURA CARNEIRO	RJ	PFL
96 - LUCIANO ZICA	SP	PT



97 - LUIZ ALBERTO	BA	PT
98 - LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
99 - LUIZ CARLOS HAULY	PR	PSDB
100 - LUIZ EDUARDO GREENHALGH	SP	PT
101 - LUIZ SERGIO	RJ	PT
102 - LUIZA ERUNDINA	SP	PSB
103 - MAGNO MALTA	ES	PL
104 - MANOEL SALVIANO	CE	PSDB
105 - MANOEL VITORIO	MS	PT
106 - MARCIO BITTAR	AC	PPS
107 - MARCIO MATOS	PR	PTB
108 - MARCONDES GADELHA	PB	PFL
109 - MARCOS AFONSO	AC	PT
110 - MARCOS CINTRA	SP	PFL
111 - MARIA DO CARMO LARA	MG	PT
112 - MARIA LUCIA	MG	PMDB
113 - MARIO NEGROMONTE	BA	PSDB
114 - MAURILIO FERREIRA LIMA	PE	PMDB
115 - MAURO BENEVIDES	CE	PMDB
116 - MILTON MONTI	SP	PMDB
117 - MILTON TEMER	RJ	PT
118 - MOACIR MICHELETTO	PR	PMDB
119 - MORONI TORGAN	CE	PFL
120 - MUCIO SA	RN	PTB
121 - MUSSA DEMES	PI	PFL
122 - NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
123 - NELO RODOLFO	SP	PMDB
124 - NELSON MARCHEZAN	RS	PSDB
125 - NELSON PELLEGRINO	BA	PT
126 - NILMARIO MIRANDA	MG	PT
127 - NILSON MOURAO	AC	PT
128 - OLIMPIO PIRES	MG	PDT
129 - ORLANDO DESCONSI	RS	PT
130 - ORLANDO FANTAZZINI	SP	PT
131 - PADRE ROQUE	PR	PT
132 - PAUDERNEY AVELINO	AM	PFL
133 - PAULO DELGADO	MG	PT
134 - PAULO PAIM	RS	PT
135 - PAULO ROCHA	PA	PT
136 - PEDRO CELSO	DF	PT
137 - PEDRO EUGENIO	PE	PPS
138 - PEDRO NOVAIS	MA	PMDB
139 - PEDRO VALADARES	SE	PSB
140 - POMPEO DE MATTOS	RS	PDT
141 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
142 - RAFAEL GUERRA	MG	PSDB
143 - REGIS CAVALCANTE	AL	PPS
144 - RICARDO BERZOINI	SP	PT
145 - RICARDO FIUZA	PE	PPB
146 - RITA CAMATA	ES	PMDB
147 - ROBERTO ARGENTA	RS	PHS



148 - RODRIGO MAIA	RJ	PTB
149 - ROLAND LAVIGNE	BA	PMDB
150 - ROMEU QUEIROZ	MG	PSDB
151 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
152 - RUBENS BUENO	PR	PPS
153 - SALOMAO GURGEL	RN	PDT
154 - SAMPAIO DORIA	SP	PSDB
155 - SAULO COELHO	MG	PSDB
156 - SAULO PEDROSA	BA	PSDB
157 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
158 - SERGIO MIRANDA	MG	PCdoB
159 - SERGIO NOVAIS	CE	PSB
160 - SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB
161 - SOCORRO GOMES	PA	PCdoB
162 - TANIA SOARES	SE	PCdoB
163 - TELMA DE SOUZA	SP	PT
164 - TILDEN SANTIAGO	MG	PT
165 - VANESSA GRAZZIOTIN	AM	PCdoB
166 - VIRGILIO GUIMARAES	MG	PT
167 - VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT
168 - WALDIR PIRES	BA	PT
169 - WALDOMIRO BARANCELLI FIORAVANTERS		PT
170 - WALTER PINHEIRO	BA	PT
171 - WELLINGTON DIAS	PI	PT
172 - WOLNEY QUEIROZ	PE	PDT

ASSINATURAS CONFIRMADAS.....	172
ASSINATURAS DE APOIAMENTO.....	1
TOTAL DE ASSINATURAS.....	271

REPETIDAS: 97
REPETIDAS: 1

#### ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - ADAO PRETTO	RS	PT
2 - ALEX CANZIANI	PR	PSDB
3 - ALOIZIO MERCADANTE	SP	PT
4 - ANA CORSO	RS	PT
5 - ANGELA GUADAGNIN	SP	PT
6 - ANTONIO CAMBRAIA	CE	PSDB
7 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
8 - ARMANDO ABILIO	PB	PSDB
9 - ARNON BEZERRA	CE	PSDB
10 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
11 - BABA	PA	PT
12 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
13 - CARLITO MERSS	SC	PT
14 - CARLOS SANTANA	RJ	PT
15 - CELSO RUSSOMANNO	SP	PPB
16 - CLEMENTINO COELHO	PE	PPS



17 - CLOVIS ILGENFRITZ	RS	PT
18 - CONFUCIO MOURA	RO	PMDB
19 - CORIOLANO SALES	BA	PMDB
20 - CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
21 - DAMIAO FELICIANO	PB	PMDB
22 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
23 - DIVALDO SURUAGY	AL	PST
24 - DR. BENEDITO DIAS	AP	PPB
25 - DR. HELIO	SP	PDT
26 - EDINHO BEZ	SC	PMDB
27 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
28 - EMERSON KAPAZ	SP	PPS
29 - FERNANDO CORUJA	SC	PDT
30 - FERNANDO FERRO	PE	PT
31 - FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
32 - GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
33 - GERALDO MAGELA	DF	PT
34 - GERMANO RIGOTTO	RS	PMDB
35 - GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
36 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
37 - GUSTAVO FRUET	PR	PMDB
38 - HELIO COSTA	MG	PMDB
39 - HENRIQUE FONTANA	RS	PT
40 - INOCENCIO OLIVEIRA	PE	PFL
41 - IVAN PAIXAO	SE	PPS
42 - JAIR MENEGUELLI	SP	PT
43 - JANDIRA FEGHALI	RJ	PCdoB
44 - JOAO COSER	ES	PT
45 - JOAO PAULO	SP	PT
46 - JOSE DIRCEU	SP	PT
47 - JOSE GENOINO	SP	PT
48 - JOSE MILITAO	MG	PSDB
49 - JOSE MUCIO MONTEIRO	PE	PFL
50 - JOSE PIMENTEL	CE	PT
51 - JUQUINHA	GO	PSDB
52 - JURANDIL JUAREZ	AP	PMDB
53 - LAURA CARNEIRO	RJ	PFL
54 - LUCIANO ZICA	SP	PT
55 - LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
56 - LUIZ EDUARDO GREENHALGH	SP	PT
57 - LUIZA ERUNDINA	SP	PSB
58 - MAGNO MALTA	ES	PL
59 - MARCIO MATOS	PR	PTB
60 - MARCOS CINTRA	SP	PFL
61 - MARIA DO CARMO LARA	MG	PT
62 - MAURILIO FERREIRA LIMA	PE	PMDB
63 - MILTON MONTI	SP	PMDB
64 - MILTON TEMER	RJ	PT
65 - MUCIO SA	RN	PTB
66 - MUSSA DEMES	PI	PFL
67 - NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB



68 - NELSON PELLEGRINO	BA	PT
69 - NILMARIO MIRANDA	MG	PT
70 - NILSON MOURAO	AC	PT
71 - ORLANDO DESCONSI	RS	PT
72 - ORLANDO FANTAZZINI	SP	PT
73 - PADRE ROQUE	PR	PT
74 - PAUDERNEY AVELINO	AM	PFL
75 - PAULO DELGADO	MG	PT
76 - PAULO ROCHA	PA	PT
77 - PEDRO CELSO	DF	PT
78 - PEDRO EUGENIO	PE	PPS
79 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
80 - RAFAEL GUERRA	MG	PSDB
81 - REGIS CAVALCANTE	AL	PPS
82 - RICARDO BERZOINI	SP	PT
83 - RICARDO BERZOINI	SP	PT
84 - RITA CAMATA	ES	PMDB
85 - RODRIGO MAIA	RJ	PTB
86 - ROLAND LAVIGNE	BA	PMDB
87 - ROMEU QUEIROZ	MG	PSDB
88 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
89 - RUBENS BUENO	PR	PPS
90 - SAULO COELHO	MG	PSDB
91 - SERGIO NOVAIS	CE	PSB
92 - SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB
93 - SOCORRO GOMES	PA	PCdoB
94 - TELMA DE SOUZA	SP	PT
95 - VIRGILIO GUIMARAES	MG	PT
96 - WALDIR PIRES	BA	PT
97 - WALTER PINHEIRO	BA	PT

## ASSINATURAS DE APOIAMENTO

1 - YEDA CRUSIUS	RS	PSDB
------------------	----	------

## ASSINATURAS DE APOIAMENTO REPETIDAS

1 - YEDA CRUSIUS	RS	PSDB
------------------	----	------



**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53-A , DE 1999.**  
**(DO SENADO FEDERAL)**

PEC 53-A/99 - SISTEMA FINANCEIRO

**Emenda Nº 4 /01**

Recebido em 31 /05 /01

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**EMENDA ADITIVA**

Inclua-se ao art. 192 o seguinte parágrafo onde couber:

Art. 192 .....

§ A alienação do controle acionário de instituições financeiras públicas dependerá de prévia autorização por meio de lei específica, sendo vedada a regulamentação da matéria por meio de medida provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

A alienação do controle de instituições financeiras públicas para o setor privado foi a tônica da política do Governo FHC para o setor. O saneamento financeiro de grande parte destas instituições, que absorveu um volume imenso de recursos públicos, foi todo ele conduzido à revelia do Congresso Nacional, evidenciando uma situação em que as decisões ao nível do Poder Central eram tomadas e implementadas sem o mínimo controle, debate e acompanhamento. A privatização de uma instituição financeira pública possui implicações profundas sobre a economia local, e em alguns casos, nacional, e torna necessária a existência de uma anuência mais ampla da sociedade, por meio de seus representantes eleitos. Com a presente emenda, buscamos tornar efetiva essa



participação da sociedade, inclusive afastando a possibilidade que decisões de tal envergadura sejam tomadas por meio de medidas provisórias, as quais, conforme demonstra nossa vasta experiência, somente são apreciadas quando suas consequências já se tornaram irreversíveis.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 2001.

**RICARDO BERZOINI**



PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS005304)

AUTOR: RICARDO BERZOINI

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADAO PRETTO	RS	PT
2 - AGNELO QUEIROZ	DF	PCdoB
3 - ALBERICO FILHO	MA	PMDB
4 - ALCEU COLLARES	RS	PDT
5 - ALDO ARANTES	GO	PCdoB
6 - ALDO REBELO	SP	PCdoB
7 - ALEX CANZIANI	PR	PSDB
8 - ALEXANDRE CARDOSO	RJ	PSB
9 - ALOIZIO MERCADANTE	SP	PT
10 - ANA CATARINA	RN	PMDB
11 - ANA CORSO	RS	PT
12 - ANGELA GUADAGNIN	SP	PT
13 - ANIBAL GOMES	CE	PMDB
14 - ANTONIO CAMBRAIA	CE	PSDB
15 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
16 - ARISTON ANDRADE	BA	PFL
17 - ARMANDO ABILIO	PB	PSDB
18 - ARNON BEZERRA	CE	PSDB
19 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
20 - BABA	PA	PT
21 - BENITO GAMA	BA	PMDB
22 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
23 - CARLITO MERSS	SC	PT



24 - CARLOS ALBERTO ROSADO	RN	PFL
25 - CARLOS SANTANA	RJ	PT
26 - CELSO RUSSOMANNO	SP	PPB
27 - CHICO DA PRINCESA	PR	PSDB
28 - CLEMENTINO COELHO	PE	PPS
29 - CLOVIS ILGENFRITZ	RS	PT
30 - CONFUCIO MOURA	RO	PMDB
31 - CORIOLANO SALES	BA	PMDB
32 - CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
33 - DAMIAO FELICIANO	PB	PMDB
34 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
35 - DIVALDO SURUAGY	AL	PST
36 - DJALMA PAES	PE	PSB
37 - DR. BENEDITO DIAS	AP	PPB
38 - DR. HELIO	SP	PDT
39 - DR. ROSINHA	PR	PT
40 - EDINHO BEZ	SC	PMDB
41 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
42 - EMERSON KAPAZ	SP	PPS
43 - ESTHER GROSSI	RS	PT
44 - EVANDRO MILHOMEN	AP	PSB
45 - FELIX MENDONCA	BA	PTB
46 - FERNANDO CORUJA	SC	PDT
47 - FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
48 - FETTER JUNIOR	RS	PPB
49 - FREIRE JUNIOR	TO	PMDB
50 - GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
51 - GERALDO MAGELA	DF	PT
52 - GERMANO RIGOTTO	RS	PMDB
53 - GERSON PERES	PA	PPB
54 - GILMAR MACHADO	MG	PT
55 - GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
56 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
57 - GUSTAVO FRUET	PR	PMDB
58 - HELIO COSTA	MG	PMDB
59 - HENRIQUE FONTANA	RS	PT
60 - IARA BERNARDI	SP	PT
61 - IEDIO ROSA	RJ	S. PART.
62 - INOCENCIO OLIVEIRA	PE	PFL
63 - IVAN PAIXAO	SE	PPS
64 - IVAN VALENTE	SP	PT
65 - JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
66 - JAIR MENEGUELLI	SP	PT
67 - JANDIRA FEGHALI	RJ	PCdoB
68 - JAQUES WAGNER	BA	PT
69 - JOAO CALDAS	AL	PTB
70 - JOAO COSER	ES	PT
71 - JOAO EDUARDO DADO	SP	PMDB
72 - JOAO GRANDAO	MS	PT
73 - JOAO MAGALHAES	MG	PMDB
74 - JOAO MAGNO	MG	PT



75 - JOAO PAULO	SP	PT
76 - JOAO SAMPAIO	RJ	PDT
77 - JORGE BITTAR	RJ	PT
78 - JORGE KHOURY	BA	PFL
79 - JOSE ANTONIO ALMEIDA	MA	PSB
80 - JOSE CARLOS FONSECA JR.	ES	PFL
81 - JOSE DIRCEU	SP	PT
82 - JOSE GENOINO	SP	PT
83 - JOSE LOURENCO	BA	PMDB
84 - JOSE MENDONCA BEZERRA	PE	PFL
85 - JOSE MILITAO	MG	PSDB
86 - JOSE MUCIO MONTEIRO	PE	PFL
87 - JOSE PIMENTEL	CE	PT
88 - JOSE ROBERTO BATOCHIO	SP	PDT
89 - JOSE ROCHA	BA	PFL
90 - JOSE THOMAZ NONO	AL	PFL
91 - JUQUINHA	GO	PSDB
92 - JURANDIL JUAREZ	AP	PMDB
93 - LAURA CARNEIRO	RJ	PFL
94 - LUCIANO ZICA	SP	PT
95 - LUIZ ALBERTO	BA	PT
96 - LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
97 - LUIZ CARLOS HAULY	PR	PSDB
98 - LUIZ EDUARDO GREENHALGH	SP	PT
99 - LUIZ SERGIO	RJ	PT
100 - LUIZA ERUNDINA	SP	PSB
101 - MAGNO MALTA	ES	PL
102 - MANOEL SALVIANO	CE	PSDB
103 - MANOEL VITORIO	MS	PT
104 - MARCIO BITTAR	AC	PPS
105 - MARCIO MATOS	PR	PTB
106 - MARCONDES GADELHA	PB	PFL
107 - MARCOS AFONSO	AC	PT
108 - MARCOS CINTRA	SP	PFL
109 - MARIA DO CARMO LARA	MG	PT
110 - MARIA LUCIA	MG	PMDB
111 - MARIO NEGROMONTE	BA	PSDB
112 - MAURILIO FERREIRA LIMA	PE	PMDB
113 - MAURO BENEVIDES	CE	PMDB
114 - MILTON MONTI	SP	PMDB
115 - MILTON TEMER	RJ	PT
116 - MOACIR MICHELETTO	PR	PMDB
117 - MORONI TORGAN	CE	PFL
118 - MUCIO SA	RN	PTB
119 - MUSSA DEMES	PI	PFL
120 - NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
121 - NELO RODOLFO	SP	PMDB
122 - NELSON MARCHEZAN	RS	PSDB
123 - NELSON PELLEGRINO	BA	PT
124 - NILMARIO MIRANDA	MG	PT
125 - NILSON MOURAO	AC	PT
126 - OLIMPIO PIRES	MG	PDT



127 - ORLANDO DESCONSI	RS	PT
128 - ORLANDO FANTAZZINI	SP	PT
129 - PADRE ROQUE	PR	PT
130 - PAUDERNEY AVELINO	AM	PFL
131 - PAULO DELGADO	MG	PT
132 - PAULO PAIM	RS	PT
133 - PAULO ROCHA	PA	PT
134 - PEDRO CANEDO	GO	PSDB
135 - PEDRO CELSO	DF	PT
136 - PEDRO EUGENIO	PE	PPS
137 - PEDRO NOVAIS	MA	PMDB
138 - PEDRO VALADARES	SE	PSB
139 - POMPEO DE MATTOS	RS	PDT
140 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
141 - RAFAEL GUERRA	MG	PSDB
142 - REGIS CAVALCANTE	AL	PPS
143 - RICARDO BERZOINI	SP	PT
144 - RICARDO FIUZA	PE	PPB
145 - RITA CAMATA	ES	PMDB
146 - ROBERIO ARAUJO	RR	PL
147 - RODRIGO MAIA	RJ	PTB
148 - ROLAND LAVIGNE	BA	PMDB
149 - ROMEU QUEIROZ	MG	PSDB
150 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
151 - RUBENS BUENO	PR	PPS
152 - SALOMAO GURGEL	RN	PDT
153 - SAMPAIO DORIA	SP	PSDB
154 - SAULO COELHO	MG	PSDB
155 - SAULO PEDROSA	BA	PSDB
156 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
157 - SERGIO MIRANDA	MG	PCdoB
158 - SERGIO NOVAIS	CE	PSB
159 - SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB
160 - SOCORRO GOMES	PA	PCdoB
161 - TANIA SOARES	SE	PCdoB
162 - TELMA DE SOUZA	SP	PT
163 - TILDEN SANTIAGO	MG	PT
164 - VANESSA GRAZZIOTIN	AM	PCdoB
165 - VIRGILIO GUIMARAES	MG	PT
166 - VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT
167 - WALDIR PIRES	BA	PT
168 - WALDOMIRO BARANCELLI FIORAVANTERS		PT
169 - WALTER PINHEIRO	BA	PT
170 - WELLINGTON DIAS	PI	PT
171 - WOLNEY QUEIROZ	PE	PDT

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 171  
 ASSINATURAS DE APOIAMENTO..... 2  
 TOTAL DE ASSINATURAS..... 270

REPETIDAS: 96  
 REPETIDAS: 1



## ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - ADAO PRETTO	RS	PT
2 - ALEX CANZIANI	PR	PSDB
3 - ALOIZIO MERCADANTE	SP	PT
4 - ANA CORSO	RS	PT
5 - ANGELA GUADAGNIN	SP	PT
6 - ANTONIO CAMBRAIA	CE	PSDB
7 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
8 - ARMANDO ABILIO	PB	PSDB
9 - ARNON BEZERRA	CE	PSDB
10 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
11 - BABA	PA	PT
12 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
13 - CARLITO MERSS	SC	PT
14 - CARLOS SANTANA	RJ	PT
15 - CELSO RUSSOMANNO	SP	PPB
16 - CLEMENTINO COELHO	PE	PPS
17 - CLOVIS ILGENFRITZ	RS	PT
18 - CONFUCIO MOURA	RO	PMDB
19 - CORIOLANO SALES	BA	PMDB
20 - CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
21 - DAMIAO FELICIANO	PB	PMDB
22 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
23 - DIVALDO SURUAGY	AL	PST
24 - DJALMA PAES	PE	PSB
25 - DR. BENEDITO DIAS	AP	PPB
26 - DR. HELIO	SP	PDT
27 - EDINHO BEZ	SC	PMDB
28 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
29 - EMERSON KAPAZ	SP	PPS
30 - FERNANDO CORUJA	SC	PDT
31 - FETTER JUNIOR	RS	PPB
32 - GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
33 - GERALDO MAGELA	DF	PT
34 - GERMANO RIGOTTO	RS	PMDB
35 - GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
36 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
37 - GUSTAVO FRUET	PR	PMDB
38 - HELIO COSTA	MG	PMDB
39 - HENRIQUE FONTANA	RS	PT
40 - INOCENCIO OLIVEIRA	PE	PFL
41 - IVAN PAIXAO	SE	PPS
42 - JAIR MENEGUELLI	SP	PT
43 - JANDIRA FEGHALI	RJ	PCdoB
44 - JOAO COSER	ES	PT
45 - JOAO MAGNO	MG	PT
46 - JOAO PAULO	SP	PT
47 - JORGE BITTAR	RJ	PT
48 - JOSE CARLOS FONSECA JR.	ES	PFL
49 - JOSE DIRCEU	SP	PT
50 - JOSE MILITAO	MG	PSDB



51 - JOSE PIMENTEL	CE	PT
52 - JOSE THOMAZ NONO	AL	PFL
53 - JUQUINHA	GO	PSDB
54 - LAURA CARNEIRO	RJ	PFL
55 - LUCIANO ZICA	SP	PT
56 - LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
57 - LUIZ EDUARDO GREENHALGH	SP	PT
58 - LUIZA ERUNDINA	SP	PSB
59 - MARCIO MATOS	PR	PTB
60 - MARCOS CINTRA	SP	PFL
61 - MARIA DO CARMO LARA	MG	PT
62 - MAURILIO FERREIRA LIMA	PE	PMDB
63 - MILTON MONTI	SP	PMDB
64 - MILTON TEMER	RJ	PT
65 - MUCIO SA	RN	PTB
66 - MUSSA DEMES	PI	PFL
67 - NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
68 - NELSON PELLEGRINO	BA	PT
69 - NILMARIO MIRANDA	MG	PT
70 - NILSON MOURAO	AC	PT
71 - ORLANDO DESCONSI	RS	PT
72 - ORLANDO FANTAZZINI	SP	PT
73 - PADRE ROQUE	PR	PT
74 - PAUDERNEY AVELINO	AM	PFL
75 - PAULO DELGADO	MG	PT
76 - PAULO ROCHA	PA	PT
77 - PEDRO CELSO	DF	PT
78 - PEDRO EUGENIO	PE	PPS
79 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
80 - RAFAEL GUERRA	MG	PSDB
81 - REGIS CAVALCANTE	AL	PPS
82 - RICARDO BERZOINI	SP	PT
83 - RICARDO BERZOINI	SP	PT
84 - RITA CAMATA	ES	PMDB
85 - RODRIGO MAIA	RJ	PTB
86 - ROLAND LAVIGNE	BA	PMDB
87 - ROMEU QUEIROZ	MG	PSDB
88 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
89 - RUBENS BUENO	PR	PPS
90 - SAULO COELHO	MG	PSDB
91 - SERGIO NOVAIS	CE	PSB
92 - SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB
93 - TELMA DE SOUZA	SP	PT
94 - VIRGILIO GUIMARAES	MG	PT
95 - WALDIR PIRES	BA	PT
96 - WALTER PINHEIRO	BA	PT

## ASSINATURAS DE APOIAMENTO

1 - ANTONIO KANDIR	SP	PSDB
2 - YEDA CRUSIUS	RS	PSDB

## ASSINATURAS DE APOIAMENTO REPETIDAS

1 - YEDA CRUSIUS	RS	PSDB
------------------	----	------



**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53-A , DE 2001.**  
**(DO SENADO FEDERAL)**

PEC 53-A/99 - SISTEMA FINANCEIRO,

**Emenda Nº 5 /01**

Recebido em 31 / 05 /

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**EMENDA MODIFICATIVA**

O parágrafo único do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a ter a seguinte redação:

Art. 52 .....

Parágrafo único. A vedação a que se refere este artigo não se aplica às autorizações resultantes de acordos internacionais, de reciprocidade ou as que forem aprovadas em lei específica pelo Congresso Nacional, por maioria absoluta.

**JUSTIFICAÇÃO**

Com a presente emenda tencionamos aprimorar o texto constitucional e corrigir uma falha que vem gerando graves confusões e servido a interpretações capciosas, que deturpam os princípios básicos de equilíbrio e harmonia entre os Poderes e concedem ao Poder Executivo uma autonomia sem precedentes para regular o funcionamento do sistema financeiro nacional sem a necessária anuência do Poder Legislativo. A fonte dessa exorbitância de poder provém da interpretação incorreta do art. 52 dos Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o qual veda a instalação, no país, de novas agências de instituições financeiras



estrangeiras, bem como o aumento de participação estrangeira no capital de instituições financeiras nacionais, até que seja editada a lei complementar regulamentadora do art. 192. Contudo, seu parágrafo único contém a ressalva de que essa vedação não se aplica às autorizações resultantes de acordos internacionais, de reciprocidade, ou de interesse do Governo brasileiro.

Com base nesse dispositivo, o Poder Executivo passou a adotar o expediente de autorizar a alienação de instituições financeiras ao capital estrangeiro mediante a simples edição de decretos presidenciais, onde teoricamente estaria explicitado o interesse do Governo brasileiro na operação. Questionamos fortemente esta interpretação, pois, do ponto de vista jurídico, um decreto presidencial não seria o instrumento legal competente para definir o que sejam interesses do Governo brasileiro. Por outro lado, o conceito de "Governo brasileiro" não está restrito ao Poder Executivo. Isso é confirmado pela própria Advocacia Geral da União, em cujo Parecer n.º GQ-212, de 13 de janeiro de 2000, ressalta que o significado da expressão "Governo Federal" não é coincidente com o de Poder Executivo, devendo o Poder Legislativo ser incluído na atividade governamental. De fato, o Poder Legislativo, pelas suas elevadas atribuições na esfera legislativa, no controle dos atos administrativos e na formulação de políticas públicas também é parte integrante do Governo brasileiro. Assim, a fim de dirimir definitivamente as interpretações duvidosas suscitadas pelo citado artigo sugerimos a presente emenda que terá o cunho de integrar o Poder Legislativo às decisões mais importantes relativas aos rumos do sistema financeiro nacional.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 2001



**RICARDO BERZOINI**  
Deputado Federal PT/SP



PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS005305)

AUTOR: RICARDO BERZOINI

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADAO PRETTO	RS	PT
2 - AGNELO QUEIROZ	DF	PCdoB
3 - ALBERICO FILHO	MA	PMDB
4 - ALCEU COLLARES	RS	PDT
5 - ALDO ARANTES	GO	PCdoB
6 - ALDO REBELO	SP	PCdoB
7 - ALEX CANZIANI	PR	PSDB
8 - ALEXANDRE CARDOSO	RJ	PSB
9 - ALOIZIO MERCADANTE	SP	PT
10 - ANA CATARINA	RN	PMDB
11 - ANA CORSO	RS	PT
12 - ANGELA GUADAGNIN	SP	PT
13 - ANIBAL GOMES	CE	PMDB
14 - ANTONIO CAMBRAIA	CE	PSDB
15 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
16 - ARISTON ANDRADE	BA	PFL
17 - ARMANDO ABILIO	PB	PSDB
18 - ARNON BEZERRA	CE	PSDB
19 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
20 - BABA	PA	PT
21 - BENITO GAMA	BA	PMDB
22 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
23 - CARLITO MERSS	SC	PT
24 - CARLOS ALBERTO ROSADO	RN	PFL
25 - CARLOS SANTANA	RJ	PT
26 - CELSO RUSSOMANNO	SP	PPB
27 - CHICO DA PRINCESA	PR	PSDB
28 - CLEMENTINO COELHO	PE	PPS
29 - CLOVIS ILGENFRITZ	RS	PT
30 - CONFUCIO MOURA	RO	PMDB
31 - CORIOLANO SALES	BA	PMDB
32 - CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
33 - DAMIAO FELICIANO	PB	PMDB
34 - DELFIM NETTO	SP	PPB
35 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
36 - DIVALDO SURUAGY	AL	PST
37 - DJALMA PAES	PE	PSB
38 - DR. BENEDITO DIAS	AP	PPB
39 - DR. HELIO	SP	PDT
40 - DR. ROSINHA	PR	PT
41 - EDINHO BEZ	SC	PMDB
42 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
43 - EMERSON KAPAZ	SP	PPS
44 - ESTHER GROSSI	RS	PT



45 - EVANDRO MILHOMEN	AP	PSB
46 - FELIX MENDONCA	BA	PTB
47 - FERNANDO CORUJA	SC	PDT
48 - FERNANDO FERRO	PE	PT
49 - FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
50 - FETTER JUNIOR	RS	PPB
51 - FREIRE JUNIOR	TO	PMDB
52 - GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
53 - GERALDO MAGELA	DF	PT
54 - GERMANO RIGOTTO	RS	PMDB
55 - GERSON PERES	PA	PPB
56 - GILMAR MACHADO	MG	PT
57 - GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
58 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
59 - GUSTAVO FRUET	PR	PMDB
60 - HELIO COSTA	MG	PMDB
61 - HENRIQUE FONTANA	RS	PT
62 - IARA BERNARDI	SP	PT
63 - IEDIO ROSA	RJ	S. PART
64 - INACIO ARRUDA	CE	PCdoB
65 - INOCENCIO OLIVEIRA	PE	PFL
66 - IVAN PAIXAO	SE	PPS
67 - IVAN VALENTE	SP	PT
68 - JAIR MENEGUELLI	SP	PT
69 - JANDIRA FEGHALI	RJ	PCdoB
70 - JAQUES WAGNER	BA	PT
71 - JOAO CALDAS	AL	PTB
72 - JOAO COSER	ES	PT
73 - JOAO EDUARDO DADO	SP	PMDB
74 - JOAO GRANDAO	MS	PT
75 - JOAO MAGALHAES	MG	PMDB
76 - JOAO MAGNO	MG	PT
77 - JOAO PAULO	SP	PT
78 - JOAO SAMPAIO	RJ	PDT
79 - JORGE BITTAR	RJ	PT
80 - JORGE KHOURY	BA	PFL
81 - JOSE ANTONIO ALMEIDA	MA	PSB
82 - JOSE CARLOS FONSECA JR.	ES	PFL
83 - JOSE DIRCEU	SP	PT
84 - JOSE GENOINO	SP	PT
85 - JOSE LOURENCO	BA	PMDB
86 - JOSE MILITAO	MG	PSDB
87 - JOSE MUCIO MONTEIRO .	PE	PFL
88 - JOSE PIMENTEL	CE	PT
89 - JOSE ROBERTO BATOCHIO	SP	PDT
90 - JOSE ROCHA	BA	PFL
91 - JOSE THOMAZ NONO	AL	PFL
92 - JUQUINHA	GO	PSDB
93 - JURANDIL JUAREZ	AP	PMDB
94 - LAURA CARNEIRO	RJ	PFL
95 - LUCIANO ZICA	SP	PT



96 - LUIZ ALBERTO	BA	PT
97 - LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
98 - LUIZ CARLOS HAULY	PR	PSDB
99 - LUIZ EDUARDO GREENHALGH	SP	PT
100 - LUIZ SERGIO	RJ	PT
101 - LUIZA ERUNDINA	SP	PSB
102 - MANOEL SALVIANO	CE	PSDB
103 - MANOEL VITORIO	MS	PT
104 - MARCIO BITTAR	AC	PPS
105 - MARCIO MATOS	PR	PTB
106 - MARCONDES GADELHA	PB	PFL
107 - MARCOS AFONSO	AC	PT
108 - MARCOS CINTRA	SP	PFL
109 - MARIA DO CARMO LARA	MG	PT
110 - MARIA LUCIA	MG	PMDB
111 - MARIO NEGROMONTE	BA	PSDB
112 - MAURILIO FERREIRA LIMA	PE	PMDB
113 - MAURO BENEVIDES	CE	PMDB
114 - MILTON MONTI	SP	PMDB
115 - MILTON TEMER	RJ	PT
116 - MOACIR MICHELETTO	PR	PMDB
117 - MORONI TORGAN	CE	PFL
118 - MUCIO SA	RN	PTB
119 - MUSSA DEMES	PI	PFL
120 - NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
121 - NELO RODOLFO	SP	PMDB
122 - NELSON MARCHEZAN	RS	PSDB
123 - NELSON PELLEGRINO	BA	PT
124 - NILMARIO MIRANDA	MG	PT
125 - NILSON MOURAO	AC	PT
126 - OLIMPIO PIRES	MG	PDT
127 - ORLANDO DESCONSI	RS	PT
128 - ORLANDO FANTAZZINI	SP	PT
129 - PADRE ROQUE	PR	PT
130 - PAUDERNEY AVELINO	AM	PFL
131 - PAULO DELGADO	MG	PT
132 - PAULO PAIM	RS	PT
133 - PAULO ROCHA	PA	PT
134 - PEDRO CELSO	DF	PT
135 - PEDRO EUGENIO	PE	PPS
136 - PEDRO NOVAIS	MA	PMDB
137 - PEDRO VALADARES	SE	PSB
138 - POMPEO DE MATTOS	RS	PDT
139 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
140 - RAFAEL GUERRA	MG	PSDB
141 - REGIS CAVALCANTE	AL	PPS
142 - RICARDO BERZOINI	SP	PT
143 - RICARDO FIUZA	PE	PPB
144 - RITA CAMATA	ES	PMDB
145 - ROBERIO ARAUJO	RR	PL
146 - ROBERTO ARGENTA	RS	PHS



147 - RODRIGO MAIA	RJ	PTB
148 - ROLAND LAVIGNE	BA	PMDB
149 - ROMEU QUEIROZ	MG	PSDB
150 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
151 - RUBENS BUENO	PR	PPS
152 - SALOMAO GURGEL	RN	PDT
153 - SAMPAIO DORIA	SP	PSDB
154 - SAULO COELHO	MG	PSDB
155 - SAULO PEDROSA	BA	PSDB
156 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
157 - SERGIO MIRANDA	MG	PCdoB
158 - SERGIO NOVAIS	CE	PSB
159 - SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB
160 - SOCORRO GOMES	PA	PCdoB
161 - TANIA SOARES	SE	PCdoB
162 - TELMA DE SOUZA	SP	PT
163 - TILDEN SANTIAGO	MG	PT
164 - VANESSA GRAZZIOTIN	AM	PCdoB
165 - VIRGILIO GUIMARAES	MG	PT
166 - VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT
167 - WALDIR PIRES	BA	PT
168 - WALDOMIRO BARANCELLI FIORAVANTERS		PT
169 - WALTER PINHEIRO	BA	PT
170 - WELLINGTON DIAS	PI	PT
171 - WOLNEY QUEIROZ	PE	PDT

ASSINATURAS CONFIRMADAS.....	171	REPETIDAS: **
ASSINATURAS DE APOIAMENTO.....	2	REPETIDAS: 1
TOTAL DE ASSINATURAS.....	276	

## ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - ADAO PRETTO	RS	PT
2 - ALEX CANZIANI	PR	PSDB
3 - ALOIZIO MERCADANTE	SP	PT
4 - ANA CORSO	RS	PT
5 - ANGELA GUADAGNIN	SP	PT
6 - ANTONIO CAMBRAIA	CE	PSDB
7 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
8 - ARMANDO ABILIO	PB	PSDB
9 - ARNON BEZERRA	CE	PSDB
10 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
11 - BABA	PA	PT
12 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
13 - CARLITO MERSS	SC	PT
14 - CARLOS SANTANA	RJ	PT
15 - CELSO RUSSOMANNO	SP	PPB
16 - CLEMENTINO COELHO	PE	PPS



17 - CLOVIS ILGENFRITZ	RS	PT
18 - CONFUCIO MOURA	RO	PMDB
19 - CORIOLANO SALES	BA	PMDB
20 - CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
21 - DAMIAO FELICIANO	PB	PMDB
22 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
23 - DIVALDO SURUAGY	AL	PST
24 - DJALMA PAES	PE	PSB
25 - DR. BENEDITO DIAS	AP	PPB
26 - DR. HELIO	SP	PDT
27 - EDINHO BEZ	SC	PMDB
28 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
29 - EMERSON KAPAZ	SP	PPS
30 - FERNANDO CORUJA	SC	PDT
31 - FERNANDO FERRO	PE	PT
32 - FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
33 - FETTER JUNIOR	RS	PPB
34 - GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
35 - GERALDO MAGELA	DF	PT
36 - GERMANO RIGOTTO	RS	PMDB
37 - GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
38 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
39 - GUSTAVO FRUET	PR	PMDB
40 - HELIO COSTA	MG	PMDB
41 - HENRIQUE FONTANA	RS	PT
42 - INOCENCIO OLIVEIRA	PE	PFL
43 - IVAN PAIXAO	SE	PPS
44 - JAIR MENEGUELLI	SP	PT
45 - JANDIRA FEGHALI	RJ	PCdoB
46 - JOAO COSER	ES	PT
47 - JOAO MAGNO	MG	PT
48 - JOAO PAULO	SP	PT
49 - JORGE BITTAR	RJ	PT
50 - JOSE CARLOS FONSECA JR.	ES	PFL
51 - JOSE DIRCEU	SP	PT
52 - JOSE GENOINO	SP	PT
53 - JOSE MILITAO	MG	PSDB
54 - JOSE MUCIO MONTEIRO	PE	PFL
55 - JOSE PIMENTEL	CE	PT
56 - JOSE THOMAZ NONO	AL	PFL
57 - JUQUINHA	GO	PSDB
58 - JURANDIL JUAREZ	AP	PMDB
59 - LAURA CARNEIRO	RJ	PFL
60 - LUCIANO ZICA	SP	PT
61 - LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
62 - LUIZ EDUARDO GREENHALGH	SP	PT
63 - LUIZA ERUNDINA	SP	PSB
64 - MARCIO MATOS	PR	PTB
65 - MARCOS CINTRA	SP	PFL
66 - MARIA DO CARMO LARA	MG	PT
67 - MAURILIO FERREIRA LIMA	PE	PMDB



68 - MILTON MONTI	SP	PMDB
69 - MILTON TEMER	RJ	PT
70 - MUCIO SA	RN	PTB
71 - MUSSA DEMES	PI	PFL
72 - NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
73 - NELSON PELLEGRINO	BA	PT
74 - NILMARIO MIRANDA	MG	PT
75 - NILSON MOURAO	AC	PT
76 - ORLANDO DESCONSI	RS	PT
77 - ORLANDO FANTAZZINI	SP	PT
78 - PADRE ROQUE	PR	PT
79 - PAUDERNEY AVELINO	AM	PFL
80 - PAULO DELGADO	MG	PT
81 - PAULO ROCHA	PA	PT
82 - PEDRO CELSO	DF	PT
83 - PEDRO EUGENIO	PE	PPS
84 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
85 - RAFAEL GUERRA	MG	PSDB
86 - REGIS CAVALCANTE	AL	PPS
87 - RICARDO BERZOINI	SP	PT
88 - RICARDO BERZOINI	SP	PT
89 - RITA CAMATA	ES	PMDB
90 - RODRIGO MAIA	RJ	PTB
91 - ROLAND LAVIGNE	BA	PMDB
92 - ROMEU QUEIROZ	MG	PSDB
93 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
94 - RUBENS BUENO	PR	PPS
95 - SAULO COELHO	MG	PSDB
96 - SERGIO NOVAIS	CE	PSB
97 - SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB
98 - SOCORRO GOMES	PA	PCdoB
99 - TELMA DE SOUZA	SP	PT
100 - VIRGILIO GUIMARAES	MG	PT
101 - WALDIR PIRES	BA	PT
102 - WALTER PINHEIRO	BA	PT

## ASSINATURAS DE APOIAMENTO

1 - ANTONIO KANDIR	SP	PSDB
2 - YEDA CRUSIUS	RS	PSDB

## ASSINATURAS DE APOIAMENTO REPETIDAS

1 - YEDA CRUSIUS	RS	PSDB
------------------	----	------



COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53-A/99, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O INCISO V DO ART. 163 E O ART. 192 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E CAPUT DO ART. 52 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS" (SISTEMA FINANCEIRO).

## TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

Proposta de Emenda à Constituição nº 53-A/99

Nos termos do artigo 202, § 3º, do Regimento Interno, foi divulgado na Ordem do Dia das Comissões o prazo para apresentação de emendas à Proposta de Emenda à Constituição nº 53-A/99, a partir do dia 18 de maio, por dez sessões ordinárias da Câmara dos Deputados. Esgotado o prazo, foram recebidas 5 (cinco) emendas.

Sala da Comissão, em 1º de junho de 2001.

  
MARIA TEREZINHA DONATI  
Secretária





**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53-A/1999, QUE ALTERA O INCISO V DO ART. 163 E O ART. 192 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E O CAPUT DO ART. 52 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS.**

## **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53, DE 1999**

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o *caput* do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**Autor:** Senado Federal

**Relator:** Deputado Rubem Medina

### **I - RELATÓRIO**

A Proposta de Emenda Constitucional em apreciação é oriunda do Senado Federal, onde foi apresentada pelo Senador José Serra e Outros, e tem por finalidade alterar significativamente as disposições constitucionais referentes à organização e disciplina do sistema financeiro nacional.

O texto original apresentado pelos Autores ao Senado Federal revogava sumariamente o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Durante sua tramitação naquela Casa, a proposição recebeu Substitutivo, de autoria do Relator, Senador Jefferson Peres, que, aprovado, constitui o texto enviado ao exame da Câmara dos Deputados.

A PEC nº 53/99 propõe as seguintes alterações à Constituição Federal:

- a) no inciso V do art. 163, a redação "fiscalização das instituições financeiras" é substituída pela redação "fiscalização financeira da administração pública direta e indireta".



- b) no art. 192, são revogados todos os incisos e parágrafos e dada ao *caput* a seguinte redação: *"Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares, que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram"*;
- c) no *caput* do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a atual redação *"até que sejam fixadas as condições a que se refere o art. 192, III, são vedados"* é substituída por *"até que sejam fixadas as condições do art. 192, são vedados"*.

Na Justificação, o Senador José Serra, primeiro signatário da PEC, menciona ter sido o Relator da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças na Assembléia Nacional Constituinte e que o objetivo inicial do art. 163 era o de prescrever um código de finanças públicas. Assim, a redação do inciso V era "fiscalização financeira" e se referia evidentemente à fiscalização financeira da administração pública. Entretanto, por alguma razão, durante os trabalhos da Comissão de Sistematização, o texto do inciso V foi modificado para "fiscalização das instituições financeiras", redação esta que distorceu o sentido do inciso, porquanto "tratava de norma dirigida à fiscalização da Administração Pública e não à fiscalização das instituições financeiras".

Com relação ao art. 192, relata o Senador José Serra que o anteprojeto dispunha basicamente que lei ordinária "regularia as denominadas "cartas patentes", afirmando que seriam inegociáveis e intransferíveis; estabeleceria as condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições financeiras, ambos assuntos relevantes na época; e trataria da organização do Banco Central e das instituições financeiras privadas". Face ao ambiente político da época, contudo, não foi possível deixar de tratar de outros



temas relativos ao sistema financeiro. A discussão posterior não só manteve o texto do anteprojeto como veio a acrescentar outras normas, aumentando a abrangência do anteprojeto. Portanto, de acordo com a Justificação, "a Carta de 1988 resultou num modelo que em determinados casos impede o regular exercício da atividade governamental e o desenvolvimento do País".

Na Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição foi examinada inicialmente pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, que se manifestou pela sua admissibilidade, tendo em vista o cumprimento dos requisitos previstos no art. 60 da Constituição Federal.

Admitida a proposição, foi então constituída esta Comissão Especial para a análise do mérito, na forma regimental.

Aberto o prazo regimental de 10 sessões da Câmara para a apresentação de emendas, foram apresentadas cinco emendas, a seguir descritas:

#### **Emenda nº 1/01**

De autoria do Dep. Salomão Gurgel, pretende introduzir parágrafo único para estabelecer que os órgãos responsáveis pela fiscalização das instituições integrantes do sistema financeiro nacional estejam sujeitos ao controle público, nos termos em que a lei determinar. Na justificação, o Autor defende a importância do controle público das ações dos órgãos, que seria feito por meio das gravações de toda e qualquer reunião de diretoria e pela disponibilização de documentos relacionados às suas decisões.

#### **Emenda nº 2/01**

De autoria do Dep. Orlando Desconsi, tem por finalidade estabelecer que a alienação de instituições financeiras públicas dependa de lei específica e de consulta prévia à população, por meio de plebiscito, o qual, no caso de instituição financeira estadual, abrangerá apenas a população residente na unidade federativa controladora. Segundo o Autor, a emenda objetiva assegurar a participação da sociedade nas decisões relativas à alienação de



instituições financeiras públicas, tendo em vista suas implicações na economia local e, em alguns casos, nacional.

#### **Emenda nº 3/01**

De autoria do Dep. Ricardo Berzoini, objetiva criar, no âmbito do Congresso Nacional, comissão mista destinada a apreciar matérias relativas ao sistema financeiro nacional, com as competências de examinar e emitir parecer sobre as prestações de contas dos dirigentes de órgãos integrantes do sistema financeiro nacional, arguir e aprovar as pessoas indicadas para cargo de direção nos órgãos integrantes do sistema financeiro nacional e avaliar o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial; e advertir e apresentar moção de desaprovação e propor ao Senado Federal e ao Poder Executivo a exoneração de dirigentes de instituições públicas federais integrantes do sistema financeiro nacional. A justificação da emenda expõe como sua intenção a busca de formas de realizar uma maior integração entre o Poder Legislativo, o Banco Central e o Sistema Financeiro Nacional como um todo.

#### **Emenda nº 4/01**

De autoria do Dep. Ricardo Berzoini, propõe que a alienação do controle acionário de instituições financeiras públicas dependa de prévia autorização, mediante lei específica, vedada a regulamentação da matéria por meio de medida provisória. O autor justifica sua emenda com a necessidade de uma anuência mais ampla da sociedade, por meio de seus representantes eleitos, para a alienação de instituições financeiras públicas, tendo em vista suas implicações para a economia.

#### **Emenda nº 5/01**

De autoria do Dep. Ricardo Berzoini, propõe nova redação ao parágrafo único do art. 52 do ADCT, na qual substitui, entre as não vedadas pelo *caput* do artigo, as autorizações de interesse do governo brasileiro pelas autorizações que forem aprovadas em lei específica pelo Congresso Nacional, por maioria absoluta. Segundo o Autor, a emenda tem por objetivo aprimorar o texto constitucional, evitando que sua interpretação incorreta leve à autonomia exagerada do Poder Executivo na regulação do sistema financeiro nacional, sem a necessária anuência do Poder Legislativo.



Seguindo a metodologia de praxe para a apreciação das matérias da espécie, esta Comissão Especial promoveu audiências públicas, para ouvir representantes do Governo e da sociedade em relação às mudanças propostas na PEC. A requerimento do Relator e de membros da Comissão, foram ouvidos:

- o Sr. ARMÍNIO FRAGA, Presidente do Banco Central do Brasil;
- a Sra. FERNANDA CARÍSIO, Presidenta da Confederação Nacional dos Bancários - CNB;
- o Sr. MARCONI LOPES DE ALBUQUERQUE, Presidente da Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito - CONFEBRÁS;
- o Sr. TÚLIO ZANIN, Presidente do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL;
- o Sr. HÉLIO OLIVEIRA PORTOCARRERO DE CASTRO, Superintendente da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP;
- o Sr. DEMÓSTENES MADUREIRA DE PINHO, Presidente da IRB-Brasil Resseguros S.A. - IRB-Brasil Re;
- o Sr. JOSÉ LUIZ OSORIO DE ALMEIDA FILHO, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários - CVM
- a Sra. NORMA JONSSSEN PARENTE, Diretora da Comissão de Valores Mobiliários - CVM;
- o Sr. ANTÔNIO BORNIA, Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF;
- o Sr. GABRIEL JORGE FERREIRA, Presidente da Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN;



- o Sr. JOÃO ELÍSIO FERRAZ CAMPOS, Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - FENASEG.

Os depoentes, de um modo geral, manifestaram-se, alguns com grande entusiasmo, pela aprovação da PEC, enfatizando a importância e a conveniência de se viabilizar, com a maior brevidade, a regulamentação do sistema financeiro nacional. Foram vozes discordantes apenas a Sra. Fernanda Carísio, que denunciou a possibilidade de a tramitação da PEC ser meramente uma manobra para retirar da Constituição o limite de juros e propiciar ao Governo uma regulamentação fatiada, para atender a seu interesse político imediato, e o Sr. Túlio Zanin, em termos, porquanto manifestou-se somente em favor de uma regulamentação global do sistema financeiro, contrariamente à proposta da PEC, que possibilita que ela se faça em diversas leis complementares.

## II - VOTO DO RELATOR

Como a alteração proposta ao inciso V do art. 163 tem por finalidade corrigir um equívoco da sistematização do texto constitucional, conforme já exposto, e a alteração do art. 52 do ADCT tem o caráter de mera adequação, a Proposta de Emenda à Constituição nº 53/99 deve ser entendida essencialmente como uma forma de superar as dificuldades de regulamentação do art. 192 da Constituição Federal e viabilizar a aprovação de uma nova lei estruturadora do sistema financeiro nacional.

A tarefa não tem sido fácil. Além das resistências políticas relacionadas à vigência do limite da taxa de juros reais previsto no § 3º, a abrangência dos temas enumerados no artigo, a complexidade e interação dos mercados financeiros e a manifestação do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a regulamentação se faça por uma única lei complementar têm inviabilizado o consenso imprescindível para a construção da nova ordem financeira do País.

Prova eloqüente da dificuldade de regulamentação é a sucessão de comissões especiais instituídas a cada legislatura para este fim desde 1991, portanto há mais de dez anos, sem a aprovação de nenhum projeto



ou apresentação de substitutivo, não obstante terem ocupado os cargos de presidente e relator figuras importantes e operosas da Câmara dos Deputados, que de tão notórias dispensam a declinação de seus nomes.

A simplificação do texto do art. 192, mediante a revogação dos incisos e parágrafos, e a disposição explícita de que a regulamentação poderá ser feita em leis complementares vêm operar no sentido da facilitação da tarefa de regulamentar, porquanto a partir de então a regulamentação poderá ser realizada de forma fracionada, no conteúdo e no tempo, podendo abordar separadamente a disciplina dos diversos mercados que compõem o sistema financeiro.

A primeira questão que emerge dessa discussão é se vale a pena, para a sociedade brasileira e para a expansão do mercado financeiro nacional, desconstitucionalizar os temas constantes dos incisos e parágrafos do art. 192 em troca de uma regulamentação mais fácil do artigo, porquanto há quem perceba na prioridade concedida à aprovação da PEC interesses políticos relacionados à continuidade da atual política monetária e sua projeção para um outro governo a ser eleito em 2002. Convém, entretanto, examinar dois aspectos importantes para se decidir a questão: as conseqüências para o País da não regulamentação do art. 192 e, por outro lado, os benefícios de sua imediata regulamentação, agora viabilizada com as alterações propostas pela PEC.

Em primeiro lugar, há que se atacar a idéia de que o adiamento da regulamentação do art. 192 é neutro, isto é, que tem sido feito sem custos para a economia do País. Na verdade, a permanência de uma legislação desatualizada disciplinando mercados que se modificaram radicalmente na última década, pela criação de novos produtos e pela utilização intensiva dos recursos tecnológicos das comunicações e da informática, a ponto de atingirem alcance global, não pode ser defendida como política de boa administração financeira.

O fato é que a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, apesar de seus inegáveis méritos, já é uma lei ultrapassada, que não provê adequadamente a defesa dos interesses dos cidadãos brasileiros nem municia a autoridade monetária com instrumentos capazes de salvaguardar o sistema financeiro nacional dos riscos inerentes à sua inserção num mercado financeiro



globalizado. A emergência de escândalos e quebras de instituições na segunda metade da década passada, a sustentação de posições de riscos nos mercados de capitais, câmbio e derivativos, e a atuação do Banco Central somente no último instante da crise demonstram que é necessário reforçar as medidas de caráter prudencial e a fiscalização das instituições financeiras.

De igual modo, a disciplina do mercado segurador nacional, emanada do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, já não se coaduna com as técnicas e práticas do seguro no mundo desenvolvido e representa obstáculo à expansão do mercado nacional. A persistência do monopólio do resseguro, malgrado a emenda constitucional que o aboliu, deixa o País numa situação insólita, e constitui prova inconteste do anacronismo da legislação vigente.

A falta da regulamentação do art. 192 tem levado a iniciativas legislativas esparsas e assistemáticas, com a finalidade de superar problemas emergentes e inadiáveis:

- O Fundo Garantidor de Crédito, mecanismo de proteção da economia popular previsto no inciso VI, foi instituído por intermédio de resolução do Conselho Monetário Nacional;
- O Instituto de Resseguros do Brasil – IRB teve suas ações transformadas por intermédio de Medida Provisória, já convertida na Lei nº 9.482, de 13 de agosto de 1997, embora a regulamentação de seu funcionamento estivesse prevista no inciso II;
- Por Medida Provisória, foram também as sociedades seguradoras, de capitalização e as entidades de previdência privada submetidas às disposições da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, e do Decreto-Lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987, que tratam respectivamente dos regimes de intervenção e liquidação extrajudicial e do regime de administração especial temporária, no caso para serem exercidos pela SUSEP;



- A Lei nº 9.932, de 20 de dezembro de 1999, que transfere atribuições do IRB - Brasil Resseguros S.A. para a SUSEP e que, na prática, estatui regras para a abertura do mercado ressegurador nacional encontra-se com sua eficácia suspensa por decisão liminar do Supremo Tribunal Federal, que acolheu Ação Direta de Inconstitucionalidade, considerando que a matéria é reservada pelo art. 192 da Constituição para o tratamento exclusivo por lei complementar.

Além disso, muitos parlamentares apresentaram propostas dirigidas a pontos específicos da regulamentação, de forma que, além dos projetos de lei complementar hoje sob exame da Comissão Especial do Sistema Financeiro, muitas outras proposições encontram-se em tramitação, nas duas Casas do Congresso Nacional, envolvendo temas como sigilo bancário, requisitos para a indicação de diretores do Banco Central, criação de agência de fiscalização de instituições financeiras, entre outros. Sem entrar no mérito de cada uma delas, pensamos que, se bem sucedidas na sua tramitação, estas proposições produzirão uma regulamentação fragmentada e assistemática do sistema financeiro nacional, o que seria indesejável tanto para os operadores do Direito quanto para as instituições financeiras, os cidadãos e os investidores internacionais, uma vez que dificultaria uma visão adequada e inequívoca de seus direitos e obrigações.

Ademais, cabe assinalar que, na ausência da regulamentação própria, o Poder Executivo, para dispor sobre matérias de administração econômica e financeira de interesse do Governo, tem utilizado abusivamente do instrumento da medida provisória e da delegação de competência normativa atribuída ao Conselho Monetário Nacional pela legislação anterior à Constituição de 1988, anulando a eficácia do art. 25 do ADCT e, por conseguinte, reduzindo a participação efetiva do Congresso Nacional na solução das crises do Sistema Financeiro Nacional e na condução do seu processo de modernização. Exemplo eloqüente desse isolamento é o avanço do capital estrangeiro no sistema financeiro nacional, do qual já detém 40% (quarenta por cento) dos ativos, sem que o Parlamento tenha em algum momento se pronunciado sobre a questão.



Fato pouco conhecido mas não menos importante é o julgamento do Mandado de Injunção nº 430/DF, pelo Supremo Tribunal Federal, em 26.05.95, no qual o Congresso Nacional foi reconhecido em mora com a regulamentação do art. 192, § 3º, tendo sido notificado por aquela Corte para tomar as providências no sentido de suprir a omissão.

Por todas essas razões, de natureza jurídica e política, é incontestável a necessidade e a premência de se estatuir uma nova estrutura para o sistema financeiro nacional, mesmo que para tal seja imprescindível modificar o texto do art. 192 da Constituição.

Não há dúvidas que uma regulamentação mais moderna, com a prescrição de regras prudenciais adequadas e a constituição de uma autoridade monetária forte e bem aparelhada, influenciará favoravelmente a preservação de "um ambiente estável, previsível, favorável a menos riscos e à taxa de juros mais baixa", sem o qual, conforme mencionou aqui nesta Comissão o Presidente do Banco Central do Brasil, "não é possível desenvolver-se uma economia". Outro efeito benéfico para nossa economia advirá certamente da reclassificação de risco do Brasil e, conseqüentemente, da redução das taxas de juros cobradas do País pelo mercado financeiro internacional.

Outro aspecto da discussão que nos cabe enfrentar é o receio, manifestado por parlamentares de oposição, de que uma vez aprovada a PEC, desconstitucionalizados os temas constantes do art. 192 e aprovada a regulamentação em leis complementares, haveria desinteresse do Governo pela estruturação geral do sistema financeiro, que passaria a atacar apenas os temas emergentes da administração financeira ou do seu exclusivo interesse político. A preocupação mereceu nossos cuidados. Assim, tendo em vista que a regulamentação envolve matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, procuramos obter das autoridades econômicas do Governo e das lideranças dos partidos da base governista o compromisso com a regulamentação global e com a imediata apresentação dos projetos regulatórios, tão logo seja promulgada a PEC em apreciação. O Sr. Armínio Fraga, Presidente do Banco Central do Brasil, em audiência nesta Comissão, mencionou que, aprovada a PEC, o Poder Executivo teria três projetos prioritários a apresentar à discussão do Congresso Nacional: um para o banco central, um outro abordando



questões do mercado de capitais e um terceiro cuidando das liquidações extrajudiciais. Refuto, portanto, as desconfianças levantadas quanto à possibilidade de uma regulamentação fatiada e casuísta.

Com relação às emendas, cabem as seguintes apreciações:

**Emenda nº 1/01:** não há por que estabelecer para os órgãos responsáveis pela fiscalização das instituições do sistema financeiro nacional forma de controle externo diferente da já prevista na Constituição para a Administração Pública em geral. Votamos, portanto, pela rejeição desta emenda.

**Emenda nº 2/01:** De igual modo, não vemos justificativa para elevar a simples alienação de uma instituição financeira ao nível de matérias como organização política e territorial, com a exigência de consulta plebiscitária. A alienação de empresas estatais já é autorizada em lei e a realização de plebiscito não é ato gratuito, podendo o custo de sua realização, inclusive, superar o valor a ser obtido na alienação. Por conseguinte, votamos pela rejeição desta emenda

**Emenda nº 3/01:** pretende incluir na Constituição a criação de comissão mista destinada a apreciar matérias relativas ao sistema financeiro. Ora, a criação de comissões já é matéria de competência do Congresso Nacional e de suas Casas, segundo o art. 58 da Constituição, não havendo razão para sua disposição no texto constitucional. Votamos, então, pela rejeição desta emenda.

**Emenda nº 4/01:** também preconiza que a alienação do controle acionário de instituição financeira pública seja previamente autorizada por lei específica, vedada a regulamentação por medida provisória. A alienação de empresas estatais depende de autorização legislativa e, ao ser objeto de emenda constitucional, as matérias constantes do art. 192 passam a se enquadrar entre as previstas no art. 246, que veda a utilização de medida provisória na regulamentação de artigo da Constituição cuja redação tenha sido alterada por emenda promulgada a partir de 1995. É desnecessária a emenda, razão pela qual votamos por sua rejeição.

**Emenda nº 5/01:** introduz a exigência de autorização do Congresso Nacional, por maioria absoluta, para a instalação, no País, de novas agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior ou para o aumento do percentual de participação do capital estrangeiro se não resultarem de acordos internacionais ou de reciprocidade. Entretanto, o art. 47 da Constituição determina que salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de




cada Casa e de suas comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros. Assim, não cabe contrariar em disposição constitucional transitória o disposto no texto constitucional permanente, motivo pelo qual votamos pela rejeição desta emenda.

Com relação ainda ao inciso V do art. 163, é importante destacar que sua redação sempre foi motivo de estranheza, porquanto transparecia contraditória com o inciso IV do art. 192, que trata das atribuições do banco central, evidenciando uma concorrência de regulamentações sobre a mesma matéria. A mudança proposta na PEC recoloca o art. 163 dentro de seu escopo inicial de referir-se especificamente ao contexto das finanças públicas. Não há também por que temer que a nova redação dada ao inciso seja motivo para o tratamento da fiscalização de instituições financeiras em medida provisória ou em lei ordinária apartada da regulamentação do banco central, porquanto não há como dispor coerentemente sobre competências de banco central sem tratar da supervisão das instituições financeiras e das atividades relacionadas com o risco sistêmico. O próprio Presidente do Banco Central do Brasil, em audiência nesta Comissão, discutiu o assunto nos seguintes termos: "na minha visão, os temas de natureza sistêmica ou prudencial pertencem à esfera do Banco Central, enquanto os temas ligados ao consumidor de produtos financeiros, à proteção do acionista pertencem à esfera de outra agência".

Finalmente, quanto à mudança de redação proposta para o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sendo de mera adequação às mudanças previstas para o art. 192, cremos que dispensa outros comentários além dos já expedidos no Relatório.

Diante do exposto, votamos pela admissibilidade das Emendas nº 1/01, 2/01, 3/01, 4/01 e 5/01 apresentadas nesta Comissão Especial, e, no mérito, pela rejeição de todas as emendas e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 1999.

Sala da Comissão, em 26 de Junho de 2001.



Deputado Rubem Medina




COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53-A, DE 1999, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O INCISO V DO ARTIGO 163 E O ARTIGO 192 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E O CAPUT DO ART. 52 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS". (SISTEMA FINANCEIRO)

## PARECER DA COMISSÃO

A Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 53-A/1999, que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o *caput* do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em reunião realizada hoje, opinou, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 53/A, de 1999, pela admissibilidade das emendas nºs 1/01, 2/01, 3/03, 4/01 e 5/01 apresentadas na Comissão Especial, e, no mérito, pela rejeição de todas as emendas, contra os votos dos Deputados Aloizio Mercadante, Orlando Desconsi, Ricardo Berzoini, Pedro Eugênio, Salomão Gurgel e Milton Temer. Apresentou voto em separado o Deputado Pedro Eugênio. Foram rejeitados os destaques nºs 01/01, 02/01, 03/01, 04/01 e 05/01.

Participaram da votação nominal os Deputados Antonio Kandir, Danilo de Castro, Edir Oliveira, Manoel Salviano, Murilo Domingos, Yeda Crusius, Marcos Cintra, Paes Landim, Pedro Bittencourt, Raimundo Santos, Rubem Medina, Armando Monteiro, Benito Gama, Paulo Lima, Aloizio Mercadante, Orlando Desconsi, Ricardo Berzoini, Delfim Netto, Enivaldo Ribeiro, Fetter Júnior, Pedro Eugênio, Salomão Gurgel, Milton Temer, Antonio Cambraia e Xico Graziano.

Sala da Comissão, em 08 de agosto de 2001

  
Deputado MAX ROSENMANN  
Presidente

  
Deputado RUBEM MEDINA  
Relator



## **PEC 53-A, de 1999**

(do Senado Federal)

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

### **Voto em Separado**

### **I - RELATÓRIO**

A PEC 53, de autoria do Senado Federal, destina-se a abrir o caminho para uma reforma do sistema financeiro através da virtual revogação do Art. 192 da Constituição Federal, que dispõe sobre a estrutura e critérios de funcionamento do Sistema Financeiro Nacional (SFN). O governo visa, assim, a efetivar mudanças no SFN através de um somatório de Leis Complementares diversas, que serão introduzidas em pequenas parcelas e coexistirão com leis antigas e defasadas, costurando uma colcha de retalhos cujo resultado final pode vir a ser um sistema financeiro caótico.

O SFN sofreu sua última revisão no período 1964 a 1967 e, dado o progresso inovativo desse setor, assim como a inserção do País, nesta última década, no processo de globalização – especialmente a globalização das finanças, uma reforma financeira era justa e necessária.

Porém, através da revogação de todos os princípios e objetivos básicos que devem nortear as leis que regem o SFN – através da revogação dos incisos I a VII, o governo elimina discussões e decisões, pelo Congresso Nacional e a sociedade brasileira, sobre importantes mudanças estruturais na economia brasileira e mundial assim como sobre qual o novo modelo de crescimento econômico e inserção na economia mundial, que o País deve adotar.

É consensual que um SFN desenvolvido é essencial para reduzir a taxa de juros, financiar as exportações, incentivar o investimento em capacidade produtiva, e reduzir a



dependência no capital externo. Mas tal nível de desenvolvimento não ocorrerá sem que se leve em conta o sistema financeiro como um todo, aplicando-lhe princípios norteadores que garantam tanto a inserção soberana no País no processo de globalização financeira quanto a subordinação do desenvolvimento financeiro ao desenvolvimento econômico e social do País.

## II – VOTO

### Art. 192, *caput*

Com a modificação do *caput* do Art. 192 que passa a ter a redação “...o sistema financeiro será regulado em *leis complementares*...”, a PEC 53 introduz a possibilidade de uma maior parte do setor financeiro ser ou não regulada. Poderemos ter apenas alguns aspectos submetidos à regulamentação, mas outros não, transformando toda a legislação que rege o sistema financeiro em uma colcha de retalhos.

Porém, a globalização financeira – processo no qual o Brasil, enquanto mercado emergente, se inseriu – gerou mudanças importantes nos sistemas financeiros nacional e internacional que precisam ser levados em conta para estabelecer uma estratégia de desenvolvimento financeiro sustentável. Entre as mudanças introduzidas pela globalização financeira, está o rápido desenvolvimento do mercado de derivativos e da engenharia financeira, que permitem às instituições financeiras de esconder suas perdas, e aumentar seus riscos e sua alavancagem, pondo em risco o sistema financeiro se não forem controladas. Também aumentou o acesso de bancos domésticos ao mercado internacional de capitais, ajudado pelo fato de que o mercado doméstico não é líquido ou desenvolvido, aumentando seu risco cambial. Assim, mercados de derivativos, mercados de moeda e de ações (onde as firmas buscam capital para fazer frente às exigências impostas pela adoção do acordo da Basiléia e pelo Banco Central) e o sistema bancário não podem ser regulados independentemente, e a legislação deve ser coerente entre si sendo, portanto, importante que sejam introduzidas em conjunto.

### Incisos I e II

A principal justificativa para a revogação dos incisos do Art. 192 da Constituição Federal é a de que a regulação e reestruturação dos mercados financeiros já está



sendo feita de forma eficiente pelo Banco Central. Que, de fato, os princípios gerais da atividade econômica, constantes no Art. 170, são suficientes. Ambos os argumentos são falaciosos. As mudanças sendo introduzidas pelo Banco Central para modificar e modernizar o SFN não levam em conta os problemas e características específicos aos países emergentes, se contentando em importar critérios testados e aperfeiçoados para países desenvolvidos.

Com a **revogação dos incisos I e II** do Art. 192, que determinam que lei complementar disporá sobre a autorização para o funcionamento de instituições financeiras nacionais e internacionais, respectivamente, a PEC retira um dos principais objetivos de qualquer lei complementar regendo o sistema financeiro: o de autorização para o funcionamento de instituições financeiras, bancos e estabelecimentos de seguro. Mercados financeiros, e especialmente os bancos (que dominam o sistema financeiro brasileiro) têm características próprias que os distinguem do resto da economia; entre elas, que eles captam depósitos à vista e poupança de um número enorme de pequenos clientes que não tomam conhecimento de como o banco está aplicando estes recursos – a chamada assimetria de informação – e que devem portanto ser protegidos de fraude, má administração e risco excessivo. Por serem inerentemente ilíquidos, e dada a possibilidade de corridas contra um ou poucos bancos se tornarem crises financeiras, a confiança nas instituições que compõem o sistema é de extrema importância ao seu bom funcionamento. Para haver confiança, deve haver, antes, o aval de uma instituição governamental (o Banco Central) para seu funcionamento.

### **Inciso III**

O **inciso III**, que dispõe sobre a participação do capital estrangeiro no SFN, foi incluído na nova redação dada ao *caput* do Art. 192. Porém, com a revogação dos itens *a* e *b*, que submete esta participação aos interesses nacionais e aos acordos internacionais, perde-se um princípio norteador de como deve se dar a inserção do país no processo de globalização financeira – isto é, de maneira soberana.

Bancos brasileiros tendem a acessar mercados de capitais internacionais, dada a pouca liquidez dos mercados nacionais. Assim, estão sujeitos a um alto risco cambial. A volatilidade macroeconômica excessiva de economias em desenvolvimento, com



oscilações de câmbio, juros, e preços, podem quebrar até uma instituição financeira sã (ou a firma a quem esta instituição emprestou dinheiro).

Existe, ainda, a dificuldade de coordenação de critérios de regulação entre países, no caso de bancos multinacionais. Eles em geral são menos controlados pela autoridades financeiras locais, mas têm maior incentivo para tomar riscos maiores no mercado doméstico. Apesar de possuir uma capacidade técnica maior para a gestão de riscos, em geral tal capacidade encontra-se na matriz, enquanto informações sobre risco que são utilizados pelos técnicos, encontram-se em mãos de gerentes locais, com pouca comunicação entre eles.

#### **Incisos IV e V**

Bancos Centrais enquanto reguladores do sistema financeiro e responsáveis pela execução da política monetária, têm poder para afetar tanto os resultados de firmas financeiras quanto o bem-estar social do país. Por isso, sua prestação de contas à sociedade é muito importante. Em sociedades democráticas a prestação de contas pelo Banco Central pode tomar quatro formas (não-exclusivas): (1) prestação de contas ao mercado; (2) prestação de contas à própria indústria financeira; (3) prestação de contas ao Judiciário pela legalidade de suas ações e decisões; e (4) prestação de contas ao Legislativo.

Os constituintes de 1988 decidiram, de um lado, por um aumento da autonomia do BC e, de outro, por um maior controle deste pelo Legislativo. Além da revogação da Lei 4.595 de 1964 e da extinção do Conselho Monetário Nacional, previram um novo arranjo institucional para o Banco Central e para o sistema financeiro, a ser regulamentado depois – o que não ocorreu.

Os **incisos IV e V**, que dispõem sobre a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central, assim como os requisitos para a designação de membros de sua diretoria, também são revogados pela PEC 53. Ora, para haver transparência na prestação de contas pelo presidente e diretores não-eleitos do Banco Central assim como um maior controle deste pelo Legislativo eleito, é necessário que suas responsabilidades e atribuições sejam claramente determinadas pela Constituição. Para haver equilíbrio nas relações entre o Banco Central, o Executivo e o Legislativo, é



necessário determinar, na Constituição, (1) os objetivos do Banco Central, (2) a transparência e (3) o detentor da responsabilidade final pelas decisões de política monetária. A Lei de Responsabilidade Monetária que encontra-se em elaboração no Executivo não é suficiente para determinar essas questões, já que se refere apenas ao Banco Central.

### **Inciso VII**

O desenvolvimento de um sistema financeiro eficiente e forte é de suprema importância para a retomada do desenvolvimento econômico sustentável e estável, após duas décadas de estagnação, pontuadas por crises financeiras e de dívida externa. Em outras palavras: o desenvolvimento e a estabilidade do sistema financeiro não são fins por si só, mas são um meio de se atingir um crescimento econômico com equidade.

Se não houver desenvolvimento global do SFN, então as maiores empresas e os maiores investidores internacionais simplesmente utilizarão a liberalização do sistema financeiro para captar crédito para investimentos, e investir, em mercados de capitais estrangeiros. Isto causará uma maior divisão e desigualdade no País, já que as pequenas empresas nacionais e regionais não terão acesso a crédito para se estabelecer, crescer e criar empregos. A desigualdade social e a concentração de renda tenderão a se agravar, assim como as desigualdades regionais, ameaçando o crescimento econômico sustentável do País.

A revogação do **inciso VII**, que estipula que a legislação reguladora do SFN deve estabelecer critérios restritivos da transferência de poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento, deve causar um grande fluxo de capitais de regiões menos desenvolvidas do país, como o Norte e Nordeste, para regiões de maior concentração de indústrias e serviços, como o Sul e o Sudeste. Ora, o processo de globalização é, por sua própria natureza, um processo de concentração de rendas – tanto entre países, como entre regiões. Tanto países quanto regiões de países de renda alta, inseridos no processo de globalização e voltados para o setor externo, tendem a ganhar ainda mais com a globalização, enquanto países e regiões pobres, excluídos do processo, só tendem a perder.



## Princípios Gerais

Riscos fazem parte integrante do negócio dos bancos, e há uma troca entre baixo risco e aumento no nível de crédito para investimento e crescimento econômico. Bancos excessivamente restritos em suas atividades pelo agente regulador, em um ambiente macroeconômico que já é volátil, tenderão a financiar cada vez menos investimentos produtivos de longo prazo, ou aqueles que criam empregos e aumentem a renda nacional (por exemplo, empresários empreendedores que buscam financiamento para pequenas empresas – que são as que criam o maior volume de emprego com o menor volume de crédito – não seriam financiados em tal ambiente).

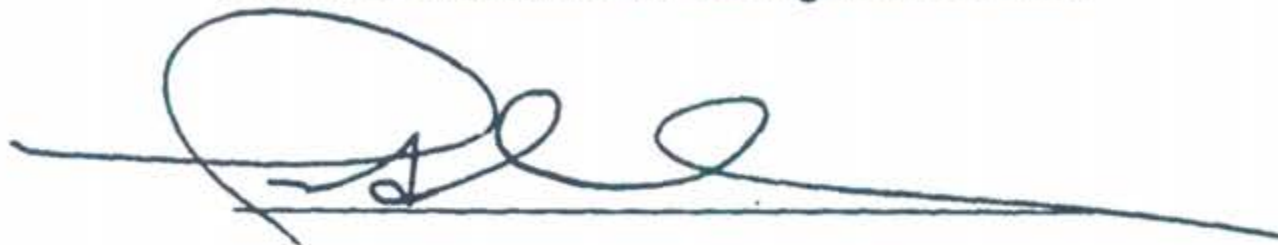
Assim, a constituição precisa determinar princípios gerais para o funcionamento do sistema financeiro: Qual a proporcionalidade que quer se dar ao sistema – isto é, qual a importância relativa entre regulação (benefício da segurança) e fornecimento de crédito (benefício do crescimento econômico)? Qual deve ser o papel, no futuro, dos antigos bancos de desenvolvimento (que não podem se adequar aos novos critérios de regulação do BC e aplicar recursos em atividades menos produtivas mas importantes socialmente ao mesmo tempo)? Qual o papel das cooperativas de crédito (notoriamente bem menos líquidas e de maior risco que bancos) para fornecer micro-crédito às comunidades e projetos menores e menos lucrativos, ignorados pelos bancos? Qual deve ser a estrutura institucional da regulação financeira?

Em resumo, os argumentos de que: a reforma do Sistema Financeiro Nacional pode ser feita em partes, através de várias leis complementares; as mudanças já introduzidas ao sistema são suficientes; e que os princípios norteadores já existem no Art. 170 da CF, são falaciosos. Primeiro, porque não levam em conta características específicas do sistema financeiro, e aquelas específicas a mercados emergentes. Segundo, não consideram a inserção da economia nacional no processo de globalização financeira exige um projeto de reforma financeira mais ampla, com uma estratégia mais clara. Por último, ignoram, de maneira implícita, princípios importantes como a proporcionalidade da regulação e a estrutura institucional da regulação financeira -- e, portanto, ignoram o papel do Judiciário e do Executivo na reforma e na regulação do sistema financeiro brasileiro.



Por isso, somos pela rejeição da PEC nº 53/99 nos termos dos argumentos expendidos.

Sala das Reuniões, 7 de Agosto de 2001



Deputado PEDRO EUGÊNIO

PPS/PE

## **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 10, DE 2003**

**(Do Sr. Virgílio Guimarães e outros)**

Dá nova redação ao caput e § 1º do art. 192 da Constituição Federal.

**DESPACHO:**  
APENSE-SE A(O) PEC 53/1999.

**Apreciação:**  
Proposição sujeita à apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**  
Art. 137, caput - RICD



As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** O art. 192 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre:

.....  
.....

§ 1º A autorização a que se referem os incisos I e II será inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle da pessoa jurídica titular, e concedida sem ônus, na forma da lei, a pessoa jurídica cujos diretores tenham capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento. (NR)

.....  
.....  
.....”

**Art. 2º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O art. 192 da Constituição Federal determina a estruturação do sistema financeiro nacional segundo a diretriz principal de promover o desenvolvimento equilibrado do País e servir aos interesses da coletividade, e enumera, nos seus incisos, de forma não exaustiva, as matérias que deverão constar da regulamentação.



Ora, o simples exame dessa enumeração induz à constatação de que se trata de tarefa altamente complexa, pois envolve a regulamentação de, pelo menos, quatro mercados distintos: o bancário e os de seguros e resseguros, de previdência privada e de capitalização. As matérias constantes dos incisos e parágrafos igualmente requerem tratamento jurídico cuidadoso e detalhado.

Ademais, a interpretação do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a regulamentação se faça em uma única lei complementar tem inviabilizado a construção de um texto de consenso para instituir uma nova ordem financeira para o País.

A presente emenda tem por finalidade viabilizar a regulamentação de forma parcelada, em diversas leis complementares, para que o Congresso Nacional possa, examinando as necessidades de regulamentação de cada um dos mercados que compõem o sistema financeiro, estabelecer prioridades e simplificar o trabalho de regulamentação.

A prioridade dada à regulamentação do art. 192 provém da necessidade de se atualizar a disciplina do mercado financeiro brasileiro, ante as novas exigências da globalização dos mercados financeiros e do interesse do País em atrair poupanças internacionais para financiar o seu desenvolvimento. No mercado securitário, a prioridade é abrir espaço para o resseguro privado, atividade em que o mercado nacional encontra-se defasado, por conta do monopólio estatal do resseguro, constante da atual legislação.

Ante o exposto, solicitamos aos nobres Pares o apoio para a rápida tramitação e aprovação da presente Proposta de Emenda à Constituição.

Sala das Sessões, em 13 de março de 2003.

Deputado Virgílio Guimarães



**Proposição:** PEC 0010/03

**Autor:** VIRGÍLIO GUIMARÃES

**Data de Apresentação:** 13/3/2003

**Ementa:** Dá nova redação ao caput e § 1º do art. 192 da Constituição Federal.

**Possui Assinaturas Suficientes:** SIM

**Total de Assinaturas:**

Confirmadas:	177
Não Conferem:	9
Fora do Exercício:	0
Repetidas:	18
Ilegíveis:	0
Retiradas:	0

**Assinaturas Confirmadas**

- 1 - ALCEU COLLARES (PDT-RS)
- 2 - ALDO REBELO (PCdoB-SP)
- 3 - ALEX CANZIANI (PTB-PR)
- 4 - ALMEIDA DE JESUS (PL-CE)
- 5 - ALMIR MOURA (PL-RJ)
- 6 - ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB-SP)
- 7 - ANDRÉ ZACHAROW (PDT-PR)
- 8 - ANGELA GUADAGNIN (PT-SP)
- 9 - ANIVALDO VALE (PSDB-PA)
- 10 - ANTONIO CAMBRAIA (PSDB-CE)
- 11 - ANTÔNIO CARLOS BIFFI (PT-MS)
- 12 - ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT-RJ)
- 13 - ANTONIO CRUZ (PTB-MS)
- 14 - ANTONIO NOGUEIRA (PT-AP)
- 15 - ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP)
- 16 - ASSIS MIGUEL DO COUTO (PT-PR)
- 17 - ATHOS AVELINO (PPS-MG)
- 18 - ÁTILA LIRA (PSDB-PI)
- 19 - AUGUSTO NARDES (PPB-RS)
- 20 - BASSUMA (PT-BA)
- 21 - BENEDITO DE LIRA (PTB-AL)
- 22 - BISPO JOÃO MENDES DE JESUS (PDT-RJ)
- 23 - BISPO RODRIGUES (PL-RJ)
- 24 - BISPO WANDERVAL (PL-SP)
- 25 - BONIFÁCIO DE ANDRADA (PSDB-MG)
- 26 - CARLITO MERSS (PT-SC)
- 27 - CARLOS ABICALIL (PT MT)
- 28 - CARLOS DUNGA (PTB-PB)
- 29 - CARLOS MOTA (PL-MG)
- 30 - CELSO RUSSOMANNO (PPB-SP)
- 31 - CHICO DA PRINCESA (PL-PR)
- 32 - CLEUBER CARNEIRO (PFL-MG)
- 33 - COLOMBO (PT-PR)
- 34 - CONFÚCIO MOURA (PMDB-RO)
- 35 - CORONEL ALVES (PL-AP)
- 36 - DAVI ALCOLUMBRE (PDT-AP)



- 
- 37 - DEVANIR RIBEIRO (PT-SP)
  - 38 - DR. FRANCISCO GONÇALVES (PTB-MG)
  - 39 - DR. HÉLIO (PDT-SP)
  - 40 - DR. RIBAMAR ALVES (PSB-MA)
  - 41 - DR. RODOLFO PEREIRA (PDT-RR)
  - 42 - DRA. CLAIR (PT-PR)
  - 43 - DURVAL ORLATO (PT-SP)
  - 44 - EDMAR MOREIRA (PL-MG)
  - 45 - EDNA MACEDO (PTB-SP)
  - 46 - EDSON DUARTE (PV-BA)
  - 47 - EDUARDO CAMPOS (PSB-PE)
  - 48 - EDUARDO SEABRA (PTB-AP)
  - 49 - ELAINE COSTA (PTB-RJ)
  - 50 - ENIO BACCI (PDT-RS)
  - 51 - ENIO TATICO (PTB-GO)
  - 52 - FÁTIMA BEZERRA (PT-RN)
  - 53 - FÉLIX MENDONÇA (PTB-BA)
  - 54 - FERNANDO GABEIRA (PT-RJ)
  - 55 - FERNANDO GONÇALVES (PTB-RJ)
  - 56 - FRANCISCA TRINDADE (PT-PI)
  - 57 - FRANCISCO GARCIA (PPS-AM)
  - 58 - GASTÃO VIEIRA (PMDB-MA)
  - 59 - GERALDO THADEU (PPS-MG)
  - 60 - GIVALDO CARIMBÃO (PSB-AL)
  - 61 - GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE)
  - 62 - GUILHERME MENEZES (PT-BA)
  - 63 - GUSTAVO FRUET (PMDB-PR)
  - 64 - HELENO SILVA (PL-SE)
  - 65 - HÉLIO ESTEVES (PT-AP)
  - 66 - HENRIQUE AFONSO (PT-AC)
  - 67 - HOMERO BARRETO (PTB-TO)
  - 68 - HUMBERTO MICHILES (PL-AM)
  - 69 - IARA BERNARDI (PT-SP)
  - 70 - INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL-PE)
  - 71 - IRIS SIMÕES (PTB-PR)
  - 72 - ISAIÁS SILVESTRE (PSB-MG)
  - 73 - IVO JOSÉ (PT-MG)
  - 74 - JACKSON BARRETO (PMN-SE)
  - 75 - JOÃO ALFREDO (PT-CE)
  - 76 - JOÃO ALMEIDA (PSDB-BA)
  - 77 - JOÃO CALDAS (PL-AL)
  - 78 - JOÃO CORREIA (PMDB-AC)
  - 79 - JOÃO LEÃO (PL-BA)
  - 80 - JOÃO LYRA (PTB-AL)
  - 81 - JOÃO MAGALHÃES (PTB-MG)
  - 82 - JOÃO MAGNO (PT-MG)
  - 83 - JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL-MG)
  - 84 - JORGE BITTAR (PT-RJ)
  - 85 - JORGE BOEIRA (PT-SC)
  - 86 - JOSÉ DIVINO (PMDB-RJ)
  - 87 - JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)
  - 88 - JOSÉ MENTOR (PT-SP)
  - 89 - JOSÉ MILITÃO (PTB-MG)
  - 90 - JOSÉ PIMENTEL (PT-CE)



- 91 - JOVAIR ARANTES (PSDB-GO)
- 92 - JOVINO CÂNDIDO (PV-SP)
- 93 - JÚLIO DELGADO (PPS-MG)
- 94 - KELLY MORAES (PTB-RS)
- 95 - LAURA CARNEIRO (PFL-RJ)
- 96 - LÉO ALCÂNTARA (PSDB-CE)
- 97 - LEONARDO MONTEIRO (PT-MG)
- 98 - LINCOLN PORTELA (PL-MG)
- 99 - LOBBE NETO (PSDB-SP)
- 100 - LUCI CHOINACKI (PT-SC)
- 101 - LUCIANO LEITOA (PDT-MA)
- 102 - LUIZ ALBERTO (PT-BA)
- 103 - LUIZ COUTO (PT-PB)
- 104 - LUIZ SÉRGIO (PT-RJ)
- 105 - LUIZA ERUNDINA (PSB-SP)
- 106 - LUPÉRCIO RAMOS (PPS-AM)
- 107 - MARCELLO SIQUEIRA (PMDB-MG)
- 108 - MARCELO ORTIZ (PV-SP)
- 109 - MARCOS DE JESUS (PL-PE)
- 110 - MARIA DO CARMO LARA (PT-MG)
- 111 - MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS)
- 112 - MARIÂNGELA DUARTE (PT-SP)
- 113 - MÁRIO ASSAD JÚNIOR (PL-MG)
- 114 - MÁRIO HERINGER (PDT-MG)
- 115 - MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PSB-AL)
- 116 - MAURÍCIO RABELO (PL-TO)
- 117 - MAURÍCIO RANDS (PT-PE)
- 118 - MEDEIROS (PL-SP)
- 119 - MIGUEL DE SOUZA (PL-RO)
- 120 - MILTON CARDIAS (PTB-RS)
- 121 - MILTON MONTI (PL-SP)
- 122 - MORONI TORGAN (PFL-CE)
- 123 - NEIVA MOREIRA (PDT-MA)
- 124 - NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP)
- 125 - NELSON MEURER (PPB-PR)
- 126 - NELSON PELLEGRINO (PT-BA)
- 127 - NELSON TRAD (PTB-MS)
- 128 - NEUCIMAR FRAGA (PL-ES)
- 129 - NEYDE APARECIDA (PT-GO)
- 130 - NILSON MOURÃO (PT-AC)
- 131 - ODAIR (PT-MG)
- 132 - OLIVEIRA FILHO (PL-PR)
- 133 - OSVALDO BIOLCHI (PMDB-RS)
- 134 - OSVALDO REIS (PMDB-TO)
- 135 - PASTOR FRANKEMBERGEN (PTB-RR)
- 136 - PASTOR JORGE (PL-DF)
- 137 - PASTOR PEDRO RIBEIRO (PTB-CE)
- 138 - PASTOR REINALDO (PTB-RS)
- 139 - PATRUS ANANIAS (PT-MG)
- 140 - PAULO BAUER (PFL-SC)
- 141 - PAULO BERNARDO (PT-PR)
- 142 - PAULO DELGADO (PT-MG)
- 143 - PAULO GOUVÊA (PL-RS)
- 144 - PAULO MARINHO (PFL-MA)
- 145 - PAULO PIMENTA (PT-RS)



- 146 - PAULO ROCHA (PT-PA)
- 147 - PAULO RUBEM SANTIAGO (PT-PE)
- 148 - PEDRO FERNANDES (PTB-MA)
- 149 - PHILEMON RODRIGUES (PTB-PB)
- 150 - POMPEO DE MATTOS (PDT-RS)
- 151 - RAIMUNDO SANTOS (PL-PA)
- 152 - RICARDO IZAR (PTB-SP)
- 153 - RICARTE DE FREITAS (PTB-MT)
- 154 - ROBERTO GOUVEIA (PT-SP)
- 155 - ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ)
- 156 - ROMEU QUEIROZ (PTB-MG)
- 157 - RONALDO VASCONCELLOS (PTB-MG)
- 158 - RUBENS OTONI (PT-GO)
- 159 - RUBINELLI (PT-SP)
- 160 - SANDES JÚNIOR (PPB-GO)
- 161 - SANDRO MATOS (PSB-RJ)
- 162 - SARNEY FILHO (PV-MA)
- 163 - SERAFIM VENZON (S.PART.-SC)
- 164 - SEVERIANO ALVES (PDT-BA)
- 165 - SEVERINO CAVALCANTI (PPB-PE)
- 166 - SIGMARINGA SEIXAS (PT-DF)
- 167 - TAKAYAMA (PSB-PR)
- 168 - TELMA DE SOUZA (PT-SP)
- 169 - TEREZINHA FERNANDES (PT-MA)
- 170 - VALDEMAR COSTA NETO (PL-SP)
- 171 - VALDENOR GUEDES (PPB-AP)
- 172 - VANDER LOUBET (PT-MS)
- 173 - VICENTINHO (PT-SP)
- 174 - WASNY DE ROURE (PT-DF)
- 175 - ZENALDO COUTINHO (PSDB-PA)
- 176 - ZEZÉU RIBEIRO (PT-BA)
- 177 - ZICO BRONZEADO (PT-AC)

**Assinaturas que Não Conferem**

- 1 - DR. BENEDITO DIAS (PPB-AP)
- 2 - EDUARDO VALVERDE (PT-RO)
- 3 - FERNANDO FERRO (PT-PE)
- 4 - JOÃO FONTES (PT-SE)
- 5 - MANINHA (PT-DF)
- 6 - REGINALDO LOPES (PT-MG)
- 7 - TATICO (PTB-DF)
- 8 - VIEIRA REIS (PMDB-RJ)
- 9 - ZÉ GERALDO (PT-PA)

**Assinaturas Repetidas**

- 1 - DR. RODOLFO PEREIRA (PDT-RR)
- 2 - EDMAR MOREIRA (PL-MG)
- 3 - GIVALDO CARIMBÃO (PSB-AL)
- 4 - JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL-MG)
- 5 - JÚLIO DELGADO (PPS-MG)
- 6 - KELLY MORAES (PTB-RS)
- 7 - LUIZ COUTO (PT-PB)
- 8 - MÁRIO ASSAD JÚNIOR (PL-MG)
- 9 - MÁRIO HERINGER (PDT-MG)
- 10 - MEDEIROS (PL-SP)



- 11 - PATRUS ANANIAS (PT-MG)
- 12 - PAULO BERNARDO (PT-PR)
- 13 - PAULO ROCHA (PT-PA)
- 14 - PHILEMON RODRIGUES (PTB-PB)
- 15 - ROBERTO GOUVEIA (PT-SP)
- 16 - RUBENS OTONI (PT-GO)
- 17 - SEVERIANO ALVES (PDT-BA)
- 18 - ZICO BRONZEADO (PT-AC)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Seção de Registro e Controle e de Análise de Proposições**

Ofício n.º 3 / 2003

Brasília, 13 de março de 2003.

Senhor Secretário-Geral:

Comunico a Vossa Senhoria que PEC 0010/03 do Sr. Deputado VIRGÍLIO GUIMARÃES, que "**Dá nova redação ao caput e § 1º do art. 192 da Constituição Federal**", contém número suficiente de signatários, constando a referida proposição de:

177 assinaturas confirmadas;  
009 assinaturas não confirmadas;  
018 assinaturas repetidas.

Atenciosamente,

CLÁUDIA NEVES C. DE SOUZA  
Chefe

A Sua Senhoria o Senhor  
Dr. MOZART VIANNA DE PAIVA  
Secretário-Geral da Mesa

**NESTA**



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

**CONSTITUIÇÃO  
DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1988**

.....  
**TÍTULO IV  
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES**

**CAPÍTULO I  
DO PODER LEGISLATIVO**

.....  
**Seção VIII  
Do Processo Legislativo**

.....  
**Subseção II  
Da Emenda à Constituição**

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.



### Subseção III Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

*\* Alinea c com redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 05/02/1998.*

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;

*\* Alinea e com redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001.*

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.

*\* Alinea f acrescida pela Emenda Constitucional nº 18, de 05/02/1998.*

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

## TÍTULO VII DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

### CAPÍTULO IV DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar, que disporá, inclusive, sobre:

I - a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, assegurado às instituições bancárias oficiais e privadas acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro bancário, sendo vedada a essas instituições a participação em atividades não previstas na autorização de que trata este inciso;



II - autorização e funcionamento dos estabelecimentos de seguro, resseguro, previdência e capitalização, bem como do órgão oficial fiscalizador;

*\* Inciso II com redação dada pela Emenda Constitucional nº 13, de 21/08/1996.*

III - as condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se referem os incisos anteriores, tendo em vista, especialmente:

- a) os interesses nacionais;
- b) os acordos internacionais;

IV - a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central e demais instituições financeiras públicas e privadas;

V - os requisitos para a designação de membros da diretoria do Banco Central e demais instituições financeiras, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo;

VI - a criação de fundo ou seguro, com o objetivo de proteger a economia popular, garantindo créditos, aplicações e depósitos até determinado valor, vedada a participação de recursos da União;

VII - os critérios restritivos da transferência de poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento;

VIII - o funcionamento das cooperativas de crédito e os requisitos para que possam ter condições de operacionalidade e estruturação próprias das instituições financeiras.

§ 1º A autorização a que se referem os incisos I e II será inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle da pessoa jurídica titular, e concedida sem ônus, na forma da lei do sistema financeiro nacional, a pessoa jurídica cujos diretores tenham capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento.

§ 2º Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, serão depositados em suas instituições regionais de crédito e por elas aplicados.

§ 3º As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano; a cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos que a lei determinar.

## TÍTULO VIII DA ORDEM SOCIAL

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 193. A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

.....

.....





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53-C, DE 1999

REDAÇÃO PARA O SEGUNDO TURNO DE DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53-B, DE 1999, que "altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o *caput* do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias"

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso V do art. 163 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.163....."

"V - fiscalização financeira da administração pública direta e indireta;" (NR)

Art. 2º O art. 192 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares, que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram." (NR)

I - Revogado.

II - Revogado.

III - Revogado.



- a) Revogado.
- b) Revogado.
- IV - Revogado.
- V - Revogado.
- VI - Revogado.
- VII - Revogado.
- VIII - Revogado.
- § 1º Revogado.
- § 2º Revogado.
- § 3º Revogado.

Art. 3º O caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a ter a seguinte redação:

"Art. 52. Até que sejam fixadas as condições do art. 192, são vedados:" (NR)

"I - .....  
II - .....  
Parágrafo único ....."

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,





CÂMARA DOS DEPUTADOS

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 53, de 1999

SEGUNDO TURNO

APROVADA:

- a Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 1999, em segundo turno.

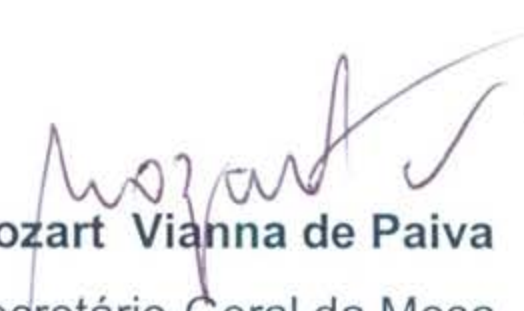
REJEITADO:

- o Requerimento do Sr. Dep. Antonio Carlos Pannunzio (PSDB) que solicita o adiamento da votação por duas Sessões.

DISPENSADA A VOTAÇÃO DA REDAÇÃO FINAL DA MATÉRIA, NOS TERMOS  
DO INCISO I, § 2º, ART. 195 DO RICD.

A MATÉRIA VAI À PROMULGAÇÃO.

Em 15 /05/03.

  
Mozart Vianna de Paiva  
Secretário-Geral da Mesa



item 3

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 53-C, DE 1999  
(DO SENADO FEDERAL)**

DISCUSSÃO, EM SEGUNDO TURNO, DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 53-B, DE 1999, QUE “ALTERA O INCISO V DO ARTIGO 163 E O ARTIGO 192 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E O CAPUT DO ARTIGO 52 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS”.

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS

DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO

PASSA-SE À VOTAÇÃO

R. F.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

*NK*  
*15/05/03*

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 193, combinado com o art. 117, X, do RICD, **o adiamento da votação por 2 sessões da PEC nº 53-C, de 1999**, que "altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da CF, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (estabelece que a lei complementar que disporá sobre fiscalização financeira da administração pública e sobre o sistema financeiro nacional, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito e a participação do capital estrangeiro nas instituições financeiras que o integram; alterando a nova Constituição Federal)."

Sala das Sessões, em                      de maio de 2003.

  
LÍDER DO PSDB



FOLHA DE INSCRIÇÃO PARA ENCAMINHAMENTO, EM SEGUNDO TURNO,  
DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53, DE 1999  
(REGULAMENTA O ART. 192 DA CF)

RELAÇÃO DE INSCRIÇÃO DOS ORADORES CONTRÁRIOS À MATÉRIA

- 1 ~~Aurelio~~
- 2 Pompeo de Mattos - RS
- 3 Aurelio Faria de Jc
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8


RELAÇÃO DE INSCRIÇÃO DOS ORADORES A FAVOR DA MATÉRIA

- 1 Walter Feldman
- 2 Luiz Carlos Hauke
- 3 Rodrigo Mans
- 4 Condano Sales
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9



EM VOTAÇÃO A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
N.º 53-C, DE 1999, EM SEGUNDO TURNO, ~~RESSALVADOS OS~~  
~~DESTAQUES.~~

(ver fichas do sistema eletrônico de votação)

  
15/5/03



PEC 53/99 - 2ª Turma

## RESULTADO DE VOTAÇÃO:

	PAINEL	RETIFICAÇÕES	RESULTADO FINAL
SIM			368
NÃO			13
ABST.			4
TOTAL			385





(SE A MATÉRIA FOR APROVADA SEM ALTERAÇÃO)

FICA DISPENSADA A VOTAÇÃO DA REDAÇÃO FINAL DA MATÉRIA, NOS TERMOS DO INCISO I, DO PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 195 DO REGIMENTO INTERNO.

A MATÉRIA VAI À PROMULGAÇÃO





CÂMARA DOS DEPUTADOS

## PEC nº 53/1999

### DECLARAÇÃO DE VOTO

(do Sr. Deputado Dr. Hélio)


Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Senhor Presidente,

O PDT libera sua Bancada no 2º turno da votação da PEC nº 53/99 por haver diferentes interpretações dos nossos parlamentares em relação à possibilidade de abertura da discussão acerca da autonomia e independência do Banco Central do Brasil.

Eu voto SIM à aprovação da PEC, mas com esta declaração de voto, deixo registrada minha posição totalmente contrária à autonomia e independência do BACEN, posição esta absolutamente unânime entre os demais parlamentares da Bancada e entre a Executiva do Partido.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 2003.

  
Deputado **Dr. Hélio**  
1º Vice-líder do **PDT**



(SE A MATÉRIA FOR APROVADA COM ALTERAÇÃO)

EM VOTAÇÃO A REDAÇÃO FINAL

AQUELES QUE FOREM PELA APROVAÇÃO PERMANEÇAM COMO SE  
ACHAM.

A MATÉRIA RETORNA AO SENADO FEDERAL



FOLHA DE INSCRIÇÃO PARA DISCUSSÃO, EM SEGUNDO TURNO, DA  
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53, DE 1999  
(REGULAMENTA O ART. 192 DA CF)

RELAÇÃO DE INSCRIÇÃO DOS ORADORES A FAVOR DA MATÉRIA

- 1 ..... ANTONIO CAMBRAIA - Auf
- 2 ..... Luiz Carlos Hauly
- 3 ..... Walter Feldman
- 4 .....
- 5 .....
- 6 .....
- 7 .....
- 8 .....
- 9 .....
- 10 .....
- 11 .....
- 12 .....
- 13 .....
- 14 .....
- 15 .....
- 16 .....
- 17 .....
- 18 .....



item 3

FOLHA DE INSCRIÇÃO PARA DISCUSSÃO, EM SEGUNDO TURNO, DA  
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53, DE 1999  
(REGULAMENTA O ART. 192 DA CF)

FOLHA DE INSCRIÇÃO DOS ORADORES CONTRÁRIOS A MATÉRIA

- 1 .....
- 2 ..... Pompeo Le Matton PDT/RS .....
- 3 .....
- 4 .....
- 5 .....
- 6 .....
- 7 .....
- 8 .....
- 9 .....
- 10 .....
- 11 .....
- 12 .....
- 13 .....
- 14 .....
- 15 .....
- 16 .....
- 17 .....
- 18 .....



## Requerimento

Requerimos a V. Exa. que justifique  
nosso voto "sim" de acordo com o  
orientador de nosso partido, o PSDB, no  
voto de PEC 53/99.

Brasília, 15/05/2003.



Ronaldo Diniz  
PSDB / TO





CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO

Sr. Presidente,

Requiro a

penitência  
de acordo com  
do PSDB, na  
PR 53/99

V. Ex<sup>a</sup> que

Voto SIM

or orientado  
votado  
na Sessão de 15/09/03

EDUARDO Souza  
PSDB TO  
GAB-950





# Requerimento

Sr. Presidente

Requeiro a V. Exa., que  
justifique meu voto Sim de  
acordo com a orientação  
da liderança do governo,  
na votação de PEC 53/99.

BSB, 15-5-03

Jackson Barreto  
Folheto 733





Requerimento

Sn. Presidente

Requero V. Excia. pre  
justifique meu voto sim de  
Acordo com a orientação do  
PSDB, no âmbito da PEC 53/99.

BSB, 15-05-03

\_\_\_\_\_

Silvian Maciel

gab 405





CÂMARA DOS DEPUTADOS

REDAÇÃO FINAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 53-D, DE 1999

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1° O inciso V do art. 163 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 163. ....

.....

V - fiscalização financeira da administração pública direta e indireta;

....." (NR)

Art. 2° O art. 192 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares, que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.

I - (revogado)

II - (revogado)

III - Revogado)

a) (revogado)

b) (revogado)

IV - (revogado)





V - (revogado)

VI - (revogado)

VII - (revogado)

VIII - (revogado)

§ 1º (revogado)

§ 2º (revogado)

§ 3º (revogado)" (NR)

Art. 3º O caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 52. Até que sejam fixadas as condições do art. 192, são vedados:

....." (NR)

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2003.

  
Relator  
DEP MENDES RIBEIRO



PS-GSE/436/03

Brasília, 21 de maio de 2003.

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que a Câmara dos Deputados aprovou a Proposta de Emenda Constitucional nº 53, de 1999, (nº 21, de 1997 no Senado Federal), que "Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias."

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à promulgação.

Atenciosamente,



Deputado GEDDEL VIEIRA LIMA  
Primeiro-Secretário

A Sua Excelência o Senhor

Senador ROMEU TUMA

Primeiro-Secretário do Senado Federal

N E S T A



SGM-P 1052

Brasília, 21 de maio de 2003.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para os fins constantes do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, a Proposta de Emenda Constitucional nº 53, de 1999, que "Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.", aprovada, em segundo turno, pela Câmara dos Deputados.

Atenciosamente,



Deputado JOÃO PAULO CUNHA  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal  
N E S T A



Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso V do art. 163 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 163. ....

.....

V - fiscalização financeira da administração pública direta e indireta;

....." (NR)

Art. 2º O art. 192 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares, que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.

I - (revogado)

II - (revogado)

III - Revogado)

a) (revogado)

b) (revogado)

IV - (revogado)



V - (revogado)

VI - (revogado)

VII - (revogado)

VIII - (revogado)

§ 1º (revogado)

§ 2º (revogado)

§ 3º (revogado)" (NR)

Art. 3º O caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 52. Até que sejam fixadas as condições do art. 192, são vedados:

....." (NR)

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 21 de maio de 2003.





EMENTA

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.  
(Estabelecendo que lei complementar disporá sobre fiscalização financeira da administração pública e, sobre o Sistema Financeiro Nacional, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de créditos e a participação do Capital Estrangeiro nas instituições financeiras que o integram; alterando a Nova Constituição Federal).

SENADO FEDERAL  
(PEC Nº 21/97)  
Sen. JOSÉ SERRA E  
OUTROS  
(PSDB-SP)

ANDAMENTO

MESA

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

PLENÁRIO

11.08.99

É lida e vai a imprimir. DCD 071.081.99, pág. 32731, col. 01

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

11.08.99

Encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

02.08.00

Distribuído ao relator, Dep. MENDES RIBEIRO FILHO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

17.10.00

Aprovado unanimemente o parecer do relator, Dep. MENDES RIBEIRO FILHO, pela ADMISSIBILIDADE.

MESA (ARTIGO 202 DO RI)

17.10.00

É lido e vai a imprimir, tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação pela admissibilidade.  
(PEC 53-A/99).

DCD 18110100, Pág. 51202, Col. 02

MESA

18.10.00

Aguardando criação de Comissão Especial.

Publicada no Diário do Congresso Nacional  
de

APENSADA :  
PEC Nº 10/03

CONTINUA...



ANDAMENTO

PEC 53/99

MESA

15.05.01 ATO DA PRESIDÊNCIA: Nos termos do § 2º, do artigo 202, do Regimento Interno, esta Presidência decide constituir Comissão Especial destinada a, no prazo de 40 (quarenta) sessões, proferir parecer à esta PEC.

COMISSÃO ESPECIAL

17.05.01 Distribuído ao relator, Dep. RUBEM MEDINA.

COMISSÃO ESPECIAL

18.05.01 Prazo para apresentação de emendas: 05 sessões.

COMISSÃO ESPECIAL

01.06.01 Foram apresentas 05 (cinco) emendas assim distribuídas: emendas de nº 01 pelo Dep. Salomão Gurgel, nº 02 pelo Dep. Orlando Desconsi e as de nºs 03, 04 e 05 pelo Dep. Ricardo Berzoini.

COMISSÃO ESPECIAL

26.06.01 Parecer do relator, Dep. RUBEM MEDINA, pela admissibilidade das emendas de nºs 01/01, 02/01, 03/01, 04/01 e 05/01 apresentadas na comissão especial, e, no mérito, pela rejeição de todas as emendas e pela aprovação desta.

COMISSÃO ESPECIAL

07.08.01 Aprovado o parecer favorável do relator, Dep. RUBEM MEDINA, a esta e pela admissibilidade e, no mérito, pela rejeição das emendas nºs 01, 02, 03, 04 e 05, apresentadas na Comissão, contra os votos dos Deps Aloízio Mercadante, Orlando Desconsi, Ricardo Berzoini, Pedro Eugênio, Salomão Gurgel e Milton Temer.

CONTINUA...



E M E N T A

FOLHA 02

A N D A M E N T O

07.08.01 PRONTO PARA A ORDEM DO DIA  
É lido e vai a imprimir, tendo pareceres da Comissão da Constituição e Justiça e de Redação, pela admissibilidade; e da Comissão Especial, pela aprovação desta, pela admissibilidade e no mérito, pela rejeição das emendas nºs 1,2,3,4 e 5, apresentadas na Comissão, contra os votos dos Deputados Aloízio Mercadante, Orlando Desconsi, Ricardo Berzoini, Pedro Eunênio, Salomão Gurnel e Milton Temer, Apresentou voto em separado o Deputado Pedro Eugênio.  
(PEC 53-B/99).

DCD 09/08/01, Pág. 35362, Col. 01:

27.08.02 PLENÁRIO  
Discussão em primeiro turno.  
Adiada a discussão em face da não-conclusão da apreciação da MPV 38/02, item 01 da pauta da Ordem do Dia, com prazo encerrado.

DCD 28/08/02, Pág. 40926, Col. 02

28.08.02 PLENÁRIO  
Discussão em primeiro turno.  
Adiada a discussão em face da não-conclusão da apreciação da MPV 38/02, item 01 da pauta, com prazo encerrado.

DCD 29/08/02, Pág. 41335, Col. 02

19.03.03 PLENÁRIO  
Discussão em primeiro turno.  
Matéria não apreciada em face do encerramento da sessão.

APENSADA À ESTA A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10, DE 2003.

Publicada no Diário do Congresso Nacional  
de

CONTINUA...



- 20.03.03 PLENÁRIO  
Discussão em primeiro turno.  
Aprovação do requerimento do Dep Renato Casagrande, que solicita a retirada de pauta desta Proposta.
- 25.03.03 PLENÁRIO  
Discussão em primeiro turno.  
Adiada a discussão, em face do encerramento da sessão.
- 26.03.03 PLENÁRIO  
Discussão em primeiro turno.  
Questão de Ordem do Dep Arnaldo Faria de Sá, versando sobre o impedimento regimental da apensação da PEC 10/03 a esta. Aditamento feito pelo Dep José Thomaz Nonô. Recebida pela Presidência para posterior resposta.  
Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 82, de 2002, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
- 27.03.03 PLENÁRIO  
Discussão em primeiro turno.  
Indeferida pela Presidência a Questão de Ordem do Dep Arnaldo Faria de Sá, aditada pelo Dep José Thomaz Nonô apresentada na Sessão Ordinária do dia 26.03.03.  
O Dep Arnaldo Faria de Sá recorre da decisão da Presidência à CCJR.  
Aprovação do requerimento dos Senhores Líderes que solicita a retirada de pauta de todos os itens da Pauta desta sessão, exceto desta Proposta de Emenda à Constituição - PEC e da MPV 82/02.  
Discussão desta PEC pelos Deps Alberto Goldman, Ivan Valente, Luiz Carlos Hauly, Paulo Afonso, Rodrigo Maia e Luciana Genro.  
Requerimento dos Senhores Líderes que solicita o encerramento da discussão desta Proposta.  
Encaminhamento do requerimento pelos Deps Pompeo de Mattos e José Thomaz Nonô.  
Aprovação do requerimento.  
Encerrada a discussão.  
Votação em primeiro turno.  
Encaminhamento da votação pelos Deps Babá, Luiz Carlos Hauly, Pompeo de Mattos e José Pimentel.  
Aprovação do requerimento do Dep Pedro Henry, Líder do PPB, que solicita o adiamento da votação desta Proposta.

CONTINUA...



## ANDAMENTO

1		PLENÁRIO
2		
3	02.04.03	Votação em primeiro turno.
4		Encaminhamento da votação pelo Dep Lindberg Farias.
5		Questão de Ordem levantada pelo Dep Carlos Alberto Leréia versando sobre a necessidade de coerência entre a inscrição para o
6		encaminhamento (contrário ou favorável) e o respectivo encaminhamento feito pelo deputado, que foi esclarecida pela
7		Presidência.
8		Continuação do encaminhamento da votação pelos Deps Rodrigo Maia, João Fontes e Professor Luizinho.
9		Questão de Ordem levantada pelo Dep Roberto Jefferson versando sobre a cessão, entre si, do tempo reservado aos Líderes (nos
10		termos do parágrafo único do artigo 89 do RI), que foi deferida pela Presidência.
11		Questão de Ordem levantada pelo Dep Carlos Alberto Leréia versando sobre a necessidade de declaração de impedimento pelos
12		deputados nas votações de matérias de interesse individual (nos termos do artigo 180, § 6º do RI), contraditada pelo Dep
13		Lindberg Farias, que foi recebida pela Presidência para posterior resposta.
14		Rejeição em globo das Emendas de nºs 1 a 5, com parecer pela rejeição, ressalvado o destaque: SIM-2; NÃO-424; ABST-1;
15		TOTAL-427.
16		Aprovação desta Proposta em primeiro turno: SIM-442; NÃO-13; ABST-17; TOTAL-472.
17		Prejudicada a PEC 10/03, apensada.
18		Retirado pela Bancada do PDT o requerimento que solicita DVS para a Emenda nº 1.
19		A matéria retorna à Comissão Especial para elaboração da redação para o segundo turno, regressando à pauta após o interstício
20		de 5 sessões.
21		
22		PLENÁRIO
23	08.04.03	Leitura e publicação da Redação para o segundo turno.
24		(PEC 53-C/99).
25		
26		
27		PLENÁRIO
28	13.05.03	Discussão em segundo turno.
29		Retirada de pauta, de ofício.
30		
31		
32		PLENÁRIO
33	14.05.03	Discussão em segundo turno.
34		Matéria não apreciada em face do encerramento da sessão.

CONTINUA...



## ANDAMENTO

1		
2		PLENÁRIO (14:00 horas)
3	14.05.03	Discussão em segundo turno.
4		Matéria não apreciada em face do encerramento da sessão.
5		
6		PLENÁRIO
7	15.05.03	Discussão em segundo turno.
8		Encerrada a discussão.
9		Rejeição do Requerimento do Dep Antonio Carlos Pannunzio, na qualidade de Líder do PSDB, que solicita o adiamento da
10		votação desta PEC por 2 sessões.
11		Votação em segundo turno.
12		Encaminhamento da votação pelos Deps Walter Feldman, Arnaldo Faria de Sá, Luiz Carlos Hauly, José Carlos Aleluia.,
13		Rodrigo Maia e Coriolano Sales.
14		Aprovação desta Proposta em segundo turno: SIM-368; NÃO-13; ABST-4; TOTAL-385.
15		Fica dispensada a Redação Final, nos termos do inciso I, do § 2º do artigo 195 do RI.
16		A matéria vai à promulgação.
17		(PEC 53-D/99).
18		
19		
20		MESA
21		Remessa à promulgação, através do Of
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		
31		
32		
33		
34		





## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53-C, DE 1999**

REDAÇÃO PARA O SEGUNDO TURNO DE DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53-B, DE 1999, que "altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o *caput* do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias"

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso V do art. 163 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.163....."

"V - fiscalização financeira da administração pública direta e indireta;" (NR)

Art. 2º O art. 192 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir os interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares, que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram." (NR)

I - Revogado.

II - Revogado.

III - Revogado.

a) Revogado.

b) Revogado.

IV - Revogado.



V - Revogado.  
VI - Revogado.  
VII - Revogado.  
VIII - Revogado.  
§ 1º Revogado.  
§ 2º Revogado.  
§ 3º Revogado.

Art. 3º O caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a ter a seguinte redação:

"Art. 52. Até que sejam fixadas as condições do art. 192, são vedados:" (NR)

"I - .....

II - .....

Parágrafo único .....

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**OF. 282/03 – CN -- Sen. JOSÉ SARNEY - Pres. do CN**  
Publique-se. Arquive-se.  
Em 06/06/03

**JOÃO PAULO CUNHA**  
Presidente



Documento : 17225 - 1



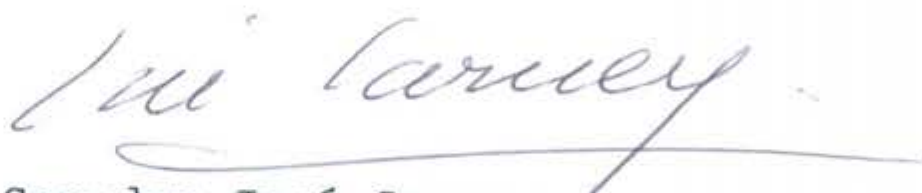
Ofício nº 282 (CN)

Brasília, em 29 de maio de 2003.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, em anexo, para o Arquivo da Câmara dos Deputados, um dos autógrafos da Emenda Constitucional nº 40, promulgada em 29 de maio do corrente ano e publicada nos Diários Oficial da União e do Senado Federal, do dia 30 de maio de 2003.

Atenciosamente,



Senador José Sarney  
Presidente do Senado Federal

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado João Paulo Cunha  
Presidente da Câmara dos Deputados  
acf/pec97-021



Lote: 19  
Caixa: 10  
PEC Nº 53/1999  
178

SGM-SECRETARIA-GERAL DA MESA	
Protocolo de Recebimento de documentos	
Assunto: <u>Del. S. no Expediente</u>	<u>2538/03</u> e
Data: <u>29/05/03</u>	Hora: <u>16:25</u>
Ass.: <u>Angela</u>	Ponto: <u>3491</u>



EMENDA CONSTITUCIONAL N° 40

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3° do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1°** O inciso V do art. 163 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 163. ....  
.....  
V - fiscalização financeira da administração pública direta e indireta;  
....." (NR)

**Art. 2°** O art. 192 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.

- I - (Revogado).
- II - (Revogado).
- III - (Revogado)
- a) (Revogado)
- b) (Revogado)
- IV - (Revogado)
- V - (Revogado)
- VI - (Revogado)
- VII - (Revogado)
- VIII - (Revogado)
- § 1° (Revogado)
- § 2° (Revogado)
- § 3° (Revogado)" (NR)



**Art. 3º** O caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 52. Até que sejam fixadas as condições do art. 192, são vedados:

....." (NR)

**Art. 4º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 29 de maio de 2003

**Mesa da Câmara dos Deputados**

Deputado João Paulo Cunha  
Presidente

Deputado Inocêncio Oliveira  
1º Vice-Presidente

Deputado Luiz Piauhyllino  
2º Vice-Presidente

Deputado Geddel Vieira Lima  
1º Secretário

Deputado Severino Cavalcanti  
2º Secretário

Deputado Milton Capixaba  
3º Secretário

Deputado Ciro Nogueira  
4º Secretário

**Mesa do Senado Federal**

Senador José Sarney  
Presidente

Senador Paulo Paim  
1º Vice-Presidente

Senador Eduardo Siqueira Campos  
2º Vice-Presidente

Senador Romeu Tuma  
1º Secretário

Senador Alberto Silva  
2º Secretário

Senador Heráclito Fortes  
3º Secretário

Senador Sérgio Zambiasi  
4º Secretário



Col

ISSN 1676-2339



# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil

Imprensa Nacional

Ano CXL N° 103

Brasília - DF, sexta-feira, 30 de maio de 2003 R\$ 1,00



SEÇÃO



## Sumário

	PÁGINA
Atos do Congresso Nacional	1
Atos do Poder Executivo	6
Presidência da República	7
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	12
Ministério da Assistência e Promoção Social	12
Ministério da Ciência e Tecnologia	13
Ministério da Defesa	13
Ministério da Educação	13
Ministério da Fazenda	14
Ministério da Justiça	75
Ministério da Previdência Social	78
Ministério da Saúde	78
Ministério das Cidades	84
Ministério das Comunicações	84
Ministério das Relações Exteriores	90
Ministério de Minas e Energia	90
Ministério do Desenvolvimento Agrário	96
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	96
Ministério do Meio Ambiente	99
Ministério do Turismo	100
Ministério Público da União	101
Tribunal de Contas da União	102
Poder Legislativo	103
Poder Judiciário	104

## Atos do Congresso Nacional

### EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 40, DE 29 DE MAIO DE 2003

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso V do art. 163 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 163. ....

V - fiscalização financeira da administração pública direta e indireta;

....."(NR)

Art. 2º O art. 192 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.

- I - (Revogado).
- II - (Revogado).
- III - (Revogado).
- a) (Revogado)
- b) (Revogado)
- IV - (Revogado)
- V - (Revogado)
- VI - (Revogado)

- VII - (Revogado)
- VIII - (Revogado)
- § 1º (Revogado)
- § 2º (Revogado)
- § 3º (Revogado)"(NR)

Art. 3º O caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 52. Até que sejam fixadas as condições do art. 192, são vedados:

....."(NR)

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 29 de maio de 2003.

Mesa da Câmara dos Deputados	Mesa do Senado Federal
Deputado JOÃO PAULO CUNHA Presidente	Senador JOSÉ SARNEY Presidente
Deputado INOCÊNCIO DE OLIVEIRA 1º Vice-Presidente	Senador PAULO PAIM 1º Vice-Presidente
Deputado LUIZ PIAUHYLINO 2º Vice-Presidente	Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS 2º Vice-Presidente
Deputado GEDDEL VIEIRA LIMA 1º Secretário	Senador RÔMEU TUMA 1º Secretário
Deputado SEVERINO CAVALCANTI 2º Secretário	Senador ALBERTO SILVA 2º Secretário
Deputado NILTON CAPIXABA 3º Secretário	Senador HERÁCLITO PORTES 3º Secretário
Deputado CIRO NOGUEIRA 4º Secretário	Senador SÉRGIO ZAMBIASI 4º Secretário

(Of. El. nº 47/2003)

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 182, DE 2003

APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO MARABÁ LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE MARACAJU, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 325, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Rádio Marabá Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Maracaju, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de maio de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 183, DE 2003

APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO SOL MAIOR LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE BAYEUX, ESTADO DA PARAÍBA.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 598, de 4 de outubro de 2000, que outorga permissão à Rádio Sol Maior Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bayeux, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de maio de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 184, DE 2003

APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE 7 DE OUTUBRO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ITAÍCABA, ESTADO DO CEARÁ.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 162, de 12 de maio de 2000, que autoriza a Associação Beneficente 7 de Outubro, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaiçaba, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de maio de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 185, DE 2003

APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RAINHA DA PAZ A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CORONEL MACEDO, ESTADO DE SÃO PAULO.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 81, de 29 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Rainha da Paz, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Macedo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de maio de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte





CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEC 53/9

ORIGINAIS

• Emendas 1 a 5

• Termo de Rec. Emendas

• Parecer Relator

• Parecer da Comissão

• Voto em Separado





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR A PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 53-A, DE 1999, QUE "ALTERA O INCISO V DO ART. 163 E O ART. 192 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E O CAPUT DO ART. 52 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS".

PEC 53-A/99 - SISTEMA FINANCEIRO

Emenda Nº 1 /01

Recebido em 31 / 05 /01

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao art. 192 da Constituição Federal, com a redação dada pelo art. 2º da PEC nº 53-A, o seguinte parágrafo único:

"Art. 2º .....

Art. 192 .....

Parágrafo único Os órgãos responsáveis pela fiscalização das instituições integrantes do sistema financeiro nacional estarão sujeitos ao controle público, nos termos em que lei específica para cada órgão determinar."

JUSTIFICATIVA

Entendemos que seja necessário um comando constitucional no sentido de que leis específicas para cada órgão responsável pela fiscalização das instituições integrantes do sistema financeiro estabeleçam condições para que a sociedade possa controlar as ações desses órgãos, seja por meio de gravações obrigatórias de toda e qualquer reunião realizada pelos seus diretores, seja por meio da disponibilização de todo e qualquer documento diretamente ligado às decisões de diretoria, ou por outro meio qualquer. O importante é que a Constituição Federal contenha dispositivo nesse sentido, determinando que leis sejam editadas com vistas a viabilizar o controle público desses órgãos.

Brasília, de maio de 2001

  
Deputado Salomão Gurgel



PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS005301)

AUTOR: SALOMAO GURGEL E OUTROS

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADAO PRETTO	RS	PT
2 - ADOLFO MARINHO	CE	PSDB
3 - ALCEU COLLARES	RS	PDT
4 - ALEX CANZIANI	PR	PSDB
5 - ALMERINDA DE CARVALHO	RJ	PFL
6 - ALOIZIO MERCADANTE	SP	PT
7 - ANA CATARINA	RN	PMDB
8 - ANA CORSO	RS	PT
9 - ANGELA GUADAGNIN	SP	PT
10 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
11 - ANTONIO KANDIR	SP	PSDB
12 - ARMANDO ABILIO	PB	PSDB
13 - ARMANDO MONTEIRO	PE	PMDB
14 - ARNON BEZERRA	CE	PSDB
15 - ATILA LIRA	PI	PSDB
16 - AUGUSTO FRANCO	SE	PSDB
17 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
18 - BABA	PA	PT
19 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
20 - CANDINHO MATTOS	RJ	PSDB
21 - CARLITO MERSS	SC	PT
22 - CARLOS ALBERTO ROSADO	RN	PFL
23 - CARLOS DUNGA	PB	PTB
24 - CARLOS MOSCONI	MG	PSDB
25 - CARLOS SANTANA	RJ	PT
26 - CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
27 - CELSO RUSSOMANNO	SP	PPB
28 - CEZAR SCHIRMER	RS	PMDB
29 - CIRO NOGUEIRA	PI	PFL
30 - CLEONANCIO FONSECA	SE	PPB
31 - CLOVIS ILGENFRITZ	RS	PT
32 - CLOVIS VOLPI	SP	PSDB
33 - CONFUCIO MOURA	RO	PMDB
34 - CORIOLANO SALES	BA	PMDB
35 - DELFIM NETTO	SP	PPB
36 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
37 - DILCEU SPERAFICO	PR	PPB
38 - DINO FERNANDES	RJ	PSDB
39 - DJALMA PAES	PE	PSB
40 - DR. BENEDITO DIAS	AP	PPB
41 - DR. HELENO	RJ	PSDB
42 - DR. HELIO	SP	PDT
43 - DR. ROSINHA	PR	PT
44 - DUILIO PISANESCHI	SP	PTB
45 - EDIR OLIVEIRA	RS	PTB
46 - EDMAR MOREIRA	MG	PPB
47 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
48 - ELISEU MOURA	MA	PPB
49 - ELISEU RESENDE	MG	PFL



DEPUTADO	UF	PARTIDO
50 - ENI VOLTOLINI	SC	PPB
51 - EUNICIO OLIVEIRA	CE	PMDB
52 - EURIPEDES MIRANDA	RO	PDT
53 - EVANDRO MILHOMEN	AP	PSB
54 - FERNANDO CORUJA	SC	PDT
55 - FERNANDO FERRO	PE	PT
56 - FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
57 - FERNANDO GONCALVES	RJ	PTB
58 - FETTER JUNIOR	RS	PPB
59 - FEU ROSA	ES	PSDB
60 - FLAVIO ARNS	PR	PSDB
61 - GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
62 - GEOVAN FREITAS	GO	PMDB
63 - GERSON PERES	PA	PPB
64 - GILMAR MACHADO	MG	PT
65 - GIOVANNI QUEIROZ	PA	PDT
66 - GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
67 - GUSTAVO FRUET	PR	PMDB
68 - HELENILDO RIBEIRO	AL	PSDB
69 - HELIO COSTA	MG	PMDB
70 - HENRIQUE FONTANA	RS	PT
71 - IBERE FERREIRA	RN	PTB
72 - IBRAHIM ABI-ACKEL	MG	PPB
73 - IEDIO ROSA	RJ	S. PART.
74 - INACIO ARRUDA	CE	PCdoB
75 - INOCENCIO OLIVEIRA	PE	PFL
76 - IRIS SIMOES	PR	PTB
77 - IVAN PAIXAO	SE	PPS
78 - IVAN VALENTE	SP	PT
79 - JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
80 - JAIR MENEGUELLI	SP	PT
81 - JANDIRA FEGHALI	RJ	PCdoB
82 - JAQUES WAGNER	BA	PT
83 - JOAO CARLOS BACELAR	BA	PFL
84 - JOAO CASTELO	MA	PSDB
85 - JOAO COSER	ES	PT
86 - JOAO HERRMANN NETO	SP	PPS
87 - JOAO MENDES	RJ	PMDB
88 - JOAO PAULO	SP	PT
89 - JOAO SAMPAIO	RJ	PDT
90 - JOAQUIM FRANCISCO	PE	PFL
91 - JORGE BITTAR	RJ	PT
92 - JORGE KHOURY	BA	PFL
93 - JOSE ANTONIO ALMEIDA	MA	PSB
94 - JOSE CHAVES	PE	PMDB
95 - JOSE DE ABREU	SP	PTN
96 - JOSE GENOINO	SP	PT
97 - JOSE INDIO	SP	PMDB
98 - JOSE MILITAO	MG	PSDB
99 - JOSE PIMENTEL	CE	PT
100 - JOSE ROBERTO BATOCHIO	SP	PDT
101 - JOSE THOMAZ NONO	AL	PFL
102 - KINCAS MATTOS	SP	PSB
103 - LAMARTINE POSELLA	SP	PMDB
104 - LAURA CARNEIRO	RJ	PFL



DEPUTADO	UF	PARTIDO
105 - LAVOISIER MAIA	RN	PFL
106 - LIDIA QUINAN	GO	PSDB
107 - LINCOLN PORTELA	MG	PSL
108 - LUCI CHOINACKI	SC	PT
109 - LUCIANO CASTRO	RR	PFL
110 - LUCIANO ZICA	SP	PT
111 - LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
112 - LUIZ FERNANDO	AM	PPB
113 - LUIZ SERGIO	RJ	PT
114 - LUIZA ERUNDINA	SP	PSB
115 - MAGNO MALTA	ES	PL
116 - MANOEL SALVIANO	CE	PSDB
117 - MARCELO CASTRO	PI	PMDB
118 - MARCIO MATOS	PR	PTB
119 - MARCOS ROLIM	RS	PT
120 - MARIA DO CARMO LARA	MG	PT
121 - MARIO NEGROMONTE	BA	PSDB
122 - MAURO BENEVIDES	CE	PMDB
123 - MEDEIROS	SP	PL
124 - MILTON BARBOSA	BA	PFL
125 - MILTON MONTI	SP	PMDB
126 - MIRIAM REID	RJ	PSB
127 - MIRO TEIXEIRA	RJ	PDT
128 - MORONI TORGAN	CE	PFL
129 - MUCIO SA	RN	PTB
130 - MUSSA DEMES	PI	PFL
131 - NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
132 - NEIVA MOREIRA	MA	PDT
133 - NELSON MARQUEZELLI	SP	PTB
134 - NELSON TRAD	MS	PTB
135 - NEUTON LIMA	SP	PFL
136 - NILMARIO MIRANDA	MG	PT
137 - NILSON MOURAO	AC	PT
138 - OLIMPIO PIRES	MG	PDT
139 - OLIVEIRA FILHO	PR	PL
140 - ORLANDO DESCONSI	RS	PT
141 - ORLANDO FANTAZZINI	SP	PT
142 - OSMANIO PEREIRA	MG	PSDB
143 - PADRE ROQUE	PR	PT
144 - PAES LANDIM	PI	PFL
145 - PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
146 - PAULO DELGADO	MG	PT
147 - PAULO PAIM	RS	PT
148 - PEDRO BITTENCOURT	SC	PFL
149 - PEDRO CORREA	PE	PPB
150 - PEDRO EUGENIO	PE	PPS
151 - PEDRO VALADARES	SE	PSB
152 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
153 - REGIS CAVALCANTE	AL	PPS
154 - RENATO VIANNA	SC	PMDB
155 - RICARDO FIUZA	PE	PPB
156 - RICARDO IZAR	SP	PMDB
157 - RITA CAMATA	ES	PMDB
158 - ROBERTO JEFFERSON	RJ	PTB
159 - ROBERTO PESSOA	CE	PFL



DEPUTADO	UF	PARTIDO
160 - RODRIGO MAIA	RJ	PTB
161 - ROMEL ANIZIO	MG	PPB
162 - ROMMEL FEIJO	CE	PSDB
163 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
164 - RUBENS BUENO	PR	PPS
165 - RUBENS FURLAN	SP	PPS
166 - SALVADOR ZIMBALDI	SP	PSDB
167 - SANTOS FILHO	PR	PFL
168 - SEBASTIAO MADEIRA	MA	PSDB
169 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
170 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
171 - SERGIO NOVAIS	CE	PSB
172 - SERGIO REIS	SE	PTB
173 - SILAS CAMARA	AM	PTB
174 - SILVIO TORRES	SP	PSDB
175 - SOCORRO GOMES	PA	PCdoB
176 - TANIA SOARES	SE	PCdoB
177 - TELMA DE SOUZA	SP	PT
178 - THEMISTOCLES SAMPAIO	PI	PMDB
179 - VALDECI PAIVA	RJ	PSL
180 - VANESSA GRAZZIOTIN	AM	PCdoB
181 - VICENTE ARRUDA	CE	PSDB
182 - VIRGILIO GUIMARAES	MG	PT
183 - VITTORIO MEDIOLI	MG	PSDB
184 - VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT
185 - WALDIR PIRES	BA	PT
186 - WANDERLEY MARTINS	RJ	PSB
187 - WELLINGTON DIAS	PI	PT
188 - WILSON BRAGA	PB	PFL
189 - WOLNEY QUEIROZ	PE	PDT
190 - YEDA CRUSIUS	RS	PSDB
191 - ZILA BEZERRA	AC	PTB

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 191  
TOTAL DE ASSINATURAS..... 206

REPETIDAS: 15



## ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 - ALCEU COLLARES	RS	PDT
2 - ATILA LIRA	PI	PSDB
3 - DR. HELIO	SP	PDT
4 - FERNANDO CORUJA	SC	PDT
5 - GIOVANNI QUEIROZ	PA	PDT
6 - HELIO COSTA	MG	PMDB
7 - JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
8 - JOAO SAMPAIO	RJ	PDT
9 - JOSE GENOINO	SP	PT
10 - JOSE ROBERTO BATOCHIO	SP	PDT
11 - MIRO TEIXEIRA	RJ	PDT
12 - NEIVA MOREIRA	MA	PDT
13 - OLIMPIO PIRES	MG	PDT
14 - SERGIO REIS	SE	PTB
15 - WOLNEY QUEIROZ	PE	PDT

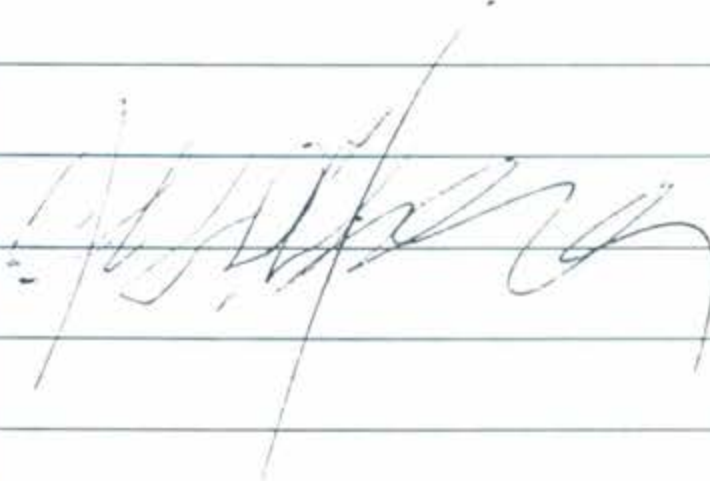


## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

*Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

Nome Parlamentar	Partido	UF
ABELARDO LUPION	PFL	PR
ADÃO PRETTO	PT	RS
ADAUTO PEREIRA	PFL	PB
ADOLFO MARINHO	PSDB	CE
AÉCIO NEVES	PSDB	MG
AFFONSO CAMARGO	PFL	PR
AGNALDO MUNIZ	PPS	RO
AGNELO QUEIROZ	PCdoB	DF
AIRTON CASCAVEL	PPS	RR
AIRTON DIPP	PDT	RS
AIRTON ROVEDA	PSDB	PR
ALBÉRICO FILHO	PMDB	MA
ALBERTO FRAGA	PMDB	DF
ALBERTO GOLDMAN	PSDB	SP
ALCESTE ALMEIDA	PMDB	RR
ALCEU COLLARES	PDT	RS
ALCIONE ATHAYDE	PPB	RJ
ALDIR CABRAL	PFL	RJ
ALDO ARANTES	PCdoB	GO
ALDO REBELO	PCdoB	SP
ALEX CANZIANI	PSDB	PR
ALEXANDRE CARDOSO	PSB	RJ

### ASSINATURA





PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Nome Parlamentar	Partido	UF	ASSINATURA
ALEXANDRE SANTOS	PSDB	RJ	
ALMERINDA DE CARVALHO	PFL	RJ	
ALMIR SÁ	PPB	RR	
ALOIZIO MERCADANTE	PT	SP	
ANA CATARINA	PMDB	RN	
ANA CORSO	PT	RS	
ANDRÉ BENASSI	PSDB	SP	
ANGELA GUADAGNIN	PT	SP	
ANÍBAL GOMES	PMDB	CE	
ANIVALDO VALE	PSDB	PA	
ANTONIO CAMBRAIA	PSDB	CE	
ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC	
ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	PSDB	SP	
ANTÔNIO DO VALLE	PMDB	MG	
ANTONIO FEIJÃO	PSDB	AP	
ANTONIO JOAQUIM ARAÚJO	PPB	MA	
ANTÔNIO JORGE	PTB	TO	
ANTONIO KANDIR	PSDB	SP	
ARACELY DE PAULA	PFL	MG	
ARISTON ANDRADE	PFL	BA	
ARMANDO ABÍLIO	PSDB	PB	



## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Nome Parlamentar	Partido	UF
ARMANDO MONTEIRO	PMDB	PE
ARNALDO FARIA DE SÁ	PPB	SP
ARNALDO MADEIRA	PSDB	SP
ARNON BEZERRA	PSDB	CE
AROLDE DE OLIVEIRA	PFL	RJ
ARTHUR VIRGÍLIO	PSDB	AM
ARY KARA	PPB	SP
ASDRUBAL BENTES	PMDB	PA
ÁTILA LINS	PFL	AM
ÁTILA LIRA	PSDB	PI
AUGUSTO FARIAS	PPB	AL
AUGUSTO FRANCO	PSDB	SE
AUGUSTO NARDES	PPB	RS
AVENZOAR ARRUDA	PT	PB
B. SÁ	PSDB	PI
BABÁ	PT	PA
BADU PICANÇO	PSDB	AP
BARBOSA NETO	PMDB	GO
BASÍLIO VILLANI	PSDB	PR
BENITO GAMA	PMDB	BA
BISPO RODRIGUES	PL	RJ
BISPO WANDERVAL	PL	SP

### ASSINATURA

*Arnon Bezerra*

*Átila Lira*

*Augusto Franco (Assinante)*



## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

*Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

Nome Parlamentar	Partido	UF
BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG
CABO JÚLIO	PL	MG
CANDINHO MATTOS	PSDB	RJ
CARLITO MERSS	PT	SC
CARLOS ALBERTO ROSADO	PFL	RN
CARLOS BATATA	PSDB	PE
CARLOS DUNGA	PTB	PB
CARLOS MOSCONI	PSDB	MG
CARLOS SANTANA	PT	RJ
CELCITA PINHEIRO	PFL	MT
CELSO RUSSOMANNO	PPB	SP
CESAR BANDEIRA	PFL	MA
CEZAR SCHIRMER	PMDB	RS
CHICO DA PRINCESA	PSDB	PR
CHICO SARDELLI	PFL	SP
CHIQUEINHO FEITOSA	PSDB	CE
CIRO NOGUEIRA	PFL	PI
CLAUDIO CAJADO	PFL	BA
CLEMENTINO COELHO	PPS	PE
CLEONÂNCIO FONSECA	PPB	SE
CLEUBER CARNEIRO	PFL	MG
CLOVIS ILGENFRITZ	PT	RS

### ASSINATURA



## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Nome Parlamentar	Partido	UF
CLOVIS VOLPI	PSDB	SP
CONFÚCIO MOURA	PMDB	RO
CORAUCI SOBRINHO	PFL	SP
CORIOLOANO SALES	PMDB	BA
CORNÉLIO RIBEIRO	PSB	RJ
COSTA FERREIRA	PFL	MA
CUNHA BUENO	PPB	SP
CUSTÓDIO MATTOS	PSDB	MG
DAMIÃO FELICIANO	PMDB	PB
DANILO DE CASTRO	PSDB	MG
DARCÍSIO PERONDI	PMDB	RS
DE VELASCO	PSL	SP
DELFIN NETTO	PPB	SP
DEUSDETH PANTOJA	PFL	PA
DILCEU SPERAFICO	PPB	PR
DINO FERNANDES	PSDB	RJ
DIVALDO SURUAGY	PST	AL
DJALMA PAES	PSB	PE
DOMICIANO CABRAL	PSDB	PB
DR. BENEDITO DIAS	PPB	AP
DR. HELENO	PSDB	RJ
DR. HÉLIO	PDT	SP

### ASSINATURA

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

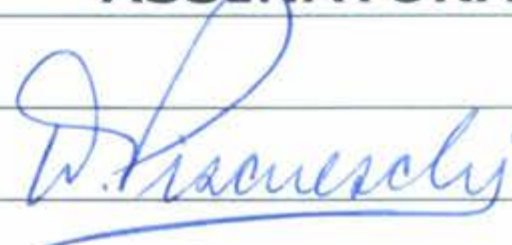


## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

*Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

Nome Parlamentar	Partido	UF
DR. ROSINHA	PT	PR
DUILIO PISANESCHI	PTB	SP
EBER SILVA	PL	RJ
EDINHO BEZ	PMDB	SC
EDIR OLIVEIRA	PTB	RS
EDISON ANDRINO	PMDB	SC
EDMAR MOREIRA	PPB	MG
EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG
EDUARDO CAMPOS	PSB	PE
EDUARDO SEABRA	PTB	AP
EFRAIM MORAIS	PFL	PB
ELCIONE BARBALHO	PMDB	PA
ELIAS MURAD	PSDB	MG
ELISEU MOURA	PPB	MA
ELISEU RESENDE	PFL	MG
EMERSON KAPAZ	PPS	SP
ENI VOLTOLINI	PPB	SC
ENIO BACCI	PDT	RS
ENIVALDO RIBEIRO	PPB	PB
ESTHER GROSSI	PT	RS
EUJÁCIO SIMÕES	PL	BA
EULER MORAIS	PMDB	GO

### ASSINATURA





## 1

*Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

Nome Parlamentar	Partido	UF
EULER RIBEIRO	PFL	AM
EUNÍCIO OLIVEIRA	PMDB	CE
EURICO MIRANDA	PPB	RJ
EURÍPEDES MIRANDA	PDT	RO
EVANDRO MILHOMEN	PSB	AP
EXPEDITO JÚNIOR	PFL	RO
EZIDIO PINHEIRO	PSB	RS
FÁTIMA PELAES	PSDB	AP
FÉLIX MENDONÇA	PTB	BA
FERNANDO CORUJA	PDT	SC
FERNANDO DINIZ	PMDB	MG
FERNANDO FERRO	PT	PE
FERNANDO GABEIRA	PV	RJ
FERNANDO GONÇALVES	PTB	RJ
FERNANDO ZUPPO	S.PART.	SP
FETTER JÚNIOR	PPB	RS
FEU ROSA	PSDB	ES
FLÁVIO ARNS	PSDB	PR
FLÁVIO DERZI	PMDB	MS
FRANCISCO COELHO	PFL	MA
FRANCISCO GARCIA	PFL	AM
FRANCISCO RODRIGUES	PFL	RR

ASSINATURA

*Ch*

Thyden

Handwritten signature in red ink: *Handwritten signature*

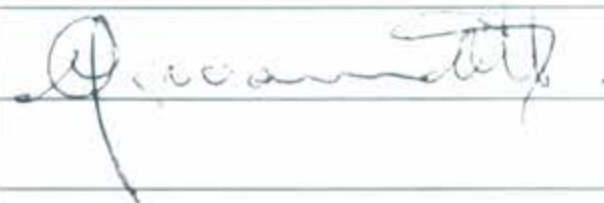


## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

*Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

Nome Parlamentar	Partido	UF
FRANCISCO SILVA	PL	RJ
FRANCISTÔNIO PINTO	PFL	BA
FREIRE JÚNIOR	PMDB	TO
GASTÃO VIEIRA	PMDB	MA
GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB	BA
GEOVAN FREITAS	PMDB	GO
GERALDO MAGELA	PT	DF
GERMANO RIGOTTO	PMDB	RS
GERSON GABRIELLI	PFL	BA
GERSON PERES	PPB	PA
GERVÁSIO SILVA	PFL	SC
GILBERTO KASSAB	PFL	SP
GILMAR MACHADO	PT	MG
GIOVANNI QUEIROZ	PDT	PA
GIVALDO CARIMBÃO	PSB	AL
GLYCON TERRA PINTO	PMDB	MG
GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE
GUSTAVO FRUET	PMDB	PR
HAROLDO BEZERRA	PSDB	PA
HAROLDO LIMA	PCdoB	BA
HELENILDO RIBEIRO	PSDB	AL
HÉLIO COSTA	PMDB	MG

### ASSINATURA





## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

*Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

Nome Parlamentar	Partido	UF
HENRIQUE FONTANA	PT	RS
HERÁCLITO FORTES	PFL	PI
HERCULANO ANGHINETTI	PPB	MG
HERMES PARCIANELLO	PMDB	PR
HUGO BIEHL	PPB	SC
IARA BERNARDI	PT	SP
IBERÊ FERREIRA	PPB	RN
IBRAHIM ABI-ACKEL	PPB	MG
IÉDIO ROSA	<del>PSB</del> <sup>SP</sup>	RJ
IGOR AVELINO	PMDB	TO
ILDEFONÇO CORDEIRO	PFL	AC
INÁCIO ARRUDA	PCdoB	CE
INALDO LEITÃO	PSDB	PB
INOCÊNCIO OLIVEIRA	PFL	PE
IRIS SIMÕES	PTB	PR
ITAMAR SERPA	PSDB	RJ
IVAN PAIXÃO	PPS	SE
IVAN VALENTE	PT	SP
IVANIO GUERRA	PFL	PR
JAIME FERNANDES	PFL	BA
JAIME MARTINS	PFL	MG
JAIR BOLSONARO	PPB	RJ

### ASSINATURA



## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

*Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

Nome Parlamentar	Partido	UF	ASSINATURA
JAIR MENEGUELLI	PT	SP	
JAIRO CARNEIRO	PFL	BA	
JANDIRA FEGHALI	PCdoB	RJ	
JAQUES WAGNER	PT	BA	
JOÃO ALMEIDA	PSDB	BA	
JOÃO CALDAS	PL	AL	
JOÃO CARLOS BACELAR	PFL	BA	João Carlos Bacelar
JOÃO CASTELO	PSDB	MA	
JOÃO COLAÇO	PMDB	PE	
JOÃO COSER	PT	ES	
JOÃO EDUARDO DADO	PMDB	SP	
JOÃO GRANDÃO	PT	MS	
JOÃO HENRIQUE	PMDB	PI	
JOÃO HERRMANN NETO	PPS	SP	
JOÃO LEÃO	PSDB	BA	
JOÃO MAGALHÃES	PMDB	MG	
JOÃO MAGNO	PT	MG	
JOÃO MATOS	PMDB	SC	
JOÃO MENDES	PMDB	RJ	
JOÃO PAULO	PT	SP	
JOÃO PIZZOLATTI	PPB	SC	
JOÃO RIBEIRO	PFL	TO	

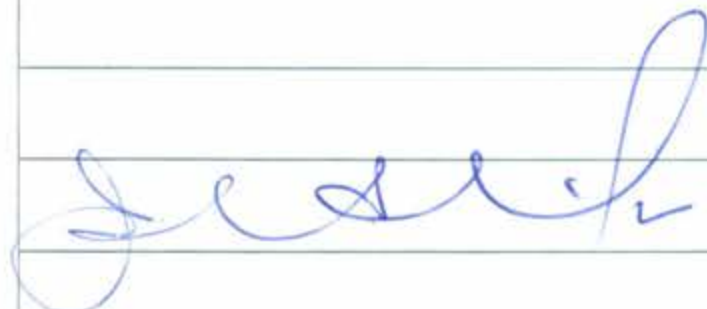
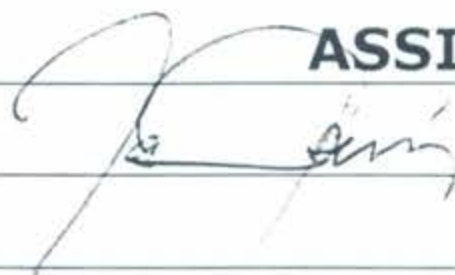


## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

*Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

Nome Parlamentar	Partido	UF
JOÃO SAMPAIO	PDT	RJ
JOÃO TOTA	PPB	AC
JOAQUIM FRANCISCO	PFL	PE
JOEL DE HOLLANDA	PFL	PE
JONIVAL LUCAS JUNIOR	PMDB	BA
JORGE ALBERTO	PMDB	SE
JORGE BITTAR	PT	RJ
JORGE KHOURY	PFL	BA
JORGE PINHEIRO	PMDB	DF
JORGE TADEU MUDALEN	PMDB	SP
JORGE WILSON	PMDB	RJ
JOSÉ ALEKSANDRO	PSL	AC
JOSÉ ANTONIO ALMEIDA	PSB	MA
JOSÉ BORBA	PMDB	PR
JOSÉ CARLOS ALELUIA	PFL	BA
JOSÉ CARLOS COUTINHO	PFL	RJ
JOSÉ CARLOS ELIAS	PTB	ES
JOSÉ CARLOS FONSECA JR.	PFL	ES
JOSÉ CARLOS MARTINEZ	PTB	PR
JOSÉ CHAVES	PMDB	PE
JOSE COIMBRA	PTB	SP
JOSÉ DE ABREU	PTN	SP

**ASSINATURA**



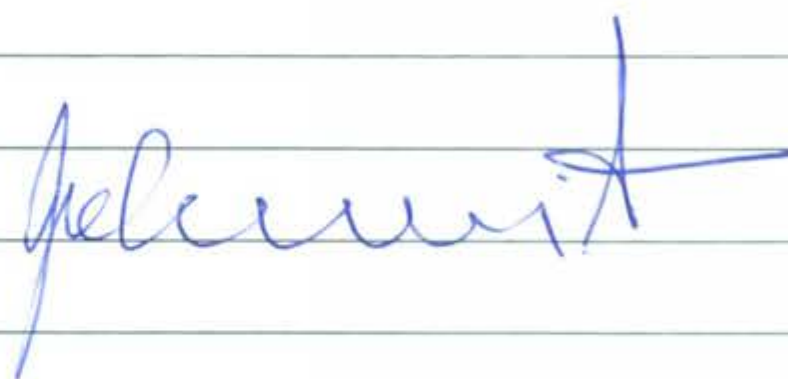


## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

*Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

Nome Parlamentar	Partido	UF
JOSÉ DIRCEU	PT	SP
JOSÉ EGYDIO	PL	RJ
JOSÉ GENOÍNO	PT	SP
JOSÉ ÍNDIO	PMDB	SP
JOSÉ JANENE	PPB	PR
JOSÉ LINHARES	PPB	CE
JOSÉ LOURENÇO	PMDB	BA
JOSÉ MENDONÇA BEZERRA	PFL	PE
JOSÉ MILITÃO	PSDB	MG
JOSÉ MÚCIO MONTEIRO	PFL	PE
JOSÉ PIMENTEL	PT	CE
JOSÉ PRIANTE	PMDB	PA
JOSÉ ROBERTO BATOCHIO	PDT	SP
JOSÉ ROCHA	PFL	BA
JOSÉ TELES	PSDB	SE
JOSÉ THOMAZ NONÔ	PFL	AL
JOSUÉ BENGTON	PTB	PA
JOVAIR ARANTES	PSDB	GO
JÚLIO REDECKER	PPB	RS
JULIO SEMEGHINI	PSDB	SP
JUQUINHA	PSDB	GO
JURANDIL JUAREZ	PMDB	AP

### ASSINATURA



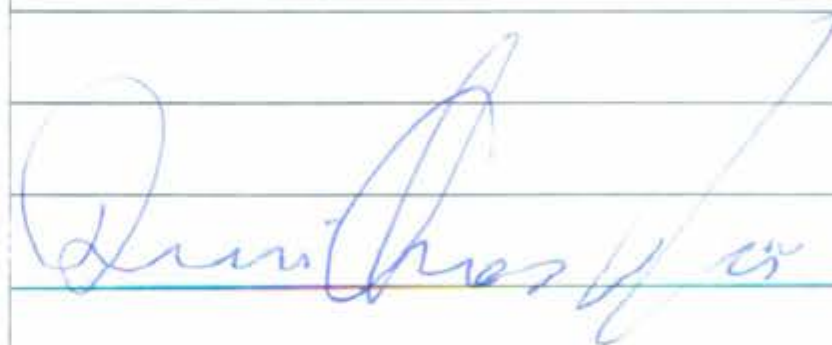
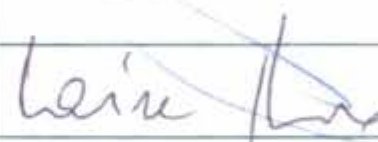


## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

*Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

Nome Parlamentar	Partido	UF
JUTAHY JUNIOR	PSDB	BA
KÁTIA ABREU	PFL	TO
KINCAS MATTOS	PSB	SP
LAEL VARELLA	PFL	MG
LAIRE ROSADO	PMDB	RN
LAMARTINE POSELLA	PMDB	SP
LAURA CARNEIRO	PFL	RJ
LAVOISIER MAIA	PFL	RN
LÉO ALCÂNTARA	PSDB	CE
LEUR LOMANTO	PMDB	BA
LIDIA QUINAN	PSDB	GO
LINCOLN PORTELA	PSL	MG
LINO ROSSI	PSDB	MT
LUCI CHOINACKI	PT	SC
LÚCIA VÂNIA	PSDB	GO
LUCIANO BIVAR	PSL	PE
LUCIANO CASTRO	PFL	RR
LUCIANO PIZZATTO	PFL	PR
LUCIANO ZICA	PT	SP
LUIS BARBOSA	PFL	RR
LUIS CARLOS HEINZE	PPB	RS
LUISINHO	PST	RJ

### ASSINATURA






## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

*Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

Nome Parlamentar	Partido	UF
LUIZ ALBERTO	PT	BA
LUIZ ANTONIO FLEURY	PTB	SP
LUIZ BITTENCOURT	PMDB	GO
LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR
LUIZ DANTAS	PST	AL
LUIZ EDUARDO GREENHALGH	PT	SP
LUIZ FERNANDO	PPB	AM
LUIZ MOREIRA	PFL	BA
LUIZ PIAUHYLINO	PSDB	PE
LUIZ RIBEIRO	PSDB	RJ
LUIZ SÉRGIO	PT	RJ
LUIZA ERUNDINA	PSB	SP
MAGNO MALTA	<del>PSE</del> <b>PL</b>	ES
MANOEL SALVIANO	PSDB	CE
MANOEL VITÓRIO	PT	MS
MARÇAL FILHO	PMDB	MS
MARCELO BARBIERI	PMDB	SP
MARCELO CASTRO	PMDB	PI
MARCELO TEIXEIRA	PMDB	CE
MÁRCIO BITTAR	PPS	AC
MARCIO FORTES	PSDB	RJ
MÁRCIO MATOS	PTB	PR

### ASSINATURA



## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

*Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

Nome Parlamentar	Partido	UF
MÁRCIO REINALDO MOREIRA	PPB	MG
MARCONDES GADELHA	PFL	PB
MARCOS AFONSO	PT	AC
MARCOS CINTRA	PFL	SP
MARCOS DE JESUS	PL	PE
MARCOS LIMA	PMDB	MG
MARCOS ROLIM	PT	RS
MARCUS VICENTE	PSDB	ES
MARIA ABADIA	PSDB	DF
MARIA DO CARMO LARA	PT	MG
MARIA ELVIRA	PMDB	MG
MARIA LÚCIA	PMDB	MG
MARINHA RAUPP	PSDB	RO
MÁRIO ASSAD JÚNIOR	PFL	MG
MÁRIO DE OLIVEIRA	PMDB	MG
MÁRIO NEGROMONTE	PSDB	BA
MARISA SERRANO	PSDB	MS
MATTOS NASCIMENTO	PL	RJ
MAURILIO FERREIRA LIMA	PMDB	PE
MAURO BENEVIDES	PMDB	CE
MAURO FECURY	PFL	MA
MAURO LOPES	PMDB	MG

### ASSINATURA

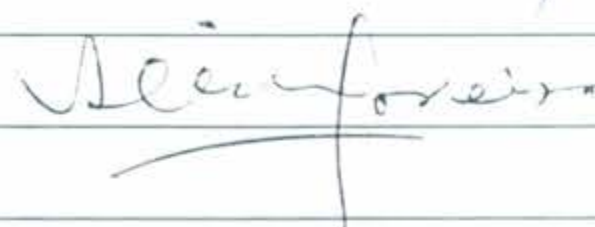



## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

*Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

Nome Parlamentar	Partido	UF
MAX MAURO	PTB	ES
MAX ROSENMANN	PSDB	PR
MEDEIROS	PL	SP
MENDES RIBEIRO FILHO	PMDB	RS
MICHEL TEMER	PMDB	SP
MILTON BARBOSA	PFL	BA
MILTON MONTI	PMDB	SP
MILTON TEMER	PT	RJ
MIRIAM REID	PSB	RJ
MIRO TEIXEIRA	PDT	RJ
MOACIR MICHELETTO	PMDB	PR
MOREIRA FERREIRA	PFL	SP
MORONI TORGAN	PFL	CE
MÚCIO SÁ	PMDB	RN
MURILO DOMINGOS	PTB	MT
MUSSA DEMES	PFL	PI
NAIR XAVIER LOBO	PMDB	GO
NARCIO RODRIGUES	PSDB	MG
NEIVA MOREIRA	PDT	MA
NELO RODOLFO	PMDB	SP
NELSON MARCHEZAN	PSDB	RS
NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP

### ASSINATURA






## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

*Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

Nome Parlamentar	Partido	UF
NELSON MEURER	PPB	PR
NELSON OTOCH	PSDB	CE
NELSON PELLEGRINO	PT	BA
NELSON PROENÇA	PMDB	RS
NELSON TRAD	PTB	MS
NEUTON LIMA	PFL	SP
NEY LOPES	PFL	RN
NICE LOBÃO	PFL	MA
NICIAS RIBEIRO	PSDB	PA
NILMÁRIO MIRANDA	PT	MG
NILO COELHO	PSDB	BA
NILSON MOURÃO	PT	AC
NILTON CAPIXABA	PTB	RO
NORBERTO TEIXEIRA	PMDB	GO
ODELMO LEÃO	PPB	MG
ODÍLIO BALBINOTTI	PSDB	PR
OLAVO CALHEIROS	PMDB	AL
OLIMPIO PIRES	PDT	MG
OLIVEIRA FILHO	PL	PR
ORLANDO DESCONSI	PT	RS
ORLANDO FANTAZZINI	PT	SP
OSCAR ANDRADE	PFL	RO

### ASSINATURA





## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

*Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

Nome Parlamentar	Partido	UF
OSMÂNIO PEREIRA	PSDB	MG
OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR
OSVALDO BIOLCHI	PMDB	RS
OSVALDO COELHO	PFL	PE
OSVALDO REIS	PMDB	TO
PADRE ROQUE	PT	PR
PAES LANDIM	PFL	PI
PASTOR AMARILDO	PPB	TO
PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM
PAULO BALTAZAR	PSB	RJ
PAULO BRAGA	PFL	BA
PAULO DELGADO	PT	MG
PAULO FEIJÓ	PSDB	RJ
PAULO GOUVÊA	PFL	SC
PAULO JOSÉ GOUVÊA	PL	RS
PAULO KOBAYASHI	PSDB	SP
PAULO LIMA	PMDB	SP
PAULO MAGALHÃES	PFL	BA
PAULO MARINHO	PFL	MA
PAULO MOURÃO	PSDB	TO
PAULO OCTÁVIO	PFL	DF
PAULO PAIM	PT	RS

**ASSINATURA**



## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

*Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

Nome Parlamentar	Partido	UF
PAULO ROCHA	PT	PA
PEDRO BITTENCOURT	PFL	SC
PEDRO CANEDO	PSDB	GO
PEDRO CELSO	PT	DF
PEDRO CHAVES	PMDB	GO
PEDRO CORRÊA	PPB	PE
PEDRO EUGÊNIO	PPS	PE
PEDRO FERNANDES	PFL	MA
PEDRO HENRY	PSDB	MT
PEDRO IRUJO	PFL	BA
PEDRO NOVAIS	PMDB	MA
PEDRO PEDROSSIAN	PPB	MS
PEDRO VALADARES	PSB	SE
PHILEMON RODRIGUES	PL	MG
PINHEIRO LANDIM	PMDB	CE
POMPEO DE MATTOS	PDT	RS
PROFESSOR LUIZINHO	PT	SP
RAFAEL GUERRA	PSDB	MG
RAIMUNDO GOMES MATOS	DE PSDB	CE
RAIMUNDO SANTOS	PFL	PA
REGINALDO GERMANO	PFL	BA
REGIS CAVALCANTE	PPS	AL


**ASSINATURA**





PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Nome Parlamentar	Partido	UF	ASSINATURA
REMI TRINTA	PST	MA	
RENATO VIANNA	PMDB	SC	
RENILDO LEAL	PTB	PA	
RICARDO BARROS	PPB	PR	
RICARDO BERZOINI	PT	SP	
RICARDO FERRAÇO	PSDB	ES	
RICARDO FIUZA	PFL	PE	
RICARDO IZAR	PMDB	SP	
RICARDO RIQUE	PSDB	PB	
RICARTE DE FREITAS	PSDB	MT	
RITA CAMATA	PMDB	ES	
ROBÉRIO ARAÚJO	PL	RR	
ROBERTO ARGENTA	PHS	RS	
ROBERTO BALESTRA	PPB	GO	
ROBERTO JEFFERSON	PTB	RJ	
ROBERTO PESSOA	PFL	CE	
ROBERTO ROCHA	PSDB	MA	
ROBSON TUMA	PFL	SP	
RODRIGO MAIA	PTB	RJ	
ROLAND LAVIGNE	PMDB	BA	
ROMEL ANIZIO	PPB	MG	
ROMEU QUEIROZ	PSDB	MG	



## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

*Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

Nome Parlamentar	Partido	UF
ROMMEL FEIJÓ	PSDB	CE
RONALDO CAIADO	PFL	GO
RONALDO CEZAR COELHO	PSDB	RJ
RONALDO VASCONCELLOS	PL	MG
ROSE DE FREITAS	PSDB	ES
RUBEM MEDINA	PFL	RJ
RUBENS BUENO	PPS	PR
RUBENS FURLAN	PPS	SP
SALATIEL CARVALHO	PMDB	PE
SALOMÃO CRUZ	PPB	RR
SALOMÃO GURGEL	PDT	RN
SALVADOR ZIMBALDI	PSDB	SP
SAMPAIO DÓRIA	PSDB	SP
SANTOS FILHO	PFL	PR
SARAIVA FELIPE	PMDB	MG
SAULO COELHO	PSDB	MG
SAULO PEDROSA	PSDB	BA
SEBASTIÃO MADEIRA	PSDB	MA
SERAFIM VENZON	PDT	SC
SÉRGIO BARCELLOS	PFL	AP
SÉRGIO BARROS	PSDB	AC
SÉRGIO CARVALHO	PSDB	RO

### ASSINATURA

*[Handwritten signature in red ink]*



## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Nome Parlamentar	Partido	UF	ASSINATURA
SÉRGIO MIRANDA	PCdoB	MG	
SÉRGIO NOVAIS	PSB	CE	<i>Sérgio Noval</i>
SÉRGIO REIS	<del>PSDB</del>	SE	<i>[Signature]</i>
SEVERINO CAVALCANTI	PPB	PE	
SILAS BRASILEIRO	PMDB	MG	
SILAS CÂMARA	PTB	AM	
SILVIO TORRES	PSDB	SP	
SIMÃO SESSIM	PPB	RJ	<i>Sessim</i>
SOCORRO GOMES	PCdoB	PA	<i>Sororo</i>
TÂNIA SOARES	PCdoB	SE	
TELMA DE SOUZA	PT	SP	
TELMO KIRST	PPB	RS	
TETÉ BEZERRA	PMDB	MT	
THEMÍSTOCLES SAMPAIO	PMDB	PI	
TILDEN SANTIAGO	PT	MG	
UBIRATAN AGUIAR	PSDB	CE	
URSICINO QUEIROZ	PFL	BA	
VADÃO GOMES	PPB	SP	
VALDECI PAIVA	PSL	RJ	<i>Valdeci</i>
VALDEMAR COSTA NETO	PL	SP	
VANESSA GRAZZIOTIN	PCdoB	AM	
VIC PIRES FRANCO	PFL	PA	



## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Nome Parlamentar	Partido	UF
VICENTE ARRUDA	PSDB	CE
VICENTE CAROPRESO	PSDB	SC
VILMAR ROCHA	PFL	GO
VIRGÍLIO GUIMARÃES	PT	MG
VITTORIO MEDIOLI	PSDB	MG
VIVALDO BARBOSA	PDT	RJ
WAGNER ROSSI	PMDB	SP
WAGNER SALUSTIANO	PPB	SP
WALDEMIR MOKA	PMDB	MS
WALDIR PIRES	PT	BA
WALDOMIRO BARANCELLI	PT	RS
FIORAVANTE		
WALFRIDO MARES GUIA	PTB	MG
WALTER PINHEIRO	PT	BA
WANDERLEY MARTINS	PSB	RJ
WELINTON FAGUNDES	PSDB	MT
WELLINGTON DIAS	PT	PI
WERNER WANDERER	PFL	PR
WIGBERTO TARTUCE	PPB	DF
WILSON BRAGA	PFL	PB
WILSON SANTOS	PMDB	MT
WOLNEY QUEIROZ	PDT	PE
XICO GRAZIANO	PSDB	SP

### ASSINATURA

*Vicente Arruda*

*Virgílio Guimarães*  
*Vittorio Medioli*

*Waldir Pires*

*Wanderley Martins*

*Wagner Rossi*  
*Wagner Salustiano*  
*Waldemir Moka*



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Nome Parlamentar	Partido	UF	ASSINATURA
YEDA CRUSIUS	PSDB	RS	
YVONILTON GONÇALVES	PFL	BA	
ZÉ GOMES DA ROCHA	PMDB	GO	
ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA	
ZEZÉ PERRELLA	PFL	MG	
ZILA BEZERRA	PTB	AC	
ZULAIÊ COBRA	PSDB	SP	



## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

*Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

Nome Parlamentar	Partido	UF
ABELARDO LUPION	PFL	PR
ADÃO PRETTO	PT	RS
ADAUTO PEREIRA	PFL	PB
ADOLFO MARINHO	PSDB	CE
AÉCIO NEVES	PSDB	MG
AFFONSO CAMARGO	PFL	PR
AGNALDO MUNIZ	PPS	RO
AGNELO QUEIROZ	PCdoB	DF
AIRTON CASCAVEL	PPS	RR
AIRTON DIPP	PDT	RS
AIRTON ROVEDA	PSDB	PR
ALBÉRICO FILHO	PMDB	MA
ALBERTO FRAGA	PMDB	DF
ALBERTO GOLDMAN	PSDB	SP
ALCESTE ALMEIDA	PMDB	RR
ALCEU COLLARES	PDT	RS
ALCIONE ATHAYDE	PPB	RJ
ALDIR CABRAL	PFL	RJ
ALDO ARANTES	PCdoB	GO
ALDO REBELO	PCdoB	SP
ALEX CANZIANI	PSDB	PR
ALEXANDRE CARDOSO	PSB	RJ

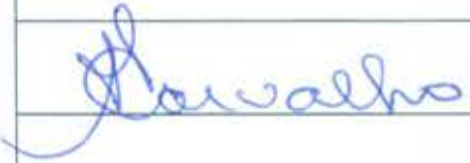





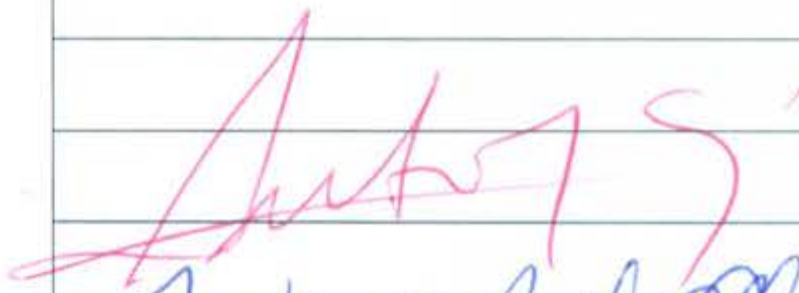
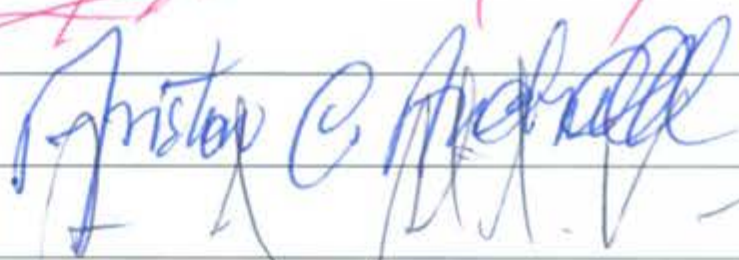

### ASSINATURA





## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Nome Parlamentar	Partido	UF	ASSINATURA
ALEXANDRE SANTOS	PSDB	RJ	
ALMERINDA DE CARVALHO	PFL	RJ	
ALMIR SÁ	PPB	RR	
ALOIZIO MERCADANTE	PT	SP	
ANA CATARINA	PMDB	RN	
ANA CORSO	PT	RS	ANA CORSO - 
ANDRÉ BENASSI	PSDB	SP	
ANGELA GUADAGNIN	PT	SP	
ANÍBAL GOMES	PMDB	CE	
ANIVALDO VALE	PSDB	PA	
ANTONIO CAMBRAIA	PSDB	CE	
ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC	
ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	PSDB	SP	
ANTÔNIO DO VALLE	PMDB	MG	
ANTONIO FEIJÃO	PSDB	AP	
ANTONIO JOAQUIM ARAÚJO	PPB	MA	
ANTÔNIO JORGE	PTB	TO	
ANTONIO KANDIR	PSDB	SP	
ARACELY DE PAULA	PFL	MG	
ARISTON ANDRADE	PFL	BA	
ARMANDO ABÍLIO	PSDB	PB	



## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Nome Parlamentar	Partido	UF
ARMANDO MONTEIRO	PMDB	PE ✓
ARNALDO FARIA DE SÁ	PPB	SP
ARNALDO MADEIRA	PSDB	SP
ARNON BEZERRA	PSDB	CE ✓
AROLDE DE OLIVEIRA	PFL	RJ
ARTHUR VIRGÍLIO	PSDB	AM
ARY KARA	PPB	SP
ASDRUBAL BENTES	PMDB	PA
ÁTILA LINS	PFL	AM
ÁTILA LIRA	PSDB	PI ✓
AUGUSTO FARIAS	PPB	AL ✓
AUGUSTO FRANCO	PSDB	SE ✓
AUGUSTO NARDES	PPB	RS
AVENZOAR ARRUDA	PT	PB ✓
B. SÁ	PSDB	PI
BABÁ	PT	PA ✓
BADU PICANÇO	PSDB	AP
BARBOSA NETO	PMDB	GO
BASÍLIO VILLANI	PSDB	PR
BENITO GAMA	PMDB	BA
BISPO RODRIGUES	PL	RJ ✓
BISPO WANDERVAL	PL	SP

**ASSINATURA**








## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999




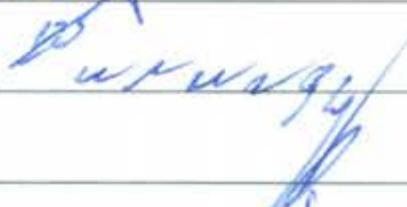



Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Nome Parlamentar	Partido	UF	ASSINATURA
BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG	
CABO JÚLIO	PL	MG	
CANDINHO MATTOS	PSDB	RJ	
CARLITO MERSS	PT	SC	
CARLOS ALBERTO ROSADO	PFL	RN	
CARLOS BATATA	PSDB	PE	
CARLOS DUNGA	PTB	PB	
CARLOS MOSCONI	PSDB	MG	
CARLOS SANTANA	PT	RJ	
CELCITA PINHEIRO	PFL	MT	
CELSO RUSSOMANNO	PPB	SP	
CESAR BANDEIRA	PFL	MA	
CEZAR SCHIRMER	PMDB	RS	
CHICO DA PRINCESA	PSDB	PR	
CHICO SARDELLI	PFL	SP	
CHIQUEINHO FEITOSA	PSDB	CE	
CIRO NOGUEIRA	PFL	PI	
CLAUDIO CAJADO	PFL	BA	
CLEMENTINO COELHO	PPS	PE	
CLEONÂNCIO FONSECA	PPB	SE	
CLEUBER CARNEIRO	PFL	MG	
CLOVIS ILGENFRITZ	PT	RS	



## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

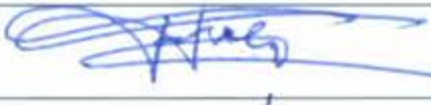




*Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

Nome Parlamentar	Partido	UF	ASSINATURA
CLOVIS VOLPI	PSDB	SP ✓	
CONFÚCIO MOURA	PMDB	RO ✓	
CORAUCI SOBRINHO	PFL	SP	
CORIOLOANO SALES	PMDB	BA ✓	
CORNÉLIO RIBEIRO	PSB	RJ	
COSTA FERREIRA	PFL	MA	
CUNHA BUENO	PPB	SP	
CUSTÓDIO MATTOS	PSDB	MG	
DAMIÃO FELICIANO	PMDB	PB	
DANILO DE CASTRO	PSDB	MG	
DARCÍSIO PERONDI	PMDB	RS	
DE VELASCO	PSL	SP	
DELFIN NETTO	PPB	SP ✓	
DEUSDETH PANTOJA	PFL	PA ✓	
DILCEU SPERAFICO	PPB	PR ✓	
DINO FERNANDES	PSDB	RJ ✓	
DIVALDO SURUAGY	PST	AL	
DJALMA PAES	PSB	PE ✓	
DOMICIANO CABRAL	PSDB	PB	
DR. BENEDITO DIAS	PPB	AP ✓	
DR. HELENO	PSDB	RJ ✓	
DR. HÉLIO	PDT	SP ✓	



## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Nome Parlamentar	Partido	UF	ASSINATURA
DR. ROSINHA	PT	PR	
DUILIO PISANESCHI	PTB	SP	
EBER SILVA	PL	RJ	
EDINHO BEZ	PMDB	SC	
EDIR OLIVEIRA	PTB	RS	
EDISON ANDRINO	PMDB	SC	
EDMAR MOREIRA	PPB	MG	
EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG	
EDUARDO CAMPOS	PSB	PE	
EDUARDO SEABRA	PTB	AP	
EFRAIM MORAIS	PFL	PB	
ELCIONE BARBALHO	PMDB	PA	
ELIAS MURAD	PSDB	MG	
ELISEU MOURA	PPB	MA	
ELISEU RESENDE	PFL	MG	
EMERSON KAPAZ	PPS	SP	
ENI VOLTOLINI	PPB	SC	
ENIO BACCI	PDT	RS	
ENIVALDO RIBEIRO	PPB	PB	
ESTHER GROSSI	PT	RS	
EUJÁCIO SIMÕES	PL	BA	
EULER MORAIS	PMDB	GO	



## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

*Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

Nome Parlamentar	Partido	UF	ASSINATURA
EULER RIBEIRO	PFL	AM	
EUNÍCIO OLIVEIRA	PMDB	CE	
EURICO MIRANDA	PPB	RJ	
EURÍPEDES MIRANDA	PDT	RO	
EVANDRO MILHOMEN	PSB	AP	
EXPEDITO JÚNIOR	PFL	RO	
EZIDIO PINHEIRO	PSB	RS	
FÁTIMA PELAES	PSDB	AP	
FÉLIX MENDONÇA	PTB	BA	
FERNANDO CORUJA	PDT	SC	
FERNANDO DINIZ	PMDB	MG	
FERNANDO FERRO	PT	PE	
FERNANDO GABEIRA	PV	RJ	
FERNANDO GONÇALVES	PTB	RJ	
FERNANDO ZUPPO	S.PART.	SP	
FETTER JÚNIOR	PPB	RS	
FEU ROSA	PSDB	ES	
FLÁVIO ARNS	PSDB	PR	
FLÁVIO DERZI	PMDB	MS	
FRANCISCO COELHO	PFL	MA	
FRANCISCO GARCIA	PFL	AM	
FRANCISCO RODRIGUES	PFL	RR	



## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999



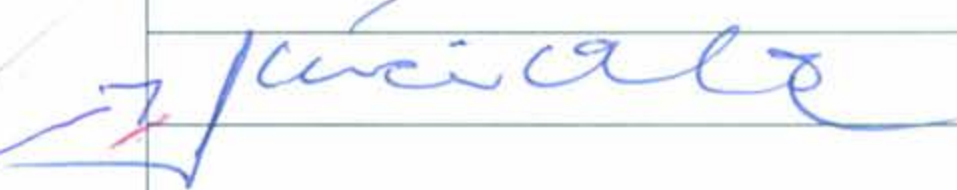
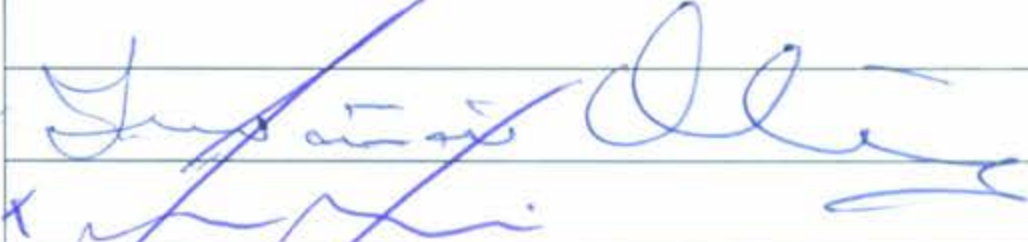


Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Nome Parlamentar	Partido	UF	ASSINATURA
FRANCISCO SILVA	PL	RJ	
FRANCISTÔNIO PINTO	PFL	BA	
FREIRE JÚNIOR	PMDB	TO	
GASTÃO VIEIRA	PMDB	MA ✓	<i>Gastão Vieira</i>
GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB	BA	
GEOVAN FREITAS	PMDB	GO ✓	
GERALDO MAGELA	PT	DF	
GERMANO RIGOTTO	PMDB	RS	
GERSON GABRIELLI	PFL	BA	
GERSON PERES	PPB	PA ✓	<i>Gerison Peres - 330</i>
GERVÁSIO SILVA	PFL	SC	
GILBERTO KASSAB	PFL	SP	
GILMAR MACHADO	PT	MG ✓	<i>Gilmar Machado</i>
GIOVANNI QUEIROZ	PDT	PA ✓	<i>Giovanni Queiroz</i>
GIVALDO CARIMBÃO	PSB	AL ✓	<i>Givaldo Carimbão</i>
GLYCON TERRA PINTO	PMDB	MG	
GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE	
GUSTAVO FRUET	PMDB	PR	
HAROLDO BEZERRA	PSDB	PA ✓	<i>Haroldo Bezerra</i>
HAROLDO LIMA	PCdoB	BA ✓	<i>Haroldo Lima</i>
HELENILDO RIBEIRO	PSDB	AL	
HÉLIO COSTA	PMDB	MG ✓	<i>Hélio Costa</i>



## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

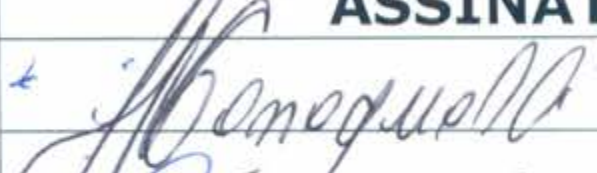








*Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

Nome Parlamentar	Partido	UF	ASSINATURA
HENRIQUE FONTANA	PT	RS	
HERÁCLITO FORTES	PFL	PI	
HERCULANO ANGHINETTI	PPB	MG	
HERMES PARCIANELLO	PMDB	PR	
HUGO BIEHL	PPB	SC	
IARA BERNARDI	PT	SP	
IBERÊ FERREIRA	PPB	RN	
IBRAHIM ABI-ACKEL	PPB	MG	
IÉDIO ROSA	PSB	RJ	
IGOR AVELINO	PMDB	TO	
ILDEFONÇO CORDEIRO	PFL	AC	
INÁCIO ARRUDA	PCdoB	CE	
INALDO LEITÃO	PSDB	PB	
INOCÊNCIO OLIVEIRA	PFL	PE	
IRIS SIMÕES	PTB	PR	
ITAMAR SERPA	PSDB	RJ	
IVAN PAIXÃO	PPS	SE	
IVAN VALENTE	PT	SP	
IVANIO GUERRA	PFL	PR	
JAIME FERNANDES	PFL	BA	
JAIME MARTINS	PFL	MG	
JAIR BOLSONARO	PPB	RJ	



## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Nome Parlamentar	Partido	UF	ASSINATURA
JAIR MENEGUELLI	PT	SP	
JAIRO CARNEIRO	PFL	BA	
JANDIRA FEGHALI	PCdoB	RJ	
JAQUES WAGNER	PT	BA	
JOÃO ALMEIDA	PSDB	BA	
JOÃO CALDAS	PL	AL	
JOÃO CARLOS BACELAR	PFL	BA	
JOÃO CASTELO	PSDB	MA	
JOÃO COLAÇO	PMDB	PE	
JOÃO COSER	PT	ES	
JOÃO EDUARDO DADO	PMDB	SP	
JOÃO GRANDÃO	PT	MS	
JOÃO HENRIQUE	PMDB	PI	
JOÃO HERRMANN NETO	PPS	SP	
JOÃO LEÃO	PSDB	BA	
JOÃO MAGALHÃES	PMDB	MG	
JOÃO MAGNO	PT	MG	
JOÃO MATOS	PMDB	SC	
JOÃO MENDES	PMDB	RJ	
JOÃO PAULO	PT	SP	
JOÃO PIZZOLATTI	PPB	SC	
JOÃO RIBEIRO	PFL	TO	



## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

*Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

Nome Parlamentar	Partido	UF
JOÃO SAMPAIO	PDT	RJ ✓
JOÃO TOTA	PPB	AC
JOAQUIM FRANCISCO	PFL	PE ✓
JOEL DE HOLLANDA	PFL	PE
JONIVAL LUCAS JUNIOR	PMDB	BA
JORGE ALBERTO	PMDB	SE
JORGE BITTAR	PT	RJ ✓
JORGE KHOURY	PFL	BA ✓
JORGE PINHEIRO	PMDB	DF
JORGE TADEU MUDALEN	PMDB	SP
JORGE WILSON	PMDB	RJ
JOSÉ ALEKSANDRO	PSL	AC
JOSÉ ANTONIO ALMEIDA	PSB	MA ✓
JOSÉ BORBA	PMDB	PR
JOSÉ CARLOS ALELUIA	PFL	BA
JOSÉ CARLOS COUTINHO	PFL	RJ
JOSÉ CARLOS ELIAS	PTB	ES
JOSÉ CARLOS FONSECA JR.	PFL	ES
JOSÉ CARLOS MARTINEZ	PTB	PR
JOSÉ CHAVES	PMDB	PE ✓
JOSE COIMBRA	PTB	SP ✓
JOSÉ DE ABREU	PTN	SP ✓

### ASSINATURA



## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

*Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

Nome Parlamentar	Partido	UF	ASSINATURA
JOSÉ DIRCEU	PT	SP	
JOSÉ EGYDIO	PL	RJ	
JOSÉ GENOÍNO	PT	SP	
JOSÉ ÍNDIO	PMDB	SP	
JOSÉ JANENE	PPB	PR	
JOSÉ LINHARES	PPB	CE	
JOSÉ LOURENÇO	PMDB	BA	
JOSÉ MENDONÇA BEZERRA	PFL	PE	
JOSÉ MILITÃO	PSDB	MG	
JOSÉ MÚCIO MONTEIRO	PFL	PE	
JOSÉ PIMENTEL	PT	CE	
JOSÉ PRIANTE	PMDB	PA	
JOSÉ ROBERTO BATOCHIO	PDT	SP	
JOSÉ ROCHA	PFL	BA	
JOSÉ TELES	PSDB	SE	
JOSÉ THOMAZ NONÔ	PFL	AL	
JOSUÉ BENGTON	PTB	PA	
JOVAIR ARANTES	PSDB	GO	
JÚLIO REDECKER	PPB	RS	
JULIO SEMEGHINI	PSDB	SP	
JUQUINHA	PSDB	GO	
JURANDIL JUAREZ	PMDB	AP	



## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Nome Parlamentar	Partido	UF	ASSINATURA
JUTAHY JUNIOR	PSDB	BA	
KÁTIA ABREU	PFL	TO	
KINCAS MATTOS	PSB	SP ✓	
LAEL VARELLA	PFL	MG	
LAIRE ROSADO	PMDB	RN ✓	
LAMARTINE POSELLA	PMDB	SP ✓	<i>Lamartine PoSELLA</i>
LAURA CARNEIRO	PFL	RJ ✓	<i>Laura Carneiro</i>
LAVOISIER MAIA	PFL	RN ✓	<i>Lavoisier Maia</i>
LÉO ALCÂNTARA	PSDB	CE	
LEUR LOMANTO	PMDB	BA	
LIDIA QUINAN	PSDB	GO ✓	<i>Lidia Quinan</i>
LINCOLN PORTELA	PSL	MG ✓	<i>Lincoln Portela</i>
LINO ROSSI	PSDB	MT	
LUCI CHOINACKI	PT	SC ✓	<i>Luci Choinacki</i>
LÚCIA VÂNIA	PSDB	GO	
LUCIANO BIVAR	PSL	PE	
LUCIANO CASTRO	PFL	RR ✓	<i>Luciano Castro</i>
LUCIANO PIZZATTO	PFL	PR ✓	<i>Luciano Pizzatto</i>
LUCIANO ZICA	PT	SP ✓	<i>Luciano Zica</i>
LUIS BARBOSA	PFL	RR	
LUIS CARLOS HEINZE	PPB	RS	
LUISINHO	PST	RJ	

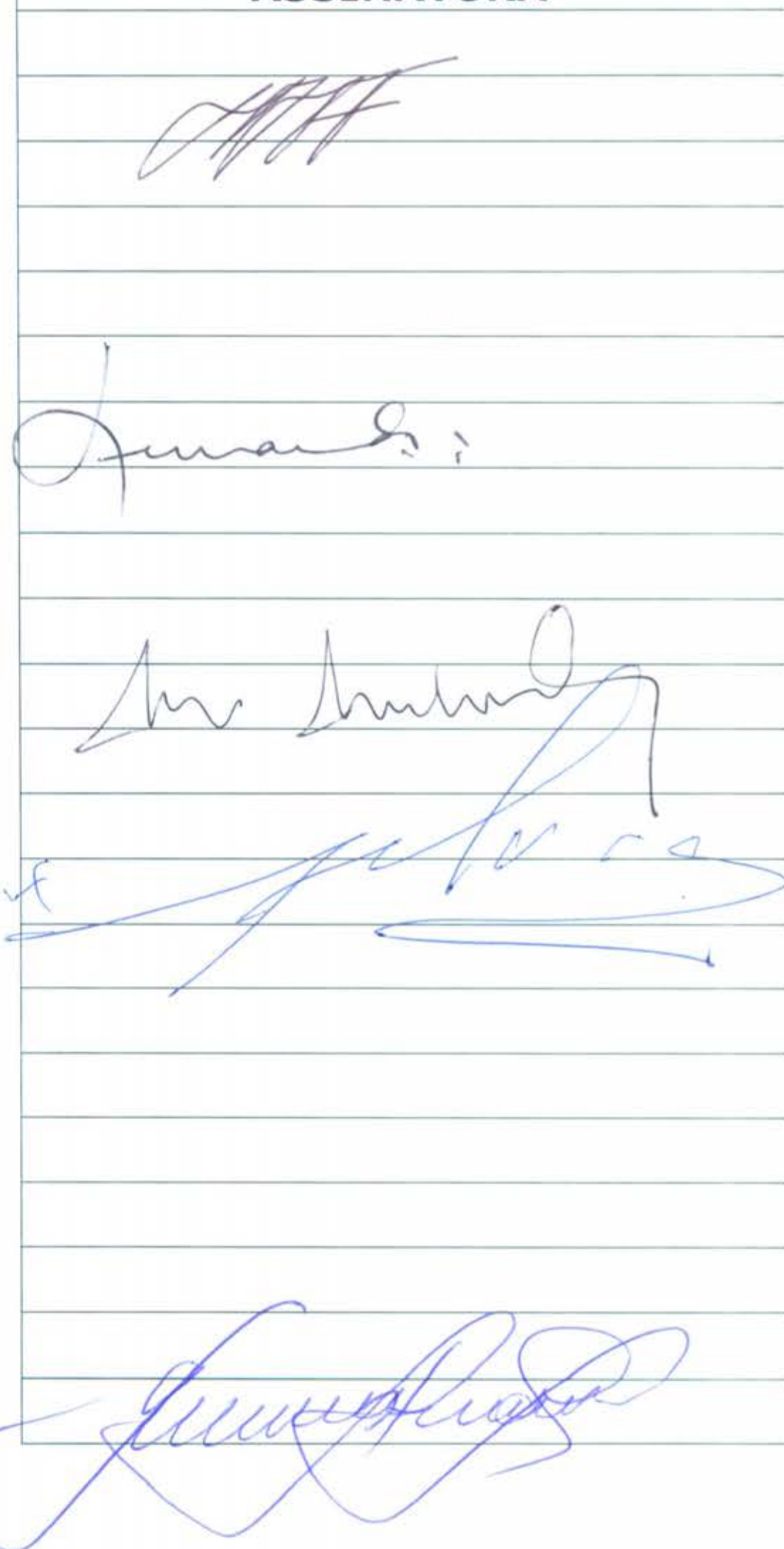


## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

*Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

Nome Parlamentar	Partido	UF
LUIZ ALBERTO	PT	BA
LUIZ ANTONIO FLEURY	PTB	SP ✓
LUIZ BITTENCOURT	PMDB	GO
LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR
LUIZ DANTAS	PST	AL
LUIZ EDUARDO GREENHALGH	PT	SP
LUIZ FERNANDO	PPB	AM ✓
LUIZ MOREIRA	PFL	BA
LUIZ PIAUHYLINO	PSDB	PE
LUIZ RIBEIRO	PSDB	RJ
LUIZ SÉRGIO	PT	RJ ✓
LUIZA ERUNDINA	PSB	SP ✓
MAGNO MALTA	PST	ES ✓
MANOEL SALVIANO	PSDB	CE ✓
MANOEL VITÓRIO	PT	MS
MARÇAL FILHO	PMDB	MS
MARCELO BARBIERI	PMDB	SP
MARCELO CASTRO	PMDB	PI ✓
MARCELO TEIXEIRA	PMDB	CE
MÁRCIO BITTAR	PPS	AC
MARCIO FORTES	PSDB	RJ
MÁRCIO MATOS	PTB	PR ✓

### ASSINATURA





## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

*Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

Nome Parlamentar	Partido	UF
MÁRCIO REINALDO MOREIRA	PPB	MG
MARCONDES GADELHA	PFL	PB
MARCOS AFONSO	PT	AC
MARCOS CINTRA	PFL	SP
MARCOS DE JESUS	PL	PE
MARCOS LIMA	PMDB	MG
MARCOS ROLIM	PT	RS
MARCUS VICENTE	PSDB	ES
MARIA ABADIA	PSDB	DF
MARIA DO CARMO LARA	PT	MG
MARIA ELVIRA	PMDB	MG
MARIA LÚCIA	PMDB	MG
MARINHA RAUPP	PSDB	RO
MÁRIO ASSAD JÚNIOR	PFL	MG
MÁRIO DE OLIVEIRA	PMDB	MG
MÁRIO NEGROMONTE	PSDB	BA
MARISA SERRANO	PSDB	MS
MATTOS NASCIMENTO	PL	RJ
MAURILIO FERREIRA LIMA	PMDB	PE
MAURO BENEVIDES	PMDB	CE
MAURO FECURY	PFL	MA
MAURO LOPES	PMDB	MG

### ASSINATURA



## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Nome Parlamentar	Partido	UF	ASSINATURA
MAX MAURO	PTB	ES	
MAX ROSENMANN	PSDB	PR	Medeiros
MEDEIROS	PL	SP	
MENDES RIBEIRO FILHO	PMDB	RS	
MICHEL TEMER	PMDB	SP	
MILTON BARBOSA	PFL	BA	
MILTON MONTI	PMDB	SP	
MILTON TEMER	PT	RJ	
MIRIAM REID	PSB	RJ	Miriam Reid
MIRO TEIXEIRA	PDT	RJ	
MOACIR MICHELETTO	PMDB	PR	
MOREIRA FERREIRA	PFL	SP	
MORONI TORGAN	PFL	CE	
MÚCIO SÁ	PMDB <u>PTB</u>	RN	
MURILO DOMINGOS	PTB	MT	
MUSSA DEMES	PFL	PI	
NAIR XAVIER LOBO	PMDB	GO	Nair Xavier Lobo
NARCIO RODRIGUES	PSDB	MG	
NEIVA MOREIRA	PDT	MA	Neiva Moreira
NELO RODOLFO	PMDB	SP	
NELSON MARCHEZAN	PSDB	RS	
NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP	



**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº 53-A, DE 1999**

*Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

Nome Parlamentar	Partido	UF
NELSON MEURER	PPB	PR
NELSON OTOCH	PSDB	CE
NELSON PELLEGRINO	PT	BA
NELSON PROENÇA	PMDB	RS
NELSON TRAD	PTB	MS ✓
NEUTON LIMA	PFL	SP ✓
NEY LOPES	PFL	RN
NICE LOBÃO	PFL	MA
NICIAS RIBEIRO	PSDB	PA
NILMÁRIO MIRANDA	PT	MG ✓
NILO COELHO	PSDB	BA
NILSON MOURÃO	PT	AC ✓
NILTON CAPIXABA	PTB	RO
NORBERTO TEIXEIRA	PMDB	GO
ODELMO LEÃO	PPB	MG
ODÍLIO BALBINOTTI	PSDB	PR
OLAVO CALHEIROS	PMDB	AL
OLIMPIO PIRES	PDT	MG ✓
OLIVEIRA FILHO	PL	PR ✓
ORLANDO DESCONSI	PT	RS ✓
ORLANDO FANTAZZINI	PT	SP ✓
OSCAR ANDRADE	PFL	RO

ASSINATURA

Gilmarin Miranda

Handwritten signature in blue ink on lined paper.



## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999





*Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

Nome Parlamentar	Partido	UF	ASSINATURA
OSMÂNIO PEREIRA	PSDB	MG ✓	
OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR	
OSVALDO BIOLCHI	PMDB	RS	
OSVALDO COELHO	PFL	PE	
OSVALDO REIS	PMDB	TO	
PADRE ROQUE	PT	PR ✓	<i>Padre Roque</i>
PAES LANDIM	PFL	PI ✓	<i>Car. don ✓</i>
PASTOR AMARILDO	PPB	TO	
PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM	
PAULO BALTAZAR	PSB	RJ ✓	
PAULO BRAGA	PFL	BA	
PAULO DELGADO	PT	MG ✓	<i>Paulo Delgado</i>
PAULO FEIJÓ	PSDB	RJ	
PAULO GOUVÊA	PFL	SC	
PAULO JOSÉ GOUVÊA	PL	RS	
PAULO KOBAYASHI	PSDB	SP	
PAULO LIMA	PMDB	SP	
PAULO MAGALHÃES	PFL	BA	
PAULO MARINHO	PFL	MA	
PAULO MOURÃO	PSDB	TO	
PAULO OCTÁVIO	PFL	DF	
PAULO PAIM	PT	RS ✓	<i>Paulo Paim</i>



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Nome Parlamentar	Partido	UF	ASSINATURA
PAULO ROCHA	PT	PA	
PEDRO BITTENCOURT	PFL	SC ✓	
PEDRO CANEDO	PSDB	GO	
PEDRO CELSO	PT	DF	
PEDRO CHAVES	PMDB	GO	
PEDRO CORRÊA	PPB	PE ✓	
PEDRO EUGÊNIO	PPS	PE ✓	
PEDRO FERNANDES	PFL	MA	
PEDRO HENRY	PSDB	MT	
PEDRO IRUJO	PFL	BA	
PEDRO NOVAIS	PMDB	MA	
PEDRO PEDROSSIAN	PPB	MS	
PEDRO VALADARES	PSB	SE ✓	
PHILEMON RODRIGUES	PL	MG	
PINHEIRO LANDIM	PMDB	CE	
POMPEO DE MATTOS	PDT	RS	
PROFESSOR LUIZINHO	PT	SP ✓	
RAFAEL GUERRA	PSDB	MG	
RAIMUNDO GOMES MATOS	DE PSDB	CE	
RAIMUNDO SANTOS	PFL	PA	
REGINALDO GERMANO	PFL	BA	
REGIS CAVALCANTE	PPS	AL ✓	



## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

*Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

Nome Parlamentar	Partido	UF
REMI TRINTA	PST	MA
RENATO VIANNA	PMDB	SC ✓
RENILDO LEAL	PTB	PA
RICARDO BARROS	PPB	PR
RICARDO BERZOINI	PT	SP
RICARDO FERRAÇO	PSDB	ES
RICARDO FIUZA	PFL	PE ✓
RICARDO IZAR	PMDB	SP ✓
RICARDO RIQUE	PSDB	PB
RICARTE DE FREITAS	PSDB	MT ✓
RITA CAMATA	PMDB	ES ✓
ROBÉRIO ARAÚJO	PL	RR
ROBERTO ARGENTA	PHS	RS
ROBERTO BALESTRA	PPB	GO
ROBERTO JEFFERSON	PTB	RJ ✓
ROBERTO PESSOA	PFL	CE ✓
ROBERTO ROCHA	PSDB	MA
ROBSON TUMA	PFL	SP
RODRIGO MAIA	PTB	RJ ✓
ROLAND LAVIGNE	PMDB	BA
ROMEL ANIZIO	PPB	MG ✓
ROMEU QUEIROZ	PSDB	MG

### ASSINATURA

The signature block contains handwritten signatures of the parliamentarians listed in the table. The signatures are written in blue and red ink. Some signatures are clearly legible, such as 'Ricarte', 'Roberto', and 'Rodrigo', while others are more stylized or abbreviated. The signatures are arranged in a column corresponding to the names in the table.



## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Nome Parlamentar	Partido	UF	ASSINATURA
ROMMEL FEIJÓ	PSDB	CE ✓	
RONALDO CAIADO	PFL	GO	
RONALDO CEZAR COELHO	PSDB	RJ	
RONALDO VASCONCELLOS	PL	MG ✓	
ROSE DE FREITAS	PSDB	ES	
RUBEM MEDINA	PFL	RJ	
RUBENS BUENO	PPS	PR ✓	
RUBENS FURLAN	PPS	SP ✓	
SALATIEL CARVALHO	PMDB	PE	
SALOMÃO CRUZ	PPB	RR	
SALOMÃO GURGEL	PDT	RN	
SALVADOR ZIMBALDI	PSDB	SP ✓	
SAMPAIO DÓRIA	PSDB	SP	
SANTOS FILHO	PFL	PR ✓	
SARAIVA FELIPE	PMDB	MG	
SAULO COELHO	PSDB	MG	
SAULO PEDROSA	PSDB	BA	
SEBASTIÃO MADEIRA	PSDB	MA ✓	
SERAFIM VENZON	PDT	SC ✓	
SÉRGIO BARCELLOS	PFL	AP	
SÉRGIO BARROS	PSDB	AC	
SÉRGIO CARVALHO	PSDB	RO ✓	



## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999




Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Nome Parlamentar	Partido	UF	ASSINATURA
SÉRGIO MIRANDA	PCdoB	MG	
SÉRGIO NOVAIS	PSB	CE	
SÉRGIO REIS	<del>PSDB</del>	SE	
SEVERINO CAVALCANTI	PPB	PE	
SILAS BRASILEIRO	PMDB	MG	
SILAS CÂMARA	PTB	AM	
SILVIO TORRES	PSDB	SP	
SIMÃO SESSIM	PPB	RJ	
SOCORRO GOMES	PCdoB	PA	
TÂNIA SOARES	PCdoB	SE	
TELMA DE SOUZA	PT	SP	
TELMO KIRST	PPB	RS	
TETÉ BEZERRA	PMDB	MT	
THEMÍSTOCLES SAMPAIO	PMDB	PI	
TILDEN SANTIAGO	PT	MG	
UBIRATAN AGUIAR	PSDB	CE	
URSICINO QUEIROZ	PFL	BA	
VADÃO GOMES	PPB	SP	
VALDECI PAIVA	PSL	RJ	
VALDEMAR COSTA NETO	PL	SP	
VANESSA GRAZZIOTIN	PCdoB	AM	
VIC PIRES FRANCO	PFL	PA	



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999



Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Nome Parlamentar	Partido	UF	ASSINATURA
VICENTE ARRUDA	PSDB	CE ✓	
VICENTE CAROPRESO	PSDB	SC	
VILMAR ROCHA	PFL	GO	
VIRGÍLIO GUIMARÃES	PT	MG ✓	
VITTORIO MEDIOLI	PSDB	MG ✓	
VIVALDO BARBOSA	PDT	RJ ✓	
WAGNER ROSSI	PMDB	SP	
WAGNER SALUSTIANO	PPB	SP	
WALDEMIR MOKA	PMDB	MS	
WALDIR PIRES	PT	BA ✓	
WALDOMIRO BARANCELLI	PT	RS	
FIORAVANTE			
WALFRIDO MARES GUIA	PTB	MG	
WALTER PINHEIRO	PT	BA	
WANDERLEY MARTINS	PSB	RJ ✓	
WELINTON FAGUNDES	PSDB	MT	
WELLINGTON DIAS	PT	PI ✓	
WERNER WANDERER	PFL	PR	
WIGBERTO TARTUCE	PPB	DF ✓	
WILSON BRAGA	PFL	PB ✓	
WILSON SANTOS	PMDB	MT	
WOLNEY QUEIROZ	PDT	PE ✓	
XICO GRAZIANO	PSDB	SP	



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº53-A, DE 1999

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Nome Parlamentar	Partido	UF	ASSINATURA
YEDA CRUSIUS	PSDB	RS	
YVONILTON GONÇALVES	PFL	BA	
ZÉ GOMES DA ROCHA	PMDB	GO	
ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA	
ZEZÉ PERRELLA	PFL	MG	
ZILA BEZERRA	PTB	AC	
ZULAIÊ COBRA	PSDB	SP	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 53-A, DE 1999**  
**(DO SENADO FEDERAL)**

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PEC 53-A/99 - SISTEMA FINANCEIRO

**Emenda N.º 2 /01**

Recebido em 31 / 05 /01

**EMENDA ADITIVA**

Inclua-se ao art. 192 o seguinte parágrafo onde couber:

Art. 192 .....

§ A alienação de instituições financeiras públicas dependerá de prévia autorização por meio de lei específica, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, à população, a qual, no caso de instituições financeiras estaduais, corresponderá à população residente na unidade da federação controladora.

**JUSTIFICAÇÃO**

A alienação do controle de instituições financeiras públicas para o setor privado foi a tônica da política do Governo FHC para o setor. O saneamento financeiro de grande parte destas instituições, que absorveu um volume imenso de recursos públicos, foi todo ele conduzido à revelia do Congresso Nacional, e mais que isso, à revelia dos próprios interesses da população diretamente interessada evidenciando uma situação em que as decisões ao nível do Poder Central eram tomadas e implementadas sem o mínimo controle, debate e





CÂMARA DOS DEPUTADOS

acompanhamento. A privatização de uma instituição financeira pública possui implicações profundas sobre a economia local, e em alguns casos, nacional, e torna necessária a anuência mais ampla da sociedade. Com a presente emenda, buscamos tornar efetiva essa participação da sociedade, inclusive afastando a possibilidade que decisões de tal envergadura sejam tomadas por meio de medidas provisórias, as quais, conforme demonstra nossa vasta experiência, somente são apreciadas quando suas consequências já se tornaram irreversíveis.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 2001.

  
Deputado **ORLANDO DESCONSI (PT/RS)**



PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS005302)

AUTOR: ORLANDO DESCONSI

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADAO PRETTO	RS	PT
2 - ADOLFO MARINHO	CE	PSDB
3 - AFFONSO CAMARGO	PR	PFL
4 - AIRTON CASCAVEL	RR	PPS
5 - ALDIR CABRAL	RJ	PFL
6 - ALDO ARANTES	GO	PCdoB
7 - ALDO REBELO	SP	PCdoB
8 - ALEX CANZIANI	PR	PSDB
9 - ALMERINDA DE CARVALHO	RJ	PFL
10 - ALMIR SA	RR	PPB
11 - ALOIZIO MERCADANTE	SP	PT
12 - ANA CORSO	RS	PT
13 - ANGELA GUADAGNIN	SP	PT
14 - ANTONIO CARLOS KONDER REIS	SC	PFL
15 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
16 - ARISTON ANDRADE	BA	PFL
17 - ARMANDO ABILIO	PB	PSDB
18 - ARMANDO MONTEIRO	PE	PMDB
19 - ARNALDO FARIA DE SA	SP	PPB
20 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
21 - BABA	PA	PT
22 - BADU PICANCO	AP	PSDB
23 - BENITO GAMA	BA	PMDB
24 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
25 - CANDINHO MATTOS	RJ	PSDB
26 - CARLITO MERSS	SC	PT
27 - CARLOS SANTANA	RJ	PT
28 - CELCITA PINHEIRO	MT	PFL
29 - CHICO DA PRINCESA	PR	PSDB
30 - CLOVIS ILGENFRITZ	RS	PT
31 - CORIOLANO SALES	BA	PMDB
32 - CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
33 - DE VELASCO	SP	PSL
34 - DILCEU SPERAFICO	PR	PPB
35 - DIVALDO SURUAGY	AL	PST
36 - DJALMA PAES	PE	PSB
37 - DOMICIANO CABRAL	PB	PSDB
38 - DR. BENEDITO DIAS	AP	PPB
39 - DR. HELIO	SP	PDT
40 - DR. ROSINHA	PR	PT
41 - EDIR OLIVEIRA	RS	PTB
42 - EDUARDO BARBOSA	MG	PSDB
43 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
44 - ELIAS MURAD	MG	PSDB
45 - EMERSON KAPAZ	SP	PPS
46 - EULER MORAIS	GO	PMDB
47 - EUNICIO OLIVEIRA	CE	PMDB
48 - EURIPEDES MIRANDA	RO	PDT
49 - EVANDRO MILHOMEN	AP	PSB



DEPUTADO	UF	PARTIDO
50 - EZIDIO PINHEIRO	RS	PSB
51 - FERNANDO CORUJA	SC	PDT
52 - FERNANDO FERRO	PE	PT
53 - FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
54 - FERNANDO ZUPPO	SP	S.PART.
55 - FRANCISTONIO PINTO	BA	PFL
56 - GERALDO MAGELA	DF	PT
57 - GERMANO RIGOTTO	RS	PMDB
58 - GILMAR MACHADO	MG	PT
59 - GUSTAVO FRUET	PR	PMDB
60 - HAROLDO BEZERRA	PA	PSDB
61 - HAROLDO LIMA	BA	PCdoB
62 - HELIO COSTA	MG	PMDB
63 - HENRIQUE FONTANA	RS	PT
64 - IBRAHIM ABI-ACKEL	MG	PPB
65 - IVAN VALENTE	SP	PT
66 - IVANIO GUERRA	PR	PFL
67 - JAIME MARTINS	MG	PFL
68 - JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
69 - JAIR MENEGUELLI	SP	PT
70 - JANDIRA FEGHALI	RJ	PCdoB
71 - JAQUES WAGNER	BA	PT
72 - JOAO COSER	ES	PT
73 - JOAO EDUARDO DADO	SP	PMDB
74 - JOAO HERRMANN NETO	SP	PPS
75 - JOAO LEAO	BA	PSDB
76 - JOAO MAGNO	MG	PT
77 - JOAO PAULO	SP	PT
78 - JOAQUIM FRANCISCO	PE	PFL
79 - JONIVAL LUCAS JUNIOR	BA	PMDB
80 - JORGE BITTAR	RJ	PT
81 - JORGE PINHEIRO	DF	PMDB
82 - JOSE ANTONIO ALMEIDA	MA	PSB
83 - JOSE CARLOS COUTINHO	RJ	PFL
84 - JOSE CARLOS FONSECA JR.	ES	PFL
85 - JOSE CARLOS MARTINEZ	PR	PTB
86 - JOSE CHAVES	PE	PMDB
87 - JOSE DIRCEU	SP	PT
88 - JOSE EGYDIO	RJ	PL
89 - JOSE LINHARES	CE	PPB
90 - JOSE LOURENCO	BA	PMDB
91 - JOSE PIMENTEL	CE	PT
92 - JOVAIR ARANTES	GO	PSDB
93 - JULIO REDECKER	RS	PPB
94 - JULIO SEMEGHINI	SP	PSDB
95 - KINCAS MATTOS	SP	PSB
96 - LAURA CARNEIRO	RJ	PFL
97 - LEO ALCANTARA	CE	PSDB
98 - LIDIA QUINAN	GO	PSDB
99 - LINCOLN PORTELA	MG	PSL
100 - LUCI CHOINACKI	SC	PT
101 - LUCIANO ZICA	SP	PT
102 - LUIS CARLOS HEINZE	RS	PPB
103 - LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
104 - LUIZ EDUARDO GREENHALGH	SP	PT



DEPUTADO	UF	PARTIDO
105 - LUIZ SERGIO	RJ	PT
106 - LUIZA ERUNDINA	SP	PSB
107 - MARCELO CASTRO	PI	PMDB
108 - MARCIO BITTAR	AC	PPS
109 - MARCONDES GADELHA	PB	PFL
110 - MARCOS ROLIM	RS	PT
111 - MARIA DO CARMO LARA	MG	PT
112 - MARIO ASSAD JUNIOR	MG	PFL
113 - MEDEIROS	SP	PL
114 - MENDES RIBEIRO FILHO	RS	PMDB
115 - MICHEL TEMER	SP	PMDB
116 - MILTON TEMER	RJ	PT
117 - MIRIAM REID	RJ	PSB
118 - MIRO TEIXEIRA	RJ	PDT
119 - MORONI TORGAN	CE	PFL
120 - NARCIO RODRIGUES	MG	PSDB
121 - NELSON MARCHEZAN	RS	PSDB
122 - NELSON MEURER	PR	PPB
123 - NELSON PELLEGRINO	BA	PT
124 - NELSON TRAD	MS	PTB
125 - NEUTON LIMA	SP	PFL
126 - NICE LOBAO	MA	PFL
127 - NILMARIO MIRANDA	MG	PT
128 - OLAVO CALHEIROS	AL	PMDB
129 - ORLANDO DESCONSI	RS	PT
130 - ORLANDO FANTAZZINI	SP	PT
131 - OSMAR SERRAGLIO	PR	PMDB
132 - OSVALDO BIOLCHI	RS	PMDB
133 - OSVALDO REIS	TO	PMDB
134 - PADRE ROQUE	PR	PT
135 - PAULO BALTAZAR	RJ	PSB
136 - PAULO DELGADO	MG	PT
137 - PAULO PAIM	RS	PT
138 - PAULO ROCHA	PA	PT
139 - PEDRO BITTENCOURT	SC	PFL
140 - PEDRO CELSO	DF	PT
141 - PEDRO CHAVES	GO	PMDB
142 - PEDRO EUGENIO	PE	PPS
143 - PEDRO VALADARES	SE	PSB
144 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
145 - RAIMUNDO GOMES DE MATOS	CE	PSDB
146 - REGIS CAVALCANTE	AL	PPS
147 - RENATO VIANNA	SC	PMDB
148 - RICARDO BERZOINI	SP	PT
149 - RITA CAMATA	ES	PMDB
150 - ROBERIO ARAUJO	RR	PL
151 - ROBERTO ARGENTA	RS	PHS
152 - ROBERTO PESSOA	CE	PFL
153 - RODRIGO MAIA	RJ	PTB
154 - ROLAND LAVIGNE	BA	PMDB
155 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
156 - RUBENS BUENO	PR	PPS
157 - SALOMAO GURGEL	RN	PDT
158 - SALVADOR ZIMBALDI	SP	PSDB
159 - SERAFIM VENZON	SC	PDT



DEPUTADO	UF	PARTIDO
160 - SERGIO CARVALHO	RO	PSDB
161 - SERGIO MIRANDA	MG	PCdoB
162 - SERGIO NOVAIS	CE	PSB
163 - SIMAO SESSIM	RJ	PPB
164 - SOCORRO GOMES	PA	PCdoB
165 - TANIA SOARES	SE	PCdoB
166 - TELMA DE SOUZA	SP	PT
167 - THEMISTOCLES SAMPAIO	PI	PMDB
168 - VANESSA GRAZZIOTIN	AM	PCdoB
169 - VICENTE CAROPRESO	SC	PSDB
170 - VIRGILIO GUIMARAES	MG	PT
171 - VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT
172 - WALDIR PIRES	BA	PT
173 - WALTER PINHEIRO	BA	PT
174 - WERNER WANDERER	PR	PFL
175 - WILSON BRAGA	PB	PFL
176 - WOLNEY QUEIROZ	PE	PDT
177 - ZILA BEZERRA	AC	PTB

ASSINATURAS CONFIRMADAS.....	177
ASSINATURAS DE APOIAMENTO.....	1
TOTAL DE ASSINATURAS.....	178



11/06/01

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Pag. 1

ASSINATURAS DE APOIAMENTO

1 - AUGUSTO FRANCO

SE PSDB





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoioamento à Proposta de Emenda Aditiva à PEC n.º 53-A, de 1999 (Do Sr. Orlando Desconsi). Inclua-se no art. 192 o seguinte parágrafo onde couber: Art. 192 .....

§ A alienação de instituições financeiras públicas dependerá de prévia autorização por meio de lei específica, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, à população, a qual, no caso de instituições financeiras estaduais, corresponderá à população residente na unidade federativa controladora.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ABELARDO LUPION	PFL	PR	
ADÃO PRETTO	PT	RS	Adão Pretto
ADAUTO PEREIRA	PFL	PB	
ADOLFO MARINHO	PSDB	CE	Adolfo Marinho
AÉCIO NEVES	PSDB	MG	
AFFONSO CAMARGO	PFL	PR	Affonso Camargo
AGNALDO MUNIZ	PPS	RO	
AGNELO QUEIROZ	PCdoB	DF	
AIRTON CASCAVEL	PPS	RR	Airton Cascavel
AIRTON DIPP	PDT	RS	
AIRTON ROVEDA	PSDB	PR	
ALBÉRICO FILHO	PMDB	MA	
ALBERTO FRAGA	PMDB	DF	
ALBERTO GOLDMAN	PSDB	SP	
ALCESTE ALMEIDA	PMDB	RR	
ALCEU COLLARES	PDT	RS	
ALDIR CABRAL	PFL	RJ	
ALDO ARANTES	PCdoB	GO	Aldo Arantes
ALDO REBELO	PCdoB	SP	
ALEX CANZIANI	PSDB	PR	
ALEXANDRE CARDOSO	PSB	RJ	
ALEXANDRE SANTOS	PSDB	RJ	
ALMERINDA DE CARVALHO	PFL	RJ	Almerinda de Carvalho





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoioamento à Proposta de Emenda Aditiva à PEC n.º 53-A, de 1999 (Do Sr. Orlando Desconsi). Inclua-se no art. 192 o seguinte parágrafo onde couber: Art. 192 .....

§ A alienação de instituições financeiras públicas dependerá de prévia autorização por meio de lei específica, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, à população, a qual, no caso de instituições financeiras estaduais, corresponderá à população residente na unidade federativa controladora.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ALMIR SÁ	PPB	RR	
ALOIZIO MERCADANTE	PT	SP	
ANA CATARINA	PMDB	RN	
ANA CORSO	PT	RS	
ANDRÉ BENASSI	PSDB	SP	
ANGELA GUADAGNIN	PT	SP	
ANÍBAL GOMES	PMDB	CE	
ANIVALDO VALE	PSDB	PA	
ANTONIO CAMBRAIA	PSDB	CE	
ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC	
ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	PSDB	SP	
ANTÔNIO DO VALLE	PMDB	MG	
ANTONIO FEIJÃO	PSDB	AP	
ANTONIO JOAQUIM ARAÚJO	PPB	MA	
ANTÔNIO JORGE	PTB	TO	
ANTONIO KANDIR	PSDB	SP	
ARACELY DE PAULA	PFL	MG	
ARISTON ANDRADE	PFL	BA	
ARMANDO ABÍLIO	PSDB	PB	
ARMANDO MONTEIRO	PMDB	PE	
ARNALDO FARIA DE SÁ	PPB	SP	
ARNALDO MADEIRA	PSDB	SP	
ARNON BEZERRA	PSDB	CE	





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoio à Proposta de Emenda Aditiva à PEC n.º 53-A, de 1999 (Do Sr. Orlando Desconsi). Inclua-se no art. 192 o seguinte parágrafo onde couber: Art. 192 .....

§ A alienação de instituições financeiras públicas dependerá de prévia autorização por meio de lei específica, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, à população, a qual, no caso de instituições financeiras estaduais, corresponderá à população residente na unidade federativa controladora.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
AROLDE DE OLIVEIRA	PFL	RJ	
ARTHUR VIRGÍLIO	PSDB	AM	
ARY KARA	PPB	SP	
ASDRUBAL BENTES	PMDB	PA	
ÁTILA LINS	PFL	AM	
ÁTILA LIRA	PSDB	PI	
AUGUSTO FARIAS	PPB	AL	
AUGUSTO FRANCO	PSDB	SE	
AUGUSTO NARDES	PPB	RS	
AVENZOAR ARRUDA	PT	PB	
B. SÁ	PSDB	PI	
BABÁ	PT	PA	
BADU PICANÇO	PSDB	AP	
BARBOSA NETO	PMDB	GO	
BASÍLIO VILLANI	PSDB	PR	
BENITO GAMA	PMDB	BA	
BISPO RODRIGUES	PL	RJ	
BISPO WANDERVAL	PL	SP	
BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG	
CABO JÚLIO	PL	MG	
CANDINHO MATTOS	PSDB	RJ	
CARLITO MERSS	PT	SC	
CARLOS ALBERTO ROSADO	PFL	RN	

*Art. 192 (Specimens)*

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature that appears to be "S. Henrique" and another that looks like "F. Henrique".*

*Handwritten signature in blue ink, possibly "M. Henrique".*



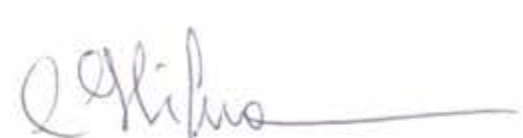
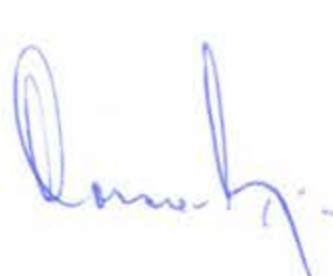




CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoio à Proposta de Emenda Aditiva à PEC n.º 53-A, de 1999 (Do Sr. Orlando Desconsi). Inclua-se no art. 192 o seguinte parágrafo onde couber: Art. 192 .....

§ A alienação de instituições financeiras públicas dependerá de prévia autorização por meio de lei específica, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, à população, a qual, no caso de instituições financeiras estaduais, corresponderá à população residente na unidade federativa controladora.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
CARLOS BATATA	PSDB	PE	
CARLOS DUNGA	PTB	PB	
CARLOS MOSCONI	PSDB	MG	
CARLOS SANTANA	PT	RJ	
CELCITA PINHEIRO	PFL	MT	
CELSO RUSSOMANNO	PPB	SP	
CESAR BANDEIRA	PFL	MA	
CEZAR SCHIRMER	PMDB	RS	
CHICO DA PRINCESA	PSDB	PR	
CHICO SARDELLI	PFL	SP	
CHIQUELHO FEITOSA	PSDB	CE	
CIRO NOGUEIRA	PFL	PI	
CLAUDIO CAJADO	PFL	BA	
CLEMENTINO COELHO	PPS	PE	
CLEONÂNIO FONSECA	PPB	SE	
CLEUBER CARNEIRO	PFL	MG	
CLOVIS ILGENFRITZ	PT	RS	
CLOVIS VOLPI	PSDB	SP	
CONFÚCIO MOURA	PMDB	RO	
CORAUCI SOBRINHO	PFL	SP	
CORIOLOANO SALES	PMDB	BA	
CORNÉLIO RIBEIRO		RJ	
COSTA FERREIRA	PFL	MA	





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoio à Proposta de Emenda Aditiva à PEC n.º 53-A, de 1999 (Do Sr. Orlando Desconsi). Inclua-se no art. 192 o seguinte parágrafo onde couber: Art. 192 .....

§ A alienação de instituições financeiras públicas dependerá de prévia autorização por meio de lei específica, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, à população, a qual, no caso de instituições financeiras estaduais, corresponderá à população residente na unidade federativa controladora.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
CUNHA BUENO	PPB	SP	
CUSTÓDIO MATTOS	PSDB	MG	
DAMIÃO FELICIANO	PMDB	PB	
DANILO DE CASTRO	PSDB	MG	
DARCÍSIO PERONDI	PMDB	RS	
DE VELASCO	PSL	SP	
DELFIM NETTO	PPB	SP	
DEUSDETH PANTOJA	PFL	PA	
DILCEU SPERAFICO	PPB	PR	
DINO FERNANDES	PSDB	RJ	
DIVALDO SURUAGY	PST	AL	
DJALMA PAES	PSB	PE	
DOMICIANO CABRAL	PSDB	PB	
DR. BENEDITO DIAS	PPB	AP	
DR. HELENO	PSDB	RJ	
DR. HÉLIO	PDT	SP	
DR. ROSINHA	PT	PR	
DUILIO PISANESCHI	PTB	SP	
EBER SILVA	PL	RJ	
EDINHO BEZ	PMDB	SC	
EDIR OLIVEIRA	PTB	RS	
EDISON ANDRINO	PMDB	SC	
EDMAR MOREIRA	PPB	MG	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoio à Proposta de Emenda Aditiva à PEC n.º 53-A, de 1999 (Do Sr. Orlando Desconsi). Inclua-se no art. 192 o seguinte parágrafo onde couber: Art. 192 .....

§ A alienação de instituições financeiras públicas dependerá de prévia autorização por meio de lei específica, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, à população, a qual, no caso de instituições financeiras estaduais, corresponderá à população residente na unidade federativa controladora.

PARLAMENTAR

EDUARDO BARBOSA

EDUARDO CAMPOS

EDUARDO SEABRA

EFRAIM MORAIS

ELCIONE BARBALHO

ELIAS MURAD

ELISEU MOURA

ELISEU RESENDE

EMERSON KAPAZ

ENI VOLTOLINI

ENIO BACCI

ENIVALDO RIBEIRO

ESTHER GROSSI

EUJÁCIO SIMÕES

EULER MORAIS

EULER RIBEIRO

EUNÍCIO OLIVEIRA

EURICO MIRANDA

EURÍPEDES MIRANDA

EVANDRO MILHOMEN

EXPEDITO JÚNIOR

EZIDIO PINHEIRO

FÁTIMA PELAES

PARTIDO

UF

ASSINATURA

PSDB

MG

PSB

PE

PTB

AP

PFL

PB

PMDB

PA

PSDB

MG

PPB

MA

PFL

MG

PPS

SP

PPB

SC

PDT

RS

PPB

PB

PT

RS

PL

BA

PMDB

GO

PFL

AM

PMDB

CE

PPB

RJ

PDT

RO

PSB

AP

PFL

RO

PSB

RS

PSDB

AP





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoioamento à Proposta de Emenda Aditiva à PEC n.º 53-A, de 1999 (Do Sr. Orlando Desconsi). Inclua-se no art. 192 o seguinte parágrafo onde couber: Art. 192 .....

§ A alienação de instituições financeiras públicas dependerá de prévia autorização por meio de lei específica, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, à população, a qual, no caso de instituições financeiras estaduais, corresponderá à população residente na unidade federativa controladora.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
-------------	---------	----	------------

FÉLIX MENDONÇA	PTB	BA
----------------	-----	----

FERNANDO CORUJA	PDT	SC
-----------------	-----	----

FERNANDO DINIZ	PMDB	MG
----------------	------	----

FERNANDO FERRO	PT	PE
----------------	----	----

FERNANDO GABEIRA	PV	RJ
------------------	----	----

FERNANDO GONÇALVES	PTB	RJ
--------------------	-----	----

FERNANDO ZUPPO	S.PART.	SP
----------------	---------	----

FETTER JÚNIOR	PPB	RS
---------------	-----	----

FEU ROSA	PSDB	ES
----------	------	----

FLÁVIO ARNS	PSDB	PR
-------------	------	----

FLÁVIO DERZI	PMDB	MS
--------------	------	----

FRANCISCO COELHO	PFL	MA
------------------	-----	----

FRANCISCO DORNELLES	PPB	RJ
---------------------	-----	----

FRANCISCO GARCIA	PFL	AM
------------------	-----	----

FRANCISCO RODRIGUES	PFL	RR
---------------------	-----	----

FRANCISCO SILVA	PL	RJ
-----------------	----	----

FRANCISTÔNIO PINTO	PFL	BA
--------------------	-----	----

FREIRE JÚNIOR	PMDB	TO
---------------	------	----

GASTÃO VIEIRA	PMDB	MA
---------------	------	----

GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB	BA
--------------------	------	----

GEOVAN FREITAS	PMDB	GO
----------------	------	----

GERALDO MAGELA	PT	DF
----------------	----	----

GERMANO RIGOTTO	PMDB	RS
-----------------	------	----





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoiamiento à Proposta de Emenda Aditiva à PEC n.º 53-A, de 1999 (Do Sr. Orlando Desconsi). Inclua-se no art. 192 o seguinte parágrafo onde couber: Art. 192 .....

§ A alienação de instituições financeiras públicas dependerá de prévia autorização por meio de lei específica, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, à população, a qual, no caso de instituições financeiras estaduais, corresponderá à população residente na unidade federativa controladora.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
GERSON GABRIELLI	PFL	BA	
GERSON PERES	PPB	PA	
GERVÁSIO SILVA	PFL	SC	
GILBERTO KASSAB	PFL	SP	
GILMAR MACHADO	PT	MG	
GIOVANNI QUEIROZ	PDT	PA	
GIVALDO CARIMBÃO	PSB	AL	
GLYCON TERRA PINTO	PMDB	MG	
GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE	
GUSTAVO FRUET	PMDB	PR	
HAROLDO BEZERRA	PSDB	PA	
HAROLDO LIMA	PCdoB	BA	
HELENILDO RIBEIRO	PSDB	AL	
HÉLIO COSTA	PMDB	MG	
HENRIQUE FONTANA	PT	RS	
HERÁCLITO FORTES	PFL	PI	
HERCULANO ANGHINETTI	PPB	MG	
HERMES PARCIANELLO	PMDB	PR	
HUGO BIEHL	PPB	SC	
IARA BERNARDI	PT	SP	
IBERÊ FERREIRA	PPB	RN	
IBRAHIM ABI-ACKEL	PPB	MG	
IÉDIO ROSA		RJ	





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoio à Proposta de Emenda Aditiva à PEC n.º 53-A, de 1999 (Do Sr. Orlando Desconsi). Inclua-se no art. 192 o seguinte parágrafo onde couber: Art. 192 .....

§ A alienação de instituições financeiras públicas dependerá de prévia autorização por meio de lei específica, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, à população, a qual, no caso de instituições financeiras estaduais, corresponderá à população residente na unidade federativa controladora.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
IGOR AVELINO	PMDB	TO	
ILDEFONÇO CORDEIRO	PFL	AC	
INÁCIO ARRUDA	PCdoB	CE	
INALDO LEITÃO	PSDB	PB	
INOCÊNCIO OLIVEIRA	PFL	PE	
IRIS SIMÕES	PTB	PR	
ITAMAR SERPA	PSDB	RJ	
IVAN PAIXÃO	PPS	SE	
IVAN VALENTE	PT	SP	
IVANIO GUERRA	PFL	PR	
JAIME FERNANDES	PFL	BA	
JAIME MARTINS	PFL	MG	
JAIR BOLSONARO	PPB	RJ	
JAIR MENEGUELLI	PT	SP	
JAIRO CARNEIRO	PFL	BA	
JANDIRA FEGHALI	PCdoB	RJ	
JAQUES WAGNER	PT	BA	
JOÃO ALMEIDA	PSDB	BA	
JOÃO CALDAS	PST	AL	
JOÃO CARLOS BACELAR	PFL	BA	
JOÃO CASTELO	PSDB	MA	
JOÃO COLAÇO	PMDB	PE	
JOÃO COSER	PT	ES	





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoio à Proposta de Emenda Aditiva à PEC n.º 53-A, de 1999 (Do Sr. Orlando Desconsi). Inclua-se no art. 192 o seguinte parágrafo onde couber: Art. 192 .....

§ A alienação de instituições financeiras públicas dependerá de prévia autorização por meio de lei específica, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, à população, a qual, no caso de instituições financeiras estaduais, corresponderá à população residente na unidade federativa controladora.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
JOÃO EDUARDO DADO	PMDB	SP	
JOÃO GRANDÃO	PT	MS	
JOÃO HENRIQUE	PMDB	PI	
JOÃO HERRMANN NETO	PPS	SP	
JOÃO LEÃO	PSDB	BA	
JOÃO MAGALHÃES	PMDB	MG	
JOÃO MAGNO	PT	MG	
JOÃO MATOS	PMDB	SC	
JOÃO MENDES	PMDB	RJ	
JOÃO PAULO	PT	SP	
JOÃO PIZZOLATTI	PPB	SC	
JOÃO RIBEIRO	PFL	TO	
JOÃO SAMPAIO	PDT	RJ	
JOÃO TOTA	PPB	AC	
JOAQUIM FRANCISCO	PFL	PE	
JOEL DE HOLLANDA	PFL	PE	
JONIVAL LUCAS JUNIOR	PMDB	BA	
JORGE ALBERTO	PMDB	SE	
JORGE BITTAR	PT	RJ	
JORGE KHOURY	PFL	BA	
JORGE PINHEIRO	PMDB	DF	
JORGE TADEU MUDALEN	PMDB	SP	
JORGE WILSON	PMDB	RJ	





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoio à Proposta de Emenda Aditiva à PEC n.º 53-A, de 1999 (Do Sr. Orlando Desconsi). Inclua-se no art. 192 o seguinte parágrafo onde couber: Art. 192 .....

§ A alienação de instituições financeiras públicas dependerá de prévia autorização por meio de lei específica, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, à população, a qual, no caso de instituições financeiras estaduais, corresponderá à população residente na unidade federativa controladora.

### PARLAMENTAR

### PARTIDO UF

### ASSINATURA

JOSÉ ALEKSANDRO

PSL AC

JOSÉ ANTONIO ALMEIDA

PSB MA

JOSÉ BORBA

PMDB PR

JOSÉ CARLOS ALELUIA

PFL BA

JOSÉ CARLOS COUTINHO

PFL RJ

JOSÉ CARLOS ELIAS

PTB ES

JOSÉ CARLOS FONSECA JR.

PFL ES

JOSÉ CARLOS MARTINEZ

PTB PR

JOSÉ CHAVES

PMDB PE

JOSE COIMBRA

PTB SP

JOSÉ DE ABREU

PTN SP

JOSÉ DIRCEU

PT SP

JOSÉ EGYDIO

PL RJ

JOSÉ GENOÍNO

PT SP

JOSÉ ÍNDIO

PMDB SP

JOSÉ JANENE

PPB PR

JOSÉ LINHARES

PPB CE

JOSÉ LOURENÇO

PMDB BA

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA

PFL PE

JOSÉ MILITÃO

PSDB MG

JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

PFL PE

JOSÉ PIMENTEL

PT CE

JOSÉ PRIANTE

PMDB PA





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoio à Proposta de Emenda Aditiva à PEC n.º 53-A, de 1999 (Do Sr. Orlando Desconsi). Inclua-se no art. 192 o seguinte parágrafo onde couber: Art. 192 .....

§ A alienação de instituições financeiras públicas dependerá de prévia autorização por meio de lei específica, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, à população, a qual, no caso de instituições financeiras estaduais, corresponderá à população residente na unidade federativa controladora.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
JOSÉ ROBERTO BATOCHIO	PDT	SP	
JOSÉ ROCHA	PFL	BA	
JOSÉ TELES	PSDB	SE	
JOSÉ THOMAZ NONÔ	PFL	AL	
JOSUÉ BENGTON	PTB	PA	
JOVAIR ARANTES	PSDB	GO	
JÚLIO REDECKER	PPB	RS	
JULIO SEMEGHINI	PSDB	SP	
JUQUINHA	PSDB	GO	
JURANDIL JUAREZ	PMDB	AP	
JUTAHY JUNIOR	PSDB	BA	
KÁTIA ABREU	PFL	TO	
KINCAS MATTOS	PSB	SP	
LAEL VARELLA	PFL	MG	
LAIRE ROSADO	PMDB	RN	
LAMARTINE POSELLA	PMDB	SP	
LAURA CARNEIRO	PFL	RJ	
LAVOISIER MAIA	PFL	RN	
LÉO ALCÂNTARA	PSDB	CE	
LEUR LOMANTO	PMDB	BA	
LIDIA QUINAN	PSDB	GO	
LINCOLN PORTELA	PSL	MG	
LINO ROSSI	PSDB	MT	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoio à Proposta de Emenda Aditiva à PEC n.º 53-A, de 1999 (Do Sr. Orlando Desconsi). Inclua-se no art. 192 o seguinte parágrafo onde couber: Art. 192 .....

§ A alienação de instituições financeiras públicas dependerá de prévia autorização por meio de lei específica, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, à população, a qual, no caso de instituições financeiras estaduais, corresponderá à população residente na unidade federativa controladora.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
LUCI CHOINACKI	PT	SC	
LÚCIA VÂNIA	PSDB	GO	
LUCIANO BIVAR	PSL	PE	
LUCIANO CASTRO	PFL	RR	
LUCIANO PIZZATTO	PFL	PR	
LUCIANO ZICA	PT	SP	
LUIS BARBOSA	PFL	RR	
LUIS CARLOS HEINZE	PPB	RS	
LUISINHO	PST	RJ	
LUIZ ALBERTO	PT	BA	
LUIZ ANTONIO FLEURY	PTB	SP	
LUIZ BITTENCOURT	PMDB	GO	
LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	
LUIZ DANTAS	PST	AL	
LUIZ EDUARDO GREENHALGH	PT	SP	
LUIZ FERNANDO	PPB	AM	
LUIZ MOREIRA	PFL	BA	
LUIZ PIAUHYLINO	PSDB	PE	
LUIZ RIBEIRO	PSDB	RJ	
LUIZ SÉRGIO	PT	RJ	
LUIZA ERUNDINA	PSB	SP	
MAGNO MALTA	PL	ES	
MANOEL SALVIANO	PSDB	CE	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoioamento à Proposta de Emenda Aditiva à PEC n.º 53-A, de 1999 (Do Sr. Orlando Desconsi). Inclua-se no art. 192 o seguinte parágrafo onde couber: Art. 192 .....

§ A alienação de instituições financeiras públicas dependerá de prévia autorização por meio de lei específica, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, à população, a qual, no caso de instituições financeiras estaduais, corresponderá à população residente na unidade federativa controladora.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
MANOEL VITÓRIO	PT	MS	
MARÇAL FILHO	PMDB	MS	
MARCELO BARBIERI	PMDB	SP	
MARCELO CASTRO	PMDB	PI	
MARCELO TEIXEIRA	PMDB	CE	
MÁRCIO BITTAR	PPS	AC	
MARCIO FORTES	PSDB	RJ	
MÁRCIO MATOS	PTB	PR	
MÁRCIO REINALDO MOREIRA	PPB	MG	
MARCONDES GADELHA	PFL	PB	
MARCOS AFONSO	PT	AC	
MARCOS CINTRA	PFL	SP	
MARCOS DE JESUS	PL	PE	
MARCOS LIMA	PMDB	MG	
MARCOS ROLIM	PT	RS	
MARCUS VICENTE	PSDB	ES	
MARIA ABADIA	PSDB	DF	
MARIA DO CARMO LARA	PT	MG	
MARIA ELVIRA	PMDB	MG	
MARIA LÚCIA	PMDB	MG	
MARINHA RAUPP	PSDB	RO	
MÁRIO ASSAD JÚNIOR	PFL	MG	
MÁRIO DE OLIVEIRA	PMDB	MG	





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoiamiento à Proposta de Emenda Aditiva à PEC n.º 53-A, de 1999 (Do Sr. Orlando Desconsi). Inclua-se no art. 192 o seguinte parágrafo onde couber: Art. 192 .....

§ A alienação de instituições financeiras públicas dependerá de prévia autorização por meio de lei específica, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, à população, a qual, no caso de instituições financeiras estaduais, corresponderá à população residente na unidade federativa controladora.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
MÁRIO NEGROMONTE	PSDB	BA	
MARISA SERRANO	PSDB	MS	
MATTOS NASCIMENTO	PL	RJ	
MAURILIO FERREIRA LIMA	PMDB	PE	
MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	
MAURO FECURY	PFL	MA	
MAURO LOPES	PMDB	MG	
MAX MAURO	PTB	ES	
MAX ROSENMANN	PSDB	PR	
MEDEIROS	PL	SP	<i>Medeiros</i>
MENDES RIBEIRO FILHO	PMDB	RS	<i>Mendes Ribeiro</i>
MICHEL TEMER	PMDB	SP	<i>Michel Temer</i>
MILTON BARBOSA	PFL	BA	
MILTON MONTI	PMDB	SP	
MILTON TEMER	PT	RJ	<i>Milton Temer</i>
MIRIAM REID	PSB	RJ	<i>Miriam Reid</i>
MIRO TEIXEIRA	PDT	RJ	<i>Miro Teixeira</i>
MOACIR MICHELETTO	PMDB	PR	
MOREIRA FERREIRA	PFL	SP	
MORONI TORGAN	PFL	CE	<i>Moroni Torgan</i>
MÚCIO SÁ	PMDB	RN	
MURILO DOMINGOS	PTB	MT	
MUSSA DEMES	PFL	PI	





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoio à Proposta de Emenda Aditiva à PEC n.º 53-A, de 1999 (Do Sr. Orlando Desconsi). Inclua-se no art. 192 o seguinte parágrafo onde couber: Art. 192 .....

§ A alienação de instituições financeiras públicas dependerá de prévia autorização por meio de lei específica, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, à população, a qual, no caso de instituições financeiras estaduais, corresponderá à população residente na unidade federativa controladora.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
NAIR XAVIER LOBO	PMDB	GO	Nair Xavier Lobo
NARCIO RODRIGUES	PSDB	MG	
NEIVA MOREIRA	PDT	MA	Neiva Moreira
NELO RODOLFO	PMDB	SP	
NELSON MARCHEZAN	PSDB	RS	Nelson Marchezan
NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP	
NELSON MEURER	PPB	PR	Nelson Meurer
NELSON OTOCH	PSDB	CE	
NELSON PELLEGRINO	PT	BA	Nelson Pellegrino
NELSON PROENÇA	PMDB	RS	
NELSON TRAD	PTB	MS	Nelson Trad
NEUTON LIMA	PFL	SP	
NEY LOPES	PFL	RN	Ney Lopes
NICE LOBÃO	PFL	MA	
NICIAS RIBEIRO	PSDB	PA	Nicias Ribeiro
NILMÁRIO MIRANDA	PT	MG	
NILO COELHO	PSDB	BA	Nilo Coelho
NILSON MOURÃO	PT	AC	
NILTON CAPIXABA	PTB	RO	Nilton Capixaba
NORBERTO TEIXEIRA	PMDB	GO	
ODELMO LEÃO	PPB	MG	Odélmo Leão
ODÍLIO BALBINOTTI	PSDB	PR	
OLAVO CALHEIROS	PMDB	AL	Olavo Calheiros





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoio à Proposta de Emenda Aditiva à PEC n.º 53-A, de 1999 (Do Sr. Orlando Desconsi). Inclua-se no art. 192 o seguinte parágrafo onde couber: Art. 192 .....

§ A alienação de instituições financeiras públicas dependerá de prévia autorização por meio de lei específica, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, à população, a qual, no caso de instituições financeiras estaduais, corresponderá à população residente na unidade federativa controladora.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
-------------	---------	----	------------

OLIMPIO PIRES	PDT	MG	
---------------	-----	----	--

OLIVEIRA FILHO	PL	PR	
----------------	----	----	--

ORLANDO DESCONSI	PT	RS	
------------------	----	----	--

ORLANDO FANTAZZINI	PT	SP	
--------------------	----	----	--

OSCAR ANDRADE	PFL	RO	
---------------	-----	----	--

OSMÂNIO PEREIRA	PSDB	MG	
-----------------	------	----	--

OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR	
-----------------	------	----	--

OSVALDO BIOLCHI	PMDB	RS	
-----------------	------	----	--

OSVALDO COELHO	PFL	PE	
----------------	-----	----	--

OSVALDO REIS	PMDB	TO	
--------------	------	----	--

PADRE ROQUE	PT	PR	
-------------	----	----	--

PAES LANDIM	PFL	PI	
-------------	-----	----	--

PASTOR AMARILDO	PPB	TO	
-----------------	-----	----	--

PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM	
-------------------	-----	----	--

PAULO BALTAZAR	PSB	RJ	
----------------	-----	----	--

PAULO BRAGA	PFL	BA	
-------------	-----	----	--

PAULO DELGADO	PT	MG	
---------------	----	----	--

PAULO FEIJÓ	PSDB	RJ	
-------------	------	----	--

PAULO GOUVÊA	PFL	SC	
--------------	-----	----	--

PAULO JOSÉ GOUVÊA	PL	RS	
-------------------	----	----	--

PAULO KOBAYASHI	PSDB	SP	
-----------------	------	----	--

PAULO LIMA	PMDB	SP	
------------	------	----	--

PAULO MAGALHÃES	PFL	BA	
-----------------	-----	----	--





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio à Proposta de Emenda Aditiva à PEC n.º 53-A, de 1999 (Do Sr. Orlando Desconsi). Inclua-se no art. 192 o seguinte parágrafo onde couber: Art. 192 .....**

**§ A alienação de instituições financeiras públicas dependerá de prévia autorização por meio de lei específica, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, à população, a qual, no caso de instituições financeiras estaduais, corresponderá à população residente na unidade federativa controladora.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
PAULO MARINHO	PFL	MA	
PAULO MOURÃO	PSDB	TO	
PAULO OCTÁVIO	PFL	DF	
PAULO PAIM	PT	RS	
PAULO ROCHA	PT	PA	
PEDRO BITTENCOURT	PFL	SC	
PEDRO CANEDO	PSDB	GO	
PEDRO CELSO	PT	DF	
PEDRO CHAVES	PMDB	GO	
PEDRO CORRÊA	PPB	PE	
PEDRO EUGÊNIO	PPS	PE	
PEDRO FERNANDES	PFL	MA	
PEDRO HENRY	PSDB	MT	
PEDRO IRUJO	PFL	BA	
PEDRO NOVAIS	PMDB	MA	
PEDRO PEDROSSIAN	PPB	MS	
PEDRO VALADARES	PSB	SE	
PHILEMON RODRIGUES	PL	MG	
PIMENTEL GOMES	PPS	CE	
PINHEIRO LANDIM	PMDB	CE	
POMPEO DE MATTOS	PDT	RS	
PROFESSOR LUIZINHO	PT	SP	
RAFAEL GUERRA	PSDB	MG	





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoio à Proposta de Emenda Aditiva à PEC n.º 53-A, de 1999 (Do Sr. Orlando Desconsi). Inclua-se no art. 192 o seguinte parágrafo onde couber: Art. 192 .....

§ A alienação de instituições financeiras públicas dependerá de prévia autorização por meio de lei específica, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, à população, a qual, no caso de instituições financeiras estaduais, corresponderá à população residente na unidade federativa controladora.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PSDB	CE	
RAIMUNDO SANTOS	PFL	PA	
REGINALDO GERMANO	PFL	BA	
REGIS CAVALCANTE	PPS	AL	
REMI TRINTA	PST	MA	
RENATO VIANNA	PMDB	SC	
RENILDO LEAL	PTB	PA	
RICARDO BARROS	PPB	PR	
RICARDO BERZOINI	PT	SP	
RICARDO FERRAÇO	PSDB	ES	
RICARDO FIUZA	PFL	PE	
RICARDO IZAR	PMDB	SP	
RICARDO RIQUE	PSDB	PB	
RICARTE DE FREITAS	PSDB	MT	
RITA CAMATA	PMDB	ES	
ROBÉRIO ARAÚJO	PL	RR	
ROBERTO ARGENTA	PHS	RS	
ROBERTO BALESTRA	PPB	GO	
ROBERTO JEFFERSON	PTB	RJ	
ROBERTO PESSOA	PFL	CE	
ROBERTO ROCHA	PSDB	MA	
ROBSON TUMA	PFL	SP	
RODRIGO MAIA	PTB	RJ	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoioamento à Proposta de Emenda Aditiva à PEC n.º 53-A, de 1999 (Do Sr. Orlando Desconsi). Inclua-se no art. 192 o seguinte parágrafo onde couber: Art. 192 .....

§ A alienação de instituições financeiras públicas dependerá de prévia autorização por meio de lei específica, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, à população, a qual, no caso de instituições financeiras estaduais, corresponderá à população residente na unidade federativa controladora.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF
ROLAND LAVIGNE	PMDB	BA
ROMEL ANIZIO	PPB	MG
ROMEU QUEIROZ	PSDB	MG
ROMMEL FEIJÓ	PSDB	CE
RONALDO CAIADO	PFL	GO
RONALDO CEZAR COELHO	PSDB	RJ
RONALDO VASCONCELLOS	PL	MG
ROSE DE FREITAS	PSDB	ES
RUBEM MEDINA	PFL	RJ
RUBENS BUENO	PPS	PR
RUBENS FURLAN	PPS	SP
SALATIEL CARVALHO	PMDB	PE
SALOMÃO CRUZ	PPB	RR
SALOMÃO GURGEL	PDT	RN
SALVADOR ZIMBALDI	PSDB	SP
SAMPAIO DÓRIA	PSDB	SP
SANTOS FILHO	PFL	PR
SARAIVA FELIPE	PMDB	MG
SAULO COELHO	PSDB	MG
SAULO PEDROSA	PSDB	BA
SEBASTIÃO MADEIRA	PSDB	MA
SERAFIM VENZON	PDT	SC
SÉRGIO BARCELLOS	PFL	AP

ASSINATURA





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoioamento à Proposta de Emenda Aditiva à PEC n.º 53-A, de 1999 (Do Sr. Orlando Desconsi). Inclua-se no art. 192 o seguinte parágrafo onde couber: Art. 192 .....

§ A alienação de instituições financeiras públicas dependerá de prévia autorização por meio de lei específica, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, à população, a qual, no caso de instituições financeiras estaduais, corresponderá à população residente na unidade federativa controladora.

### PARLAMENTAR

### PARTIDO UF

### ASSINATURA

SÉRGIO BARROS

PSDB AC

SÉRGIO CARVALHO

PSDB RO

SÉRGIO MIRANDA

PCdoB MG

SÉRGIO NOVAIS

PSB CE

SÉRGIO REIS

PTB SE

SEVERINO CAVALCANTI

PPB PE

SILAS BRASILEIRO

PMDB MG

SILAS CÂMARA

PTB AM

SILVIO TORRES

PSDB SP

SIMÃO SESSIM

PPB RJ

SOCORRO GOMES

PCdoB PA

TÂNIA SOARES

PCdoB SE

TELMA DE SOUZA

PT SP

TELMO KIRST

PPB RS

TETÉ BEZERRA

PMDB MT

THEMÍSTOCLES SAMPAIO

PMDB PI

TILDEN SANTIAGO

PT MG

URSICINO QUEIROZ

PFL BA

VADÃO GOMES

PPB SP

VALDECI PAIVA

PSL RJ

VALDEMAR COSTA NETO

PL SP

VANESSA GRAZZIOTIN

PCdoB AM

VIC PIRES FRANCO

PFL PA





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoio à Proposta de Emenda Aditiva à PEC n.º 53-A, de 1999 (Do Sr. Orlando Desconsi). Inclua-se no art. 192 o seguinte parágrafo onde couber: Art. 192 .....

§ A alienação de instituições financeiras públicas dependerá de prévia autorização por meio de lei específica, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, à população, a qual, no caso de instituições financeiras estaduais, corresponderá à população residente na unidade federativa controladora.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
VICENTE ARRUDA	PSDB	CE	
VICENTE CAROPRESO	PSDB	SC	Vicente Caropreso
VILMAR ROCHA	PFL	GO	
VIRGÍLIO GUIMARÃES	PT	MG	Virgílio Guimarães
VITTORIO MEDIOLI	PSDB	MG	
VIVALDO BARBOSA	PDT	RJ	Vivaldo Barbosa
WAGNER ROSSI	PMDB	SP	
WAGNER SALUSTIANO	PPB	SP	
WALDEMIR MOKA	PMDB	MS	
WALDIR PIRES	PT	BA	Waldir Pires
WALDOMIRO FIORAVANTE	PT	RS	
WALFRIDO MARES GUIA	PTB	MG	
WALTER PINHEIRO	PT	BA	Walter Pinheiro
WANDERLEY MARTINS	PSB	RJ	
WELINTON FAGUNDES	PSDB	MT	Welinton Fagundes
WELLINGTON DIAS	PT	PI	Wellington Dias
WERNER WANDERER	PFL	PR	Werner Wanderer
WIGBERTO TARTUCE	PPB	DF	
WILSON BRAGA	PFL	PB	Wilson Braga
WILSON SANTOS	PMDB	MT	Wilson Santos
WOLNEY QUEIROZ	PDT	PE	Wolney Queiroz
XICO GRAZIANO	PSDB	SP	
YEDA CRUSIUS	PSDB	RS	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoioamento à Proposta de Emenda Aditiva à PEC n.º 53-A, de 1999 (Do Sr. Orlando Desconsi). Inclua-se no art. 192 o seguinte parágrafo onde couber: Art. 192 .....

§ A alienação de instituições financeiras públicas dependerá de prévia autorização por meio de lei específica, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, à população, a qual, no caso de instituições financeiras estaduais, corresponderá à população residente na unidade federativa controladora.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
YVONILTON GONÇALVES	PFL	BA	
ZÉ GOMES DA ROCHA	PMDB	GO	
ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA	
ZEZÉ PERRELLA	PFL	MG	
ZILA BEZERRA	PTB	AC	<i>Zila Bezerra</i>
ZULAIÊ COBRA	PSDB	SP	





**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53-A , DE 1999.**  
**(DO SENADO FEDERAL)**

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**EMENDA ADITIVA**

Inclua-se ao art. 192 o seguinte parágrafo onde couber:

Art. 192 .....

§ É criada comissão mista permanente de senadores e deputados com o objetivo de apreciar matérias relativas ao sistema financeiro nacional, a quem competirá, inclusive:

I - examinar e emitir parecer sobre as prestações de contas apresentadas pelos dirigentes dos órgãos integrantes do sistema financeiro nacional ou de intermediário financeiro federal;

II – argüir e aprovar as pessoas indicadas para ocupar cargos de direção nos órgãos integrantes do sistema financeiro nacional e nas instituições financeiras públicas federais;





III – convocar dirigentes dos órgãos integrantes do sistema financeiro nacional e instituições financeiras federais;

IV – advertir, apresentar moção de desaprovação e propor ao Senado federal e ao Poder Executivo a exoneração dos dirigentes das instituições públicas federais integrantes do sistema financeiro nacional;

V – aprovar, por maioria absoluta de seus membros, a autorização de que trata o art. 52, inciso I e II, de interesse do Governo brasileiro;

VI – avaliar o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

#### JUSTIFICAÇÃO

Preocupados com a formatação de um Sistema Financeiro voltado para a “promoção do desenvolvimento equilibrado do país e para servir aos interesses da coletividade” buscamos formas de realizar uma maior integração entre o Poder Legislativo, o Banco Central e o Sistema Financeiro Nacional como um todo.

Desta maneira, surgiu a proposta de criar-se uma Comissão Permanente voltada para assuntos do sistema financeiro e que, no seu trabalho cotidiano, pudesse exercer um papel mais forte em relação a esta matéria.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Entendemos que a medida muito contribuirá para que o SFN venha a ser mais transparente nas suas atividades, propiciando ao país e aos milhões de correntistas existentes uma maior confiança na sua atividade, o que resultará num sistema mais sólido e seguro que o atual.

Sala da Comissão, 31 de maio de 2001

**RICARDO BERZOINI**  
Deputado Federal - PT/SP

Assinatura manuscrita de Ricardo Berzoini em tinta azul.



PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS005303)

AUTOR: RICARDO BERZOINI

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADAO PRETTO	RS	PT
2 - AGNELO QUEIROZ	DF	PCdoB
3 - ALBERICO FILHO	MA	PMDB
4 - ALCEU COLLARES	RS	PDT
5 - ALDO ARANTES	GO	PCdoB
6 - ALDO REBELO	SP	PCdoB
7 - ALEX CANZIANI	PR	PSDB
8 - ALEXANDRE CARDOSO	RJ	PSB
9 - ALOIZIO MERCADANTE	SP	PT
10 - ANA CATARINA	RN	PMDB
11 - ANA CORSO	RS	PT
12 - ANGELA GUADAGNIN	SP	PT
13 - ANIBAL GOMES	CE	PMDB
14 - ANTONIO CAMBRAIA	CE	PSDB
15 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
16 - ANTONIO FEIJAO	AP	PSDB
17 - ARISTON ANDRADE	BA	PFL
18 - ARMANDO ABILIO	PB	PSDB
19 - ARNON BEZERRA	CE	PSDB
20 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
21 - BABA	PA	PT
22 - BENITO GAMA	BA	PMDB
23 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
24 - CARLITO MERSS	SC	PT
25 - CARLOS ALBERTO ROSADO	RN	PFL
26 - CARLOS SANTANA	RJ	PT
27 - CELSO RUSSOMANNO	SP	PPB
28 - CHICO DA PRINCESA	PR	PSDB
29 - CLEMENTINO COELHO	PE	PPS
30 - CLOVIS ILGENFRITZ	RS	PT
31 - CONFUCIO MOURA	RO	PMDB
32 - CORIOLANO SALES	BA	PMDB
33 - CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
34 - DAMIAO FELICIANO	PB	PMDB
35 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
36 - DIVALDO SURUAGY	AL	PST
37 - DJALMA PAES	PE	PSB
38 - DR. BENEDITO DIAS	AP	PPB
39 - DR. HELIO	SP	PDT
40 - DR. ROSINHA	PR	PT
41 - EDINHO BEZ	SC	PMDB
42 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
43 - EMERSON KAPAZ	SP	PPS
44 - ESTHER GROSSI	RS	PT
45 - EVANDRO MILHOMEN	AP	PSB
46 - FELIX MENDONCA	BA	PTB
47 - FERNANDO CORUJA	SC	PDT
48 - FERNANDO FERRO	PE	PT
49 - FERNANDO GABEIRA	RJ	PV



DEPUTADO	UF	PARTIDO
50 - FETTER JUNIOR	RS	PPB
51 - FREIRE JUNIOR	TO	PMDB
52 - GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
53 - GERALDO MAGELA	DF	PT
54 - GERMANO RIGOTTO	RS	PMDB
55 - GERSON PERES	PA	PPB
56 - GILMAR MACHADO	MG	PT
57 - GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
58 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
59 - GUSTAVO FRUET	PR	PMDB
60 - HELIO COSTA	MG	PMDB
61 - HENRIQUE FONTANA	RS	PT
62 - IARA BERNARDI	SP	PT
63 - IEDIO ROSA	RJ	S. PART.
64 - INACIO ARRUDA	CE	PCdoB
65 - INOCENCIO OLIVEIRA	PE	PFL
66 - IVAN PAIXAO	SE	PPS
67 - IVAN VALENTE	SP	PT
68 - JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
69 - JAIR MENEGUELLI	SP	PT
70 - JANDIRA FEGHALI	RJ	PCdoB
71 - JAQUES WAGNER	BA	PT
72 - JOAO CALDAS	AL	PTB
73 - JOAO COSER	ES	PT
74 - JOAO EDUARDO DADO	SP	PMDB
75 - JOAO GRANDAO	MS	PT
76 - JOAO MAGALHAES	MG	PMDB
77 - JOAO MAGNO	MG	PT
78 - JOAO PAULO	SP	PT
79 - JOAO SAMPAIO	RJ	PDT
80 - JORGE BITTAR	RJ	PT
81 - JORGE KHOURY	BA	PFL
82 - JOSE ANTONIO ALMEIDA	MA	PSB
83 - JOSE CARLOS FONSECA JR.	ES	PFL
84 - JOSE DIRCEU	SP	PT
85 - JOSE GENOINO	SP	PT
86 - JOSE LOURENCO	BA	PMDB
87 - JOSE MILITAO	MG	PSDB
88 - JOSE MUCIO MONTEIRO	PE	PFL
89 - JOSE PIMENTEL	CE	PT
90 - JOSE ROBERTO BATOCHIO	SP	PDT
91 - JOSE ROCHA	BA	PFL
92 - JOSE THOMAZ NONO	AL	PFL
93 - JUQUINHA	GO	PSDB
94 - JURANDIL JUAREZ	AP	PMDB
95 - LAURA CARNEIRO	RJ	PFL
96 - LUCIANO ZICA	SP	PT
97 - LUIZ ALBERTO	BA	PT
98 - LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
99 - LUIZ CARLOS HAULY	PR	PSDB
100 - LUIZ EDUARDO GREENHALGH	SP	PT
101 - LUIZ SERGIO	RJ	PT
102 - LUIZA ERUNDINA	SP	PSB
103 - MAGNO MALTA	ES	PL
104 - MANOEL SALVIANO	CE	PSDB



DEPUTADO	UF	PARTIDO
105 - MANOEL VITORIO	MS	PT
106 - MARCIO BITTAR	AC	PPS
107 - MARCIO MATOS	PR	PTB
108 - MARCONDES GADELHA	PB	PFL
109 - MARCOS AFONSO	AC	PT
110 - MARCOS CINTRA	SP	PFL
111 - MARIA DO CARMO LARA	MG	PT
112 - MARIA LUCIA	MG	PMDB
113 - MARIO NEGROMONTE	BA	PSDB
114 - MAURILIO FERREIRA LIMA	PE	PMDB
115 - MAURO BENEVIDES	CE	PMDB
116 - MILTON MONTI	SP	PMDB
117 - MILTON TEMER	RJ	PT
118 - MOACIR MICHELETTO	PR	PMDB
119 - MORONI TORGAN	CE	PFL
120 - MUCIO SA	RN	PTB
121 - MUSSA DEMES	PI	PFL
122 - NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
123 - NELO RODOLFO	SP	PMDB
124 - NELSON MARCHEZAN	RS	PSDB
125 - NELSON PELLEGRINO	BA	PT
126 - NILMARIO MIRANDA	MG	PT
127 - NILSON MOURAO	AC	PT
128 - OLIMPIO PIRES	MG	PDT
129 - ORLANDO DESCONSI	RS	PT
130 - ORLANDO FANTAZZINI	SP	PT
131 - PADRE ROQUE	PR	PT
132 - PAUDERNEY AVELINO	AM	PFL
133 - PAULO DELGADO	MG	PT
134 - PAULO PAIM	RS	PT
135 - PAULO ROCHA	PA	PT
136 - PEDRO CELSO	DF	PT
137 - PEDRO EUGENIO	PE	PPS
138 - PEDRO NOVAIS	MA	PMDB
139 - PEDRO VALADARES	SE	PSB
140 - POMPEO DE MATTOS	RS	PDT
141 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
142 - RAFAEL GUERRA	MG	PSDB
143 - REGIS CAVALCANTE	AL	PPS
144 - RICARDO BERZOINI	SP	PT
145 - RICARDO FIUZA	PE	PPB
146 - RITA CAMATA	ES	PMDB
147 - ROBERTO ARGENTA	RS	PHS
148 - RODRIGO MAIA	RJ	PTB
149 - ROLAND LAVIGNE	BA	PMDB
150 - ROMEU QUEIROZ	MG	PSDB
151 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
152 - RUBENS BUENO	PR	PPS
153 - SALOMAO GURGEL	RN	PDT
154 - SAMPAIO DORIA	SP	PSDB
155 - SAULO COELHO	MG	PSDB
156 - SAULO PEDROSA	BA	PSDB
157 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
158 - SERGIO MIRANDA	MG	PCdoB
159 - SERGIO NOVAIS	CE	PSB



DEPUTADO	UF	PARTIDO
160 - SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB
161 - SOCORRO GOMES	PA	PCdoB
162 - TANIA SOARES	SE	PCdoB
163 - TELMA DE SOUZA	SP	PT
164 - TILDEN SANTIAGO	MG	PT
165 - VANESSA GRAZZIOTIN	AM	PCdoB
166 - VIRGILIO GUIMARAES	MG	PT
167 - VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT
168 - WALDIR PIRES	BA	PT
169 - WALDOMIRO BARANCELLI FIORAVANTERS		PT
170 - WALTER PINHEIRO	BA	PT
171 - WELLINGTON DIAS	PI	PT
172 - WOLNEY QUEIROZ	PE	PDT

ASSINATURAS CONFIRMADAS.....	172	REPETIDAS: 97
ASSINATURAS DE APOIAMENTO.....	1	REPETIDAS: 1
TOTAL DE ASSINATURAS.....	271	



## ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 -	ADAO PRETTO	RS	PT
2 -	ALEX CANZIANI	PR	PSDB
3 -	ALOIZIO MERCADANTE	SP	PT
4 -	ANA CORSO	RS	PT
5 -	ANGELA GUADAGNIN	SP	PT
6 -	ANTONIO CAMBRAIA	CE	PSDB
7 -	ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
8 -	ARMANDO ABILIO	PB	PSDB
9 -	ARNON BEZERRA	CE	PSDB
10 -	AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
11 -	BABA	PA	PT
12 -	BISPO RODRIGUES	RJ	PL
13 -	CARLITO MERSS	SC	PT
14 -	CARLOS SANTANA	RJ	PT
15 -	CELSO RUSSOMANNO	SP	PPB
16 -	CLEMENTINO COELHO	PE	PPS
17 -	CLOVIS ILGENFRITZ	RS	PT
18 -	CONFUCIO MOURA	RO	PMDB
19 -	CORIOLOANO SALES	BA	PMDB
20 -	CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
21 -	DAMIAO FELICIANO	PB	PMDB
22 -	DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
23 -	DIVALDO SURUAGY	AL	PST
24 -	DR. BENEDITO DIAS	AP	PPB
25 -	DR. HELIO	SP	PDT
26 -	EDINHO BEZ	SC	PMDB
27 -	EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
28 -	EMERSON KAPAZ	SP	PPS
29 -	FERNANDO CORUJA	SC	PDT
30 -	FERNANDO FERRO	PE	PT
31 -	FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
32 -	GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
33 -	GERALDO MAGELA	DF	PT
34 -	GERMANO RIGOTTO	RS	PMDB
35 -	GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
36 -	GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
37 -	GUSTAVO FRUET	PR	PMDB
38 -	HELIO COSTA	MG	PMDB
39 -	HENRIQUE FONTANA	RS	PT
40 -	INOCENCIO OLIVEIRA	PE	PFL
41 -	IVAN PAIXAO	SE	PPS
42 -	JAIR MENEGUELLI	SP	PT
43 -	JANDIRA FEGHALI	RJ	PCdoB
44 -	JOAO COSER	ES	PT
45 -	JOAO PAULO	SP	PT
46 -	JOSE DIRCEU	SP	PT
47 -	JOSE GENOINO	SP	PT
48 -	JOSE MILITAO	MG	PSDB
49 -	JOSE MUCIO MONTEIRO	PE	PFL
50 -	JOSE PIMENTEL	CE	PT
51 -	JUQUINHA	GO	PSDB
52 -	JURANDIL JUAREZ	AP	PMDB
53 -	LAURA CARNEIRO	RJ	PFL
54 -	LUCIANO ZICA	SP	PT



55 - LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
56 - LUIZ EDUARDO GREENHALGH	SP	PT
57 - LUIZA ERUNDINA	SP	PSB
58 - MAGNO MALTA	ES	PL
59 - MARCIO MATOS	PR	PTB
60 - MARCOS CINTRA	SP	PFL
61 - MARIA DO CARMO LARA	MG	PT
62 - MAURILIO FERREIRA LIMA	PE	PMDB
63 - MILTON MONTI	SP	PMDB
64 - MILTON TEMER	RJ	PT
65 - MUCIO SA	RN	PTB
66 - MUSSA DEMES	PI	PFL
67 - NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
68 - NELSON PELLEGRINO	BA	PT
69 - NILMARIO MIRANDA	MG	PT
70 - NILSON MOURAO	AC	PT
71 - ORLANDO DESCONSI	RS	PT
72 - ORLANDO FANTAZZINI	SP	PT
73 - PADRE ROQUE	PR	PT
74 - PAUDERNEY AVELINO	AM	PFL
75 - PAULO DELGADO	MG	PT
76 - PAULO ROCHA	PA	PT
77 - PEDRO CELSO	DF	PT
78 - PEDRO EUGENIO	PE	PPS
79 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
80 - RAFAEL GUERRA	MG	PSDB
81 - REGIS CAVALCANTE	AL	PPS
82 - RICARDO BERZOINI	SP	PT
83 - RICARDO BERZOINI	SP	PT
84 - RITA CAMATA	ES	PMDB
85 - RODRIGO MAIA	RJ	PTB
86 - ROLAND LAVIGNE	BA	PMDB
87 - ROMEU QUEIROZ	MG	PSDB
88 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
89 - RUBENS BUENO	PR	PPS
90 - SAULO COELHO	MG	PSDB
91 - SERGIO NOVAIS	CE	PSB
92 - SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB
93 - SOCORRO GOMES	PA	PCdoB
94 - TELMA DE SOUZA	SP	PT
95 - VIRGILIO GUIMARAES	MG	PT
96 - WALDIR PIRES	BA	PT
97 - WALTER PINHEIRO	BA	PT

## ASSINATURAS DE APOIAMENTO

1 - YEDA CRUSIUS	RS	PSDB
------------------	----	------

## ASSINATURAS DE APOIAMENTO REPETIDAS

1 - YEDA CRUSIUS	RS	PSDB
------------------	----	------



COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3846, DE 2000, DO PODER EXECUTIVO, QUE "DISPÕE SOBRE A ORDENAÇÃO DA AVIAÇÃO CIVIL, CRIA A AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC).

TITULARES	DATAS
ALBERTO GOLDMAN (SP) – 5324	
ANIVALDO VALE (PA) – 5570	
CHICO DA PRINCESA(PR) - 5633	
CHIQUELHO FEITOSA (CE) – 5708	
EDUARDO SEABRA(AP) - 5303	02/07
FEU ROSA (ES) - 5960	
NELSON MARCHEZAN (RS) - 5963	
NELSON TRAD (MS) - 5452	
ELISEU RESENDE (MG) - 5204	
FRANCISCO RODRIGUES (RR) - 5304	
HERÁCLITO FORTES (PI) - 5414	
JOSÉ MENDONÇA BEZERRA (PE) – 5314	Só em agosto
PAULO MAGALHÃES (BA) - 5903	
ROBSON TUMA (SP) - 5834	
ALBÉRICO FILHO (MA) – 5740	Na data que o Pres. escolher
EUNÍCIO OLIVEIRA (CE) - 5441	
JOÃO HENRIQUE (PI) – 5617	21/06
LEUR LOMANTO (BA) - 5927	



OLAVO CALHEIROS (AL) - 5907

WAGNER ROSSI (SP) - 5323

JAIR MENEGUELLI (SP) - 5358

RICARDO BERZOINI (SP) - 5267

TELMA DE SOUZA (SP) - 5467

CUNHA BUENO (SP) - 5520

HERCULANO ANGHINETTI (MG) - 5241

IBERÊ FERREIRA (RN) - 5609

JANDIRA FEGHALI (RJ) – 5443

Na data que o Pres. escolher

PEDRO VALADARES (SE) – 5338

Na data que o Pres. escolher

AIRTON DIPP (RS) - 5556

JOÃO HERRMANN NETO (SP) – 5637

Só em agosto

LUCIANO BIVAR (PE) - 5717

JOSÉ DE ABREU (SP) - 5331





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
AGNALDO MUNIZ	PPS	RO	
AIRTON CASCAVEL	PPS	RR	
CLEMENTINO COELHO	PPS	PE	
EMERSON KAPAZ	PPS	SP	
IVAN PAIXÃO	PPS	SE	
JOÃO HERRMANN NETO	PPS	SP	
MÁRCIO BITTAR	PPS	AC	
PEDRO EUGÊNIO	PPS	PE	
PIMENTEL GOMES	PPS	CE	
REGIS CAVALCANTE	PPS	AL	
RUBENS BUENO	PPS	PR	
RUBENS FURLAN	PPS	SP	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ANTÔNIO JORGE	PTB	TO	
CARLOS DUNGA	PTB	PB	
DUILIO PISANESCHI	PTB	SP	
EDIR OLIVEIRA	PTB	RS	
EDUARDO SEABRA	PTB	AP	
FÉLIX MENDONÇA	PTB	BA	
FERNANDO GONÇALVES	PTB	RJ	
IBERÊ FERREIRA	PTB	RN	
IRIS SIMÕES	PTB	PR	
JOÃO CALDAS	PTB	AL	
JOSÉ CARLOS ELIAS	PTB	ES	
JOSÉ CARLOS MARTINEZ	PTB	PR	
JOSE COIMBRA	PTB	SP	
JOSUÉ BENGTSON	PTB	PA	
LUIZ ANTONIO FLEURY	PTB	SP	
MÁRCIO MATOS	PTB	PR	
MAX MAURO	PTB	ES	
MÚCIO SÁ	PTB	RN	
MURILO DOMINGOS	PTB	MT	
NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP	
NELSON TRAD	PTB	MS	
NILTON CAPIXABA	PTB	RO	
RENILDO LEAL	PTB	PA	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ROBERTO JEFFERSON	PTB	RJ	
RODRIGO MAIA	PTB	RJ	
SÉRGIO REIS	PTB	SE	
SILAS CÂMARA	PTB	AM	
WALFRIDO MARES GUIA	PTB	MG	
ZILA BEZERRA	PTB	AC	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoioamento para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**



PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
DE VELASCO	PSL	SP	
JOSÉ ALEKSANDRO	PSL	AC	
LINCOLN PORTELA	PSL	MG	
LUCIANO BIVAR	PSL	PE	
VALDECI PAIVA	PSL	RJ	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoioamento para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
DIVALDO SURUAGY	PST	AL	
LUISINHO	PST	RJ	
LUIZ DANTAS	PST	AL	
REMI TRINTA	PST	MA	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ADOLFO MARINHO	PSDB	CE	
AÉCIO NEVES	PSDB	MG	
AIRTON ROVEDA	PSDB	PR	
ALBERTO GOLDMAN	PSDB	SP	
ALEX CANZIANI	PSDB	PR	
ALEXANDRE SANTOS	PSDB	RJ	
ANDRÉ BENASSI	PSDB	SP	
ANIVALDO VALE	PSDB	PA	
ANTONIO CAMBRAIA	PSDB	CE	
ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	PSDB	SP	
ANTONIO FEIJÃO	PSDB	AP	
ANTONIO KANDIR	PSDB	SP	
ARMANDO ABÍLIO	PSDB	PB	
ARNALDO MADEIRA	PSDB	SP	
ARNON BEZERRA	PSDB	CE	
ARTHUR VIRGÍLIO	PSDB	AM	
ÁTILA LIRA	PSDB	PI	
AUGUSTO FRANCO	PSDB	SE	
B. SÁ	PSDB	PI	
BADU PICANÇO	PSDB	AP	
BASÍLIO VILLANI	PSDB	PR	
BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG	
CANDINHO MATTOS	PSDB	RJ	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
CARLOS BATATA	PSDB	PE	
CARLOS MOSCONI	PSDB	MG	
CHICO DA PRINCESA	PSDB	PR	
CHIQUELHO FEITOSA	PSDB	CE	
CLOVIS VOLPI	PSDB	SP	
CUSTÓDIO MATTOS	PSDB	MG	
DANILO DE CASTRO	PSDB	MG	
DINO FERNANDES	PSDB	RJ	
DOMICIANO CABRAL	PSDB	PB	
DR. HELENO	PSDB	RJ	
EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG	
ELIAS MURAD	PSDB	MG	
FÁTIMA PELAES	PSDB	AP	
FEU ROSA	PSDB	ES	
FLÁVIO ARNS	PSDB	PR	
HAROLDO BEZERRA	PSDB	PA	
HELENILDO RIBEIRO	PSDB	AL	
INALDO LEITÃO	PSDB	PB	
ITAMAR SERPA	PSDB	RJ	
JOÃO ALMEIDA	PSDB	BA	
JOÃO CASTELO	PSDB	MA	
JOÃO LEÃO	PSDB	BA	
JOSÉ MILITÃO	PSDB	MG	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
JOSÉ TELES	PSDB	SE	
JOVAIR ARANTES	PSDB	GO	
JULIO SEMEGHINI	PSDB	SP	
JUQUINHA	PSDB	GO	
JUTAHY JUNIOR	PSDB	BA	
LÉO ALCÂNTARA	PSDB	CE	
LIDIA QUINAN	PSDB	GO	
LINO ROSSI	PSDB	MT	
LÚCIA VÂNIA	PSDB	GO	
LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	
LUIZ PIAUHYLINO	PSDB	PE	
LUIZ RIBEIRO	PSDB	RJ	
MANOEL SALVIANO	PSDB	CE	
MARCIO FORTES	PSDB	RJ	
MARIA ABADIA	PSDB	DF	
MÁRIO NEGROMONTE	PSDB	BA	
MARISA SERRANO	PSDB	MS	
MAX ROSENMANN	PSDB	PR	
NARCIO RODRIGUES	PSDB	MG	
NELSON MARCHEZAN	PSDB	RS	
NELSON OTOCH	PSDB	CE	
NICIAS RIBEIRO	PSDB	PA	
NILO COELHO	PSDB	BA	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ODÍLIO BALBINOTTI	PSDB	PR	
OSMÂNIO PEREIRA	PSDB	MG	
PAULO FEIJÓ	PSDB	RJ	
PAULO KOBAYASHI	PSDB	SP	
PAULO MOURÃO	PSDB	TO	
PEDRO CANEDO	PSDB	GO	
PEDRO HENRY	PSDB	MT	
RAFAEL GUERRA	PSDB	MG	
RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PSDB	CE	
RICARDO FERRAÇO	PSDB	ES	
RICARDO RIQUE	PSDB	PB	
RICARTE DE FREITAS	PSDB	MT	
ROBERTO ROCHA	PSDB	MA	
ROMEU QUEIROZ	PSDB	MG	
ROMMEL FEIJÓ	PSDB	CE	
RONALDO CEZAR COELHO	PSDB	RJ	
ROSE DE FREITAS	PSDB	ES	
SALVADOR ZIMBALDI	PSDB	SP	
SAMPAIO DÓRIA	PSDB	SP	
SAULO COELHO	PSDB	MG	
SAULO PEDROSA	PSDB	BA	
SEBASTIÃO MADEIRA	PSDB	MA	
SÉRGIO BARROS	PSDB	AC	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
SÉRGIO CARVALHO	PSDB	RO	
SILVIO TORRES	PSDB	SP	
VICENTE ARRUDA	PSDB	CE	
VICENTE CAROPRESO	PSDB	SC	
VITTORIO MEDIOLI	PSDB	MG	
WELINTON FAGUNDES	PSDB	MT	
XICO GRAZIANO	PSDB	SP	
YEDA CRUSIUS	PSDB	RS	(A)
ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA	
ZULAIÊ COBRA	PSDB	SP	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ALMIR SÁ	PPB	RR	
ANTONIO JOAQUIM ARAÚJO	PPB	MA	
ARNALDO FARIA DE SÁ	PPB	SP	
ARY KARA	PPB	SP	
AUGUSTO FARIAS	PPB	AL	
AUGUSTO NARDES	PPB	RS	
CELSO RUSSOMANNO	PPB	SP	
CLEONÂNCIO FONSECA	PPB	SE	
CUNHA BUENO	PPB	SP	
DELFIN NETTO	PPB	SP	
DILCEU SPERAFICO	PPB	PR	
DR. BENEDITO DIAS	PPB	AP	
EDMAR MOREIRA	PPB	MG	
ELISEU MOURA	PPB	MA	
ENI VOLTOLINI	PPB	SC	
ENIVALDO RIBEIRO	PPB	PB	
EURICO MIRANDA	PPB	RJ	
FETTER JÚNIOR	PPB	RS	
GERSON PERES	PPB	PA	
HERCULANO ANGHINETTI	PPB	MG	
HUGO BIEHL	PPB	SC	
IBRAHIM ABI-ACKEL	PPB	MG	
JAIR BOLSONARO	PPB	RJ	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
JOÃO PIZZOLATTI	PPB	SC	
JOÃO TOTA	PPB	AC	
JOSÉ JANENE	PPB	PR	
JOSÉ LINHARES	PPB	CE	
JÚLIO REDECKER	PPB	RS	
LUIS CARLOS HEINZE	PPB	RS	
LUIZ FERNANDO	PPB	AM	
MÁRCIO REINALDO MOREIRA	PPB	MG	
NELSON MEURER	PPB	PR	
ODELMO LEÃO	PPB	MG	
PASTOR AMARILDO	PPB	TO	
PEDRO CORRÊA	PPB	PE	
PEDRO PEDROSSIAN	PPB	MS	
RICARDO BARROS	PPB	PR	
ROBERTO BALESTRA	PPB	GO	
ROMEL ANIZIO	PPB	MG	
SALOMÃO CRUZ	PPB	RR	
SEVERINO CAVALCANTI	PPB	PE	
SIMÃO SESSIM	PPB	RJ	
TELMO KIRST	PPB	RS	
VADÃO GOMES	PPB	SP	
WAGNER SALUSTIANO	PPB	SP	
WIGBERTO TARTUCE	PPB	DF	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ALBÉRICO FILHO	PMDB	MA	
ALBERTO FRAGA	PMDB	DF	
ALCESTE ALMEIDA	PMDB	RR	
ANA CATARINA	PMDB	RN	
ANÍBAL GOMES	PMDB	CE	
ANTÔNIO DO VALLE	PMDB	MG	
ARMANDO MONTEIRO	PMDB	PE	
ASDRUBAL BENTES	PMDB	PA	
BARBOSA NETO	PMDB	GO	
BENITO GAMA	PMDB	BA	
CEZAR SCHIRMER	PMDB	RS	
CONFÚCIO MOURA	PMDB	RO	
CORIOLOANO SALES	PMDB	BA	
DAMIÃO FELICIANO	PMDB	PB	
DARCÍSIO PERONDI	PMDB	RS	
EDINHO BEZ	PMDB	SC	
EDISON ANDRINO	PMDB	SC	
ELCIONE BARBALHO	PMDB	PA	
EULER MORAIS	PMDB	GO	
EUNÍCIO OLIVEIRA	PMDB	CE	
FERNANDO DINIZ	PMDB	MG	
FLÁVIO DERZI	PMDB	MS	
FREIRE JÚNIOR	PMDB	TO	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
GASTÃO VIEIRA	PMDB	MA	
GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB	BA	
GEOVAN FREITAS	PMDB	GO	
GERMANO RIGOTTO	PMDB	RS	
GLYCON TERRA PINTO	PMDB	MG	
GUSTAVO FRUET	PMDB	PR	
HÉLIO COSTA	PMDB	MG	
HERMES PARCIANELLO	PMDB	PR	
IGOR AVELINO	PMDB	TO	
JOÃO COLAÇO	PMDB	PE	
JOÃO EDUARDO DADO	PMDB	SP	
JOÃO HENRIQUE	PMDB	PI	
JOÃO MAGALHÃES	PMDB	MG	
JOÃO MATOS	PMDB	SC	
JOÃO MENDES	PMDB	RJ	
JONIVAL LUCAS JUNIOR	PMDB	BA	
JORGE ALBERTO	PMDB	SE	
JORGE PINHEIRO	PMDB	DF	
JORGE TADEU MUDALEN	PMDB	SP	
JORGE WILSON	PMDB	RJ	
JOSÉ BORBA	PMDB	PR	
JOSÉ CHAVES	PMDB	PE	
JOSÉ ÍNDIO	PMDB	SP	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
JOSÉ LOURENÇO	PMDB	BA	
JOSÉ PRIANTE	PMDB	PA	
JURANDIL JUAREZ	PMDB	AP	
LAIRE ROSADO	PMDB	RN	
LAMARTINE POSELLA	PMDB	SP	
LEUR LOMANTO	PMDB	BA	
LUIZ BITTENCOURT	PMDB	GO	
MARÇAL FILHO	PMDB	MS	
MARCELO BARBIERI	PMDB	SP	
MARCELO CASTRO	PMDB	PI	
MARCELO TEIXEIRA	PMDB	CE	
MARCOS LIMA	PMDB	MG	
MARIA ELVIRA	PMDB	MG	
MARIA LÚCIA	PMDB	MG	
MARINHA RAUPP	PMDB	RO	
MÁRIO DE OLIVEIRA	PMDB	MG	
MAURILIO FERREIRA LIMA	PMDB	PE	
MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	
MAURO LOPES	PMDB	MG	
MENDES RIBEIRO FILHO	PMDB	RS	
MICHEL TEMER	PMDB	SP	
MILTON MONTI	PMDB	SP	
MOACIR MICHELETTO	PMDB	PR	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
NAIR XAVIER LOBO	PMDB	GO	
NELO RODOLFO	PMDB	SP	
NELSON PROENÇA	PMDB	RS	
NORBERTO TEIXEIRA	PMDB	GO	
OLAVO CALHEIROS	PMDB	AL	
OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR	
OSMAR TERRA	PMDB	RS	
OSVALDO BIOLCHI	PMDB	RS	
OSVALDO REIS	PMDB	TO	
PAULO LIMA	PMDB	SP	
PEDRO CHAVES	PMDB	GO	
PEDRO NOVAIS	PMDB	MA	
PINHEIRO LANDIM	PMDB	CE	
RENATO VIANNA	PMDB	SC	
RICARDO IZAR	PMDB	SP	
RITA CAMATA	PMDB	ES	
ROLAND LAVIGNE	PMDB	BA	
SALATIEL CARVALHO	PMDB	PE	
SARAIVA FELIPE	PMDB	MG	
SILAS BRASILEIRO	PMDB	MG	
TETÉ BEZERRA	PMDB	MT	
THEMÍSTOCLES SAMPAIO	PMDB	PI	
WAGNER ROSSI	PMDB	SP	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoiamento para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

<i>PARLAMENTAR</i>	<i>PARTIDO</i>	<i>UF</i>	<i>ASSINATURA</i>
WALDEMIR MOKA	PMDB	MS	<hr/>
WILSON SANTOS	PMDB	MT	<hr/>
ZÉ GOMES DA ROCHA	PMDB	GO	<hr/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**



PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ABELARDO LUPION	PFL	PR	
ADAUTO PEREIRA	PFL	PB	
AFFONSO CAMARGO	PFL	PR	
ALDIR CABRAL	PFL	RJ	
ALMERINDA DE CARVALHO	PFL	RJ	
ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC	
ARACELY DE PAULA	PFL	MG	
ARISTON ANDRADE	PFL	BA	
AROLDE DE OLIVEIRA	PFL	RJ	
ÁTILA LINS	PFL	AM	
CARLOS ALBERTO ROSADO	PFL	RN	
CELCITA PINHEIRO	PFL	MT	
CESAR BANDEIRA	PFL	MA	
CHICO SARDELLI	PFL	SP	
CIRO NOGUEIRA	PFL	PI	
CLAUDIO CAJADO	PFL	BA	
CLEUBER CARNEIRO	PFL	MG	
CORAUCI SOBRINHO	PFL	SP	
COSTA FERREIRA	PFL	MA	
DEUSDETH PANTOJA	PFL	PA	<i>Deusdeth Pantoja</i>
EFRAIM MORAIS	PFL	PB	
ELISEU RESENDE	PFL	MG	
EULER RIBEIRO	PFL	AM	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
EXPEDITO JÚNIOR	PFL	RO	
FRANCISCO COELHO	PFL	MA	
FRANCISCO GARCIA	PFL	AM	
FRANCISCO RODRIGUES	PFL	RR	
FRANCISTÔNIO PINTO	PFL	BA	
GERSON GABRIELLI	PFL	BA	
GERVÁSIO SILVA	PFL	SC	
GILBERTO KASSAB	PFL	SP	
HERÁCLITO FORTES	PFL	PI	
ILDEFONÇO CORDEIRO	PFL	AC	
INOCÊNCIO OLIVEIRA	PFL	PE	
IVANIO GUERRA	PFL	PR	
JAIME FERNANDES	PFL	BA	
JAIME MARTINS	PFL	MG	
JAIRO CARNEIRO	PFL	BA	
JOÃO CARLOS BACELAR	PFL	BA	
JOÃO RIBEIRO	PFL	TO	
JOAQUIM FRANCISCO	PFL	PE	
JOEL DE HOLLANDA	PFL	PE	
JORGE KHOURY	PFL	BA	
JOSÉ CARLOS ALELUIA	PFL	BA	
JOSÉ CARLOS COUTINHO	PFL	RJ	
JOSÉ CARLOS FONSECA JR.	PFL	ES	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
JOSÉ MENDONÇA BEZERRA	PFL	PE	
JOSÉ MÚCIO MONTEIRO	PFL	PE	
JOSÉ ROCHA	PFL	BA	
JOSÉ THOMAZ NONÔ	PFL	AL	
KÁTIA ABREU	PFL	TO	
LAEL VARELLA	PFL	MG	
LAURA CARNEIRO	PFL	RJ	
LAVOISIER MAIA	PFL	RN	
LUCIANO CASTRO	PFL	RR	
LUCIANO PIZZATTO	PFL	PR	
LUIS BARBOSA	PFL	RR	
LUIZ DURÃO	PFL	ES	
LUIZ MOREIRA	PFL	BA	
MARCONDES GADELHA	PFL	PB	
MARCOS CINTRA	PFL	SP	
MÁRIO ASSAD JÚNIOR	PFL	MG	
MAURO FECURY	PFL	MA	
MILTON BARBOSA	PFL	BA	
MOREIRA FERREIRA	PFL	SP	
MORONI TORGAN	PFL	CE	
MUSSA DEMES	PFL	PI	
NEUTON LIMA	PFL	SP	
NEY LOPES	PFL	RN	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
NICE LOBÃO	PFL	MA	
OSVALDO COELHO	PFL	PE	
PAES LANDIM	PFL	PI	
PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM	
PAULO BRAGA	PFL	BA	
PAULO GOUVÊA	PFL	SC	
PAULO MAGALHÃES	PFL	BA	
PAULO MARINHO	PFL	MA	
PAULO OCTÁVIO	PFL	DF	
PEDRO BITTENCOURT	PFL	SC	
PEDRO FERNANDES	PFL	MA	
PEDRO IRUJO	PFL	BA	
RAIMUNDO SANTOS	PFL	PA	
REGINALDO GERMANO	PFL	BA	
RICARDO FIUZA	PFL	PE	
ROBERTO PESSOA	PFL	CE	
ROBSON TUMA	PFL	SP	
RONALDO CAIADO	PFL	GO	
RUBEM MEDINA	PFL	RJ	
SANTOS FILHO	PFL	PR	
SÉRGIO BARCELLOS	PFL	AP	
URSICINO QUEIROZ	PFL	BA	
VIC PIRES FRANCO	PFL	PA	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
VILMAR ROCHA	PFL	GO	
WERNER WANDERER	PFL	PR	
WILSON BRAGA	PFL	PB	
YVONILTON GONÇALVES	PFL	BA	
ZEZÉ PERRELLA	PFL	MG	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ADÃO PRETTO	PT	RS	
ALOIZIO MERCADANTE	PT	SP	
ANA CORSO	PT	RS	
ANGELA GUADAGNIN	PT	SP	
AVENZOAR ARRUDA	PT	PB	
BABÁ	PT	PA	
CARLITO MERSS	PT	SC	
CARLOS SANTANA	PT	RJ	
CLOVIS ILGENFRITZ	PT	RS	
DR. ROSINHA	PT	PR	
ESTHER GROSSI	PT	RS	
FERNANDO FERRO	PT	PE	
GERALDO MAGELA	PT	DF	
GILMAR MACHADO	PT	MG	
HENRIQUE FONTANA	PT	RS	
IARA BERNARDI	PT	SP	
IVAN VALENTE	PT	SP	
JAIR MENEGUELLI	PT	SP	
JAQUES WAGNER	PT	BA	
JOÃO COSER	PT	ES	
JOÃO GRANDÃO	PT	MS	
JOÃO MAGNO	PT	MG	
JOÃO PAULO	PT	SP	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

**PARLAMENTAR**

JORGE BITTAR

JOSÉ DIRCEU

JOSÉ GENOÍNO

JOSÉ PIMENTEL

LUCI CHOINACKI

LUCIANO ZICA

LUIZ ALBERTO

LUIZ EDUARDO GREENHALGH

LUIZ SÉRGIO

MANOEL VITÓRIO

MARCOS AFONSO

MARCOS ROLIM

MARIA DO CARMO LARA

MILTON TEMER

NELSON PELLEGRINO

NILMÁRIO MIRANDA

NILSON MOURÃO

ORLANDO DESCONSI

ORLANDO FANTAZZINI

PADRE ROQUE

PAULO DELGADO

PAULO PAIM

PAULO ROCHA

**PARTIDO**

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

**UF**

RJ

SP

SP

CE

SC

SP

BA

SP

RJ

MS

AC

RS

MG

RJ

BA

MG

AC

RS

SP

PR

MG

RS

PA

**ASSINATURA**

*Assinaturas manuscritas de Jorge Bittar, José Dirceu, José Genoíno, José Pimentel, Luci Choinacki e Luciano Zica.*

*Assinatura manuscrita de Luiz Alberto.*

*Assinaturas manuscritas de Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Sérgio, Manoel Vitório, Marcos Afonso, Marcos Rolim, Maria do Carmo Lara, Milton Temer, Nelson Pellegrino, Nilmário Miranda, Nilson Mourão, Orlando Desconsi, Orlando Fantazzini, Padre Roque, Paulo Delgado, Paulo Paim e Paulo Rocha.*





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

**PARLAMENTAR**

PEDRO CELSO

PROFESSOR LUIZINHO

RICARDO BERZOINI

TELMA DE SOUZA

TILDEN SANTIAGO

VIRGÍLIO GUIMARÃES

WALDIR PIRES

WALDOMIRO FIORAVANTE

WALTER PINHEIRO

WELLINGTON DIAS

**PARTIDO**

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

**UF**

DF

SP

SP

SP

MG

MG

BA

RS

BA

PI

**ASSINATURA**

*Assinatura de Pedro Celso*

*Assinatura de Professor Luizinho*

*Assinatura de Ricardo Berzoini*

*Assinatura de Telma de Souza*





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

**PARLAMENTAR**

JOSÉ DE ABREU

**PARTIDO**

PTN

**UF**

SP

**ASSINATURA**

---





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoiamiento para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

**PARLAMENTAR**

FERNANDO GABEIRA

**PARTIDO**

PV

**UF**

RJ

**ASSINATURA**





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

*PARLAMENTAR*

*PARTIDO UF*

*ASSINATURA*

FERNANDO ZUPPO

S.PART. SP

\_\_\_\_\_

IÉDIO ROSA

S.PART. RJ

\_\_\_\_\_





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
AIRTON DIPP	PDT	RS	
ALCEU COLLARES	PDT	RS	
DR. HÉLIO	PDT	SP	
ENIO BACCI	PDT	RS	
EURÍPEDES MIRANDA	PDT	RO	
FERNANDO CORUJA	PDT	SC	
GIOVANNI QUEIROZ	PDT	PA	
JOÃO SAMPAIO	PDT	RJ	
JOSÉ ROBERTO BATOCHIO	PDT	SP	
MIRO TEIXEIRA	PDT	RJ	
NEIVA MOREIRA	PDT	MA	
OLIMPIO PIRES	PDT	MG	
POMPEO DE MATTOS	PDT	RS	
SALOMÃO GURGEL	PDT	RN	
SERAFIM VENZON	PDT	SC	
VIVALDO BARBOSA	PDT	RJ	
WOLNEY QUEIROZ	PDT	PE	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
AGNELO QUEIROZ	PCdoB	DF	
ALDO ARANTES	PCdoB	GO	
ALDO REBELO	PCdoB	SP	
HAROLDO LIMA	PCdoB	BA	
INÁCIO ARRUDA	PCdoB	CE	
JANDIRA FEGHALI	PCdoB	RJ	
SÉRGIO MIRANDA	PCdoB	MG	
SOCORRO GOMES	PCdoB	PA	
TÂNIA SOARES	PCdoB	SE	
VANESSA GRAZZIOTIN	PCdoB	AM	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoiamiento para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

<i>PARLAMENTAR</i>	<i>PARTIDO</i>	<i>UF</i>	<i>ASSINATURA</i>
ROBERTO ARGENTA	PHS	RS	<hr/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

**PARLAMENTAR**

**PARTIDO UF**

**ASSINATURA**

BISPO RODRIGUES

PL RJ

BISPO WANDERVAL

PL SP

CABO JÚLIO

PL MG

CORNÉLIO RIBEIRO

PL RJ

EBER SILVA

PL RJ

EUJÁCIO SIMÕES

PL BA

FRANCISCO SILVA

PL RJ

JOSÉ EGYDIO

PL RJ

MAGNO MALTA

PL ES

MARCOS DE JESUS

PL PE

MATTOS NASCIMENTO

PL RJ

MEDEIROS

PL SP

OLIVEIRA FILHO

PL PR

OSCAR ANDRADE

PL RO

PAULO JOSÉ GOUVÊA

PL RS

PHILEMON RODRIGUES

PL MG

ROBÉRIO ARAÚJO

PL RR

RONALDO VASCONCELLOS

PL MG

VALDEMAR COSTA NETO

PL SP





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ALCIONE ATHAYDE	PSB	RJ	
ALEXANDRE CARDOSO	PSB	RJ	
DJALMA PAES	PSB	PE	
EDUARDO CAMPOS	PSB	PE	
EVANDRO MILHOMEN	PSB	AP	
EZIDIO PINHEIRO	PSB	RS	
GIVALDO CARIMBÃO	PSB	AL	
GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE	
JOSÉ ANTONIO ALMEIDA	PSB	MA	
KINCAS MATTOS	PSB	SP	
LUIZA ERUNDINA	PSB	SP	
MIRIAM REID	PSB	RJ	
PAULO BALTAZAR	PSB	RJ	
PEDRO VALADARES	PSB	SE	
SÉRGIO NOVAIS	PSB	CE	
WANDERLEY MARTINS	PSB	RJ	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoioamento para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ADÃO PRETTO	PT	RS	
ALOIZIO MERCADANTE	PT	SP	
ANA CORSO	PT	RS	
ANGELA GUADAGNIN	PT	SP	
AVENZOAR ARRUDA	PT	PB	
BABÁ	PT	PA	
CARLITO MERSS	PT	SC	
CARLOS SANTANA	PT	RJ	
CLOVIS ILGENFRITZ	PT	RS	
DR. ROSINHA	PT	PR	
ESTHER GROSSI	PT	RS	
FERNANDO FERRO	PT	PE	
GERALDO MAGELA	PT	DF	
GILMAR MACHADO	PT	MG	
HENRIQUE FONTANA	PT	RS	
IARA BERNARDI	PT	SP	
IVAN VALENTE	PT	SP	
JAIR MENEGUELLI	PT	SP	
JAQUES WAGNER	PT	BA	
JOÃO COSER	PT	ES	
JOÃO GRANDÃO	PT	MS	
JOÃO MAGNO	PT	MG	
JOÃO PAULO	PT	SP	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR

JORGE BITTAR

JOSÉ DIRCEU

JOSÉ GENOÍNO

JOSÉ PIMENTEL

LUCI CHOINACKI

LUCIANO ZICA

LUIZ ALBERTO

LUIZ EDUARDO GREENHALGH

LUIZ SÉRGIO

MANOEL VITÓRIO

MARCOS AFONSO

MARCOS ROLIM

MARIA DO CARMO LARA

MILTON TEMER

NELSON PELLEGRINO

NILMÁRIO MIRANDA

NILSON MOURÃO

ORLANDO DESCONSI

ORLANDO FANTAZZINI

PADRE ROQUE

PAULO DELGADO

PAULO PAIM

PAULO ROCHA

PARTIDO

UF

ASSINATURA

PT

RJ

PT

SP

PT

SP

PT

CE

PT

SC

PT

SP

PT

BA

PT

SP

PT

RJ

PT

MS

PT

AC

PT

RS

PT

MG

PT

RJ

PT

BA

PT

MG

PT

AC

PT

RS

PT

SP

PT

PR

PT

MG

PT

RS

PT

PA





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

**PARLAMENTAR**

PEDRO CELSO

PROFESSOR LUIZINHO

RICARDO BERZOINI

TELMA DE SOUZA

TILDEN SANTIAGO

VIRGÍLIO GUIMARÃES

WALDIR PIRES

WALDOMIRO FIORAVANTE

WALTER PINHEIRO

WELLINGTON DIAS

**PARTIDO**

**UF**

**ASSINATURA**

PT

DF

PT

SP

PT

SP

PT

SP

PT

MG

PT

MG

PT

BA

PT

RS

PT

BA

PT

PI





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
AGNELO QUEIROZ	PCdoB	DF	
ALDO ARANTES	PCdoB	GO	
ALDO REBELO	PCdoB	SP	
HAROLDO LIMA	PCdoB	BA	
INÁCIO ARRUDA	PCdoB	CE	
JANDIRA FEGHALI	PCdoB	RJ	
SÉRGIO MIRANDA	PCdoB	MG	
SOCORRO GOMES	PCdoB	PA	
TÂNIA SOARES	PCdoB	SE	
VANESSA GRAZZIOTIN	PCdoB	AM	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
AIRTON DIPP	PDT	RS	
ALCEU COLLARES	PDT	RS	
DR. HÉLIO	PDT	SP	
ENIO BACCI	PDT	RS	
EURÍPEDES MIRANDA	PDT	RO	
FERNANDO CORUJA	PDT	SC	
GIOVANNI QUEIROZ	PDT	PA	
JOÃO SAMPAIO	PDT	RJ	
JOSÉ ROBERTO BATOCHIO	PDT	SP	
MIRO TEIXEIRA	PDT	RJ	
NEIVA MOREIRA	PDT	MA	
OLIMPIO PIRES	PDT	MG	
POMPEO DE MATTOS	PDT	RS	
SALOMÃO GURGEL	PDT	RN	
SERAFIM VENZON	PDT	SC	
VIVALDO BARBOSA	PDT	RJ	
WOLNEY QUEIROZ	PDT	PE	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ALCIONE ATHAYDE	PSB	RJ	
ALEXANDRE CARDOSO	PSB	RJ	
DJALMA PAES	PSB	PE	
EDUARDO CAMPOS	PSB	PE	
EVANDRO MILHOMEN	PSB	AP	
EZIDIO PINHEIRO	PSB	RS	
GIVALDO CARIMBÃO	PSB	AL	
GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE	
JOSÉ ANTONIO ALMEIDA	PSB	MA	
KINCAS MATTOS	PSB	SP	
LUIZA ERUNDINA	PSB	SP	
MIRIAM REID	PSB	RJ	
PAULO BALTAZAR	PSB	RJ	
PEDRO VALADARES	PSB	SE	
SÉRGIO NOVAIS	PSB	CE	
WANDERLEY MARTINS	PSB	RJ	



e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
BISPO RODRIGUES	PL	RJ	
BISPO WANDERVAL	PL	SP	
CABO JÚLIO	PL	MG	
CORNÉLIO RIBEIRO	PL	RJ	
EBER SILVA	PL	RJ	
EUJÁCIO SIMÕES	PL	BA	
FRANCISCO SILVA	PL	RJ	
JOSÉ EGYDIO	PL	RJ	
MAGNO MALTA	PL	ES	
MARCOS DE JESUS	PL	PE	
MATTOS NASCIMENTO	PL	RJ	
MEDEIROS	PL	SP	
OLIVEIRA FILHO	PL	PR	
OSCAR ANDRADE	PL	RO	
PAULO JOSÉ GOUVÊA	PL	RS	
PHILEMON RODRIGUES	PL	MG	
ROBÉRIO ARAÚJO	PL	RR	
RONALDO VASCONCELLOS	PL	MG	
VALDEMAR COSTA NETO	PL	SP	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoiamiento para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR

FERNANDO GABEIRA

PARTIDO

PV

UF

RJ

ASSINATURA

*F. Gabeira*





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoioamento para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
JOSÉ DE ABREU	PTN	SP	<hr/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

**PARLAMENTAR**  
ROBERTO ARGENTA

**PARTIDO**    **UF**  
PHS            RS

**ASSINATURA**





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
FERNANDO ZUPPO	S.PART.	SP	
IÉDIO ROSA	S.PART.	RJ	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ABELARDO LUPION	PFL	PR	
ADAUTO PEREIRA	PFL	PB	
AFFONSO CAMARGO	PFL	PR	
ALDIR CABRAL	PFL	RJ	
ALMERINDA DE CARVALHO	PFL	RJ	
ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC	
ARACELY DE PAULA	PFL	MG	
ARISTON ANDRADE	PFL	BA	
AROLDE DE OLIVEIRA	PFL	RJ	
ÁTILA LINS	PFL	AM	
CARLOS ALBERTO ROSADO	PFL	RN	
CELCITA PINHEIRO	PFL	MT	
CESAR BANDEIRA	PFL	MA	
CHICO SARDELLI	PFL	SP	
CIRO NOGUEIRA	PFL	PI	
CLAUDIO CAJADO	PFL	BA	
CLEUBER CARNEIRO	PFL	MG	
CORAUCI SOBRINHO	PFL	SP	
COSTA FERREIRA	PFL	MA	
DEUSDETH PANTOJA	PFL	PA	
EFRAIM MORAIS	PFL	PB	
ELISEU RESENDE	PFL	MG	
EULER RIBEIRO	PFL	AM	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
EXPEDITO JÚNIOR	PFL	RO	
FRANCISCO COELHO	PFL	MA	
FRANCISCO GARCIA	PFL	AM	
FRANCISCO RODRIGUES	PFL	RR	
FRANCISTÔNIO PINTO	PFL	BA	
GERSON GABRIELLI	PFL	BA	
GERVÁSIO SILVA	PFL	SC	
GILBERTO KASSAB	PFL	SP	
HERÁCLITO FORTES	PFL	PI	
ILDEFONÇO CORDEIRO	PFL	AC	
INOCÊNCIO OLIVEIRA	PFL	PE	
IVANIO GUERRA	PFL	PR	
JAIME FERNANDES	PFL	BA	
JAIME MARTINS	PFL	MG	
JAIRO CARNEIRO	PFL	BA	
JOÃO CARLOS BACELAR	PFL	BA	
JOÃO RIBEIRO	PFL	TO	
JOAQUIM FRANCISCO	PFL	PE	
JOEL DE HOLLANDA	PFL	PE	
JORGE KHOURY	PFL	BA	
JOSÉ CARLOS ALELUIA	PFL	BA	
JOSÉ CARLOS COUTINHO	PFL	RJ	
JOSÉ CARLOS FONSECA JR.	PFL	ES	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
JOSÉ MENDONÇA BEZERRA	PFL	PE	
JOSÉ MÚCIO MONTEIRO	PFL	PE	
JOSÉ ROCHA	PFL	BA	
JOSÉ THOMAZ NONÔ	PFL	AL	
KÁTIA ABREU	PFL	TO	
LAEL VARELLA	PFL	MG	
LAURA CARNEIRO	PFL	RJ	
LAVOISIER MAIA	PFL	RN	
LUCIANO CASTRO	PFL	RR	
LUCIANO PIZZATTO	PFL	PR	
LUIS BARBOSA	PFL	RR	
LUIZ DURÃO	PFL	ES	
LUIZ MOREIRA	PFL	BA	
MARCONDES GADELHA	PFL	PB	
MARCOS CINTRA	PFL	SP	
MÁRIO ASSAD JÚNIOR	PFL	MG	
MAURO FECURY	PFL	MA	
MILTON BARBOSA	PFL	BA	
MOREIRA FERREIRA	PFL	SP	
MORONI TORGAN	PFL	CE	
MUSSA DEMES	PFL	PI	
NEUTON LIMA	PFL	SP	
NEY LOPES	PFL	RN	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoiamento para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
NICE LOBÃO	PFL	MA	
OSVALDO COELHO	PFL	PE	
PAES LANDIM	PFL	PI	
PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM	
PAULO BRAGA	PFL	BA	
PAULO GOUVÊA	PFL	SC	
PAULO MAGALHÃES	PFL	BA	
PAULO MARINHO	PFL	MA	
PAULO OCTÁVIO	PFL	DF	
PEDRO BITTENCOURT	PFL	SC	
PEDRO FERNANDES	PFL	MA	
PEDRO IRUJO	PFL	BA	
RAIMUNDO SANTOS	PFL	PA	
REGINALDO GERMANO	PFL	BA	
 RICARDO FIUZA	PFL	PE	
ROBERTO PESSOA	PFL	CE	
ROBSON TUMA	PFL	SP	
RONALDO CAIADO	PFL	GO	
RUBEM MEDINA	PFL	RJ	
SANTOS FILHO	PFL	PR	
SÉRGIO BARCELLOS	PFL	AP	
URSICINO QUEIROZ	PFL	BA	
VIC PIRES FRANCO	PFL	PA	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**



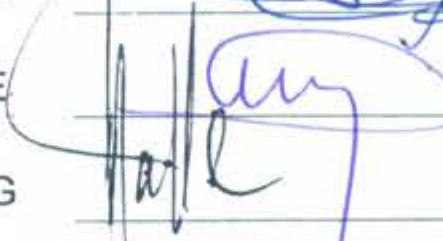
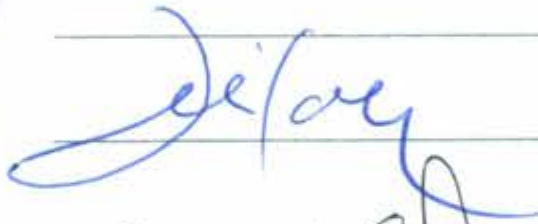


PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
VILMAR ROCHA	PFL	GO	
WERNER WANDERER	PFL	PR	
WILSON BRAGA	PFL	PB	
YVONILTON GONÇALVES	PFL	BA	
ZEZÉ PERRELLA	PFL	MG	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ALBÉRICO FILHO	PMDB	MA	
ALBERTO FRAGA	PMDB	DF	
ALCESTE ALMEIDA	PMDB	RR	
ANA CATARINA	PMDB	RN	
ANÍBAL GOMES	PMDB	CE	
ANTÔNIO DO VALLE	PMDB	MG	
ARMANDO MONTEIRO	PMDB	PE	
ASDRUBAL BENTES	PMDB	PA	
BARBOSA NETO	PMDB	GO	
BENITO GAMA	PMDB	BA	
CEZAR SCHIRMER	PMDB	RS	
CONFÚCIO MOURA	PMDB	RO	
CORIOLOANO SALES	PMDB	BA	
DAMIÃO FELICIANO	PMDB	PB	
DARCÍSIO PERONDI	PMDB	RS	
EDINHO BEZ	PMDB	SC	
EDISON ANDRINO	PMDB	SC	
ELCIONE BARBALHO	PMDB	PA	
EULER MORAIS	PMDB	GO	
EUNÍCIO OLIVEIRA	PMDB	CE	
FERNANDO DINIZ	PMDB	MG	
FLÁVIO DERZI	PMDB	MS	
FREIRE JÚNIOR	PMDB	TO	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoioamento para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
GASTÃO VIEIRA	PMDB	MA	
GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB	BA	
GEOVAN FREITAS	PMDB	GO	
GERMANO RIGOTTO	PMDB	RS	
GLYCON TERRA PINTO	PMDB	MG	
GUSTAVO FRUET	PMDB	PR	
HÉLIO COSTA	PMDB	MG	
HERMES PARCIANELLO	PMDB	PR	
IGOR AVELINO	PMDB	TO	
JOÃO COLAÇO	PMDB	PE	
JOÃO EDUARDO DADO	PMDB	SP	
JOÃO HENRIQUE	PMDB	PI	
JOÃO MAGALHÃES	PMDB	MG	
JOÃO MATOS	PMDB	SC	
JOÃO MENDES	PMDB	RJ	
JONIVAL LUCAS JUNIOR	PMDB	BA	
JORGE ALBERTO	PMDB	SE	
JORGE PINHEIRO	PMDB	DF	
JORGE TADEU MUDALEN	PMDB	SP	
JORGE WILSON	PMDB	RJ	
JOSÉ BORBA	PMDB	PR	
JOSÉ CHAVES	PMDB	PE	
JOSÉ ÍNDIO	PMDB	SP	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

**PARLAMENTAR**

**PARTIDO**

**UF**

**ASSINATURA**

JOSÉ LOURENÇO

PMDB

BA

JOSÉ PRIANTE

PMDB

PA

JURANDIL JUAREZ

PMDB

AP

LAIRE ROSADO

PMDB

RN

LAMARTINE POSELLA

PMDB

SP

LEUR LOMANTO

PMDB

BA

LUIZ BITTENCOURT

PMDB

GO

MARÇAL FILHO

PMDB

MS

MARCELO BARBIERI

PMDB

SP

MARCELO CASTRO

PMDB

PI

MARCELO TEIXEIRA

PMDB

CE

MARCOS LIMA

PMDB

MG

MARIA ELVIRA

PMDB

MG

MARIA LÚCIA

PMDB

MG

MARINHA RAUPP

PMDB

RO

MÁRIO DE OLIVEIRA

PMDB

MG

MAURILIO FERREIRA LIMA

PMDB

PE

MAURO BENEVIDES

PMDB

CE

MAURO LOPES

PMDB

MG

MENDES RIBEIRO FILHO

PMDB

RS

MICHEL TEMER

PMDB

SP

MILTON MONTI

PMDB

SP

MOACIR MICHELETTO

PMDB

PR





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoioamento para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

**PARLAMENTAR**

NAIR XAVIER LOBO

NELO RODOLFO

NELSON PROENÇA

NORBERTO TEIXEIRA

OLAVO CALHEIROS

OSMAR SERRAGLIO

OSMAR TERRA

OSVALDO BIOLCHI

OSVALDO REIS

PAULO LIMA

PEDRO CHAVES

PEDRO NOVAIS

PINHEIRO LANDIM

RENATO VIANNA

RICARDO IZAR

RITA CAMATA

ROLAND LAVIGNE

SALATIEL CARVALHO

SARAIVA FELIPE

SILAS BRASILEIRO

TETÉ BEZERRA

THEMÍSTOCLES SAMPAIO

WAGNER ROSSI

**PARTIDO**

PMDB

PMDB

PMDB

PMDB

PMDB

PMDB

PMDB

PMDB

PMDB

PMDB

PMDB

PMDB

PMDB

PMDB

PMDB

PMDB

PMDB

PMDB

PMDB

PMDB

PMDB

PMDB

PMDB

**UF**

GO

SP

RS

GO

AL

PR

RS

RS

TO

SP

GO

MA

CE

SC

SP

ES

BA

PE

MG

MG

MT

PI

SP

**ASSINATURA**

*Nair Xavier Lobo*

*U*

*Pinheiro Landim*

*Rita Camata*

*Silás Brasileiro*





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoiamento para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
WALDEMIR MOKA	PMDB	MS	_____
WILSON SANTOS	PMDB	MT	_____
ZÉ GOMES DA ROCHA	PMDB	GO	_____





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ALMIR SÁ	PPB	RR	
ANTONIO JOAQUIM ARAÚJO	PPB	MA	
ARNALDO FARIA DE SÁ	PPB	SP	
ARY KARA	PPB	SP	
AUGUSTO FARIAS	PPB	AL	
AUGUSTO NARDES	PPB	RS	
CELSO RUSSOMANNO	PPB	SP	
CLEONÂNCIO FONSECA	PPB	SE	
CUNHA BUENO	PPB	SP	
DELFIN NETTO	PPB	SP	
DILCEU SPERAFICO	PPB	PR	
DR. BENEDITO DIAS	PPB	AP	
EDMAR MOREIRA	PPB	MG	
ELISEU MOURA	PPB	MA	
ENI VOLTOLINI	PPB	SC	
ENIVALDO RIBEIRO	PPB	PB	
EURICO MIRANDA	PPB	RJ	
FETTER JÚNIOR	PPB	RS	
GERSON PERES	PPB	PA	
HERCULANO ANGHINETTI	PPB	MG	
HUGO BIEHL	PPB	SC	
IBRAHIM ABI-ACKEL	PPB	MG	
JAIR BOLSONARO	PPB	RJ	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoioamento para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

<b>PARLAMENTAR</b>	<b>PARTIDO</b>	<b>UF</b>	<b>ASSINATURA</b>
JOÃO PIZZOLATTI	PPB	SC	_____
JOÃO TOTA	PPB	AC	_____
JOSÉ JANENE	PPB	PR	_____
JOSÉ LINHARES	PPB	CE	_____
JÚLIO REDECKER	PPB	RS	_____
LUIS CARLOS HEINZE	PPB	RS	_____
LUIZ FERNANDO	PPB	AM	_____
MÁRCIO REINALDO MOREIRA	PPB	MG	_____
NELSON MEURER	PPB	PR	_____
ODELMO LEÃO	PPB	MG	_____
PASTOR AMARILDO	PPB	TO	_____
PEDRO CORRÊA	PPB	PE	_____
PEDRO PEDROSSIAN	PPB	MS	_____
RICARDO BARROS	PPB	PR	_____
ROBERTO BALESTRA	PPB	GO	_____
ROMEL ANIZIO	PPB	MG	_____
SALOMÃO CRUZ	PPB	RR	_____
SEVERINO CAVALCANTI	PPB	PE	_____
SIMÃO SESSIM	PPB	RJ	_____
TELMO KIRST	PPB	RS	_____
VADÃO GOMES	PPB	SP	_____
WAGNER SALUSTIANO	PPB	SP	_____
WIGBERTO TARTUCE	PPB	DF	_____





CÂMARA DOS DEPUTADOS

1

Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
AGNALDO MUNIZ	PPS	RO	
AIRTON CASCAVEL	PPS	RR	
CLEMENTINO COELHO	PPS	PE	
EMERSON KAPAZ	PPS	SP	
IVAN PAIXÃO	PPS	SE	
JOÃO HERRMANN NETO	PPS	SP	
MÁRCIO BITTAR	PPS	AC	
PEDRO EUGÊNIO	PPS	PE	
PIMENTEL GOMES	PPS	CE	
REGIS CAVALCANTE	PPS	AL	
RUBENS BUENO	PPS	PR	
RUBENS FURLAN	PPS	SP	





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ADOLFO MARINHO	PSDB	CE	
AÉCIO NEVES	PSDB	MG	
AIRTON ROVEDA	PSDB	PR	
ALBERTO GOLDMAN	PSDB	SP	
ALEX CANZIANI	PSDB	PR	
ALEXANDRE SANTOS	PSDB	RJ	
ANDRÉ BENASSI	PSDB	SP	
ANIVALDO VALE	PSDB	PA	
ANTONIO CAMBRAIA	PSDB	CE	<i>Antonio Cambráia</i>
ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	PSDB	SP	
ANTONIO FEIJÃO	PSDB	AP	
ANTONIO KANDIR	PSDB	SP	<i>Antonio Kandir</i>
ARMANDO ABÍLIO	PSDB	PB	
ARNALDO MADEIRA	PSDB	SP	
ARNON BEZERRA	PSDB	CE	<i>Arnon Bezerra</i>
ARTHUR VIRGÍLIO	PSDB	AM	
ÁTILA LIRA	PSDB	PI	
AUGUSTO FRANCO	PSDB	SE	
B. SÁ	PSDB	PI	
BADU PICANÇO	PSDB	AP	
BASÍLIO VILLANI	PSDB	PR	
BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG	
CANDINHO MATTOS	PSDB	RJ	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
CARLOS BATATA	PSDB	PE	
CARLOS MOSCONI	PSDB	MG	
CHICO DA PRINCESA	PSDB	PR	
CHIQUEINHO FEITOSA	PSDB	CE	
CLOVIS VOLPI	PSDB	SP	
CUSTÓDIO MATTOS	PSDB	MG	
DANILO DE CASTRO	PSDB	MG	
DINO FERNANDES	PSDB	RJ	
DOMICIANO CABRAL	PSDB	PB	
DR. HELENO	PSDB	RJ	
EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG	
ELIAS MURAD	PSDB	MG	
FÁTIMA PELAES	PSDB	AP	
FEU ROSA	PSDB	ES	
FLÁVIO ARNS	PSDB	PR	
HAROLDO BEZERRA	PSDB	PA	
HELENILDO RIBEIRO	PSDB	AL	
INALDO LEITÃO	PSDB	PB	
ITAMAR SERPA	PSDB	RJ	
JOÃO ALMEIDA	PSDB	BA	
JOÃO CASTELO	PSDB	MA	
JOÃO LEÃO	PSDB	BA	
JOSÉ MILITÃO	PSDB	MG	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoioamento para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
JOSÉ TELES	PSDB	SE	
JOVAIR ARANTES	PSDB	GO	
JULIO SEMEGHINI	PSDB	SP	
JUQUINHA	PSDB	GO	
JUTAHY JUNIOR	PSDB	BA	
LÉO ALCÂNTARA	PSDB	CE	
LIDIA QUINAN	PSDB	GO	
LINO ROSSI	PSDB	MT	
LÚCIA VÂNIA	PSDB	GO	
LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	
LUIZ PIAUHYLINO	PSDB	PE	
LUIZ RIBEIRO	PSDB	RJ	
MANOEL SALVIANO	PSDB	CE	
MARCIO FORTES	PSDB	RJ	
MARIA ABADIA	PSDB	DF	
MÁRIO NEGROMONTE	PSDB	BA	
MARISA SERRANO	PSDB	MS	
MAX ROSENMANN	PSDB	PR	
NARCIO RODRIGUES	PSDB	MG	
NELSON MARCHEZAN	PSDB	RS	
NELSON OTOCH	PSDB	CE	
NICIAS RIBEIRO	PSDB	PA	
NILO COELHO	PSDB	BA	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ODÍLIO BALBINOTTI	PSDB	PR	
OSMÂNIO PEREIRA	PSDB	MG	
PAULO FEIJÓ	PSDB	RJ	
PAULO KOBAYASHI	PSDB	SP	
PAULO MOURÃO	PSDB	TO	
PEDRO CANEDO	PSDB	GO	
PEDRO HENRY	PSDB	MT	
RAFAEL GUERRA	PSDB	MG	
RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PSDB	CE	
RICARDO FERRAÇO	PSDB	ES	
RICARDO RIQUE	PSDB	PB	
RICARTE DE FREITAS	PSDB	MT	
ROBERTO ROCHA	PSDB	MA	
ROMEU QUEIROZ	PSDB	MG	
ROMMEL FEIJÓ	PSDB	CE	
RONALDO CEZAR COELHO	PSDB	RJ	
ROSE DE FREITAS	PSDB	ES	
SALVADOR ZIMBALDI	PSDB	SP	
SAMPAIO DÓRIA	PSDB	SP	
SAULO COELHO	PSDB	MG	
SAULO PEDROSA	PSDB	BA	
SEBASTIÃO MADEIRA	PSDB	MA	
SÉRGIO BARROS	PSDB	AC	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
SÉRGIO CARVALHO	PSDB	RO	
SILVIO TORRES	PSDB	SP	
VICENTE ARRUDA	PSDB	CE	
VICENTE CAROPRESO	PSDB	SC	
VITTORIO MEDIOLI	PSDB	MG	
WELINTON FAGUNDES	PSDB	MT	
XICO GRAZIANO	PSDB	SP	
YEDA CRUSIUS	PSDB	RS	(A)
ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA	
ZULAIÊ COBRA	PSDB	SP	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoioamento para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ANTÔNIO JORGE	PTB	TO	
CARLOS DUNGA	PTB	PB	
DUILIO PISANESCHI	PTB	SP	
EDIR OLIVEIRA	PTB	RS	
EDUARDO SEABRA	PTB	AP	
FÉLIX MENDONÇA	PTB	BA	
FERNANDO GONÇALVES	PTB	RJ	
IBERÊ FERREIRA	PTB	RN	
IRIS SIMÕES	PTB	PR	
JOÃO CALDAS	PTB	AL	
JOSÉ CARLOS ELIAS	PTB	ES	
JOSÉ CARLOS MARTINEZ	PTB	PR	
JOSE COIMBRA	PTB	SP	
JOSUÉ BENGTON	PTB	PA	
LUIZ ANTONIO FLEURY	PTB	SP	
MÁRCIO MATOS	PTB	PR	
MAX MAURO	PTB	ES	
MÚCIO SÁ	PTB	RN	
MURILO DOMINGOS	PTB	MT	
NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP	
NELSON TRAD	PTB	MS	
NILTON CAPIXABA	PTB	RO	
RENILDO LEAL	PTB	PA	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

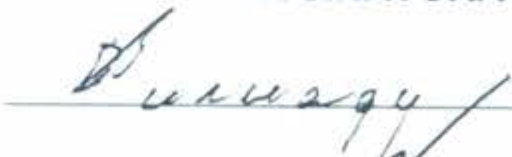

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ROBERTO JEFFERSON	PTB	RJ	
RODRIGO MAIA	PTB	RJ	
SÉRGIO REIS	PTB	SE	
SILAS CÂMARA	PTB	AM	
WALFRIDO MARES GUIA	PTB	MG	
ZILA BEZERRA	PTB	AC	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
DIVALDO SURUAGY	PST	AL	
LUISINHO	PST	RJ	
LUIZ DANTAS	PST	AL	
REMI TRINTA	PST	MA	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoiamiento para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
DE VELASCO	PSL	SP	
JOSÉ ALEKSANDRO	PSL	AC	
LINCOLN PORTELA	PSL	MG	
LUCIANO BIVAR	PSL	PE	
VALDECI PAIVA	PSL	RJ	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEC 53-A/99 - SISTEMA FINANCEIRO

Emenda Nº 4 /01

Recebido em 31 /05 /01

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53-A , DE 1999.**  
**(DO SENADO FEDERAL)**

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**EMENDA ADITIVA**

Inclua-se ao art. 192 o seguinte parágrafo onde couber:

Art. 192 .....

§ A alienação do controle acionário de instituições financeiras públicas dependerá de prévia autorização por meio de lei específica, sendo vedada a regulamentação da matéria por meio de medida provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

A alienação do controle de instituições financeiras públicas para o setor privado foi a tônica da política do Governo FHC para o setor. O saneamento financeiro de grande parte destas instituições, que absorveu um volume imenso de recursos públicos, foi todo ele conduzido à revelia do Congresso Nacional, evidenciando uma situação em que as decisões ao nível do Poder Central eram tomadas e implementadas sem o mínimo controle, debate e acompanhamento. A privatização de uma instituição financeira pública possui implicações profundas sobre a economia local, e em alguns casos, nacional, e torna necessária a existência de uma anuência mais ampla da sociedade, por meio de seus



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

representantes eleitos. Com a presente emenda, buscamos tornar efetiva essa

participação da sociedade, inclusive afastando a possibilidade que decisões de tal envergadura sejam tomadas por meio de medidas provisórias, as quais, conforme demonstra nossa vasta experiência, somente são apreciadas quando suas consequências já se tornaram irreversíveis.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 2001.

**RICARDO BERZOINI**



PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS005304)

AUTOR: RICARDO BERZOINI

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADAO PRETTO	RS	PT
2 - AGNELO QUEIROZ	DF	PCdoB
3 - ALBERICO FILHO	MA	PMDB
4 - ALCEU COLLARES	RS	PDT
5 - ALDO ARANTES	GO	PCdoB
6 - ALDO REBELO	SP	PCdoB
7 - ALEX CANZIANI	PR	PSDB
8 - ALEXANDRE CARDOSO	RJ	PSB
9 - ALOIZIO MERCADANTE	SP	PT
10 - ANA CATARINA	RN	PMDB
11 - ANA CORSO	RS	PT
12 - ANGELA GUADAGNIN	SP	PT
13 - ANIBAL GOMES	CE	PMDB
14 - ANTONIO CAMBRAIA	CE	PSDB
15 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
16 - ARISTON ANDRADE	BA	PFL
17 - ARMANDO ABILIO	PB	PSDB
18 - ARNON BEZERRA	CE	PSDB
19 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
20 - BABA	PA	PT
21 - BENITO GAMA	BA	PMDB
22 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
23 - CARLITO MERSS	SC	PT
24 - CARLOS ALBERTO ROSADO	RN	PFL
25 - CARLOS SANTANA	RJ	PT
26 - CELSO RUSSOMANNO	SP	PPB
27 - CHICO DA PRINCESA	PR	PSDB
28 - CLEMENTINO COELHO	PE	PPS
29 - CLOVIS ILGENFRITZ	RS	PT
30 - CONFUCIO MOURA	RO	PMDB
31 - CORIOLANO SALES	BA	PMDB
32 - CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
33 - DAMIAO FELICIANO	PB	PMDB
34 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
35 - DIVALDO SURUAGY	AL	PST
36 - DJALMA PAES	PE	PSB
37 - DR. BENEDITO DIAS	AP	PPB
38 - DR. HELIO	SP	PDT
39 - DR. ROSINHA	PR	PT
40 - EDINHO BEZ	SC	PMDB
41 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
42 - EMERSON KAPAZ	SP	PPS
43 - ESTHER GROSSI	RS	PT
44 - EVANDRO MILHOMEN	AP	PSB
45 - FELIX MENDONCA	BA	PTB
46 - FERNANDO CORUJA	SC	PDT
47 - FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
48 - FETTER JUNIOR	RS	PPB
49 - FREIRE JUNIOR	TO	PMDB



DEPUTADO	UF	PARTIDO
50 - GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
51 - GERALDO MAGELA	DF	PT
52 - GERMANO RIGOTTO	RS	PMDB
53 - GERSON PERES	PA	PPB
54 - GILMAR MACHADO	MG	PT
55 - GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
56 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
57 - GUSTAVO FRUET	PR	PMDB
58 - HELIO COSTA	MG	PMDB
59 - HENRIQUE FONTANA	RS	PT
60 - IARA BERNARDI	SP	PT
61 - IEDIO ROSA	RJ	S. PART.
62 - INOCENCIO OLIVEIRA	PE	PFL
63 - IVAN PAIXAO	SE	PPS
64 - IVAN VALENTE	SP	PT
65 - JAIR BOLSONARO	RJ	PPB
66 - JAIR MENEGUELLI	SP	PT
67 - JANDIRA FEGHALI	RJ	PCdoB
68 - JAQUES WAGNER	BA	PT
69 - JOAO CALDAS	AL	PTB
70 - JOAO COSER	ES	PT
71 - JOAO EDUARDO DADO	SP	PMDB
72 - JOAO GRANDAO	MS	PT
73 - JOAO MAGALHAES	MG	PMDB
74 - JOAO MAGNO	MG	PT
75 - JOAO PAULO	SP	PT
76 - JOAO SAMPAIO	RJ	PDT
77 - JORGE BITTAR	RJ	PT
78 - JORGE KHOURY	BA	PFL
79 - JOSE ANTONIO ALMEIDA	MA	PSB
80 - JOSE CARLOS FONSECA JR.	ES	PFL
81 - JOSE DIRCEU	SP	PT
82 - JOSE GENOINO	SP	PT
83 - JOSE LOURENCO	BA	PMDB
84 - JOSE MENDONCA BEZERRA	PE	PFL
85 - JOSE MILITAO	MG	PSDB
86 - JOSE MUCIO MONTEIRO	PE	PFL
87 - JOSE PIMENTEL	CE	PT
88 - JOSE ROBERTO BATOCHIO	SP	PDT
89 - JOSE ROCHA	BA	PFL
90 - JOSE THOMAZ NONO	AL	PFL
91 - JUQUINHA	GO	PSDB
92 - JURANDIL JUAREZ	AP	PMDB
93 - LAURA CARNEIRO	RJ	PFL
94 - LUCIANO ZICA	SP	PT
95 - LUIZ ALBERTO	BA	PT
96 - LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
97 - LUIZ CARLOS HAULY	PR	PSDB
98 - LUIZ EDUARDO GREENHALGH	SP	PT
99 - LUIZ SERGIO	RJ	PT
100 - LUIZA ERUNDINA	SP	PSB
101 - MAGNO MALTA	ES	PL
102 - MANOEL SALVIANO	CE	PSDB
103 - MANOEL VITORIO	MS	PT
104 - MARCIO BITTAR	AC	PPS



DEPUTADO	UF	PARTIDO
105 - MARCIO MATOS	PR	PTB
106 - MARCONDES GADELHA	PB	PFL
107 - MARCOS AFONSO	AC	PT
108 - MARCOS CINTRA	SP	PFL
109 - MARIA DO CARMO LARA	MG	PT
110 - MARIA LUCIA	MG	PMDB
111 - MARIO NEGROMONTE	BA	PSDB
112 - MAURILIO FERREIRA LIMA	PE	PMDB
113 - MAURO BENEVIDES	CE	PMDB
114 - MILTON MONTI	SP	PMDB
115 - MILTON TEMER	RJ	PT
116 - MOACIR MICHELETTO	PR	PMDB
117 - MORONI TORGAN	CE	PFL
118 - MUCIO SA	RN	PTB
119 - MUSSA DEMES	PI	PFL
120 - NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
121 - NELO RODOLFO	SP	PMDB
122 - NELSON MARCHEZAN	RS	PSDB
123 - NELSON PELLEGRINO	BA	PT
124 - NILMARIO MIRANDA	MG	PT
125 - NILSON MOURAO	AC	PT
126 - OLIMPIO PIRES	MG	PDT
127 - ORLANDO DESCONSI	RS	PT
128 - ORLANDO FANTAZZINI	SP	PT
129 - PADRE ROQUE	PR	PT
130 - PAUDERNEY AVELINO	AM	PFL
131 - PAULO DELGADO	MG	PT
132 - PAULO PAIM	RS	PT
133 - PAULO ROCHA	PA	PT
134 - PEDRO CANEDO	GO	PSDB
135 - PEDRO CELSO	DF	PT
136 - PEDRO EUGENIO	PE	PPS
137 - PEDRO NOVAIS	MA	PMDB
138 - PEDRO VALADARES	SE	PSB
139 - POMPEO DE MATTOS	RS	PDT
140 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
141 - RAFAEL GUERRA	MG	PSDB
142 - REGIS CAVALCANTE	AL	PPS
143 - RICARDO BERZOINI	SP	PT
144 - RICARDO FIUZA	PE	PPB
145 - RITA CAMATA	ES	PMDB
146 - ROBERIO ARAUJO	RR	PL
147 - RODRIGO MAIA	RJ	PTB
148 - ROLAND LAVIGNE	BA	PMDB
149 - ROMEU QUEIROZ	MG	PSDB
150 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
151 - RUBENS BUENO	PR	PPS
152 - SALOMAO GURGEL	RN	PDT
153 - SAMPAIO DORIA	SP	PSDB
154 - SAULO COELHO	MG	PSDB
155 - SAULO PEDROSA	BA	PSDB
156 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
157 - SERGIO MIRANDA	MG	PCdoB
158 - SERGIO NOVAIS	CE	PSB
159 - SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB



DEPUTADO	UF	PARTIDO
160 - SOCORRO GOMES	PA	PCdoB
161 - TANIA SOARES	SE	PCdoB
162 - TELMA DE SOUZA	SP	PT
163 - TILDEN SANTIAGO	MG	PT
164 - VANESSA GRAZZIOTIN	AM	PCdoB
165 - VIRGILIO GUIMARAES	MG	PT
166 - VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT
167 - WALDIR PIRES	BA	PT
168 - WALDOMIRO BARANCELLI FIORAVANTERS		PT
169 - WALTER PINHEIRO	BA	PT
170 - WELLINGTON DIAS	PI	PT
171 - WOLNEY QUEIROZ	PE	PDT

ASSINATURAS CONFIRMADAS.....	171	REPETIDAS: 96
ASSINATURAS DE APOIAMENTO.....	2	REPETIDAS: 1
TOTAL DE ASSINATURAS.....	270	



## ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 -	ADAO PRETTO	RS	PT
2 -	ALEX CANZIANI	PR	PSDB
3 -	ALOIZIO MERCADANTE	SP	PT
4 -	ANA CORSO	RS	PT
5 -	ANGELA GUADAGNIN	SP	PT
6 -	ANTONIO CAMBRAIA	CE	PSDB
7 -	ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
8 -	ARMANDO ABILIO	PB	PSDB
9 -	ARNON BEZERRA	CE	PSDB
10 -	AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
11 -	BABA	PA	PT
12 -	BISPO RODRIGUES	RJ	PL
13 -	CARLITO MERSS	SC	PT
14 -	CARLOS SANTANA	RJ	PT
15 -	CELSO RUSSOMANNO	SP	PPB
16 -	CLEMENTINO COELHO	PE	PPS
17 -	CLOVIS ILGENFRITZ	RS	PT
18 -	CONFUCIO MOURA	RO	PMDB
19 -	CORIOLOANO SALES	BA	PMDB
20 -	CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
21 -	DAMIAO FELICIANO	PB	PMDB
22 -	DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
23 -	DIVALDO SURUAGY	AL	PST
24 -	DJALMA PAES	PE	PSB
25 -	DR. BENEDITO DIAS	AP	PPB
26 -	DR. HELIO	SP	PDT
27 -	EDINHO BEZ	SC	PMDB
28 -	EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
29 -	EMERSON KAPAZ	SP	PPS
30 -	FERNANDO CORUJA	SC	PDT
31 -	FETTER JUNIOR	RS	PPB
32 -	GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
33 -	GERALDO MAGELA	DF	PT
34 -	GERMANO RIGOTTO	RS	PMDB
35 -	GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
36 -	GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
37 -	GUSTAVO FRUET	PR	PMDB
38 -	HELIO COSTA	MG	PMDB
39 -	HENRIQUE FONTANA	RS	PT
40 -	INOCENCIO OLIVEIRA	PE	PFL
41 -	IVAN PAIXAO	SE	PPS
42 -	JAIR MENEGUELLI	SP	PT
43 -	JANDIRA FEGHALI	RJ	PCdoB
44 -	JOAO COSER	ES	PT
45 -	JOAO MAGNO	MG	PT
46 -	JOAO PAULO	SP	PT
47 -	JORGE BITTAR	RJ	PT
48 -	JOSE CARLOS FONSECA JR.	ES	PFL
49 -	JOSE DIRCEU	SP	PT
50 -	JOSE MILITAO	MG	PSDB
51 -	JOSE PIMENTEL	CE	PT
52 -	JOSE THOMAZ NONO	AL	PFL
53 -	JUQUINHA	GO	PSDB
54 -	LAURA CARNEIRO	RJ	PFL



55 - LUCIANO ZICA	SP	PT
56 - LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
57 - LUIZ EDUARDO GREENHALGH	SP	PT
58 - LUIZA ERUNDINA	SP	PSB
59 - MARCIO MATOS	PR	PTB
60 - MARCOS CINTRA	SP	PFL
61 - MARIA DO CARMO LARA	MG	PT
62 - MAURILIO FERREIRA LIMA	PE	PMDB
63 - MILTON MONTI	SP	PMDB
64 - MILTON TEMER	RJ	PT
65 - MUCIO SA	RN	PTB
66 - MUSSA DEMES	PI	PFL
67 - NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
68 - NELSON PELLEGRINO	BA	PT
69 - NILMARIO MIRANDA	MG	PT
70 - NILSON MOURAO	AC	PT
71 - ORLANDO DESCONSI	RS	PT
72 - ORLANDO FANTAZZINI	SP	PT
73 - PADRE ROQUE	PR	PT
74 - PAUDERNEY AVELINO	AM	PFL
75 - PAULO DELGADO	MG	PT
76 - PAULO ROCHA	PA	PT
77 - PEDRO CELSO	DF	PT
78 - PEDRO EUGENIO	PE	PPS
79 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
80 - RAFAEL GUERRA	MG	PSDB
81 - REGIS CAVALCANTE	AL	PPS
82 - RICARDO BERZOINI	SP	PT
83 - RICARDO BERZOINI	SP	PT
84 - RITA CAMATA	ES	PMDB
85 - RODRIGO MAIA	RJ	PTB
86 - ROLAND LAVIGNE	BA	PMDB
87 - ROMEU QUEIROZ	MG	PSDB
88 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
89 - RUBENS BUENO	PR	PPS
90 - SAULO COELHO	MG	PSDB
91 - SERGIO NOVAIS	CE	PSB
92 - SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB
93 - TELMA DE SOUZA	SP	PT
94 - VIRGILIO GUIMARAES	MG	PT
95 - WALDIR PIRES	BA	PT
96 - WALTER PINHEIRO	BA	PT

## ASSINATURAS DE APOIAMENTO

1 - ANTONIO KANDIR	SP	PSDB
2 - YEDA CRUSIUS	RS	PSDB

## ASSINATURAS DE APOIAMENTO REPETIDAS

1 - YEDA CRUSIUS	RS	PSDB
------------------	----	------





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ABELARDO LUPION	PFL	PR	
ADAUTO PEREIRA	PFL	PB	
AFFONSO CAMARGO	PFL	PR	
ALDIR CABRAL	PFL	RJ	
ALMERINDA DE CARVALHO	PFL	RJ	
ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC	
ARACELY DE PAULA	PFL	MG	
ARISTON ANDRADE	PFL	BA	
AROLDE DE OLIVEIRA	PFL	RJ	
ÁTILA LINS	PFL	AM	
CARLOS ALBERTO ROSADO	PFL	RN	
CELCITA PINHEIRO	PFL	MT	
CESAR BANDEIRA	PFL	MA	
CHICO SARDELLI	PFL	SP	
CIRO NOGUEIRA	PFL	PI	
CLAUDIO CAJADO	PFL	BA	
CLEUBER CARNEIRO	PFL	MG	
CORAUCI SOBRINHO	PFL	SP	
COSTA FERREIRA	PFL	MA	
DEUSDETH PANTOJA	PFL	PA	Deusdeth Pantoja
EFRAIM MORAIS	PFL	PB	
ELISEU RESENDE	PFL	MG	
EULER RIBEIRO	PFL	AM	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
EXPEDITO JÚNIOR	PFL	RO	
FRANCISCO COELHO	PFL	MA	
FRANCISCO GARCIA	PFL	AM	
FRANCISCO RODRIGUES	PFL	RR	
FRANCISTÔNIO PINTO	PFL	BA	
GERSON GABRIELLI	PFL	BA	
GERVÁSIO SILVA	PFL	SC	
GILBERTO KASSAB	PFL	SP	
HERÁCLITO FORTES	PFL	PI	
ILDEFONÇO CORDEIRO	PFL	AC	
INOCÊNCIO OLIVEIRA	PFL	PE	
IVANIO GUERRA	PFL	PR	
JAIME FERNANDES	PFL	BA	
JAIME MARTINS	PFL	MG	
JAIRO CARNEIRO	PFL	BA	
JOÃO CARLOS BACELAR	PFL	BA	
JOÃO RIBEIRO	PFL	TO	
JOAQUIM FRANCISCO	PFL	PE	
JOEL DE HOLLANDA	PFL	PE	
JORGE KHOURY	PFL	BA	
JOSÉ CARLOS ALELUIA	PFL	BA	
JOSÉ CARLOS COUTINHO	PFL	RJ	
JOSÉ CARLOS FONSECA JR.	PFL	ES	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
JOSÉ MENDONÇA BEZERRA	PFL	PE	
JOSÉ MÚCIO MONTEIRO	PFL	PE	
JOSÉ ROCHA	PFL	BA	
JOSÉ THOMAZ NONÔ	PFL	AL	
KÁTIA ABREU	PFL	TO	
LAEL VARELLA	PFL	MG	
LAURA CARNEIRO	PFL	RJ	
LAVOISIER MAIA	PFL	RN	
LUCIANO CASTRO	PFL	RR	
LUCIANO PIZZATTO	PFL	PR	
LUIS BARBOSA	PFL	RR	
LUIZ DURÃO	PFL	ES	
LUIZ MOREIRA	PFL	BA	
MARCONDES GADELHA	PFL	PB	
MARCOS CINTRA	PFL	SP	
MÁRIO ASSAD JÚNIOR	PFL	MG	
MAURO FECURY	PFL	MA	
MILTON BARBOSA	PFL	BA	
MOREIRA FERREIRA	PFL	SP	
MORONI TORGAN	PFL	CE	
MUSSA DEMES	PFL	PI	
NEUTON LIMA	PFL	SP	
NEY LOPES	PFL	RN	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
NICE LOBÃO	PFL	MA	
OSVALDO COELHO	PFL	PE	
PAES LANDIM	PFL	PI	
PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM	
PAULO BRAGA	PFL	BA	
PAULO GOUVÊA	PFL	SC	
PAULO MAGALHÃES	PFL	BA	
PAULO MARINHO	PFL	MA	
PAULO OCTÁVIO	PFL	DF	
PEDRO BITTENCOURT	PFL	SC	
PEDRO FERNANDES	PFL	MA	
PEDRO IRUJO	PFL	BA	
RAIMUNDO SANTOS	PFL	PA	
REGINALDO GERMANO	PFL	BA	
RICARDO FIUZA	PFL	PE	
ROBERTO PESSOA	PFL	CE	
ROBSON TUMA	PFL	SP	
RONALDO CAIADO	PFL	GO	
RUBEM MEDINA	PFL	RJ	
SANTOS FILHO	PFL	PR	
SÉRGIO BARCELLOS	PFL	AP	
URSICINO QUEIROZ	PFL	BA	
VIC PIRES FRANCO	PFL	PA	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
VILMAR ROCHA	PFL	GO	
WERNER WANDERER	PFL	PR	
WILSON BRAGA	PFL	PB	
YVONILTON GONÇALVES	PFL	BA	
ZEZÉ PERRELLA	PFL	MG	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ALBÉRICO FILHO	PMDB	MA	
ALBERTO FRAGA	PMDB	DF	
ALCESTE ALMEIDA	PMDB	RR	
ANA CATARINA	PMDB	RN	
ANÍBAL GOMES	PMDB	CE	
ANTÔNIO DO VALLE	PMDB	MG	
ARMANDO MONTEIRO	PMDB	PE	
ASDRUBAL BENTES	PMDB	PA	
BARBOSA NETO	PMDB	GO	
BENITO GAMA	PMDB	BA	
CEZAR SCHIRMER	PMDB	RS	
CONFÚCIO MOURA	PMDB	RO	
CORIOLOANO SALES	PMDB	BA	
DAMIÃO FELICIANO	PMDB	PB	
DARCÍSIO PERONDI	PMDB	RS	
EDINHO BEZ	PMDB	SC	
EDISON ANDRINO	PMDB	SC	
ELCIONE BARBALHO	PMDB	PA	
EULER MORAIS	PMDB	GO	
EUNÍCIO OLIVEIRA	PMDB	CE	
FERNANDO DINIZ	PMDB	MG	
FLÁVIO DERZI	PMDB	MS	
FREIRE JÚNIOR	PMDB	TO	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
GASTÃO VIEIRA	PMDB	MA	
GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB	BA	
GEOVAN FREITAS	PMDB	GO	
GERMANO RIGOTTO	PMDB	RS	
GLYCON TERRA PINTO	PMDB	MG	
GUSTAVO FRUET	PMDB	PR	
HÉLIO COSTA	PMDB	MG	
HERMES PARCIANELLO	PMDB	PR	
IGOR AVELINO	PMDB	TO	
JOÃO COLAÇO	PMDB	PE	
JOÃO EDUARDO DADO	PMDB	SP	
JOÃO HENRIQUE	PMDB	PI	
JOÃO MAGALHÃES	PMDB	MG	
JOÃO MATOS	PMDB	SC	
JOÃO MENDES	PMDB	RJ	
JONIVAL LUCAS JUNIOR	PMDB	BA	
JORGE ALBERTO	PMDB	SE	
JORGE PINHEIRO	PMDB	DF	
JORGE TADEU MUDALEN	PMDB	SP	
JORGE WILSON	PMDB	RJ	
JOSÉ BORBA	PMDB	PR	
JOSÉ CHAVES	PMDB	PE	
JOSÉ ÍNDIO	PMDB	SP	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
JOSÉ LOURENÇO	PMDB	BA	
JOSÉ PRIANTE	PMDB	PA	
JURANDIL JUAREZ	PMDB	AP	
LAIRE ROSADO	PMDB	RN	
LAMARTINE POSELLA	PMDB	SP	
LEUR LOMANTO	PMDB	BA	
LUIZ BITTENCOURT	PMDB	GO	
MARÇAL FILHO	PMDB	MS	
MARCELO BARBIERI	PMDB	SP	
MARCELO CASTRO	PMDB	PI	
MARCELO TEIXEIRA	PMDB	CE	
MARCOS LIMA	PMDB	MG	
MARIA ELVIRA	PMDB	MG	
MARIA LÚCIA	PMDB	MG	
MARINHA RAUPP	PMDB	RO	
MÁRIO DE OLIVEIRA	PMDB	MG	
MAURILIO FERREIRA LIMA	PMDB	PE	
MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	
MAURO LOPES	PMDB	MG	
MENDES RIBEIRO FILHO	PMDB	RS	
MICHEL TEMER	PMDB	SP	
MILTON MONTI	PMDB	SP	
MOACIR MICHELETTO	PMDB	PR	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
NAIR XAVIER LOBO	PMDB	GO	
NELO RODOLFO	PMDB	SP	
NELSON PROENÇA	PMDB	RS	
NORBERTO TEIXEIRA	PMDB	GO	
OLAVO CALHEIROS	PMDB	AL	
OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR	
OSMAR TERRA	PMDB	RS	
OSVALDO BIOLCHI	PMDB	RS	
OSVALDO REIS	PMDB	TO	
PAULO LIMA	PMDB	SP	
PEDRO CHAVES	PMDB	GO	
PEDRO NOVAIS	PMDB	MA	
PINHEIRO LANDIM	PMDB	CE	
RENATO VIANNA	PMDB	SC	
RICARDO IZAR	PMDB	SP	
RITA CAMATA	PMDB	ES	
ROLAND LAVIGNE	PMDB	BA	
SALATIEL CARVALHO	PMDB	PE	
SARAIVA FELIPE	PMDB	MG	
SILAS BRASILEIRO	PMDB	MG	
TETÉ BEZERRA	PMDB	MT	
THEMÍSTOCLES SAMPAIO	PMDB	PI	
WAGNER ROSSI	PMDB	SP	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoiamento para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
WALDEMIR MOKA	PMDB	MS	
WILSON SANTOS	PMDB	MT	
ZÉ GOMES DA ROCHA	PMDB	GO	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ALMIR SÁ	PPB	RR	
ANTONIO JOAQUIM ARAÚJO	PPB	MA	
ARNALDO FARIA DE SÁ	PPB	SP	
ARY KARA	PPB	SP	
AUGUSTO FARIAS	PPB	AL	
AUGUSTO NARDES	PPB	RS	
CELSO RUSSOMANNO	PPB	SP	
CLEONÂNCIO FONSECA	PPB	SE	
CUNHA BUENO	PPB	SP	
DELFIN NETTO	PPB	SP	
DILCEU SPERAFICO	PPB	PR	
DR. BENEDITO DIAS	PPB	AP	
EDMAR MOREIRA	PPB	MG	
ELISEU MOURA	PPB	MA	
ENI VOLTOLINI	PPB	SC	
ENIVALDO RIBEIRO	PPB	PB	
EURICO MIRANDA	PPB	RJ	
FETTER JÚNIOR	PPB	RS	
GERSON PERES	PPB	PA	
HERCULANO ANGHINETTI	PPB	MG	
HUGO BIEHL	PPB	SC	
IBRAHIM ABI-ACKEL	PPB	MG	
JAIR BOLSONARO	PPB	RJ	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoioamento para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

<i>PARLAMENTAR</i>	<i>PARTIDO</i>	<i>UF</i>	<i>ASSINATURA</i>
JOÃO PIZZOLATTI	PPB	SC	
JOÃO TOTA	PPB	AC	
JOSÉ JANENE	PPB	PR	
JOSÉ LINHARES	PPB	CE	
JÚLIO REDECKER	PPB	RS	
LUIS CARLOS HEINZE	PPB	RS	
LUIZ FERNANDO	PPB	AM	
MÁRCIO REINALDO MOREIRA	PPB	MG	
NELSON MEURER	PPB	PR	
ODELMO LEÃO	PPB	MG	
PASTOR AMARILDO	PPB	TO	
PEDRO CORRÊA	PPB	PE	
PEDRO PEDROSSIAN	PPB	MS	
RICARDO BARROS	PPB	PR	
ROBERTO BALESTRA	PPB	GO	
ROMEL ANIZIO	PPB	MG	
SALOMÃO CRUZ	PPB	RR	
SEVERINO CAVALCANTI	PPB	PE	
SIMÃO SESSIM	PPB	RJ	
TELMO KIRST	PPB	RS	
VADÃO GOMES	PPB	SP	
WAGNER SALUSTIANO	PPB	SP	
WIGBERTO TARTUCE	PPB	DF	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
AGNALDO MUNIZ	PPS	RO	
AIRTON CASCAVEL	PPS	RR	
CLEMENTINO COELHO	PPS	PE	
EMERSON KAPAZ	PPS	SP	
IVAN PAIXÃO	PPS	SE	
JOÃO HERRMANN NETO	PPS	SP	
MÁRCIO BITTAR	PPS	AC	
PEDRO EUGÊNIO	PPS	PE	
PIMENTEL GOMES	PPS	CE	
REGIS CAVALCANTE	PPS	AL	
RUBENS BUENO	PPS	PR	
RUBENS FURLAN	PPS	SP	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**



PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ADOLFO MARINHO	PSDB	CE	
AÉCIO NEVES	PSDB	MG	
AIRTON ROVEDA	PSDB	PR	
ALBERTO GOLDMAN	PSDB	SP	
ALEX CANZIANI	PSDB	PR	
ALEXANDRE SANTOS	PSDB	RJ	
ANDRÉ BENASSI	PSDB	SP	
ANIVALDO VALE	PSDB	PA	
ANTONIO CAMBRAIA	PSDB	CE	
ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	PSDB	SP	
ANTONIO FEIJÃO	PSDB	AP	
ANTONIO KANDIR	PSDB	SP	
ARMANDO ABÍLIO	PSDB	PB	
ARNALDO MADEIRA	PSDB	SP	
ARNON BEZERRA	PSDB	CE	
ARTHUR VIRGÍLIO	PSDB	AM	
ÁTILA LIRA	PSDB	PI	
AUGUSTO FRANCO	PSDB	SE	
B. SÁ	PSDB	PI	
BADU PICANÇO	PSDB	AP	
BASÍLIO VILLANI	PSDB	PR	
BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG	
CANDINHO MATTOS	PSDB	RJ	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
CARLOS BATATA	PSDB	PE	
CARLOS MOSCONI	PSDB	MG	
CHICO DA PRINCESA	PSDB	PR	
CHIQUELHO FEITOSA	PSDB	CE	
CLOVIS VOLPI	PSDB	SP	
CUSTÓDIO MATTOS	PSDB	MG	
DANILO DE CASTRO	PSDB	MG	
DINO FERNANDES	PSDB	RJ	
DOMICIANO CABRAL	PSDB	PB	
DR. HELENO	PSDB	RJ	
EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG	
ELIAS MURAD	PSDB	MG	
FÁTIMA PELAES	PSDB	AP	
FEU ROSA	PSDB	ES	
FLÁVIO ARNS	PSDB	PR	
HAROLDO BEZERRA	PSDB	PA	
HELENILDO RIBEIRO	PSDB	AL	
INALDO LEITÃO	PSDB	PB	
ITAMAR SERPA	PSDB	RJ	
JOÃO ALMEIDA	PSDB	BA	
JOÃO CASTELO	PSDB	MA	
JOÃO LEÃO	PSDB	BA	
JOSÉ MILITÃO	PSDB	MG	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
JOSÉ TELES	PSDB	SE	
JOVAIR ARANTES	PSDB	GO	
JULIO SEMEGHINI	PSDB	SP	
JUQUINHA	PSDB	GO	
JUTAHY JUNIOR	PSDB	BA	
LÉO ALCÂNTARA	PSDB	CE	
LIDIA QUINAN	PSDB	GO	
LINO ROSSI	PSDB	MT	
LÚCIA VÂNIA	PSDB	GO	
LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	
LUIZ PIAUHYLINO	PSDB	PE	
LUIZ RIBEIRO	PSDB	RJ	
MANOEL SALVIANO	PSDB	CE	
MARCIO FORTES	PSDB	RJ	
MARIA ABADIA	PSDB	DF	
MÁRIO NEGROMONTE	PSDB	BA	
MARISA SERRANO	PSDB	MS	
MAX ROSENMANN	PSDB	PR	
NARCIO RODRIGUES	PSDB	MG	
NELSON MARCHEZAN	PSDB	RS	
NELSON OTOCH	PSDB	CE	
NICIAS RIBEIRO	PSDB	PA	
NILO COELHO	PSDB	BA	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ODÍLIO BALBINOTTI	PSDB	PR	
OSMÂNIO PEREIRA	PSDB	MG	
PAULO FEIJÓ	PSDB	RJ	
PAULO KOBAYASHI	PSDB	SP	
PAULO MOURÃO	PSDB	TO	
PEDRO CANEDO	PSDB	GO	
PEDRO HENRY	PSDB	MT	
RAFAEL GUERRA	PSDB	MG	
RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PSDB	CE	
RICARDO FERRAÇO	PSDB	ES	
RICARDO RIQUE	PSDB	PB	
RICARTE DE FREITAS	PSDB	MT	
ROBERTO ROCHA	PSDB	MA	
ROMEU QUEIROZ	PSDB	MG	
ROMMEL FEIJÓ	PSDB	CE	
RONALDO CEZAR COELHO	PSDB	RJ	
ROSE DE FREITAS	PSDB	ES	
SALVADOR ZIMBALDI	PSDB	SP	
SAMPAIO DÓRIA	PSDB	SP	
SAULO COELHO	PSDB	MG	
SAULO PEDROSA	PSDB	BA	
SEBASTIÃO MADEIRA	PSDB	MA	
SÉRGIO BARROS	PSDB	AC	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
SÉRGIO CARVALHO	PSDB	RO	
SILVIO TORRES	PSDB	SP	
VICENTE ARRUDA	PSDB	CE	
VICENTE CAROPRESO	PSDB	SC	
VITTORIO MEDIOLI	PSDB	MG	
WELINTON FAGUNDES	PSDB	MT	
XICO GRAZIANO	PSDB	SP	
YEDA CRUSIUS	PSDB	RS	(A) <i>[assinatura]</i>
ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA	
ZULAIÊ COBRA	PSDB	SP	





**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
DE VELASCO	PSL	SP	
JOSÉ ALEKSANDRO	PSL	AC	
LINCOLN PORTELA	PSL	MG	
LUCIANO BIVAR	PSL	PE	
VALDECI PAIVA	PSL	RJ	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**



PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ANTÔNIO JORGE	PTB	TO	
CARLOS DUNGA	PTB	PB	
DUILIO PISANESCHI	PTB	SP	
EDIR OLIVEIRA	PTB	RS	
EDUARDO SEABRA	PTB	AP	
FÉLIX MENDONÇA	PTB	BA	
FERNANDO GONÇALVES	PTB	RJ	
IBERÊ FERREIRA	PTB	RN	
IRIS SIMÕES	PTB	PR	
JOÃO CALDAS	PTB	AL	
JOSÉ CARLOS ELIAS	PTB	ES	
JOSÉ CARLOS MARTINEZ	PTB	PR	
JOSE COIMBRA	PTB	SP	
JOSUÉ BENGTON	PTB	PA	
LUIZ ANTONIO FLEURY	PTB	SP	
MÁRCIO MATOS	PTB	PR	
MAX MAURO	PTB	ES	
MÚCIO SÁ	PTB	RN	
MURILO DOMINGOS	PTB	MT	
NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP	
NELSON TRAD	PTB	MS	
NILTON CAPIXABA	PTB	RO	
RENILDO LEAL	PTB	PA	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
DIVALDO SURUAGY	PST	AL	
LUISINHO	PST	RJ	
LUIZ DANTAS	PST	AL	
REMI TRINTA	PST	MA	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ROBERTO JEFFERSON	PTB	RJ	
RODRIGO MAIA	PTB	RJ	
SÉRGIO REIS	PTB	SE	
SILAS CÂMARA	PTB	AM	
WALFRIDO MARES GUIA	PTB	MG	
ZILA BEZERRA	PTB	AC	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoioamento para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

**PARLAMENTAR**

JOSÉ DE ABREU

**PARTIDO UF**

PTN SP

**ASSINATURA**

---





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ADÃO PRETTO	PT	RS	
ALOIZIO MERCADANTE	PT	SP	
ANA CORSO	PT	RS	
ANGELA GUADAGNIN	PT	SP	
AVENZOAR ARRUDA	PT	PB	
BABÁ	PT	PA	
CARLITO MERSS	PT	SC	
CARLOS SANTANA	PT	RJ	
CLOVIS ILGENFRITZ	PT	RS	
DR. ROSINHA	PT	PR	
ESTHER GROSSI	PT	RS	
FERNANDO FERRO	PT	PE	
GERALDO MAGELA	PT	DF	
GILMAR MACHADO	PT	MG	
HENRIQUE FONTANA	PT	RS	
IARA BERNARDI	PT	SP	
IVAN VALENTE	PT	SP	
JAIR MENEGUELLI	PT	SP	
JAQUES WAGNER	PT	BA	
JOÃO COSER	PT	ES	
JOÃO GRANDÃO	PT	MS	
JOÃO MAGNO	PT	MG	
JOÃO PAULO	PT	SP	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
JORGE BITTAR	PT	RJ	
JOSÉ DIRCEU	PT	SP	
JOSÉ GENOÍNO	PT	SP	
JOSÉ PIMENTEL	PT	CE	
LUCI CHOINACKI	PT	SC	
LUCIANO ZICA	PT	SP	
LUIZ ALBERTO	PT	BA	
LUIZ EDUARDO GREENHALGH	PT	SP	
LUIZ SÉRGIO	PT	RJ	
MANOEL VITÓRIO	PT	MS	
MARCOS AFONSO	PT	AC	
MARCOS ROLIM	PT	RS	
MARIA DO CARMO LARA	PT	MG	
MILTON TEMER	PT	RJ	
NELSON PELLEGRINO	PT	BA	
NILMÁRIO MIRANDA	PT	MG	
NILSON MOURÃO	PT	AC	
ORLANDO DESCONSI	PT	RS	
ORLANDO FANTAZZINI	PT	SP	
PADRE ROQUE	PT	PR	
PAULO DELGADO	PT	MG	
PAULO PAIM	PT	RS	
PAULO ROCHA	PT	PA	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

**PARLAMENTAR**

PEDRO CELSO

PROFESSOR LUIZINHO

RICARDO BERZOINI

TELMA DE SOUZA

TILDEN SANTIAGO

VIRGÍLIO GUIMARÃES

WALDIR PIRES

WALDOMIRO FIORAVANTE

WALTER PINHEIRO

WELLINGTON DIAS

**PARTIDO**

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

**UF**

DF

SP

SP

SP

MG

MG

BA

RS

BA

PI

**ASSINATURA**

*Assinatura de Pedro Celso*

*Assinatura de Professor Luizinho*

*Assinatura de Ricardo Berzoini*

*Assinatura de Telma de Souza*

*Assinatura de Tilden Santiago*

*Assinatura de Virgílio Guimarães*

*Assinatura de Waldir Pires*

*Assinatura de Waldomiro Fioravante*

*Assinatura de Walter Pinheiro*

*Assinatura de Wellington Dias*





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
AGNELO QUEIROZ	PCdoB	DF	
ALDO ARANTES	PCdoB	GO	
ALDO REBELO	PCdoB	SP	
HAROLDO LIMA	PCdoB	BA	
INÁCIO ARRUDA	PCdoB	CE	
JANDIRA FEGHALI	PCdoB	RJ	
SÉRGIO MIRANDA	PCdoB	MG	
SOCORRO GOMES	PCdoB	PA	
TÂNIA SOARES	PCdoB	SE	
VANESSA GRAZZIOTIN	PCdoB	AM	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
AIRTON DIPP	PDT	RS	
ALCEU COLLARES	PDT	RS	
DR. HÉLIO	PDT	SP	
ENIO BACCI	PDT	RS	
EURÍPEDES MIRANDA	PDT	RO	
FERNANDO CORUJA	PDT	SC	
GIOVANNI QUEIROZ	PDT	PA	
JOÃO SAMPAIO	PDT	RJ	
JOSÉ ROBERTO BATOCHIO	PDT	SP	
MIRO TEIXEIRA	PDT	RJ	
NEIVA MOREIRA	PDT	MA	
OLIMPIO PIRES	PDT	MG	
POMPEO DE MATTOS	PDT	RS	
SALOMÃO GURGEL	PDT	RN	
SERAFIM VENZON	PDT	SC	
VIVALDO BARBOSA	PDT	RJ	
WOLNEY QUEIROZ	PDT	PE	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoioamento para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

<i>PARLAMENTAR</i>	<i>PARTIDO</i>	<i>UF</i>	<i>ASSINATURA</i>
ROBERTO ARGENTA	PHS	RS	<hr/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
BISPO RODRIGUES	PL	RJ	
BISPO WANDERVAL	PL	SP	
CABO JÚLIO	PL	MG	
CORNÉLIO RIBEIRO	PL	RJ	
EBER SILVA	PL	RJ	
EUJÁCIO SIMÕES	PL	BA	
FRANCISCO SILVA	PL	RJ	
JOSÉ EGYDIO	PL	RJ	
MAGNO MALTA	PL	ES	
MARCOS DE JESUS	PL	PE	
MATTOS NASCIMENTO	PL	RJ	
MEDEIROS	PL	SP	
OLIVEIRA FILHO	PL	PR	
OSCAR ANDRADE	PL	RO	
PAULO JOSÉ GOUVÊA	PL	RS	
PHILEMON RODRIGUES	PL	MG	
ROBÉRIO ARAÚJO	PL	RR	
RONALDO VASCONCELLOS	PL	MG	
VALDEMAR COSTA NETO	PL	SP	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoioamento para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

**PARLAMENTAR**

FERNANDO GABEIRA

**PARTIDO**

PV

**UF**

RJ

**ASSINATURA**

*F. Gabeira*





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoioamento para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
FERNANDO ZUPPO	S.PART.	SP	
IÉDIO ROSA	S.PART.	RJ	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ALCIONE ATHAYDE	PSB	RJ	
ALEXANDRE CARDOSO	PSB	RJ	
DJALMA PAES	PSB	PE	
EDUARDO CAMPOS	PSB	PE	
EVANDRO MILHOMEN	PSB	AP	
EZIDIO PINHEIRO	PSB	RS	
GIVALDO CARIMBÃO	PSB	AL	
GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE	
JOSÉ ANTONIO ALMEIDA	PSB	MA	
KINCAS MATTOS	PSB	SP	
LUIZA ERUNDINA	PSB	SP	
MIRIAM REID	PSB	RJ	
PAULO BALTAZAR	PSB	RJ	
PEDRO VALADARES	PSB	SE	
SÉRGIO NOVAIS	PSB	CE	
WANDERLEY MARTINS	PSB	RJ	





# Emenda 04/01 - Complementação de assinaturas

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

### PARLAMENTAR

ADÃO PRETTO

ALOIZIO MERCADANTE

ANA CORSO

ANGELA GUADAGNIN

AVENZOAR ARRUDA

BABÁ

CARLITO MERSS

CARLOS SANTANA

CLOVIS ILGENFRITZ

DR. ROSINHA

ESTHER GROSSI

FERNANDO FERRO

GERALDO MAGELA

GILMAR MACHADO

HENRIQUE FONTANA

IARA BERNARDI

IVAN VALENTE

JAIR MENEGUELLI

JAQUES WAGNER

JOÃO COSER

JOÃO GRANDÃO

JOÃO MAGNO

JOÃO PAULO

### PARTIDO

### UF

### ASSINATURA

PT

RS

Adão Pretto

PT

SP

Aloizio Mercadante

PT

RS

Ana Corso

PT

SP

Angela Guadagnin

PT

PB

Avenzoar Arruda

PT

PA

Babá

PT

SC

Carlito Merss

PT

RJ

Carlos Santana

PT

RS

Clovis Ilgenfritz

PT

PR

Dr. Rosinha

PT

RS

Esther Grossi

PT

PE

Fernando Ferro

PT

DF

Geraldo Magela

PT

MG

Gilmar Machado

PT

RS

Henrique Fontana

PT

SP

Iara Bernardi

PT

SP

Ivan Valente

PT

SP

Jair Meneguelli

PT

BA

Jaques Wagner

PT

ES

João Coser

PT

MS

João Grandão

PT

MG

João Magno

PT

SP

João Paulo





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR

JORGE BITTAR

JOSÉ DIRCEU

JOSÉ GENOÍNO

JOSÉ PIMENTEL

LUCI CHOINACKI

LUCIANO ZICA

LUIZ ALBERTO

LUIZ EDUARDO GREENHALGH

LUIZ SÉRGIO

MANOEL VITÓRIO

MARCOS AFONSO

MARCOS ROLIM

MARIA DO CARMO LARA

MILTON TEMER

NELSON PELLEGRINO

NILMÁRIO MIRANDA

NILSON MOURÃO

ORLANDO DESCONSI

ORLANDO FANTAZZINI

PADRE ROQUE

PAULO DELGADO

PAULO PAIM

PAULO ROCHA

PARTIDO

UF

ASSINATURA

PT

RJ

PT

SP

PT

SP

PT

CE

PT

SC

PT

SP

PT

BA

PT

SP

PT

RJ

PT

MS

PT

AC

PT

RS

PT

MG

PT

RJ

PT

BA

PT

MG

PT

AC

PT

RS

PT

SP

PT

PR

PT

MG

PT

RS

PT

PA





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR

PEDRO CELSO  
PROFESSOR LUIZINHO  
RICARDO BERZOINI  
TELMA DE SOUZA  
TILDEN SANTIAGO  
VIRGÍLIO GUIMARÃES  
WALDIR PIRES  
WALDOMIRO FIORAVANTE  
WALTER PINHEIRO  
WELLINGTON DIAS

PARTIDO	UF	ASSINATURA
PT	DF	
PT	SP	
PT	SP	
PT	SP	
PT	MG	
PT	MG	
PT	BA	
PT	RS	
PT	BA	
PT	PI	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
AIRTON DIPP	PDT	RS	
ALCEU COLLARES	PDT	RS	
DR. HÉLIO	PDT	SP	
ENIO BACCI	PDT	RS	
EURÍPEDES MIRANDA	PDT	RO	
FERNANDO CORUJA	PDT	SC	
GIOVANNI QUEIROZ	PDT	PA	
JOÃO SAMPAIO	PDT	RJ	
JOSÉ ROBERTO BATOCHIO	PDT	SP	
MIRO TEIXEIRA	PDT	RJ	
NEIVA MOREIRA	PDT	MA	
OLIMPIO PIRES	PDT	MG	
POMPEO DE MATTOS	PDT	RS	
SALOMÃO GURGEL	PDT	RN	
SERAFIM VENZON	PDT	SC	
VIVALDO BARBOSA	PDT	RJ	
WOLNEY QUEIROZ	PDT	PE	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
AGNELO QUEIROZ	PCdoB	DF	
ALDO ARANTES	PCdoB	GO	
ALDO REBELO	PCdoB	SP	
HAROLDO LIMA	PCdoB	BA	
INÁCIO ARRUDA	PCdoB	CE	
JANDIRA FEGHALI	PCdoB	RJ	
SÉRGIO MIRANDA	PCdoB	MG	
SOCORRO GOMES	PCdoB	PA	
TÂNIA SOARES	PCdoB	SE	
VANESSA GRAZZIOTIN	PCdoB	AM	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ALCIONE ATHAYDE	PSB	RJ	
ALEXANDRE CARDOSO	PSB	RJ	
DJALMA PAES	PSB	PE	
EDUARDO CAMPOS	PSB	PE	
EVANDRO MILHOMEN	PSB	AP	
EZIDIO PINHEIRO	PSB	RS	
GIVALDO CARIMBÃO	PSB	AL	
GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE	
→ JOSÉ ANTONIO ALMEIDA	PSB	MA	
KINCAS MATTOS	PSB	SP	
LUIZA ERUNDINA	PSB	SP	
MIRIAM REID	PSB	RJ	
PAULO BALTAZAR	PSB	RJ	
PEDRO VALADARES	PSB	SE	
SÉRGIO NOVAIS	PSB	CE	
WANDERLEY MARTINS	PSB	RJ	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF
BISPO RODRIGUES	PL	RJ
BISPO WANDERVAL	PL	SP
CABO JÚLIO	PL	MG
CORNÉLIO RIBEIRO	PL	RJ
EBER SILVA	PL	RJ
EUJÁCIO SIMÕES	PL	BA
FRANCISCO SILVA	PL	RJ
JOSÉ EGYDIO	PL	RJ
MAGNO MALTA	PL	ES
MARCOS DE JESUS	PL	PE
MATTOS NASCIMENTO	PL	RJ
MEDEIROS	PL	SP
OLIVEIRA FILHO	PL	PR
OSCAR ANDRADE	PL	RO
PAULO JOSÉ GOUVÊA	PL	RS
PHILEMON RODRIGUES	PL	MG
ROBÉRIO ARAÚJO	PL	RR
RONALDO VASCONCELLOS	PL	MG
VALDEMAR COSTA NETO	PL	SP

ASSINATURA





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoiamento para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR

PARTIDO UF

ASSINATURA

FERNANDO GABEIRA

PV

RJ





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoiamento para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

<i>PARLAMENTAR</i>	<i>PARTIDO</i>	<i>UF</i>	<i>ASSINATURA</i>
ROBERTO ARGENTA	PHS	RS	_____





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoioamento para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR  
JOSÉ DE ABREU

PARTIDO    UF  
PTN        SP

ASSINATURA

---





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
FERNANDO ZUPPO	S.PART.	SP	
IÉDIO ROSA	S.PART.	RJ	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
AGNALDO MUNIZ	PPS	RO	
AIRTON CASCAVEL	PPS	RR	
CLEMENTINO COELHO	PPS	PE	
EMERSON KAPAZ	PPS	SP	
IVAN PAIXÃO	PPS	SE	
JOÃO HERRMANN NETO	PPS	SP	
MÁRCIO BITTAR	PPS	AC	
PEDRO EUGÊNIO	PPS	PE	
PIMENTEL GOMES	PPS	CE	
REGIS CAVALCANTE	PPS	AL	
RUBENS BUENO	PPS	PR	
RUBENS FURLAN	PPS	SP	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoioamento para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ANTÔNIO JORGE	PTB	TO	
CARLOS DUNGA	PTB	PB	
DUILIO PISANESCHI	PTB	SP	
EDIR OLIVEIRA	PTB	RS	
EDUARDO SEABRA	PTB	AP	
FÉLIX MENDONÇA	PTB	BA	<i>Amix Mendonça</i>
FERNANDO GONÇALVES	PTB	RJ	
IBERÊ FERREIRA	PTB	RN	<i>Iberê Ferreira</i>
IRIS SIMÕES	PTB	PR	
JOÃO CALDAS	PTB	AL	<i>João Caldas</i>
JOSÉ CARLOS ELIAS	PTB	ES	
JOSÉ CARLOS MARTINEZ	PTB	PR	
JOSE COIMBRA	PTB	SP	
JOSUÉ BENGTON	PTB	PA	
LUIZ ANTONIO FLEURY	PTB	SP	<i>Luiz Antonio Fleury</i>
MÁRCIO MATOS	PTB	PR	
MAX MAURO	PTB	ES	<i>Max Mauro</i>
MÚCIO SÁ	PTB	RN	
MURILO DOMINGOS	PTB	MT	
NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP	
NELSON TRAD	PTB	MS	
NILTON CAPIXABA	PTB	RO	
RENILDO LEAL	PTB	PA	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ROBERTO JEFFERSON	PTB	RJ	
RODRIGO MAIA	PTB	RJ	
SÉRGIO REIS	PTB	SE	
SILAS CÂMARA	PTB	AM	
WALFRIDO MARES GUIA	PTB	MG	
ZILA BEZERRA	PTB	AC	





Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.



PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
DE VELASCO	PSL	SP	
JOSÉ ALEKSANDRO	PSL	AC	
LINCOLN PORTELA	PSL	MG	
LUCIANO BIVAR	PSL	PE	
VALDECI PAIVA	PSL	RJ	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoiamento para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
DIVALDO SURUAGY	PST	AL	
LUISINHO	PST	RJ	
LUIZ DANTAS	PST	AL	
REMI TRINTA	PST	MA	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoioamento para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ADOLFO MARINHO	PSDB	CE	
AÉCIO NEVES	PSDB	MG	
AIRTON ROVEDA	PSDB	PR	
ALBERTO GOLDMAN	PSDB	SP	
ALEX CANZIANI	PSDB	PR	
ALEXANDRE SANTOS	PSDB	RJ	
ANDRÉ BENASSI	PSDB	SP	
ANIVALDO VALE	PSDB	PA	
ANTONIO CAMBRAIA	PSDB	CE	
ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	PSDB	SP	
ANTONIO FEIJÃO	PSDB	AP	
ANTONIO KANDIR	PSDB	SP	
ARMANDO ABÍLIO	PSDB	PB	
ARNALDO MADEIRA	PSDB	SP	
ARNON BEZERRA	PSDB	CE	
ARTHUR VIRGÍLIO	PSDB	AM	
ÁTILA LIRA	PSDB	PI	
AUGUSTO FRANCO	PSDB	SE	
B. SÁ	PSDB	PI	
BADU PICANÇO	PSDB	AP	
BASÍLIO VILLANI	PSDB	PR	
BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG	
CANDINHO MATTOS	PSDB	RJ	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoioamento para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
CARLOS BATATA	PSDB	PE	
CARLOS MOSCONI	PSDB	MG	
CHICO DA PRINCESA	PSDB	PR	
CHIQUEINHO FEITOSA	PSDB	CE	
CLOVIS VOLPI	PSDB	SP	
CUSTÓDIO MATTOS	PSDB	MG	
DANILO DE CASTRO	PSDB	MG	
DINO FERNANDES	PSDB	RJ	
DOMICIANO CABRAL	PSDB	PB	
DR. HELENO	PSDB	RJ	
EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG	
ELIAS MURAD	PSDB	MG	
FÁTIMA PELAES	PSDB	AP	
FEU ROSA	PSDB	ES	
FLÁVIO ARNS	PSDB	PR	
HAROLDO BEZERRA	PSDB	PA	
HELENILDO RIBEIRO	PSDB	AL	
INALDO LEITÃO	PSDB	PB	
ITAMAR SERPA	PSDB	RJ	
JOÃO ALMEIDA	PSDB	BA	
JOÃO CASTELO	PSDB	MA	
JOÃO LEÃO	PSDB	BA	
JOSÉ MILITÃO	PSDB	MG	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
JOSÉ TELES	PSDB	SE	
JOVAIR ARANTES	PSDB	GO	
JULIO SEMEGHINI	PSDB	SP	
JUQUINHA	PSDB	GO	
JUTAHY JUNIOR	PSDB	BA	
LÉO ALCÂNTARA	PSDB	CE	
LIDIA QUINAN	PSDB	GO	
LINO ROSSI	PSDB	MT	
LÚCIA VÂNIA	PSDB	GO	
LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	
LUIZ PIAUHYLINO	PSDB	PE	
LUIZ RIBEIRO	PSDB	RJ	
MANOEL SALVIANO	PSDB	CE	
MARCIO FORTES	PSDB	RJ	
MARIA ABADIA	PSDB	DF	
MÁRIO NEGROMONTE	PSDB	BA	
MARISA SERRANO	PSDB	MS	
MAX ROSENMANN	PSDB	PR	
NARCIO RODRIGUES	PSDB	MG	
NELSON MARCHEZAN	PSDB	RS	
NELSON OTOCH	PSDB	CE	
NICIAS RIBEIRO	PSDB	PA	
NILO COELHO	PSDB	BA	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ODÍLIO BALBINOTTI	PSDB	PR	
OSMÂNIO PEREIRA	PSDB	MG	
PAULO FEIJÓ	PSDB	RJ	
PAULO KOBAYASHI	PSDB	SP	
PAULO MOURÃO	PSDB	TO	
PEDRO CANEDO	PSDB	GO	
PEDRO HENRY	PSDB	MT	
RAFAEL GUERRA	PSDB	MG	
RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PSDB	CE	
RICARDO FERRAÇO	PSDB	ES	
RICARDO RIQUE	PSDB	PB	
RICARTE DE FREITAS	PSDB	MT	
ROBERTO ROCHA	PSDB	MA	
ROMEU QUEIROZ	PSDB	MG	
ROMMEL FEIJÓ	PSDB	CE	
RONALDO CEZAR COELHO	PSDB	RJ	
ROSE DE FREITAS	PSDB	ES	
SALVADOR ZIMBALDI	PSDB	SP	
SAMPAIO DÓRIA	PSDB	SP	
SAULO COELHO	PSDB	MG	
SAULO PEDROSA	PSDB	BA	
SEBASTIÃO MADEIRA	PSDB	MA	
SÉRGIO BARROS	PSDB	AC	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
SÉRGIO CARVALHO	PSDB	RO	
SILVIO TORRES	PSDB	SP	
VICENTE ARRUDA	PSDB	CE	
VICENTE CAROPRESO	PSDB	SC	
VITTORIO MEDIOLI	PSDB	MG	
WELINTON FAGUNDES	PSDB	MT	
XICO GRAZIANO	PSDB	SP	
YEDA CRUSIUS	PSDB	RS	(A)
ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA	
ZULAIÊ COBRA	PSDB	SP	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ALMIR SÁ	PPB	RR	
ANTONIO JOAQUIM ARAÚJO	PPB	MA	
ARNALDO FARIA DE SÁ	PPB	SP	
ARY KARA	PPB	SP	
AUGUSTO FARIAS	PPB	AL	
AUGUSTO NARDES	PPB	RS	
CELSO RUSSOMANNO	PPB	SP	
CLEONÂNCIO FONSECA	PPB	SE	
CUNHA BUENO	PPB	SP	
DELFINO NETTO	PPB	SP	
DILCEU SPERAFICO	PPB	PR	
DR. BENEDITO DIAS	PPB	AP	
EDMAR MOREIRA	PPB	MG	
ELISEU MOURA	PPB	MA	
ENI VOLTOLINI	PPB	SC	
ENIVALDO RIBEIRO	PPB	PB	
EURICO MIRANDA	PPB	RJ	
FETTER JÚNIOR	PPB	RS	
GERSON PERES	PPB	PA	
HERCULANO ANGHINETTI	PPB	MG	
HUGO BIEHL	PPB	SC	
IBRAHIM ABI-ACKEL	PPB	MG	
JAIR BOLSONARO	PPB	RJ	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoioamento para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

<i>PARLAMENTAR</i>	<i>PARTIDO</i>	<i>UF</i>	<i>ASSINATURA</i>
JOÃO PIZZOLATTI	PPB	SC	<hr/>
JOÃO TOTA	PPB	AC	<hr/>
JOSÉ JANENE	PPB	PR	<hr/>
JOSÉ LINHARES	PPB	CE	<hr/>
JÚLIO REDECKER	PPB	RS	<hr/>
LUIS CARLOS HEINZE	PPB	RS	<hr/>
LUIZ FERNANDO	PPB	AM	<hr/>
MÁRCIO REINALDO MOREIRA	PPB	MG	<hr/>
NELSON MEURER	PPB	PR	<hr/>
ODELMO LEÃO	PPB	MG	<hr/>
PASTOR AMARILDO	PPB	TO	<hr/>
PEDRO CORRÊA	PPB	PE	<hr/>
PEDRO PEDROSSIAN	PPB	MS	<hr/>
RICARDO BARROS	PPB	PR	<hr/>
ROBERTO BALESTRA	PPB	GO	<hr/>
ROMEL ANIZIO	PPB	MG	<hr/>
SALOMÃO CRUZ	PPB	RR	<hr/>
SEVERINO CAVALCANTI	PPB	PE	<hr/>
SIMÃO SESSIM	PPB	RJ	<hr/>
TELMO KIRST	PPB	RS	<hr/>
VADÃO GOMES	PPB	SP	<hr/>
WAGNER SALUSTIANO	PPB	SP	<hr/>
WIGBERTO TARTUCE	PPB	DF	<hr/>



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ALBÉRICO FILHO	PMDB	MA	
ALBERTO FRAGA	PMDB	DF	
ALCESTE ALMEIDA	PMDB	RR	
ANA CATARINA	PMDB	RN	
ANÍBAL GOMES	PMDB	CE	
ANTÔNIO DO VALLE	PMDB	MG	
ARMANDO MONTEIRO	PMDB	PE	
ASDRUBAL BENTES	PMDB	PA	
BARBOSA NETO	PMDB	GO	
BENITO GAMA	PMDB	BA	
CEZAR SCHIRMER	PMDB	RS	
CONFÚCIO MOURA	PMDB	RO	
CORIOLOANO SALES	PMDB	BA	
DAMIÃO FELICIANO	PMDB	PB	
DARCÍSIO PERONDI	PMDB	RS	
EDINHO BEZ	PMDB	SC	
EDISON ANDRINO	PMDB	SC	
ELCIONE BARBALHO	PMDB	PA	
EULER MORAIS	PMDB	GO	
EUNÍCIO OLIVEIRA	PMDB	CE	
FERNANDO DINIZ	PMDB	MG	
FLÁVIO DERZI	PMDB	MS	
FREIRE JÚNIOR	PMDB	TO	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
GASTÃO VIEIRA	PMDB	MA	
GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB	BA	
GEOVAN FREITAS	PMDB	GO	
GERMANO RIGOTTO	PMDB	RS	
GLYCON TERRA PINTO	PMDB	MG	
GUSTAVO FRUET	PMDB	PR	
HÉLIO COSTA	PMDB	MG	
HERMES PARCIANELLO	PMDB	PR	
IGOR AVELINO	PMDB	TO	
JOÃO COLAÇO	PMDB	PE	
• JOÃO EDUARDO DADO	PMDB	SP	
JOÃO HENRIQUE	PMDB	PI	
JOÃO MAGALHÃES	PMDB	MG	
JOÃO MATOS	PMDB	SC	
JOÃO MENDES	PMDB	RJ	
JONIVAL LUCAS JUNIOR	PMDB	BA	
JORGE ALBERTO	PMDB	SE	
JORGE PINHEIRO	PMDB	DF	
JORGE TADEU MUDALEN	PMDB	SP	
JORGE WILSON	PMDB	RJ	
JOSÉ BORBA	PMDB	PR	
JOSÉ CHAVES	PMDB	PE	
JOSÉ ÍNDIO	PMDB	SP	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
JOSÉ LOURENÇO	PMDB	BA	
JOSÉ PRIANTE	PMDB	PA	
JURANDIL JUAREZ	PMDB	AP	
LAIRE ROSADO	PMDB	RN	
LAMARTINE POSELLA	PMDB	SP	
LEUR LOMANTO	PMDB	BA	
LUIZ BITTENCOURT	PMDB	GO	
MARÇAL FILHO	PMDB	MS	
MARCELO BARBIERI	PMDB	SP	
MARCELO CASTRO	PMDB	PI	
MARCELO TEIXEIRA	PMDB	CE	
MARCOS LIMA	PMDB	MG	
MARIA ELVIRA	PMDB	MG	
MARIA LÚCIA	PMDB	MG	
MARINHA RAUPP	PMDB	RO	
MÁRIO DE OLIVEIRA	PMDB	MG	
MAURILIO FERREIRA LIMA	PMDB	PE	
MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	
MAURO LOPES	PMDB	MG	
MENDES RIBEIRO FILHO	PMDB	RS	
MICHEL TEMER	PMDB	SP	
MILTON MONTI	PMDB	SP	
MOACIR MICHELETTO	PMDB	PR	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
NAIR XAVIER LOBO	PMDB	GO	
NELO RODOLFO	PMDB	SP	
NELSON PROENÇA	PMDB	RS	
NORBERTO TEIXEIRA	PMDB	GO	
OLAVO CALHEIROS	PMDB	AL	
OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR	
OSMAR TERRA	PMDB	RS	
OSVALDO BIOLCHI	PMDB	RS	
OSVALDO REIS	PMDB	TO	
PAULO LIMA	PMDB	SP	
PEDRO CHAVES	PMDB	GO	
PEDRO NOVAIS	PMDB	MA	
PINHEIRO LANDIM	PMDB	CE	
RENATO VIANNA	PMDB	SC	
RICARDO IZAR	PMDB	SP	
RITA CAMATA	PMDB	ES	
ROLAND LAVIGNE	PMDB	BA	
SALATIEL CARVALHO	PMDB	PE	
SARAIVA FELIPE	PMDB	MG	
SILAS BRASILEIRO	PMDB	MG	
TETÉ BEZERRA	PMDB	MT	
THEMÍSTOCLES SAMPAIO	PMDB	PI	
WAGNER ROSSI	PMDB	SP	



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
WALDEMIR MOKA	PMDB	MS	
WILSON SANTOS	PMDB	MT	
ZÉ GOMES DA ROCHA	PMDB	GO	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ABELARDO LUPION	PFL	PR	
ADAUTO PEREIRA	PFL	PB	
AFFONSO CAMARGO	PFL	PR	
ALDIR CABRAL	PFL	RJ	
ALMERINDA DE CARVALHO	PFL	RJ	
ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC	
ARACELY DE PAULA	PFL	MG	
ARISTON ANDRADE	PFL	BA	
AROLDE DE OLIVEIRA	PFL	RJ	
ÁTILA LINS	PFL	AM	
CARLOS ALBERTO ROSADO	PFL	RN	
CELCITA PINHEIRO	PFL	MT	
CESAR BANDEIRA	PFL	MA	
CHICO SARDELLI	PFL	SP	
CIRO NOGUEIRA	PFL	PI	
CLAUDIO CAJADO	PFL	BA	
CLEUBER CARNEIRO	PFL	MG	
CORAUCI SOBRINHO	PFL	SP	
COSTA FERREIRA	PFL	MA	
DEUSDETH PANTOJA	PFL	PA	
EFRAIM MORAIS	PFL	PB	
ELISEU RESENDE	PFL	MG	
EULER RIBEIRO	PFL	AM	



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
EXPEDITO JÚNIOR	PFL	RO	
FRANCISCO COELHO	PFL	MA	
FRANCISCO GARCIA	PFL	AM	
FRANCISCO RODRIGUES	PFL	RR	
FRANCISTÔNIO PINTO	PFL	BA	
GERSON GABRIELLI	PFL	BA	
GERVÁSIO SILVA	PFL	SC	
GILBERTO KASSAB	PFL	SP	
HERÁCLITO FORTES	PFL	PI	
ILDEFONÇO CORDEIRO	PFL	AC	
INOCÊNCIO OLIVEIRA	PFL	PE	
IVANIO GUERRA	PFL	PR	
JAIME FERNANDES	PFL	BA	
JAIME MARTINS	PFL	MG	
JAIRO CARNEIRO	PFL	BA	
JOÃO CARLOS BACELAR	PFL	BA	
JOÃO RIBEIRO	PFL	TO	
JOAQUIM FRANCISCO	PFL	PE	
JOEL DE HOLLANDA	PFL	PE	
JORGE KHOURY	PFL	BA	
JOSÉ CARLOS ALELUIA	PFL	BA	
JOSÉ CARLOS COUTINHO	PFL	RJ	
JOSÉ CARLOS FONSECA JR.	PFL	ES	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
JOSÉ MENDONÇA BEZERRA	PFL	PE	
JOSÉ MÚCIO MONTEIRO	PFL	PE	
JOSÉ ROCHA	PFL	BA	
JOSÉ THOMAZ NONÔ	PFL	AL	
KÁTIA ABREU	PFL	TO	
LAEL VARELLA	PFL	MG	
LAURA CARNEIRO	PFL	RJ	
LAVOISIER MAIA	PFL	RN	
LUCIANO CASTRO	PFL	RR	
LUCIANO PIZZATTO	PFL	PR	
LUIS BARBOSA	PFL	RR	
LUIZ DURÃO	PFL	ES	
LUIZ MOREIRA	PFL	BA	
MARCONDES GADELHA	PFL	PB	
MARCOS CINTRA	PFL	SP	
MÁRIO ASSAD JÚNIOR	PFL	MG	
MAURO FECURY	PFL	MA	
MILTON BARBOSA	PFL	BA	
MOREIRA FERREIRA	PFL	SP	
MORONI TORGAN	PFL	CE	
MUSSA DEMES	PFL	PI	
NEUTON LIMA	PFL	SP	
NEY LOPES	PFL	RN	



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoio para a Emenda Aditiva à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
NICE LOBÃO	PFL	MA	
OSVALDO COELHO	PFL	PE	
PAES LANDIM	PFL	PI	
PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM	
PAULO BRAGA	PFL	BA	
PAULO GOUVÊA	PFL	SC	
PAULO MAGALHÃES	PFL	BA	
PAULO MARINHO	PFL	MA	
PAULO OCTÁVIO	PFL	DF	
PEDRO BITTENCOURT	PFL	SC	
PEDRO FERNANDES	PFL	MA	
PEDRO IRUJO	PFL	BA	
RAIMUNDO SANTOS	PFL	PA	
REGINALDO GERMANO	PFL	BA	
RICARDO FIUZA	PFL	PE	
ROBERTO PESSOA	PFL	CE	
ROBSON TUMA	PFL	SP	
RONALDO CAIADO	PFL	GO	
RUBEM MEDINA	PFL	RJ	
SANTOS FILHO	PFL	PR	
SÉRGIO BARCELLOS	PFL	AP	
URSICINO QUEIROZ	PFL	BA	
VIC PIRES FRANCO	PFL	PA	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEC 53-A/99 - SISTEMA FINANCEIRO

Emenda Nº 5 /01

Recebido em 31 / 05 /01

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53-A , DE 2001.**  
**(DO SENADO FEDERAL)**

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**EMENDA MODIFICATIVA**

O parágrafo único do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a ter a seguinte redação:

Art. 52 .....

Parágrafo único. A vedação a que se refere este artigo não se aplica às autorizações resultantes de acordos internacionais, de reciprocidade ou as que forem aprovadas em lei específica pelo Congresso Nacional, por maioria absoluta.

**JUSTIFICAÇÃO**

Com a presente emenda tencionamos aprimorar o texto constitucional e corrigir uma falha que vem gerando graves confusões e servido a interpretações capciosas, que deturpam os princípios básicos de equilíbrio e harmonia entre os Poderes e concedem ao Poder Executivo uma automomia sem precedentes para regular o funcionamento do sistema financeiro nacional sem a necessária anuência do Poder Legislativo. A fonte dessa exorbitância de poder provém da interpretação incorreta do art.





52 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, o qual veda a instalação, no país, de novas agências de instituições financeiras estrangeiras, bem como o aumento de participação estrangeira no capital de instituições financeiras nacionais, até que seja editada a lei complementar regulamentadora do art. 192. Contudo, seu parágrafo único contém a ressalva de que essa vedação não se aplica às autorizações resultantes de acordos internacionais, de reciprocidade, ou de interesse do Governo brasileiro.

Com base nesse dispositivo, o Poder Executivo passou a adotar o expediente de autorizar a alienação de instituições financeiras ao capital estrangeiro mediante a simples edição de decretos presidenciais, onde teoricamente estaria explicitado o interesse do Governo brasileiro na operação. Questionamos fortemente esta interpretação, pois, do ponto de vista jurídico, um decreto presidencial não seria o instrumento legal competente para definir o que sejam interesses do Governo brasileiro. Por outro lado, o conceito de "Governo brasileiro" não está restrito ao Poder Executivo. Isso é confirmado pela própria Advocacia Geral da União, em cujo Parecer n.º GQ-212, de 13 de janeiro de 2000, ressalta que o significado da expressão "Governo Federal" não é coincidente com o de Poder Executivo, devendo o Poder Legislativo ser incluído na atividade governamental. De fato, o Poder Legislativo, pelas suas elevadas atribuições na esfera legislativa, no controle dos atos administrativos e na formulação de políticas públicas também é parte integrante do Governo brasileiro. Assim, a fim de dirimir definitivamente as interpretações duvidosas suscitadas pelo citado artigo sugerimos a presente emenda que terá o cunho de integrar o Poder Legislativo às decisões mais importantes relativas aos rumos do sistema financeiro nacional.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 2001

**RICARDO BERZOINI**  
Deputado Federal PT/SP



PROPOSIÇÃO: PEC

(ASS005305)

AUTOR: RICARDO BERZOINI

DEPUTADO	UF	PARTIDO
1 - ADAO PRETTO	RS	PT
2 - AGNELO QUEIROZ	DF	PCdoB
3 - ALBERICO FILHO	MA	PMDB
4 - ALCEU COLLARES	RS	PDT
5 - ALDO ARANTES	GO	PCdoB
6 - ALDO REBELO	SP	PCdoB
7 - ALEX CANZIANI	PR	PSDB
8 - ALEXANDRE CARDOSO	RJ	PSB
9 - ALOIZIO MERCADANTE	SP	PT
10 - ANA CATARINA	RN	PMDB
11 - ANA CORSO	RS	PT
12 - ANGELA GUADAGNIN	SP	PT
13 - ANIBAL GOMES	CE	PMDB
14 - ANTONIO CAMBRAIA	CE	PSDB
15 - ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
16 - ARISTON ANDRADE	BA	PFL
17 - ARMANDO ABILIO	PB	PSDB
18 - ARNON BEZERRA	CE	PSDB
19 - AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
20 - BABA	PA	PT
21 - BENITO GAMA	BA	PMDB
22 - BISPO RODRIGUES	RJ	PL
23 - CARLITO MERSS	SC	PT
24 - CARLOS ALBERTO ROSADO	RN	PFL
25 - CARLOS SANTANA	RJ	PT
26 - CELSO RUSSOMANNO	SP	PPB
27 - CHICO DA PRINCESA	PR	PSDB
28 - CLEMENTINO COELHO	PE	PPS
29 - CLOVIS ILGENFRITZ	RS	PT
30 - CONFUCIO MOURA	RO	PMDB
31 - CORIOLANO SALES	BA	PMDB
32 - CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
33 - DAMIAO FELICIANO	PB	PMDB
34 - DELFIM NETTO	SP	PPB
35 - DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
36 - DIVALDO SURUAGY	AL	PST
37 - DJALMA PAES	PE	PSB
38 - DR. BENEDITO DIAS	AP	PPB
39 - DR. HELIO	SP	PDT
40 - DR. ROSINHA	PR	PT
41 - EDINHO BEZ	SC	PMDB
42 - EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
43 - EMERSON KAPAZ	SP	PPS
44 - ESTHER GROSSI	RS	PT
45 - EVANDRO MILHOMEN	AP	PSB
46 - FELIX MENDONCA	BA	PTB
47 - FERNANDO CORUJA	SC	PDT
48 - FERNANDO FERRO	PE	PT
49 - FERNANDO GABEIRA	RJ	PV



DEPUTADO	UF	PARTIDO
50 - FETTER JUNIOR	RS	PPB
51 - FREIRE JUNIOR	TO	PMDB
52 - GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
53 - GERALDO MAGELA	DF	PT
54 - GERMANO RIGOTTO	RS	PMDB
55 - GERSON PERES	PA	PPB
56 - GILMAR MACHADO	MG	PT
57 - GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
58 - GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
59 - GUSTAVO FRUET	PR	PMDB
60 - HELIO COSTA	MG	PMDB
61 - HENRIQUE FONTANA	RS	PT
62 - IARA BERNARDI	SP	PT
63 - IEDIO ROSA	RJ	S.PART.
64 - INACIO ARRUDA	CE	PCdoB
65 - INOCENCIO OLIVEIRA	PE	PFL
66 - IVAN PAIXAO	SE	PPS
67 - IVAN VALENTE	SP	PT
68 - JAIR MENEGUELLI	SP	PT
69 - JANDIRA FEGHALI	RJ	PCdoB
70 - JAQUES WAGNER	BA	PT
71 - JOAO CALDAS	AL	PTB
72 - JOAO COSER	ES	PT
73 - JOAO EDUARDO DADO	SP	PMDB
74 - JOAO GRANDAO	MS	PT
75 - JOAO MAGALHAES	MG	PMDB
76 - JOAO MAGNO	MG	PT
77 - JOAO PAULO	SP	PT
78 - JOAO SAMPAIO	RJ	PDT
79 - JORGE BITTAR	RJ	PT
80 - JORGE KHOURY	BA	PFL
81 - JOSE ANTONIO ALMEIDA	MA	PSB
82 - JOSE CARLOS FONSECA JR.	ES	PFL
83 - JOSE DIRCEU	SP	PT
84 - JOSE GENOINO	SP	PT
85 - JOSE LOURENCO	BA	PMDB
86 - JOSE MILITAO	MG	PSDB
87 - JOSE MUCIO MONTEIRO	PE	PFL
88 - JOSE PIMENTEL	CE	PT
89 - JOSE ROBERTO BATOCHIO	SP	PDT
90 - JOSE ROCHA	BA	PFL
91 - JOSE THOMAZ NONO	AL	PFL
92 - JUQUINHA	GO	PSDB
93 - JURANDIL JUAREZ	AP	PMDB
94 - LAURA CARNEIRO	RJ	PFL
95 - LUCIANO ZICA	SP	PT
96 - LUIZ ALBERTO	BA	PT
97 - LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
98 - LUIZ CARLOS HAULY	PR	PSDB
99 - LUIZ EDUARDO GREENHALGH	SP	PT
100 - LUIZ SERGIO	RJ	PT
101 - LUIZA ERUNDINA	SP	PSB
102 - MANOEL SALVIANO	CE	PSDB
103 - MANOEL VITORIO	MS	PT
104 - MARCIO BITTAR	AC	PPS



DEPUTADO	UF	PARTIDO
105 - MARCIO MATOS	PR	PTB
106 - MARCONDES GADELHA	PB	PFL
107 - MARCOS AFONSO	AC	PT
108 - MARCOS CINTRA	SP	PFL
109 - MARIA DO CARMO LARA	MG	PT
110 - MARIA LUCIA	MG	PMDB
111 - MARIO NEGROMONTE	BA	PSDB
112 - MAURILIO FERREIRA LIMA	PE	PMDB
113 - MAURO BENEVIDES	CE	PMDB
114 - MILTON MONTI	SP	PMDB
115 - MILTON TEMER	RJ	PT
116 - MOACIR MICHELETTO	PR	PMDB
117 - MORONI TORGAN	CE	PFL
118 - MUCIO SA	RN	PTB
119 - MUSSA DEMES	PI	PFL
120 - NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
121 - NELO RODOLFO	SP	PMDB
122 - NELSON MARCHEZAN	RS	PSDB
123 - NELSON PELLEGRINO	BA	PT
124 - NILMARIO MIRANDA	MG	PT
125 - NILSON MOURAO	AC	PT
126 - OLIMPIO PIRES	MG	PDT
127 - ORLANDO DESCONSI	RS	PT
128 - ORLANDO FANTAZZINI	SP	PT
129 - PADRE ROQUE	PR	PT
130 - PAUDERNEY AVELINO	AM	PFL
131 - PAULO DELGADO	MG	PT
132 - PAULO PAIM	RS	PT
133 - PAULO ROCHA	PA	PT
134 - PEDRO CELSO	DF	PT
135 - PEDRO EUGENIO	PE	PPS
136 - PEDRO NOVAIS	MA	PMDB
137 - PEDRO VALADARES	SE	PSB
138 - POMPEO DE MATTOS	RS	PDT
139 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
140 - RAFAEL GUERRA	MG	PSDB
141 - REGIS CAVALCANTE	AL	PPS
142 - RICARDO BERZOINI	SP	PT
143 - RICARDO FIUZA	PE	PPB
144 - RITA CAMATA	ES	PMDB
145 - ROBERIO ARAUJO	RR	PL
146 - ROBERTO ARGENTA	RS	PHS
147 - RODRIGO MAIA	RJ	PTB
148 - ROLAND LAVIGNE	BA	PMDB
149 - ROMEU QUEIROZ	MG	PSDB
150 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
151 - RUBENS BUENO	PR	PPS
152 - SALOMAO GURGEL	RN	PDT
153 - SAMPAIO DORIA	SP	PSDB
154 - SAULO COELHO	MG	PSDB
155 - SAULO PEDROSA	BA	PSDB
156 - SERAFIM VENZON	SC	PDT
157 - SERGIO MIRANDA	MG	PCdoB
158 - SERGIO NOVAIS	CE	PSB
159 - SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB

DEPUTADO	UF	PARTIDO
160 - SOCORRO GOMES	PA	PCdoB
161 - TANIA SOARES	SE	PCdoB
162 - TELMA DE SOUZA	SP	PT
163 - TILDEN SANTIAGO	MG	PT
164 - VANESSA GRAZZIOTIN	AM	PCdoB
165 - VIRGILIO GUIMARAES	MG	PT
166 - VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT
167 - WALDIR PIRES	BA	PT
168 - WALDOMIRO BARANCELLI FIORAVANTERS		PT
169 - WALTER PINHEIRO	BA	PT
170 - WELLINGTON DIAS	PI	PT
171 - WOLNEY QUEIROZ	PE	PDT

ASSINATURAS CONFIRMADAS.....	171	REPETIDAS: **
ASSINATURAS DE APOIAMENTO.....	2	REPETIDAS: 1
TOTAL DE ASSINATURAS.....	276	



## ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1 -	ADAO PRETTO	RS	PT
2 -	ALEX CANZIANI	PR	PSDB
3 -	ALOIZIO MERCADANTE	SP	PT
4 -	ANA CORSO	RS	PT
5 -	ANGELA GUADAGNIN	SP	PT
6 -	ANTONIO CAMBRAIA	CE	PSDB
7 -	ANTONIO DO VALLE	MG	PMDB
8 -	ARMANDO ABILIO	PB	PSDB
9 -	ARNON BEZERRA	CE	PSDB
10 -	AVENZOAR ARRUDA	PB	PT
11 -	BABA	PA	PT
12 -	BISPO RODRIGUES	RJ	PL
13 -	CARLITO MERSS	SC	PT
14 -	CARLOS SANTANA	RJ	PT
15 -	CELSO RUSSOMANNO	SP	PPB
16 -	CLEMENTINO COELHO	PE	PPS
17 -	CLOVIS ILGENFRITZ	RS	PT
18 -	CONFUCIO MOURA	RO	PMDB
19 -	CORIOLOANO SALES	BA	PMDB
20 -	CUSTODIO MATTOS	MG	PSDB
21 -	DAMIAO FELICIANO	PB	PMDB
22 -	DEUSDETH PANTOJA	PA	PFL
23 -	DIVALDO SURUAGY	AL	PST
24 -	DJALMA PAES	PE	PSB
25 -	DR. BENEDITO DIAS	AP	PPB
26 -	DR. HELIO	SP	PDT
27 -	EDINHO BEZ	SC	PMDB
28 -	EDUARDO CAMPOS	PE	PSB
29 -	EMERSON KAPAZ	SP	PPS
30 -	FERNANDO CORUJA	SC	PDT
31 -	FERNANDO FERRO	PE	PT
32 -	FERNANDO GABEIRA	RJ	PV
33 -	FETTER JUNIOR	RS	PPB
34 -	GASTAO VIEIRA	MA	PMDB
35 -	GERALDO MAGELA	DF	PT
36 -	GERMANO RIGOTTO	RS	PMDB
37 -	GIVALDO CARIMBAO	AL	PSB
38 -	GONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
39 -	GUSTAVO FRUET	PR	PMDB
40 -	HELIO COSTA	MG	PMDB
41 -	HENRIQUE FONTANA	RS	PT
42 -	INOCENCIO OLIVEIRA	PE	PFL
43 -	IVAN PAIXAO	SE	PPS
44 -	JAIR MENEGUELLI	SP	PT
45 -	JANDIRA FEGHALI	RJ	PCdoB
46 -	JOAO COSER	ES	PT
47 -	JOAO MAGNO	MG	PT
48 -	JOAO PAULO	SP	PT
49 -	JORGE BITTAR	RJ	PT
50 -	JOSE CARLOS FONSECA JR.	ES	PFL
51 -	JOSE DIRCEU	SP	PT
52 -	JOSE GENOINO	SP	PT
53 -	JOSE MILITAO	MG	PSDB
54 -	JOSE MUCIO MONTEIRO	PE	PFL



55 - JOSE PIMENTEL	CE	PT
56 - JOSE THOMAZ NONO	AL	PFL
57 - JUQUINHA	GO	PSDB
58 - JURANDIL JUAREZ	AP	PMDB
59 - LAURA CARNEIRO	RJ	PFL
60 - LUCIANO ZICA	SP	PT
61 - LUIZ ANTONIO FLEURY	SP	PTB
62 - LUIZ EDUARDO GREENHALGH	SP	PT
63 - LUIZA ERUNDINA	SP	PSB
64 - MARCIO MATOS	PR	PTB
65 - MARCOS CINTRA	SP	PFL
66 - MARIA DO CARMO LARA	MG	PT
67 - MAURILIO FERREIRA LIMA	PE	PMDB
68 - MILTON MONTI	SP	PMDB
69 - MILTON TEMER	RJ	PT
70 - MUCIO SA	RN	PTB
71 - MUSSA DEMES	PI	PFL
72 - NAIR XAVIER LOBO	GO	PMDB
73 - NELSON PELLEGRINO	BA	PT
74 - NILMARIO MIRANDA	MG	PT
75 - NILSON MOURAO	AC	PT
76 - ORLANDO DESCONSI	RS	PT
77 - ORLANDO FANTAZZINI	SP	PT
78 - PADRE ROQUE	PR	PT
79 - PAUDERNEY AVELINO	AM	PFL
80 - PAULO DELGADO	MG	PT
81 - PAULO ROCHA	PA	PT
82 - PEDRO CELSO	DF	PT
83 - PEDRO EUGENIO	PE	PPS
84 - PROFESSOR LUIZINHO	SP	PT
85 - RAFAEL GUERRA	MG	PSDB
86 - REGIS CAVALCANTE	AL	PPS
87 - RICARDO BERZOINI	SP	PT
88 - RICARDO BERZOINI	SP	PT
89 - RITA CAMATA	ES	PMDB
90 - RODRIGO MAIA	RJ	PTB
91 - ROLAND LAVIGNE	BA	PMDB
92 - ROMEU QUEIROZ	MG	PSDB
93 - RONALDO VASCONCELLOS	MG	PL
94 - RUBENS BUENO	PR	PPS
95 - SAULO COELHO	MG	PSDB
96 - SERGIO NOVAIS	CE	PSB
97 - SILAS BRASILEIRO	MG	PMDB
98 - SOCORRO GOMES	PA	PCdoB
99 - TELMA DE SOUZA	SP	PT
100 - VIRGILIO GUIMARAES	MG	PT
101 - WALDIR PIRES	BA	PT
102 - WALTER PINHEIRO	BA	PT

## ASSINATURAS DE APOIAMENTO

1 - ANTONIO KANDIR	SP	PSDB
2 - YEDA CRUSIUS	RS	PSDB

## ASSINATURAS DE APOIAMENTO REPETIDAS

1 - YEDA CRUSIUS	RS	PSDB
------------------	----	------



19/06/01

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Pag. 3



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ABELARDO LUPION	PFL	PR	
ADAUTO PEREIRA	PFL	PB	
AFFONSO CAMARGO	PFL	PR	
ALDIR CABRAL	PFL	RJ	
ALMERINDA DE CARVALHO	PFL	RJ	
ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC	
ARACELY DE PAULA	PFL	MG	
ARISTON ANDRADE	PFL	BA	
AROLDE DE OLIVEIRA	PFL	RJ	
ÁTILA LINS	PFL	AM	
CARLOS ALBERTO ROSADO	PFL	RN	
CELCITA PINHEIRO	PFL	MT	
CESAR BANDEIRA	PFL	MA	
CHICO SARDELLI	PFL	SP	
CIRO NOGUEIRA	PFL	PI	
CLAUDIO CAJADO	PFL	BA	
CLEUBER CARNEIRO	PFL	MG	
CORAUCI SOBRINHO	PFL	SP	
COSTA FERREIRA	PFL	MA	
DEUSDETH PANTOJA	PFL	PA	<i>Deusdeth Pantoja</i>
EFRAIM MORAIS	PFL	PB	
ELISEU RESENDE	PFL	MG	
EULER RIBEIRO	PFL	AM	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
EXPEDITO JÚNIOR	PFL	RO	
FRANCISCO COELHO	PFL	MA	
FRANCISCO GARCIA	PFL	AM	
FRANCISCO RODRIGUES	PFL	RR	
FRANCISTÔNIO PINTO	PFL	BA	
GERSON GABRIELLI	PFL	BA	
GERVÁSIO SILVA	PFL	SC	
GILBERTO KASSAB	PFL	SP	
HERÁCLITO FORTES	PFL	PI	
ILDEFONÇO CORDEIRO	PFL	AC	
INOCÊNCIO OLIVEIRA	PFL	PE	
IVANIO GUERRA	PFL	PR	
JAIME FERNANDES	PFL	BA	
JAIME MARTINS	PFL	MG	
JAIRO CARNEIRO	PFL	BA	
JOÃO CARLOS BACELAR	PFL	BA	
JOÃO RIBEIRO	PFL	TO	
JOAQUIM FRANCISCO	PFL	PE	
JOEL DE HOLLANDA	PFL	PE	
JORGE KHOURY	PFL	BA	
JOSÉ CARLOS ALELUIA	PFL	BA	
JOSÉ CARLOS COUTINHO	PFL	RJ	
JOSÉ CARLOS FONSECA JR.	PFL	ES	



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
JOSÉ MENDONÇA BEZERRA	PFL	PE	
JOSÉ MÚCIO MONTEIRO	PFL	PE	
JOSÉ ROCHA	PFL	BA	
JOSÉ THOMAZ NONÔ	PFL	AL	
KÁTIA ABREU	PFL	TO	
LAEL VARELLA	PFL	MG	
LAURA CARNEIRO	PFL	RJ	
LAVOISIER MAIA	PFL	RN	
LUCIANO CASTRO	PFL	RR	
LUCIANO PIZZATTO	PFL	PR	
LUIS BARBOSA	PFL	RR	
LUIZ DURÃO	PFL	ES	
LUIZ MOREIRA	PFL	BA	
MARCONDES GADELHA	PFL	PB	
MARCOS CINTRA	PFL	SP	
MÁRIO ASSAD JÚNIOR	PFL	MG	
MAURO FECURY	PFL	MA	
MILTON BARBOSA	PFL	BA	
MOREIRA FERREIRA	PFL	SP	
MORONI TORGAN	PFL	CE	
MUSSA DEMES	PFL	PI	
NEUTON LIMA	PFL	SP	
NEY LOPES	PFL	RN	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
NICE LOBÃO	PFL	MA	
OSVALDO COELHO	PFL	PE	
PAES LANDIM	PFL	PI	
PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM	
PAULO BRAGA	PFL	BA	
PAULO GOUVÊA	PFL	SC	
PAULO MAGALHÃES	PFL	BA	
PAULO MARINHO	PFL	MA	
PAULO OCTÁVIO	PFL	DF	
PEDRO BITTENCOURT	PFL	SC	
PEDRO FERNANDES	PFL	MA	
PEDRO IRUJO	PFL	BA	
RAIMUNDO SANTOS	PFL	PA	
REGINALDO GERMANO	PFL	BA	
RICARDO FIUZA	PFL	PE	
ROBERTO PESSOA	PFL	CE	
ROBSON TUMA	PFL	SP	
RONALDO CAIADO	PFL	GO	
RUBEM MEDINA	PFL	RJ	
SANTOS FILHO	PFL	PR	
SÉRGIO BARCELLOS	PFL	AP	
URSICINO QUEIROZ	PFL	BA	
VIC PIRES FRANCO	PFL	PA	



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
VILMAR ROCHA	PFL	GO	
WERNER WANDERER	PFL	PR	
WILSON BRAGA	PFL	PB	
YVONILTON GONÇALVES	PFL	BA	
ZEZÉ PERRELLA	PFL	MG	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
DE VELASCO	PSL	SP	
JOSÉ ALEKSANDRO	PSL	AC	
LINCOLN PORTELA	PSL	MG	
LUCIANO BIVAR	PSL	PE	
VALDECI PAIVA	PSL	RJ	



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR

PARTIDO UF

ASSINATURA

DIVALDO SURUAGY

PST AL

*Divaldo Suruagy*

LUISINHO

PST RJ

LUIZ DANTAS

PST AL

REMI TRINTA

PST MA





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ANTÔNIO JORGE	PTB	TO	
CARLOS DUNGA	PTB	PB	
DUILIO PISANESCHI	PTB	SP	
EDIR OLIVEIRA	PTB	RS	
EDUARDO SEABRA	PTB	AP	
FÉLIX MENDONÇA	PTB	BA	
FERNANDO GONÇALVES	PTB	RJ	
IBERÊ FERREIRA	PTB	RN	
IRIS SIMÕES	PTB	PR	
JOÃO CALDAS	PTB	AL	
JOSÉ CARLOS ELIAS	PTB	ES	
JOSÉ CARLOS MARTINEZ	PTB	PR	
JOSE COIMBRA	PTB	SP	
JOSUÉ BENGTON	PTB	PA	
LUIZ ANTONIO FLEURY	PTB	SP	
MÁRCIO MATOS	PTB	PR	
MAX MAURO	PTB	ES	
MÚCIO SÁ	PTB	RN	
MURILO DOMINGOS	PTB	MT	
NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP	
NELSON TRAD	PTB	MS	
NILTON CAPIXABA	PTB	RO	
RENILDO LEAL	PTB	PA	



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ROBERTO JEFFERSON	PTB	RJ	
RODRIGO MAIA	PTB	RJ	
SÉRGIO REIS	PTB	SE	
SILAS CÂMARA	PTB	AM	
WALFRIDO MARES GUIA	PTB	MG	
ZILA BEZERRA	PTB	AC	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
JOSÉ DE ABREU	PTN	SP	<hr/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**


PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ADOLFO MARINHO	PSDB	CE	
AÉCIO NEVES	PSDB	MG	
AIRTON ROVEDA	PSDB	PR	
ALBERTO GOLDMAN	PSDB	SP	
ALEX CANZIANI	PSDB	PR	
ALEXANDRE SANTOS	PSDB	RJ	
ANDRÉ BENASSI	PSDB	SP	
ANIVALDO VALE	PSDB	PA	
ANTONIO CAMBRAIA	PSDB	CE	
ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	PSDB	SP	
ANTONIO FEIJÃO	PSDB	AP	
ANTONIO KANDIR	PSDB	SP	
ARMANDO ABÍLIO	PSDB	PB	
ARNALDO MADEIRA	PSDB	SP	
ARNON BEZERRA	PSDB	CE	
ARTHUR VIRGÍLIO	PSDB	AM	
ÁTILA LIRA	PSDB	PI	
AUGUSTO FRANCO	PSDB	SE	
B. SÁ	PSDB	PI	
BADU PICANÇO	PSDB	AP	
BASÍLIO VILLANI	PSDB	PR	
BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG	
CANDINHO MATTOS	PSDB	RJ	



**Apoiamiento para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

<b>PARLAMENTAR</b>	<b>PARTIDO</b>	<b>UF</b>	<b>ASSINATURA</b>
CARLOS BATATA	PSDB	PE	
CARLOS MOSCONI	PSDB	MG	
CHICO DA PRINCESA	PSDB	PR	
CHIQUELHO FEITOSA	PSDB	CE	
CLOVIS VOLPI	PSDB	SP	
CUSTÓDIO MATTOS	PSDB	MG	
DANILO DE CASTRO	PSDB	MG	
DINO FERNANDES	PSDB	RJ	
DOMICIANO CABRAL	PSDB	PB	
DR. HELENO	PSDB	RJ	
EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG	
ELIAS MURAD	PSDB	MG	
FÁTIMA PELAES	PSDB	AP	
FEU ROSA	PSDB	ES	
FLÁVIO ARNS	PSDB	PR	
HAROLDO BEZERRA	PSDB	PA	
HELENILDO RIBEIRO	PSDB	AL	
INALDO LEITÃO	PSDB	PB	
ITAMAR SERPA	PSDB	RJ	
JOÃO ALMEIDA	PSDB	BA	
JOÃO CASTELO	PSDB	MA	
JOÃO LEÃO	PSDB	BA	
JOSÉ MILITÃO	PSDB	MG	

**Apoioamento para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

<b>PARLAMENTAR</b>	<b>PARTIDO</b>	<b>UF</b>	<b>ASSINATURA</b>
JOSÉ TELES	PSDB	SE	
JOVAIR ARANTES	PSDB	GO	
JULIO SEMEGHINI	PSDB	SP	
JUQUINHA	PSDB	GO	
JUTAHY JUNIOR	PSDB	BA	
LÉO ALCÂNTARA	PSDB	CE	
LIDIA QUINAN	PSDB	GO	
LINO ROSSI	PSDB	MT	
LÚCIA VÂNIA	PSDB	GO	
LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	
LUIZ PIAUHYLINO	PSDB	PE	
LUIZ RIBEIRO	PSDB	RJ	
MANOEL SALVIANO	PSDB	CE	
MARCIO FORTES	PSDB	RJ	
MARIA ABADIA	PSDB	DF	
MÁRIO NEGROMONTE	PSDB	BA	
MARISA SERRANO	PSDB	MS	
MAX ROSENMANN	PSDB	PR	
NARCIO RODRIGUES	PSDB	MG	
NELSON MARCHEZAN	PSDB	RS	
NELSON OTOCH	PSDB	CE	
NICIAS RIBEIRO	PSDB	PA	
NILO COELHO	PSDB	BA	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ODÍLIO BALBINOTTI	PSDB	PR	
OSMÂNIO PEREIRA	PSDB	MG	
PAULO FEIJÓ	PSDB	RJ	
PAULO KOBAYASHI	PSDB	SP	
PAULO MOURÃO	PSDB	TO	
PEDRO CANEDO	PSDB	GO	
PEDRO HENRY	PSDB	MT	
RAFAEL GUERRA	PSDB	MG	
RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PSDB	CE	
RICARDO FERRAÇO	PSDB	ES	
RICARDO RIQUE	PSDB	PB	
RICARTE DE FREITAS	PSDB	MT	
ROBERTO ROCHA	PSDB	MA	
ROMEU QUEIROZ	PSDB	MG	
ROMMEL FEIJÓ	PSDB	CE	
RONALDO CEZAR COELHO	PSDB	RJ	
ROSE DE FREITAS	PSDB	ES	
SALVADOR ZIMBALDI	PSDB	SP	
SAMPAIO DÓRIA	PSDB	SP	
SAULO COELHO	PSDB	MG	
SAULO PEDROSA	PSDB	BA	
SEBASTIÃO MADEIRA	PSDB	MA	
SÉRGIO BARROS	PSDB	AC	



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
SÉRGIO CARVALHO	PSDB	RO	
SILVIO TORRES	PSDB	SP	
VICENTE ARRUDA	PSDB	CE	
VICENTE CAROPRESO	PSDB	SC	
VITTORIO MEDIOLI	PSDB	MG	
WELINTON FAGUNDES	PSDB	MT	
XICO GRAZIANO	PSDB	SP	
YEDA CRUSIUS	PSDB	RS	(A) Yeda Crusius
ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA	
ZULAIÊ COBRA	PSDB	SP	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
AGNALDO MUNIZ	PPS	RO	
AIRTON CASCAVEL	PPS	RR	
CLEMENTINO COELHO	PPS	PE	
EMERSON KAPAZ	PPS	SP	
IVAN PAIXÃO	PPS	SE	
JOÃO HERRMANN NETO	PPS	SP	
MÁRCIO BITTAR	PPS	AC	
PEDRO EUGÊNIO	PPS	PE	
PIMENTEL GOMES	PPS	CE	
REGIS CAVALCANTE	PPS	AL	
RUBENS BUENO	PPS	PR	
RUBENS FURLAN	PPS	SP	



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ALMIR SÁ	PPB	RR	
ANTONIO JOAQUIM ARAÚJO	PPB	MA	
ARNALDO FARIA DE SÁ	PPB	SP	
ARY KARA	PPB	SP	
AUGUSTO FARIAS	PPB	AL	
AUGUSTO NARDES	PPB	RS	
CELSO RUSSOMANNO	PPB	SP	
CLEONÂNCIO FONSECA	PPB	SE	
CUNHA BUENO	PPB	SP	
DELFIN NETTO	PPB	SP	
DILCEU SPERAFICO	PPB	PR	
DR. BENEDITO DIAS	PPB	AP	
EDMAR MOREIRA	PPB	MG	
ELISEU MOURA	PPB	MA	
ENI VOLTOLINI	PPB	SC	
ENIVALDO RIBEIRO	PPB	PB	
EURICO MIRANDA	PPB	RJ	
FETTER JÚNIOR	PPB	RS	
GERSON PERES	PPB	PA	
HERCULANO ANGHINETTI	PPB	MG	
HUGO BIEHL	PPB	SC	
IBRAHIM ABI-ACKEL	PPB	MG	
JAIR BOLSONARO	PPB	RJ	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoioamento para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

<i>PARLAMENTAR</i>	<i>PARTIDO</i>	<i>UF</i>	<i>ASSINATURA</i>
JOÃO PIZZOLATTI	PPB	SC	
JOÃO TOTA	PPB	AC	
JOSÉ JANENE	PPB	PR	
JOSÉ LINHARES	PPB	CE	
JÚLIO REDECKER	PPB	RS	
LUIS CARLOS HEINZE	PPB	RS	
LUIZ FERNANDO	PPB	AM	
MÁRCIO REINALDO MOREIRA	PPB	MG	
NELSON MEURER	PPB	PR	
ODELMO LEÃO	PPB	MG	
PASTOR AMARILDO	PPB	TO	
PEDRO CORRÊA	PPB	PE	
PEDRO PEDROSSIAN	PPB	MS	
RICARDO BARROS	PPB	PR	
ROBERTO BALESTRA	PPB	GO	
ROMEL ANIZIO	PPB	MG	
SALOMÃO CRUZ	PPB	RR	
SEVERINO CAVALCANTI	PPB	PE	
SIMÃO SESSIM	PPB	RJ	
TELMO KIRST	PPB	RS	
VADÃO GOMES	PPB	SP	
WAGNER SALUSTIANO	PPB	SP	
WIGBERTO TARTUCE	PPB	DF	



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoioamento para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ALBÉRICO FILHO	PMDB	MA	
ALBERTO FRAGA	PMDB	DF	
ALCESTE ALMEIDA	PMDB	RR	
ANA CATARINA	PMDB	RN	
ANÍBAL GOMES	PMDB	CE	
ANTÔNIO DO VALLE	PMDB	MG	
ARMANDO MONTEIRO	PMDB	PE	
ASDRUBAL BENTES	PMDB	PA	
BARBOSA NETO	PMDB	GO	
BENITO GAMA	PMDB	BA	
CEZAR SCHIRMER	PMDB	RS	
CONFÚCIO MOURA	PMDB	RO	
CORIOLOANO SALES	PMDB	BA	
DAMIÃO FELICIANO	PMDB	PB	
DARCÍSIO PERONDI	PMDB	RS	
EDINHO BEZ	PMDB	SC	
EDISON ANDRINO	PMDB	SC	
ELCIONE BARBALHO	PMDB	PA	
EULER MORAIS	PMDB	GO	
EUNÍCIO OLIVEIRA	PMDB	CE	
FERNANDO DINIZ	PMDB	MG	
FLÁVIO DERZI	PMDB	MS	
FREIRE JÚNIOR	PMDB	TO	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
GASTÃO VIEIRA	PMDB	MA	
GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB	BA	
GEOVAN FREITAS	PMDB	GO	
GERMANO RIGOTTO	PMDB	RS	
GLYCON TERRA PINTO	PMDB	MG	
GUSTAVO FRUET	PMDB	PR	
HÉLIO COSTA	PMDB	MG	
HERMES PARCIANELLO	PMDB	PR	
IGOR AVELINO	PMDB	TO	
JOÃO COLAÇO	PMDB	PE	
JOÃO EDUARDO DADO	PMDB	SP	
JOÃO HENRIQUE	PMDB	PI	
JOÃO MAGALHÃES	PMDB	MG	
JOÃO MATOS	PMDB	SC	
JOÃO MENDES	PMDB	RJ	
JONIVAL LUCAS JUNIOR	PMDB	BA	
JORGE ALBERTO	PMDB	SE	
JORGE PINHEIRO	PMDB	DF	
JORGE TADEU MUDALEN	PMDB	SP	
JORGE WILSON	PMDB	RJ	
JOSÉ BORBA	PMDB	PR	
JOSÉ CHAVES	PMDB	PE	
JOSÉ ÍNDIO	PMDB	SP	



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
JOSÉ LOURENÇO	PMDB	BA	
JOSÉ PRIANTE	PMDB	PA	
JURANDIL JUAREZ	PMDB	AP	
LAIRE ROSADO	PMDB	RN	
LAMARTINE POSELLA	PMDB	SP	
LEUR LOMANTO	PMDB	BA	
LUIZ BITTENCOURT	PMDB	GO	
MARÇAL FILHO	PMDB	MS	
MARCELO BARBIERI	PMDB	SP	
MARCELO CASTRO	PMDB	PI	
MARCELO TEIXEIRA	PMDB	CE	
MARCOS LIMA	PMDB	MG	
MARIA ELVIRA	PMDB	MG	
MARIA LÚCIA	PMDB	MG	
MARINHA RAUPP	PMDB	RO	
MÁRIO DE OLIVEIRA	PMDB	MG	
MAURILIO FERREIRA LIMA	PMDB	PE	
MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	
MAURO LOPES	PMDB	MG	
MENDES RIBEIRO FILHO	PMDB	RS	
MICHEL TEMER	PMDB	SP	
MILTON MONTI	PMDB	SP	
MOACIR MICHELETTO	PMDB	PR	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

**PARLAMENTAR**

**PARTIDO**

**UF**

**ASSINATURA**

NAIR XAVIER LOBO

PMDB

GO

*Nair Xavier Lobo*

NELO RODOLFO

PMDB

SP

NELSON PROENÇA

PMDB

RS

NORBERTO TEIXEIRA

PMDB

GO

OLAVO CALHEIROS

PMDB

AL

OSMAR SERRAGLIO

PMDB

PR

OSMAR TERRA

PMDB

RS

OSVALDO BIOLCHI

PMDB

RS

OSVALDO REIS

PMDB

TO

PAULO LIMA

PMDB

SP

PEDRO CHAVES

PMDB

GO

PEDRO NOVAIS

PMDB

MA

PINHEIRO LANDIM

PMDB

CE

RENATO VIANNA

PMDB

SC

RICARDO IZAR

PMDB

SP

RITA CAMATA

PMDB

ES

ROLAND LAVIGNE

PMDB

BA

SALATIEL CARVALHO

PMDB

PE

SARAIVA FELIPE

PMDB

MG

SILAS BRASILEIRO

PMDB

MG

TETÉ BEZERRA

PMDB

MT

THEMÍSTOCLES SAMPAIO

PMDB

PI

WAGNER ROSSI

PMDB

SP

*Rita Camata*

*Silas Brasileiro*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoiamiento para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
WALDEMIR MOKA	PMDB	MS	
WILSON SANTOS	PMDB	MT	
ZÉ GOMES DA ROCHA	PMDB	GO	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
BISPO RODRIGUES	PL	RJ	
BISPO WANDERVAL	PL	SP	
CABO JÚLIO	PL	MG	
CORNÉLIO RIBEIRO	PL	RJ	
EBER SILVA	PL	RJ	
EUJÁCIO SIMÕES	PL	BA	
FRANCISCO SILVA	PL	RJ	
JOSÉ EGYDIO	PL	RJ	
MAGNO MALTA	PL	ES	
MARCOS DE JESUS	PL	PE	
MATTOS NASCIMENTO	PL	RJ	
MEDEIROS	PL	SP	
OLIVEIRA FILHO	PL	PR	
OSCAR ANDRADE	PL	RO	
PAULO JOSÉ GOUVÊA	PL	RS	
PHILEMON RODRIGUES	PL	MG	
ROBÉRIO ARAÚJO	PL	RR	
RONALDO VASCONCELLOS	PL	MG	
VALDEMAR COSTA NETO	PL	SP	



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ROBERTO ARGENTA	PHS	RS	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ADÃO PRETTO	PT	RS	Adão Pretto
ALOIZIO MERCADANTE	PT	SP	Aloizio Mercadante
ANA CORSO	PT	RS	Ana Corso
ANGELA GUADAGNIN	PT	SP	Angela Guadagnin
AVENZOAR ARRUDA	PT	PB	Avenzoar Arruda
BABÁ	PT	PA	Babá
CARLITO MERSS	PT	SC	Carlito Merss
CARLOS SANTANA	PT	RJ	Carlos Santana
CLOVIS ILGENFRITZ	PT	RS	Clovis Ilgenfritz
DR. ROSINHA	PT	PR	Dr. Rosinha
ESTHER GROSSI	PT	RS	Esther Grossi
FERNANDO FERRO	PT	PE	Fernando Ferro
GERALDO MAGELA	PT	DF	Geraldo Magela
GILMAR MACHADO	PT	MG	Gilmar Machado
HENRIQUE FONTANA	PT	RS	Henrique Fontana
IARA BERNARDI	PT	SP	Iara Bernardi
IVAN VALENTE	PT	SP	Ivan Valente
JAIR MENEGUELLI	PT	SP	Jair Meneguelli
JAQUES WAGNER	PT	BA	Jaques Wagner
JOÃO COSER	PT	ES	João Coser
JOÃO GRANDÃO	PT	MS	João Grandão
JOÃO MAGNO	PT	MG	João Magno
JOÃO PAULO	PT	SP	João Paulo





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

**PARLAMENTAR**

JORGE BITTAR

JOSÉ DIRCEU

JOSÉ GENOÍNO

JOSÉ PIMENTEL

LUCI CHOINACKI

LUCIANO ZICA

LUIZ ALBERTO

LUIZ EDUARDO GREENHALGH

LUIZ SÉRGIO

MANOEL VITÓRIO

MARCOS AFONSO

MARCOS ROLIM

MARIA DO CARMO LARA

MILTON TEMER

NELSON PELLEGRINO

NILMÁRIO MIRANDA

NILSON MOURÃO

ORLANDO DESCONSI

ORLANDO FANTAZZINI

PADRE ROQUE

PAULO DELGADO

PAULO PAIM

PAULO ROCHA

**PARTIDO**

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

**UF**

RJ

SP

SP

CE

SC

SP

BA

SP

RJ

MS

AC

RS

MG

RJ

BA

MG

AC

RS

SP

PR

MG

RS

PA

**ASSINATURA**

*[Assinaturas manuscritas em azul]*

*[Assinatura manuscrita em azul]*

*[Assinaturas manuscritas em azul]*

*[Assinaturas manuscritas em azul]*

*[Assinatura manuscrita em azul]*





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

**PARLAMENTAR**

PEDRO CELSO

PROFESSOR LUIZINHO

RICARDO BERZOINI

TELMA DE SOUZA

TILDEN SANTIAGO

VIRGÍLIO GUIMARÃES

WALDIR PIRES

WALDOMIRO FIORAVANTE

WALTER PINHEIRO

WELLINGTON DIAS

**PARTIDO**

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

PT

**UF**

DF

SP

SP

SP

MG

MG

BA

RS

BA

PI

**ASSINATURA**

*Pedro Celso*

*Professor Luizinho*

*Ricardo Berzoini*

*Telma de Souza*

*Tilden Santiago*

*Virgílio Guimarães*

*Waldir Pires*

*Waldomiro Fioravante*

*Walter Pinheiro*

*Wellington Dias*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ALCIONE ATHAYDE	PSB	RJ	
ALEXANDRE CARDOSO	PSB	RJ	
DJALMA PAES	PSB	PE	
EDUARDO CAMPOS	PSB	PE	
EVANDRO MILHOMEN	PSB	AP	
EZIDIO PINHEIRO	PSB	RS	
GIVALDO CARIMBÃO	PSB	AL	
GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE	
JOSÉ ANTONIO ALMEIDA	PSB	MA	
KINCAS MATTOS	PSB	SP	
LUIZA ERUNDINA	PSB	SP	
MIRIAM REID	PSB	RJ	
PAULO BALTAZAR	PSB	RJ	
PEDRO VALADARES	PSB	SE	
SÉRGIO NOVAIS	PSB	CE	
WANDERLEY MARTINS	PSB	RJ	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoioamento para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
AIRTON DIPP	PDT	RS	
ALCEU COLLARES	PDT	RS	
DR. HÉLIO	PDT	SP	
ENIO BACCI	PDT	RS	
EURÍPEDES MIRANDA	PDT	RO	
FERNANDO CORUJA	PDT	SC	
GIOVANNI QUEIROZ	PDT	PA	
JOÃO SAMPAIO	PDT	RJ	
JOSÉ ROBERTO BATOCHIO	PDT	SP	
MIRO TEIXEIRA	PDT	RJ	
NEIVA MOREIRA	PDT	MA	
OLÍMPIO PIRES	PDT	MG	
POMPEO DE MATTOS	PDT	RS	
SALOMÃO GURGEL	PDT	RN	
SERAFIM VENZON	PDT	SC	
VIVALDO BARBOSA	PDT	RJ	
WOLNEY QUEIROZ	PDT	PE	



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
AGNELO QUEIROZ	PCdoB	DF	
ALDO ARANTES	PCdoB	GO	
ALDO REBELO	PCdoB	SP	
HAROLDO LIMA	PCdoB	BA	
INÁCIO ARRUDA	PCdoB	CE	
JANDIRA FEGHALI	PCdoB	RJ	
SÉRGIO MIRANDA	PCdoB	MG	
SOCORRO GOMES	PCdoB	PA	
TÂNIA SOARES	PCdoB	SE	
VANESSA GRAZZIOTIN	PCdoB	AM	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

**PARLAMENTAR**  
FERNANDO GABEIRA

**PARTIDO**   **UF**  
PV            RJ

**ASSINATURA**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ABELARDO LUPION	PFL	PR	
ADAUTO PEREIRA	PFL	PB	
AFFONSO CAMARGO	PFL	PR	
ALDIR CABRAL	PFL	RJ	
ALMERINDA DE CARVALHO	PFL	RJ	
ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC	
ARACELY DE PAULA	PFL	MG	
ARISTON ANDRADE	PFL	BA	<i>Ariston Correia Andrade</i>
AROLDE DE OLIVEIRA	PFL	RJ	
ÁTILA LINS	PFL	AM	
CARLOS ALBERTO ROSADO	PFL	RN	<i>Carlos Alberto Rosado</i>
CELCITA PINHEIRO	PFL	MT	
CESAR BANDEIRA	PFL	MA	
CHICO SARDELLI	PFL	SP	
CIRO NOGUEIRA	PFL	PI	
CLAUDIO CAJADO	PFL	BA	
CLEUBER CARNEIRO	PFL	MG	
CORAUCI SOBRINHO	PFL	SP	
COSTA FERREIRA	PFL	MA	
DEUSDETH PANTOJA	PFL	PA	<i>Deusdeth Pantoja</i>
EFRAIM MORAIS	PFL	PB	
ELISEU RESENDE	PFL	MG	
EULER RIBEIRO	PFL	AM	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoiamento para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
EXPEDITO JÚNIOR	PFL	RO	
FRANCISCO COELHO	PFL	MA	
FRANCISCO GARCIA	PFL	AM	
FRANCISCO RODRIGUES	PFL	RR	
FRANCISTÔNIO PINTO	PFL	BA	
GERSON GABRIELLI	PFL	BA	
GERVÁSIO SILVA	PFL	SC	
GILBERTO KASSAB	PFL	SP	
HERÁCLITO FORTES	PFL	PI	
ILDEFONÇO CORDEIRO	PFL	AC	
INOCÊNCIO OLIVEIRA	PFL	PE	
IVANIO GUERRA	PFL	PR	
JAIME FERNANDES	PFL	BA	
JAIME MARTINS	PFL	MG	
JAIRO CARNEIRO	PFL	BA	
JOÃO CARLOS BACELAR	PFL	BA	
JOÃO RIBEIRO	PFL	TO	
JOAQUIM FRANCISCO	PFL	PE	
JOEL DE HOLLANDA	PFL	PE	
JORGE KHOURY	PFL	BA	
JOSÉ CARLOS ALELUIA	PFL	BA	
JOSÉ CARLOS COUTINHO	PFL	RJ	
JOSÉ CARLOS FONSECA JR.	PFL	ES	



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoioamento para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR

PARTIDO UF

ASSINATURA

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA

PFL

PE

JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

PFL

PE

JOSÉ ROCHA

PFL

BA

JOSÉ THOMAZ NONÔ

PFL

AL

KÁTIA ABREU

PFL

TO

LAEL VARELLA

PFL

MG

LAURA CARNEIRO

PFL

RJ

LAVOISIER MAIA

PFL

RN

LUCIANO CASTRO

PFL

RR

LUCIANO PIZZATTO

PFL

PR

LUIS BARBOSA

PFL

RR

LUIZ DURÃO

PFL

ES

LUIZ MOREIRA

PFL

BA

MARCONDES GADELHA

PFL

PB

MARCOS CINTRA

PFL

SP

MÁRIO ASSAD JÚNIOR

PFL

MG

MAURO FECURY

PFL

MA

MILTON BARBOSA

PFL

BA

MOREIRA FERREIRA

PFL

SP

MORONI TORGAN

PFL

CE

MUSSA DEMES

PFL

PI

NEUTON LIMA

PFL

SP

NEY LOPES

PFL

RN





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoiamento para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
NICE LOBÃO	PFL	MA	
OSVALDO COELHO	PFL	PE	
PAES LANDIM	PFL	PI	
PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM	
PAULO BRAGA	PFL	BA	
PAULO GOUVÊA	PFL	SC	
PAULO MAGALHÃES	PFL	BA	
PAULO MARINHO	PFL	MA	
PAULO OCTÁVIO	PFL	DF	
PEDRO BITTENCOURT	PFL	SC	
PEDRO FERNANDES	PFL	MA	
PEDRO IRUJO	PFL	BA	
RAIMUNDO SANTOS	PFL	PA	
REGINALDO GERMANO	PFL	BA	
RICARDO FIUZA	PFL	PE	
ROBERTO PESSOA	PFL	CE	
ROBSON TUMA	PFL	SP	
RONALDO CAIADO	PFL	GO	
RUBEM MEDINA	PFL	RJ	
SANTOS FILHO	PFL	PR	
SÉRGIO BARCELLOS	PFL	AP	
URSICINO QUEIROZ	PFL	BA	
VIC PIRES FRANCO	PFL	PA	



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
VILMAR ROCHA	PFL	GO	
WERNER WANDERER	PFL	PR	
WILSON BRAGA	PFL	PB	
YVONILTON GONÇALVES	PFL	BA	
ZEZÉ PERRELLA	PFL	MG	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

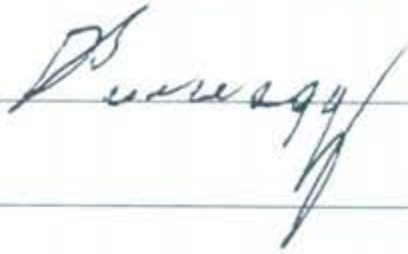
**Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
DE VELASCO	PSL	SP	_____
JOSÉ ALEKSANDRO	PSL	AC	_____
LINCOLN PORTELA	PSL	MG	_____
LUCIANO BIVAR	PSL	PE	_____
VALDECI PAIVA	PSL	RJ	_____



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoiamento para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
DIVALDO SURUAGY	PST	AL	
LUISINHO	PST	RJ	
LUIZ DANTAS	PST	AL	
REMI TRINTA	PST	MA	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ANTÔNIO JORGE	PTB	TO	
CARLOS DUNGA	PTB	PB	
DUILIO PISANESCHI	PTB	SP	
EDIR OLIVEIRA	PTB	RS	
EDUARDO SEABRA	PTB	AP	
FÉLIX MENDONÇA	PTB	BA	
FERNANDO GONÇALVES	PTB	RJ	
IBERÊ FERREIRA	PTB	RN	
IRIS SIMÕES	PTB	PR	
• JOÃO CALDAS	PTB	AL	
JOSÉ CARLOS ELIAS	PTB	ES	
JOSÉ CARLOS MARTINEZ	PTB	PR	
JOSE COIMBRA	PTB	SP	
JOSUÉ BENGTON	PTB	PA	
LUIZ ANTONIO FLEURY	PTB	SP	
MÁRCIO MATOS	PTB	PR	
MAX MAURO	PTB	ES	
MÚCIO SÁ	PTB	RN	
MURILO DOMINGOS	PTB	MT	
NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP	
NELSON TRAD	PTB	MS	
NILTON CAPIXABA	PTB	RO	
RENILDO LEAL	PTB	PA	



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ROBERTO JEFFERSON	PTB	RJ	
RODRIGO MAIA	PTB	RJ	
SÉRGIO REIS	PTB	SE	
SILAS CÂMARA	PTB	AM	
WALFRIDO MARES GUIA	PTB	MG	
ZILA BEZERRA	PTB	AC	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**




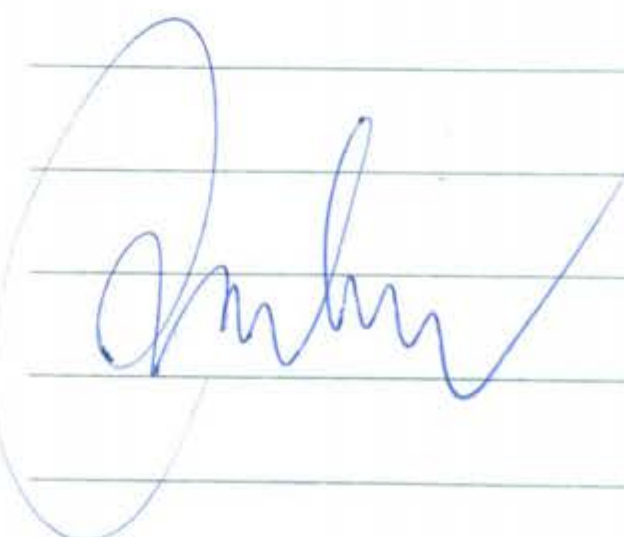
PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ADOLFO MARINHO	PSDB	CE	
AÉCIO NEVES	PSDB	MG	
AIRTON ROVEDA	PSDB	PR	
ALBERTO GOLDMAN	PSDB	SP	
ALEX CANZIANI	PSDB	PR	
ALEXANDRE SANTOS	PSDB	RJ	
ANDRÉ BENASSI	PSDB	SP	
ANIVALDO VALE	PSDB	PA	
ANTONIO CAMBRAIA	PSDB	CE	
ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	PSDB	SP	
ANTONIO FEIJÃO	PSDB	AP	
ANTONIO KANDIR	PSDB	SP	
ARMANDO ABÍLIO	PSDB	PB	
ARNALDO MADEIRA	PSDB	SP	
ARNON BEZERRA	PSDB	CE	
ARTHUR VIRGÍLIO	PSDB	AM	
ÁTILA LIRA	PSDB	PI	
AUGUSTO FRANCO	PSDB	SE	
B. SÁ	PSDB	PI	
BADU PICANÇO	PSDB	AP	
BASÍLIO VILLANI	PSDB	PR	
BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG	
CANDINHO MATTOS	PSDB	RJ	

Apoiamiento para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
CARLOS BATATA	PSDB	PE	
CARLOS MOSCONI	PSDB	MG	
CHICO DA PRINCESA	PSDB	PR	
CHIQUEINHO FEITOSA	PSDB	CE	
CLOVIS VOLPI	PSDB	SP	
CUSTÓDIO MATTOS	PSDB	MG	
DANILO DE CASTRO	PSDB	MG	
DINO FERNANDES	PSDB	RJ	
DOMICIANO CABRAL	PSDB	PB	
DR. HELENO	PSDB	RJ	
EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG	
ELIAS MURAD	PSDB	MG	
FÁTIMA PELAES	PSDB	AP	
FEU ROSA	PSDB	ES	
FLÁVIO ARNS	PSDB	PR	
HAROLDO BEZERRA	PSDB	PA	
HELENILDO RIBEIRO	PSDB	AL	
INALDO LEITÃO	PSDB	PB	
ITAMAR SERPA	PSDB	RJ	
JOÃO ALMEIDA	PSDB	BA	
JOÃO CASTELO	PSDB	MA	
JOÃO LEÃO	PSDB	BA	
JOSÉ MILITÃO	PSDB	MG	



Apoiamiento para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
JOSÉ TELES	PSDB	SE	
JOVAIR ARANTES	PSDB	GO	
JULIO SEMEGHINI	PSDB	SP	
JUQUINHA	PSDB	GO	
JUTAHY JUNIOR	PSDB	BA	
LÉO ALCÂNTARA	PSDB	CE	
LIDIA QUINAN	PSDB	GO	
LINO ROSSI	PSDB	MT	
LÚCIA VÂNIA	PSDB	GO	
LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	
LUIZ PIAUHYLINO	PSDB	PE	
LUIZ RIBEIRO	PSDB	RJ	
MANOEL SALVIANO	PSDB	CE	
MARCIO FORTES	PSDB	RJ	
MARIA ABADIA	PSDB	DF	
• MÁRIO NEGROMONTE	PSDB	BA	
MARISA SERRANO	PSDB	MS	
MAX ROSENMANN	PSDB	PR	
NARCIO RODRIGUES	PSDB	MG	
NELSON MARCHEZAN	PSDB	RS	
NELSON OTOCH	PSDB	CE	
NICIAS RIBEIRO	PSDB	PA	
NILO COELHO	PSDB	BA	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

**PARLAMENTAR**

**PARTIDO UF**

**ASSINATURA**

ODÍLIO BALBINOTTI

PSDB PR

OSMÂNIO PEREIRA

PSDB MG

PAULO FEIJÓ

PSDB RJ

PAULO KOBAYASHI

PSDB SP

PAULO MOURÃO

PSDB TO

PEDRO CANEDO

PSDB GO

PEDRO HENRY

PSDB MT

RAFAEL GUERRA

PSDB MG

RAIMUNDO GOMES DE MATOS

PSDB CE

RICARDO FERRAÇO

PSDB ES

RICARDO RIQUE

PSDB PB

RICARTE DE FREITAS

PSDB MT

ROBERTO ROCHA

PSDB MA

ROMEU QUEIROZ

PSDB MG

ROMMEL FEIJÓ

PSDB CE

RONALDO CEZAR COELHO

PSDB RJ

ROSE DE FREITAS

PSDB ES

SALVADOR ZIMBALDI

PSDB SP

SAMPAIO DÓRIA

PSDB SP

SAULO COELHO

PSDB MG

SAULO PEDROSA

PSDB BA

SEBASTIÃO MADEIRA

PSDB MA

SÉRGIO BARROS

PSDB AC





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoiamento para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
SÉRGIO CARVALHO	PSDB	RO	
SILVIO TORRES	PSDB	SP	
VICENTE ARRUDA	PSDB	CE	
VICENTE CAROPRESO	PSDB	SC	
VITTORIO MEDIOLI	PSDB	MG	
WELINTON FAGUNDES	PSDB	MT	
XICO GRAZIANO	PSDB	SP	
YEDA CRUSIUS	PSDB	RS	(A) <i>Yeda Crusius</i>
ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA	
ZULAIÊ COBRA	PSDB	SP	



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoioamento para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR

PARTIDO

UF

ASSINATURA

AGNALDO MUNIZ

PPS

RO

AIRTON CASCAVEL

PPS

RR

CLEMENTINO COELHO

PPS

PE

EMERSON KAPAZ

PPS

SP

IVAN PAIXÃO

PPS

SE

JOÃO HERRMANN NETO

PPS

SP

MÁRCIO BITTAR

PPS

AC

PEDRO EUGÊNIO

PPS

PE

PIMENTEL GOMES

PPS

CE

REGIS CAVALCANTE

PPS

AL

RUBENS BUENO

PPS

PR

RUBENS FURLAN

PPS

SP





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ALMIR SÁ	PPB	RR	
ANTONIO JOAQUIM ARAÚJO	PPB	MA	
ARNALDO FARIA DE SÁ	PPB	SP	
ARY KARA	PPB	SP	
AUGUSTO FARIAS	PPB	AL	
AUGUSTO NARDES	PPB	RS	
CELSO RUSSOMANNO	PPB	SP	
CLEONÂNCIO FONSECA	PPB	SE	
CUNHA BUENO	PPB	SP	
DELFIN NETTO	PPB	SP	
DILCEU SPERAFICO	PPB	PR	
DR. BENEDITO DIAS	PPB	AP	
EDMAR MOREIRA	PPB	MG	
ELISEU MOURA	PPB	MA	
ENI VOLTOLINI	PPB	SC	
ENIVALDO RIBEIRO	PPB	PB	
EURICO MIRANDA	PPB	RJ	
FETTER JÚNIOR	PPB	RS	
GERSON PERES	PPB	PA	
HERCULANO ANGHINETTI	PPB	MG	
HUGO BIEHL	PPB	SC	
IBRAHIM ABI-ACKEL	PPB	MG	
JAIR BOLSONARO	PPB	RJ	



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoioamento para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
JOÃO PIZZOLATTI	PPB	SC	
JOÃO TOTA	PPB	AC	
JOSÉ JANENE	PPB	PR	
JOSÉ LINHARES	PPB	CE	
JÚLIO REDECKER	PPB	RS	
LUIS CARLOS HEINZE	PPB	RS	
LUIZ FERNANDO	PPB	AM	
MÁRCIO REINALDO MOREIRA	PPB	MG	
NELSON MEURER	PPB	PR	
ODELMO LEÃO	PPB	MG	
PASTOR AMARILDO	PPB	TO	
PEDRO CORRÊA	PPB	PE	
PEDRO PEDROSSIAN	PPB	MS	
RICARDO BARROS	PPB	PR	
ROBERTO BALESTRA	PPB	GO	
ROMEL ANIZIO	PPB	MG	
SALOMÃO CRUZ	PPB	RR	
SEVERINO CAVALCANTI	PPB	PE	
SIMÃO SESSIM	PPB	RJ	
TELMO KIRST	PPB	RS	
VADÃO GOMES	PPB	SP	
WAGNER SALUSTIANO	PPB	SP	
WIGBERTO TARTUCE	PPB	DF	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ALBÉRICO FILHO	PMDB	MA	
ALBERTO FRAGA	PMDB	DF	
ALCESTE ALMEIDA	PMDB	RR	
ANA CATARINA	PMDB	RN	
ANÍBAL GOMES	PMDB	CE	
ANTÔNIO DO VALLE	PMDB	MG	
ARMANDO MONTEIRO	PMDB	PE	
ASDRUBAL BENTES	PMDB	PA	
BARBOSA NETO	PMDB	GO	
BENITO GAMA	PMDB	BA	
CEZAR SCHIRMER	PMDB	RS	
CONFÚCIO MOURA	PMDB	RO	
CORIOLOANO SALES	PMDB	BA	
DAMIÃO FELICIANO	PMDB	PB	
DARCÍSIO PERONDI	PMDB	RS	
EDINHO BEZ	PMDB	SC	
EDISON ANDRINO	PMDB	SC	
ELCIONE BARBALHO	PMDB	PA	
EULER MORAIS	PMDB	GO	
EUNÍCIO OLIVEIRA	PMDB	CE	
FERNANDO DINIZ	PMDB	MG	
FLÁVIO DERZI	PMDB	MS	
FREIRE JÚNIOR	PMDB	TO	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
GASTÃO VIEIRA	PMDB	MA	
GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB	BA	
GEOVAN FREITAS	PMDB	GO	
GERMANO RIGOTTO	PMDB	RS	
GLYCON TERRA PINTO	PMDB	MG	
GUSTAVO FRUET	PMDB	PR	
HÉLIO COSTA	PMDB	MG	
HERMES PARCIANELLO	PMDB	PR	
IGOR AVELINO	PMDB	TO	
JOÃO COLAÇO	PMDB	PE	
JOÃO EDUARDO DADO	PMDB	SP	
JOÃO HENRIQUE	PMDB	PI	
JOÃO MAGALHÃES	PMDB	MG	
JOÃO MATOS	PMDB	SC	
JOÃO MENDES	PMDB	RJ	
JONIVAL LUCAS JUNIOR	PMDB	BA	
JORGE ALBERTO	PMDB	SE	
JORGE PINHEIRO	PMDB	DF	
JORGE TADEU MUDALEN	PMDB	SP	
JORGE WILSON	PMDB	RJ	
JOSÉ BORBA	PMDB	PR	
JOSÉ CHAVES	PMDB	PE	
JOSÉ ÍNDIO	PMDB	SP	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
JOSÉ LOURENÇO	PMDB	BA	
JOSÉ PRIANTE	PMDB	PA	
JURANDIL JUAREZ	PMDB	AP	
LAIRE ROSADO	PMDB	RN	
LAMARTINE POSELLA	PMDB	SP	
LEUR LOMANTO	PMDB	BA	
LUIZ BITTENCOURT	PMDB	GO	
MARÇAL FILHO	PMDB	MS	
MARCELO BARBIERI	PMDB	SP	
MARCELO CASTRO	PMDB	PI	
MARCELO TEIXEIRA	PMDB	CE	
MARCOS LIMA	PMDB	MG	
MARIA ELVIRA	PMDB	MG	
MARIA LÚCIA	PMDB	MG	
MARINHA RAUPP	PMDB	RO	
MÁRIO DE OLIVEIRA	PMDB	MG	
MAURILIO FERREIRA LIMA	PMDB	PE	
MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	
MAURO LOPES	PMDB	MG	
MENDES RIBEIRO FILHO	PMDB	RS	
MICHEL TEMER	PMDB	SP	
MILTON MONTI	PMDB	SP	
MOACIR MICHELETTO	PMDB	PR	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
NAIR XAVIER LOBO	PMDB	GO	
NELO RODOLFO	PMDB	SP	
NELSON PROENÇA	PMDB	RS	
NORBERTO TEIXEIRA	PMDB	GO	
OLAVO CALHEIROS	PMDB	AL	
OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR	
OSMAR TERRA	PMDB	RS	
OSVALDO BIOLCHI	PMDB	RS	
OSVALDO REIS	PMDB	TO	
PAULO LIMA	PMDB	SP	
PEDRO CHAVES	PMDB	GO	
PEDRO NOVAIS	PMDB	MA	
PINHEIRO LANDIM	PMDB	CE	
RENATO VIANNA	PMDB	SC	
RICARDO IZAR	PMDB	SP	
RITA CAMATA	PMDB	ES	
ROLAND LAVIGNE	PMDB	BA	
SALATIEL CARVALHO	PMDB	PE	
SARAIVA FELIPE	PMDB	MG	
SILAS BRASILEIRO	PMDB	MG	
TETÉ BEZERRA	PMDB	MT	
THEMÍSTOCLES SAMPAIO	PMDB	PI	
WAGNER ROSSI	PMDB	SP	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoiamiento para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
WALDEMIR MOKA	PMDB	MS	
WILSON SANTOS	PMDB	MT	
ZÉ GOMES DA ROCHA	PMDB	GO	



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ADÃO PRETTO	PT	RS	Adão Pretto
ALOIZIO MERCADANTE	PT	SP	Aloizio Mercadante
ANA CORSO	PT	RS	Ana Corso
ANGELA GUADAGNIN	PT	SP	Angela Guadagnin
AVENZOAR ARRUDA	PT	PB	Avenzoar Arruda
BABÁ	PT	PA	Babá
CARLITO MERSS	PT	SC	Carlito Merss
CARLOS SANTANA	PT	RJ	Carlos Santana
CLOVIS ILGENFRITZ	PT	RS	Clovis Ilgenfritz
DR. ROSINHA	PT	PR	Dr. Rosinha
ESTHER GROSSI	PT	RS	Esther Grossi
FERNANDO FERRO	PT	PE	Fernando Ferro
GERALDO MAGELA	PT	DF	Geraldo Magela
GILMAR MACHADO	PT	MG	Gilmar Machado
HENRIQUE FONTANA	PT	RS	Henrique Fontana
IARA BERNARDI	PT	SP	Iara Bernardi
IVAN VALENTE	PT	SP	Ivan Valente
JAIR MENEGUELLI	PT	SP	Jair Meneguelli
JAQUES WAGNER	PT	BA	Jaques Wagner
JOÃO COSER	PT	ES	João Coser
JOÃO GRANDÃO	PT	MS	João Grandão
JOÃO MAGNO	PT	MG	João Magno
JOÃO PAULO	PT	SP	João Paulo





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR

JORGE BITTAR

PARTIDO

PT

UF

RJ

ASSINATURA

JOSÉ DIRCEU

PT

SP

JOSÉ GENOÍNO

PT

SP

JOSÉ PIMENTEL

PT

CE

LUCI CHOINACKI

PT

SC

LUCIANO ZICA

PT

SP

LUIZ ALBERTO

PT

BA

LUIZ EDUARDO GREENHALGH

PT

SP

LUIZ SÉRGIO

PT

RJ

MANOEL VITÓRIO

PT

MS

MARCOS AFONSO

PT

AC

MARCOS ROLIM

PT

RS

MARIA DO CARMO LARA

PT

MG

MILTON TEMER

PT

RJ

NELSON PELLEGRINO

PT

BA

NILMÁRIO MIRANDA

PT

MG

NILSON MOURÃO

PT

AC

ORLANDO DESCONSI

PT

RS

ORLANDO FANTAZZINI

PT

SP

PADRE ROQUE

PT

PR

PAULO DELGADO

PT

MG

PAULO PAIM

PT

RS

PAULO ROCHA

PT

PA





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
PEDRO CELSO	PT	DF	
PROFESSOR LUIZINHO	PT	SP	
RICARDO BERZOINI	PT	SP	
TELMA DE SOUZA	PT	SP	
TILDEN SANTIAGO	PT	MG	
VIRGÍLIO GUIMARÃES	PT	MG	
WALDIR PIRES	PT	BA	
• WALDOMIRO FIORAVANTE	PT	RS	
WALTER PINHEIRO	PT	BA	
WELLINGTON DIAS	PT	PI	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
AIRTON DIPP	PDT	RS	
ALCEU COLLARES	PDT	RS	
DR. HÉLIO	PDT	SP	
ENIO BACCI	PDT	RS	
EURÍPEDES MIRANDA	PDT	RO	
FERNANDO CORUJA	PDT	SC	
GIOVANNI QUEIROZ	PDT	PA	
JOÃO SAMPAIO	PDT	RJ	
JOSÉ ROBERTO BATOCHIO	PDT	SP	
MIRO TEIXEIRA	PDT	RJ	
NEIVA MOREIRA	PDT	MA	
OLIMPIO PIRES	PDT	MG	
POMPEO DE MATTOS	PDT	RS	
SALOMÃO GURGEL	PDT	RN	
SERAFIM VENZON	PDT	SC	
VIVALDO BARBOSA	PDT	RJ	
WOLNEY QUEIROZ	PDT	PE	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ASSINATURA
ALCIONE ATHAYDE	PSB	RJ	
ALEXANDRE CARDOSO	PSB	RJ	
DJALMA PAES	PSB	PE	
EDUARDO CAMPOS	PSB	PE	
EVANDRO MILHOMEN	PSB	AP	
EZIDIO PINHEIRO	PSB	RS	
GIVALDO CARIMBÃO	PSB	AL	
GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE	
• JOSÉ ANTONIO ALMEIDA	PSB	MA	
KINCAS MATTOS	PSB	SP	
LUIZA ERUNDINA	PSB	SP	
MIRIAM REID	PSB	RJ	
PAULO BALTAZAR	PSB	RJ	
PEDRO VALADARES	PSB	SE	
SÉRGIO NOVAIS	PSB	CE	
WANDERLEY MARTINS	PSB	RJ	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

**PARLAMENTAR**  
AGNELO QUEIROZ  
ALDO ARANTES  
ALDO REBELO  
HAROLDO LIMA  
INÁCIO ARRUDA  
JANDIRA FEGHALI  
SÉRGIO MIRANDA  
SOCORRO GOMES  
TÂNIA SOARES  
VANESSA GRAZZIOTIN

**PARTIDO UF**  
PCdoB DF  
PCdoB GO  
PCdoB SP  
PCdoB BA  
PCdoB CE  
PCdoB RJ  
PCdoB MG  
PCdoB PA  
PCdoB SE  
PCdoB AM

**ASSINATURA**

*Agnelo Queiroz*  
*Aldo Arantes*  
*Aldo Rebelo*  
*Haroldo Lima*  
*Inácio Arruda*  
*Jandira Feghali*  
*Sérgio Miranda*  
*Socorro Gomes*  
*Tânia Soares*  
*Vanessa Grazziotin*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

**PARLAMENTAR**

**PARTIDO UF**

**ASSINATURA**

BISPO RODRIGUES

PL

RJ

BISPO WANDERVAL

PL

SP

CABO JÚLIO

PL

MG

CORNÉLIO RIBEIRO

PL

RJ

EBER SILVA

PL

RJ

EUJÁCIO SIMÕES

PL

BA

FRANCISCO SILVA

PL

RJ

JOSÉ EGYDIO

PL

RJ

MAGNO MALTA

PL

ES

MARCOS DE JESUS

PL

PE

MATTOS NASCIMENTO

PL

RJ

MEDEIROS

PL

SP

OLIVEIRA FILHO

PL

PR

OSCAR ANDRADE

PL

RO

PAULO JOSÉ GOUVÊA

PL

RS

PHILEMON RODRIGUES

PL

MG

ROBÉRIO ARAÚJO

PL

RR

RONALDO VASCONCELLOS

PL

MG

VALDEMAR COSTA NETO

PL

SP





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoioamento para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR

PARTIDO UF

ASSINATURA

FERNANDO GABEIRA

PV RJ



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR

ROBERTO ARGENTA

PARTIDO UF

PHS RS

ASSINATURA





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoio para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR

PARTIDO UF

ASSINATURA

JOSÉ DE ABREU

PTN

SP



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apoioamento para a Emenda Modificativa à PEC 53-A/99 que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARLAMENTAR

PARTIDO UF

ASSINATURA

FERNANDO ZUPPO

S.PART. SP

IÉDIO ROSA

S.PART. RJ





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53-A/99, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O INCISO V DO ART. 163 E O ART. 192 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E CAPUT DO ART. 52 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS" (SISTEMA FINANCEIRO).

## TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

Proposta de Emenda à Constituição nº 53-A/99

Nos termos do artigo 202, § 3º, do Regimento Interno, foi divulgado na Ordem do Dia das Comissões o prazo para apresentação de emendas à Proposta de Emenda à Constituição nº 53-A/99, a partir do dia 18 de maio, por dez sessões ordinárias da Câmara dos Deputados. Esgotado o prazo, foram recebidas 5 (cinco) emendas.

Sala da Comissão, em 1º de junho de 2001.

  
MARIA TEREZINHA DONATI  
Secretária





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53-A/1999, QUE ALTERA O INCISO V DO ART. 163 E O ART. 192 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E O CAPUT DO ART. 52 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS.**

## **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53, DE 1999**

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o *caput* do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**Autor:** Senado Federal

**Relator:** Deputado Rubem Medina

### **I - RELATÓRIO**

A Proposta de Emenda Constitucional em apreciação é oriunda do Senado Federal, onde foi apresentada pelo Senador José Serra e Outros, e tem por finalidade alterar significativamente as disposições constitucionais referentes à organização e disciplina do sistema financeiro nacional.

O texto original apresentado pelos Autores ao Senado Federal revogava sumariamente o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Durante sua tramitação naquela Casa, a proposição recebeu Substitutivo, de autoria do Relator, Senador Jefferson Peres, que, aprovado, constitui o texto enviado ao exame da Câmara dos Deputados.

16846





A PEC nº 53/99 propõe as seguintes alterações à Constituição Federal:

- a) no inciso V do art. 163, a redação "fiscalização das instituições financeiras" é substituída pela redação "fiscalização financeira da administração pública direta e indireta".
- b) no art. 192, são revogados todos os incisos e parágrafos e dada ao *caput* a seguinte redação: *"Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares, que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram"*;
- c) no *caput* do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a atual redação *"até que sejam fixadas as condições a que se refere o art. 192, III, são vedados"* é substituída por *"até que sejam fixadas as condições do art. 192, são vedados"*.

Na Justificação, o Senador José Serra, primeiro signatário da PEC, menciona ter sido o Relator da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças na Assembléia Nacional Constituinte e que o objetivo inicial do art. 163 era o de prescrever um código de finanças públicas. Assim, a redação do inciso V era "fiscalização financeira" e se referia evidentemente à fiscalização financeira da administração pública. Entretanto, por alguma razão, durante os trabalhos da Comissão de Sistematização, o texto do inciso V foi modificado para "fiscalização das instituições financeiras", redação esta que distorceu o sentido do inciso, porquanto "tratava de norma dirigida à fiscalização da Administração Pública e não à fiscalização das instituições financeiras".

Com relação ao art. 192, relata o Senador José Serra que o anteprojeto dispunha basicamente que lei ordinária "regularia as denominadas "cartas patentes", afirmando que seriam inegociáveis e intransferíveis;





estabeleceria as condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições financeiras, ambos assuntos relevantes na época; e trataria da organização do Banco Central e das instituições financeiras privadas". Face ao ambiente político da época, contudo, não foi possível deixar de tratar de outros temas relativos ao sistema financeiro. A discussão posterior não só manteve o texto do anteprojeto como veio a acrescentar outras normas, aumentando a abrangência do anteprojeto. Portanto, de acordo com a Justificação, "a Carta de 1988 resultou num modelo que em determinados casos impede o regular exercício da atividade governamental e o desenvolvimento do País".

Na Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição foi examinada inicialmente pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, que se manifestou pela sua admissibilidade, tendo em vista o cumprimento dos requisitos previstos no art. 60 da Constituição Federal.

Admitida a proposição, foi então constituída esta Comissão Especial para a análise do mérito, na forma regimental.

Aberto o prazo regimental de 10 sessões da Câmara para a apresentação de emendas, foram apresentadas cinco emendas, a seguir descritas:

#### **Emenda nº 1/01**

De autoria do Dep. Salomão Gurgel, pretende introduzir parágrafo único para estabelecer que os órgãos responsáveis pela fiscalização das instituições integrantes do sistema financeiro nacional estejam sujeitos ao controle público, nos termos em que a lei determinar. Na justificação, o Autor defende a importância do controle público das ações dos órgãos, que seria feito por meio das gravações de toda e qualquer reunião de diretoria e pela disponibilização de documentos relacionados às suas decisões.

#### **Emenda nº 2/01**

De autoria do Dep. Orlando Desconsi, tem por finalidade estabelecer que a alienação de instituições financeiras públicas dependa de lei específica e de consulta prévia à população, por meio de plebiscito, o qual, no caso de instituição financeira estadual, abrangerá apenas a população residente na unidade federativa controladora. Segundo o Autor, a emenda objetiva





assegurar a participação da sociedade nas decisões relativas à alienação de instituições financeiras públicas, tendo em vista suas implicações na economia local e, em alguns casos, nacional.

#### **Emenda nº 3/01**

De autoria do Dep. Ricardo Berzoini, objetiva criar, no âmbito do Congresso Nacional, comissão mista destinada a apreciar matérias relativas ao sistema financeiro nacional, com as competências de examinar e emitir parecer sobre as prestações de contas dos dirigentes de órgãos integrantes do sistema financeiro nacional, argüir e aprovar as pessoas indicadas para cargo de direção nos órgãos integrantes do sistema financeiro nacional e avaliar o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial; e advertir e apresentar moção de desaprovação e propor ao Senado Federal e ao Poder Executivo a exoneração de dirigentes de instituições públicas federais integrantes do sistema financeiro nacional. A justificação da emenda expõe como sua intenção a busca de formas de realizar uma maior integração entre o Poder Legislativo, o Banco Central e o Sistema Financeiro Nacional como um todo.

#### **Emenda nº 4/01**

De autoria do Dep. Ricardo Berzoini, propõe que a alienação do controle acionário de instituições financeiras públicas dependa de prévia autorização, mediante lei específica, vedada a regulamentação da matéria por meio de medida provisória. O autor justifica sua emenda com a necessidade de uma anuência mais ampla da sociedade, por meio de seus representantes eleitos, para a alienação de instituições financeiras públicas, tendo em vista suas implicações para a economia.

#### **Emenda nº 5/01**

De autoria do Dep. Ricardo Berzoini, propõe nova redação ao parágrafo único do art. 52 do ADCT, na qual substitui, entre as não vedadas pelo *caput* do artigo, as autorizações de interesse do governo brasileiro pelas autorizações que forem aprovadas em lei específica pelo Congresso Nacional, por maioria absoluta. Segundo o Autor, a emenda tem por objetivo aprimorar o texto constitucional, evitando que sua interpretação incorreta leve à autonomia





exagerada do Poder Executivo na regulação do sistema financeiro nacional, sem a necessária anuência do Poder Legislativo.

Seguindo a metodologia de praxe para a apreciação das matérias da espécie, esta Comissão Especial promoveu audiências públicas, para ouvir representantes do Governo e da sociedade em relação às mudanças propostas na PEC. A requerimento do Relator e de membros da Comissão, foram ouvidos:

- o Sr. ARMÍNIO FRAGA, Presidente do Banco Central do Brasil;
- a Sra. FERNANDA CARÍSIO, Presidenta da Confederação Nacional dos Bancários - CNB;
- o Sr. MARCONI LOPES DE ALBUQUERQUE, Presidente da Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito - CONFEBRÁS;
- o Sr. TÚLIO ZANIN, Presidente do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL;
- o Sr. HÉLIO OLIVEIRA PORTOCARRERO DE CASTRO, Superintendente da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP;
- o Sr. DEMÓSTENES MADUREIRA DE PINHO, Presidente da IRB-Brasil Resseguros S.A. - IRB-Brasil Re;
- o Sr. JOSÉ LUIZ OSORIO DE ALMEIDA FILHO, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários - CVM
- a Sra. NORMA JONSSSEN PARENTE, Diretora da Comissão de Valores Mobiliários - CVM;
- o Sr. ANTÔNIO BORNIA, Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF;
- o Sr. GABRIEL JORGE FERREIRA, Presidente da Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN;





- o Sr. JOÃO ELÍSIO FERRAZ CAMPOS, Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - FENASEG.

Os depoentes, de um modo geral, manifestaram-se, alguns com grande entusiasmo, pela aprovação da PEC, enfatizando a importância e a conveniência de se viabilizar, com a maior brevidade, a regulamentação do sistema financeiro nacional. Foram vozes discordantes apenas a Sra. Fernanda Carísio, que denunciou a possibilidade de a tramitação da PEC ser meramente uma manobra para retirar da Constituição o limite de juros e propiciar ao Governo uma regulamentação fatiada, para atender a seu interesse político imediato, e o Sr. Túlio Zanin, em termos, porquanto manifestou-se somente em favor de uma regulamentação global do sistema financeiro, contrariamente à proposta da PEC, que possibilita que ela se faça em diversas leis complementares.

## II - VOTO DO RELATOR

Como a alteração proposta ao inciso V do art. 163 tem por finalidade corrigir um equívoco da sistematização do texto constitucional, conforme já exposto, e a alteração do art. 52 do ADCT tem o caráter de mera adequação, a Proposta de Emenda à Constituição nº 53/99 deve ser entendida essencialmente como uma forma de superar as dificuldades de regulamentação do art. 192 da Constituição Federal e viabilizar a aprovação de uma nova lei estruturadora do sistema financeiro nacional.

A tarefa não tem sido fácil. Além das resistências políticas relacionadas à vigência do limite da taxa de juros reais previsto no § 3º, a abrangência dos temas enumerados no artigo, a complexidade e interação dos mercados financeiros e a manifestação do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a regulamentação se faça por uma única lei complementar têm inviabilizado o consenso imprescindível para a construção da nova ordem financeira do País.

Prova eloqüente da dificuldade de regulamentação é a sucessão de comissões especiais instituídas a cada legislatura para este fim





desde 1991, portanto há mais de dez anos, sem a aprovação de nenhum projeto ou apresentação de substitutivo, não obstante terem ocupado os cargos de presidente e relator figuras importantes e operosas da Câmara dos Deputados, que de tão notórias dispensam a declinação de seus nomes.

A simplificação do texto do art. 192, mediante a revogação dos incisos e parágrafos, e a disposição explícita de que a regulamentação poderá ser feita em leis complementares vêm operar no sentido da facilitação da tarefa de regulamentar, porquanto a partir de então a regulamentação poderá ser realizada de forma fracionada, no conteúdo e no tempo, podendo abordar separadamente a disciplina dos diversos mercados que compõem o sistema financeiro.

A primeira questão que emerge dessa discussão é se vale a pena, para a sociedade brasileira e para a expansão do mercado financeiro nacional, desconstitucionalizar os temas constantes dos incisos e parágrafos do art. 192 em troca de uma regulamentação mais fácil do artigo, porquanto há quem perceba na prioridade concedida à aprovação da PEC interesses políticos relacionados à continuidade da atual política monetária e sua projeção para um outro governo a ser eleito em 2002. Convém, entretanto, examinar dois aspectos importantes para se decidir a questão: as conseqüências para o País da não regulamentação do art. 192 e, por outro lado, os benefícios de sua imediata regulamentação, agora viabilizada com as alterações propostas pela PEC.

Em primeiro lugar, há que se atacar a idéia de que o adiamento da regulamentação do art. 192 é neutro, isto é, que tem sido feito sem custos para a economia do País. Na verdade, a permanência de uma legislação desatualizada disciplinando mercados que se modificaram radicalmente na última década, pela criação de novos produtos e pela utilização intensiva dos recursos tecnológicos das comunicações e da informática, a ponto de atingirem alcance global, não pode ser defendida como política de boa administração financeira.

O fato é que a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, apesar de seus inegáveis méritos, já é uma lei ultrapassada, que não provê adequadamente a defesa dos interesses dos cidadãos brasileiros nem municia a autoridade monetária com instrumentos capazes de salvaguardar o sistema financeiro nacional dos riscos inerentes à sua inserção num mercado financeiro globalizado. A emergência de escândalos e quebras de instituições na segunda





metade da década passada, a sustentação de posições de riscos nos mercados de capitais, câmbio e derivativos, e a atuação do Banco Central somente no último instante da crise demonstram que é necessário reforçar as medidas de caráter prudencial e a fiscalização das instituições financeiras.

De igual modo, a disciplina do mercado segurador nacional, emanada do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, já não se coaduna com as técnicas e práticas do seguro no mundo desenvolvido e representa obstáculo à expansão do mercado nacional. A persistência do monopólio do resseguro, malgrado a emenda constitucional que o aboliu, deixa o País numa situação insólita, e constitui prova incontestada do anacronismo da legislação vigente.

A falta da regulamentação do art. 192 tem levado a iniciativas legislativas esparsas e assistemáticas, com a finalidade de superar problemas emergentes e inadiáveis:

- O Fundo Garantidor de Crédito, mecanismo de proteção da economia popular previsto no inciso VI, foi instituído por intermédio de resolução do Conselho Monetário Nacional;
- O Instituto de Resseguros do Brasil – IRB teve suas ações transformadas por intermédio de Medida Provisória, já convertida na Lei nº 9.482, de 13 de agosto de 1997, embora a regulamentação de seu funcionamento estivesse prevista no inciso II;
- Por Medida Provisória, foram também as sociedades seguradoras, de capitalização e as entidades de previdência privada submetidas às disposições da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, e do Decreto-Lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987, que tratam respectivamente dos regimes de intervenção e liquidação extrajudicial e do regime de administração especial temporária, no caso para serem exercidos pela SUSEP;





- A Lei nº 9.932, de 20 de dezembro de 1999, que transfere atribuições do IRB - Brasil Resseguros S.A. para a SUSEP e que, na prática, estatui regras para a abertura do mercado ressegurador nacional encontra-se com sua eficácia suspensa por decisão liminar do Supremo Tribunal Federal, que acolheu Ação Direta de Inconstitucionalidade, considerando que a matéria é reservada pelo art. 192 da Constituição para o tratamento exclusivo por lei complementar.

Além disso, muitos parlamentares apresentaram propostas dirigidas a pontos específicos da regulamentação, de forma que, além dos projetos de lei complementar hoje sob exame da Comissão Especial do Sistema Financeiro, muitas outras proposições encontram-se em tramitação, nas duas Casas do Congresso Nacional, envolvendo temas como sigilo bancário, requisitos para a indicação de diretores do Banco Central, criação de agência de fiscalização de instituições financeiras, entre outros. Sem entrar no mérito de cada uma delas, pensamos que, se bem sucedidas na sua tramitação, estas proposições produzirão uma regulamentação fragmentada e assistemática do sistema financeiro nacional, o que seria indesejável tanto para os operadores do Direito quanto para as instituições financeiras, os cidadãos e os investidores internacionais, uma vez que dificultaria uma visão adequada e inequívoca de seus direitos e obrigações.

Ademais, cabe assinalar que, na ausência da regulamentação própria, o Poder Executivo, para dispor sobre matérias de administração econômica e financeira de interesse do Governo, tem utilizado abusivamente do instrumento da medida provisória e da delegação de competência normativa atribuída ao Conselho Monetário Nacional pela legislação anterior à Constituição de 1988, anulando a eficácia do art. 25 do ADCT e, por conseguinte, reduzindo a participação efetiva do Congresso Nacional na solução das crises do Sistema Financeiro Nacional e na condução do seu processo de modernização. Exemplo eloqüente desse isolamento é o avanço do capital estrangeiro no sistema financeiro nacional, do qual já detém 40% (quarenta por cento) dos ativos, sem que o Parlamento tenha em algum momento se pronunciado sobre a questão.





Fato pouco conhecido mas não menos importante é o julgamento do Mandado de Injunção nº 430/DF, pelo Supremo Tribunal Federal, em 26.05.95, no qual o Congresso Nacional foi reconhecido em mora com a regulamentação do art. 192, § 3º, tendo sido notificado por aquela Corte para tomar as providências no sentido de suprir a omissão.

Por todas essas razões, de natureza jurídica e política, é inconteste a necessidade e a premência de se estatuir uma nova estrutura para o sistema financeiro nacional, mesmo que para tal seja imprescindível modificar o texto do art. 192 da Constituição.

Não há dúvidas que uma regulamentação mais moderna, com a prescrição de regras prudenciais adequadas e a constituição de uma autoridade monetária forte e bem aparelhada, influenciará favoravelmente a preservação de "um ambiente estável, previsível, favorável a menos riscos e à taxa de juros mais baixa", sem o qual, conforme mencionou aqui nesta Comissão o Presidente do Banco Central do Brasil, "não é possível desenvolver-se uma economia". Outro efeito benéfico para nossa economia advirá certamente da reclassificação de risco do Brasil e, conseqüentemente, da redução das taxas de juros cobradas do País pelo mercado financeiro internacional.

Outro aspecto da discussão que nos cabe enfrentar é o receio, manifestado por parlamentares de oposição, de que uma vez aprovada a PEC, desconstitucionalizados os temas constantes do art. 192 e aprovada a regulamentação em leis complementares, haveria desinteresse do Governo pela estruturação geral do sistema financeiro, que passaria a atacar apenas os temas emergentes da administração financeira ou do seu exclusivo interesse político. A preocupação mereceu nossos cuidados. Assim, tendo em vista que a regulamentação envolve matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, procuramos obter das autoridades econômicas do Governo e das lideranças dos partidos da base governista o compromisso com a regulamentação global e com a imediata apresentação dos projetos regulatórios, tão logo seja promulgada a PEC em apreciação. O Sr. Armínio Fraga, Presidente do Banco Central do Brasil, em audiência nesta Comissão, mencionou que, aprovada a PEC, o Poder Executivo teria três projetos prioritários a apresentar à discussão do Congresso Nacional: um para o banco central, um outro abordando questões do mercado de capitais e um terceiro cuidando das liquidações





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

extrajudiciais. Refuto, portanto, as desconfianças levantadas quanto à possibilidade de uma regulamentação fatiada e casuísta.

16846





Com relação às emendas, cabem as seguintes apreciações:

**Emenda nº 1/01:** não há por que estabelecer para os órgãos responsáveis pela fiscalização das instituições do sistema financeiro nacional forma de controle externo diferente da já prevista na Constituição para a Administração Pública em geral. Votamos, portanto, pela rejeição desta emenda.

**Emenda nº 2/01:** De igual modo, não vemos justificativa para elevar a simples alienação de uma instituição financeira ao nível de matérias como organização política e territorial, com a exigência de consulta plebiscitária. A alienação de empresas estatais já é autorizada em lei e a realização de plebiscito não é ato gratuito, podendo o custo de sua realização, inclusive, superar o valor a ser obtido na alienação. Por conseguinte, votamos pela rejeição desta emenda

**Emenda nº 3/01:** pretende incluir na Constituição a criação de comissão mista destinada a apreciar matérias relativas ao sistema financeiro. Ora, a criação de comissões já é matéria de competência do Congresso Nacional e de suas Casas, segundo o art. 58 da Constituição, não havendo razão para sua disposição no texto constitucional. Votamos, então, pela rejeição desta emenda.

**Emenda nº 4/01:** também preconiza que a alienação do controle acionário de instituição financeira pública seja previamente autorizada por lei específica, vedada a regulamentação por medida provisória. A alienação de empresas estatais depende de autorização legislativa e, ao ser objeto de emenda constitucional, as matérias constantes do art. 192 passam a se enquadrar entre as previstas no art. 246, que veda a utilização de medida provisória na regulamentação de artigo da Constituição cuja redação tenha sido alterada por emenda promulgada a partir de 1995. É desnecessária a emenda, razão pela qual votamos por sua rejeição.

**Emenda nº 5/01:** introduz a exigência de autorização do Congresso Nacional, por maioria absoluta, para a instalação, no País, de novas agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior ou para o aumento do percentual de participação do capital estrangeiro se não resultarem de acordos internacionais ou de reciprocidade. Entretanto, o art. 47 da Constituição determina que salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a





maioria absoluta de seus membros. Assim, não cabe contrariar em disposição constitucional transitória o disposto no texto constitucional permanente, motivo pelo qual votamos pela rejeição desta emenda.

Com relação ainda ao inciso V do art. 163, é importante destacar que sua redação sempre foi motivo de estranheza, porquanto transparecia contraditória com o inciso IV do art. 192, que trata das atribuições do banco central, evidenciando uma concorrência de regulamentações sobre a mesma matéria. A mudança proposta na PEC recoloca o art. 163 dentro de seu escopo inicial de referir-se especificamente ao contexto das finanças públicas. Não há também por que temer que a nova redação dada ao inciso seja motivo para o tratamento da fiscalização de instituições financeiras em medida provisória ou em lei ordinária apartada da regulamentação do banco central, porquanto não há como dispor coerentemente sobre competências de banco central sem tratar da supervisão das instituições financeiras e das atividades relacionadas com o risco sistêmico. O próprio Presidente do Banco Central do Brasil, em audiência nesta Comissão, discutiu o assunto nos seguintes termos: "na minha visão, os temas de natureza sistêmica ou prudencial pertencem à esfera do Banco Central, enquanto os temas ligados ao consumidor de produtos financeiros, à proteção do acionista pertencem à esfera de outra agência".

Finalmente, quanto à mudança de redação proposta para o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sendo de mera adequação às mudanças previstas para o art. 192, cremos que dispensa outros comentários além dos já expedidos no Relatório.

Diante do exposto, votamos pela admissibilidade das Emendas nº 1/01, 2/01, 3/01, 4/01 e 5/01 apresentadas nesta Comissão Especial, e, no mérito, pela rejeição de todas as emendas e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 1999.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2001.

  
Deputado Rubem Medina  
Relator





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53-A, DE 1999, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O INCISO V DO ARTIGO 163 E O ARTIGO 192 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E O CAPUT DO ART. 52 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS". (SISTEMA FINANCEIRO)

### PARECER DA COMISSÃO

A Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 53-A/1999, que altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o *caput* do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em reunião realizada hoje, opinou, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 53/A, de 1999, pela admissibilidade das emendas nºs 1/01, 2/01, 3/03, 4/01 e 5/01 apresentadas na Comissão Especial, e, no mérito, pela rejeição de todas as emendas, contra os votos dos Deputados Aloizio Mercadante, Orlando Desconsi, Ricardo Berzoini, Pedro Eugênio, Salomão Gurgel e Milton Temer. Apresentou voto em separado o Deputado Pedro Eugênio. Foram rejeitados os destaques nºs 01/01, 02/01, 03/01, 04/01 e 05/01.

Participaram da votação nominal os Deputados Antonio Kandir, Danilo de Castro, Edir Oliveira, Manoel Salviano, Murilo Domingos, Yeda Crusius, Marcos Cintra, Paes Landim, Pedro Bittencourt, Raimundo Santos, Rubem Medina, Armando Monteiro, Benito Gama, Paulo Lima, Aloizio Mercadante, Orlando Desconsi, Ricardo Berzoini, Delfim Netto, Enivaldo Ribeiro, Fetter Júnior, Pedro Eugênio, Salomão Gurgel, Milton Temer, Antonio Cambraia e Xico Graziano.

Sala da Comissão, em 08 de agosto de 2001

  
Deputado MAX ROSENMANN  
Presidente

  
Deputado RUBEM MEDINA  
Relator





## **PEC 53-A, de 1999**

(do Senado Federal)

Altera o inciso V do art. 163 d o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

### **Voto em Separado**

### **I - RELATÓRIO**

A PEC 53, de autoria do Senado Federal, destina-se a abrir o caminho para uma reforma do sistema financeiro através da virtual revogação do Art. 192 da Constituição Federal, que dispõe sobre a estrutura e critérios de funcionamento do Sistema Financeiro Nacional (SFN). O governo visa, assim, a efetivar mudanças no SFN através de um somatório de Leis Complementares diversas, que serão introduzidas em pequenas parcelas e coexistirão com leis antigas e defasadas, costurando uma colcha de retalhos cujo resultado final pode vir a ser um sistema financeiro caótico.

O SFN sofreu sua última revisão no período 1964 a 1967 e, dado o progresso inovativo desse setor, assim como a inserção do País, nesta última década, no processo de globalização – especialmente a globalização das finanças, uma reforma financeira era justa e necessária.

Porém, através da revogação de todos os princípios e objetivos básicos que devem nortear as leis que regem o SFN – através da revogação dos incisos I a VII, o governo elimina discussões e decisões, pelo Congresso Nacional e a sociedade brasileira, sobre importantes mudanças estruturais na economia brasileira e mundial assim como sobre qual o novo modelo de crescimento econômico e inserção na economia mundial, que o País deve adotar.

É consensual que um SFN desenvolvido é essencial para reduzir a taxa de juros, financiar as exportações, incentivar o investimento em capacidade produtiva, e reduzir a





dependência no capital externo. Mas tal nível de desenvolvimento não ocorrerá sem que se leve em conta o sistema financeiro como um todo, aplicando-lhe princípios norteadores que garantam tanto a inserção soberana no País no processo de globalização financeira quanto a subordinação do desenvolvimento financeiro ao desenvolvimento econômico e social do País.

## II – VOTO

### Art. 192, *caput*

Com a modificação do *caput* do Art. 192 que passa a ter a redação “...o sistema financeiro será regulado em *leis complementares*...”, a PEC 53 introduz a possibilidade de uma maior parte do setor financeiro ser ou não regulada. Poderemos ter apenas alguns aspectos submetidos à regulamentação, mas outros não, transformando toda a legislação que rege o sistema financeiro em uma colcha de retalhos.

Porém, a globalização financeira – processo no qual o Brasil, enquanto mercado emergente, se inseriu – gerou mudanças importantes nos sistemas financeiros nacional e internacional que precisam ser levados em conta para estabelecer uma estratégia de desenvolvimento financeiro sustentável. Entre as mudanças introduzidas pela globalização financeira, está o rápido desenvolvimento do mercado de derivativos e da engenharia financeira, que permitem às instituições financeiras de esconder suas perdas, e aumentar seus riscos e sua alavancagem, pondo em risco o sistema financeiro se não forem controladas. Também aumentou o acesso de bancos domésticos ao mercado internacional de capitais, ajudado pelo fato de que o mercado doméstico não é líquido ou desenvolvido, aumentando seu risco cambial. Assim, mercados de derivativos, mercados de moeda e de ações (onde as firmas buscam capital para fazer frente às exigências impostas pela adoção do acordo da Basiléia e pelo Banco Central) e o sistema bancário não podem ser regulados independentemente, e a legislação deve ser coerente entre si sendo, portanto, importante que sejam introduzidas em conjunto.

### Incisos I e II

A principal justificativa para a revogação dos incisos do Art. 192 da Constituição Federal é a de que a regulação e reestruturação dos mercados financeiros já está





sendo feita de forma eficiente pelo Banco Central. Que, de fato, os princípios gerais da atividade econômica, constantes no Art. 170, são suficientes. Ambos os argumentos são falaciosos. As mudanças sendo introduzidas pelo Banco Central para modificar e modernizar o SFN não levam em conta os problemas e características específicos aos países emergentes, se contentando em importar critérios testados e aperfeiçoados para países desenvolvidos.

Com a **revogação dos incisos I e II** do Art. 192, que determinam que lei complementar disporá sobre a autorização para o funcionamento de instituições financeiras nacionais e internacionais, respectivamente, a PEC retira um dos principais objetivos de qualquer lei complementar regendo o sistema financeiro: o de autorização para o funcionamento de instituições financeiras, bancos e estabelecimentos de seguro. Mercados financeiros, e especialmente os bancos (que dominam o sistema financeiro brasileiro) têm características próprias que os distinguem do resto da economia; entre elas, que eles captam depósitos à vista e poupança de um número enorme de pequenos clientes que não tomam conhecimento de como o banco está aplicando estes recursos – a chamada assimetria de informação – e que devem portanto ser protegidos de fraude, má administração e risco excessivo. Por serem inerentemente ilíquidos, e dada a possibilidade de corridas contra um ou poucos bancos se tornarem crises financeiras, a confiança nas instituições que compõem o sistema é de extrema importância ao seu bom funcionamento. Para haver confiança, deve haver, antes, o aval de uma instituição governamental (o Banco Central) para seu funcionamento.

### **Inciso III**

O **inciso III**, que dispõe sobre a participação do capital estrangeiro no SFN, foi incluído na nova redação dada ao *caput* do Art. 192. Porém, com a revogação dos itens *a* e *b*, que submete esta participação aos interesses nacionais e aos acordos internacionais, perde-se um princípio norteador de como deve se dar a inserção do país no processo de globalização financeira – isto é, de maneira soberana.

Bancos brasileiros tendem a acessar mercados de capitais internacionais, dada a pouca liquidez dos mercados nacionais. Assim, estão sujeitos a um alto risco cambial. A volatilidade macroeconômica excessiva de economias em desenvolvimento, com





oscilações de câmbio, juros, e preços, podem quebrar até uma instituição financeira sã (ou a firma a quem esta instituição emprestou dinheiro).

Existe, ainda, a dificuldade de coordenação de critérios de regulação entre países, no caso de bancos multinacionais. Eles em geral são menos controlados pela autoridades financeiras locais, mas têm maior incentivo para tomar riscos maiores no mercado doméstico. Apesar de possuir uma capacidade técnica maior para a gestão de riscos, em geral tal capacidade encontra-se na matriz, enquanto informações sobre risco que são utilizados pelos técnicos, encontram-se em mãos de gerentes locais, com pouca comunicação entre eles.

#### **Incisos IV e V**

Bancos Centrais enquanto reguladores do sistema financeiro e responsáveis pela execução da política monetária, têm poder para afetar tanto os resultados de firmas financeiras quanto o bem-estar social do país. Por isso, sua prestação de contas à sociedade é muito importante. Em sociedades democráticas a prestação de contas pelo Banco Central pode tomar quatro formas (não-exclusivas): (1) prestação de contas ao mercado; (2) prestação de contas à própria indústria financeira; (3) prestação de contas ao Judiciário pela legalidade de suas ações e decisões; e (4) prestação de contas ao Legislativo.

Os constituintes de 1988 decidiram, de um lado, por um aumento da autonomia do BC e, de outro, por um maior controle deste pelo Legislativo. Além da revogação da Lei 4.595 de 1964 e da extinção do Conselho Monetário Nacional, previram um novo arranjo institucional para o Banco Central e para o sistema financeiro, a ser regulamentado depois – o que não ocorreu.

Os **incisos IV e V**, que dispõem sobre a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central, assim como os requisitos para a designação de membros de sua diretoria, também são revogados pela PEC 53. Ora, para haver transparência na prestação de contas pelo presidente e diretores não-eleitos do Banco Central assim como um maior controle deste pelo Legislativo eleito, é necessário que suas responsabilidades e atribuições sejam claramente determinadas pela Constituição. Para haver equilíbrio nas relações entre o Banco Central, o Executivo e o Legislativo, é





necessário determinar, na Constituição, (1) os objetivos do Banco Central, (2) a transparência e (3) o detentor da responsabilidade final pelas decisões de política monetária. A Lei de Responsabilidade Monetária que encontra-se em elaboração no Executivo não é suficiente para determinar essas questões, já que se refere apenas ao Banco Central.

### **Inciso VII**

O desenvolvimento de um sistema financeiro eficiente e forte é de suprema importância para a retomada do desenvolvimento econômico sustentável e estável, após duas décadas de estagnação, pontuadas por crises financeiras e de dívida externa. Em outras palavras: o desenvolvimento e a estabilidade do sistema financeiro não são fins por si só, mas são um meio de se atingir um crescimento econômico com equidade.

Se não houver desenvolvimento global do SFN, então as maiores empresas e os maiores investidores internacionais simplesmente utilizarão a liberalização do sistema financeiro para captar crédito para investimentos, e investir, em mercados de capitais estrangeiros. Isto causará uma maior divisão e desigualdade no País, já que as pequenas empresas nacionais e regionais não terão acesso a crédito para se estabelecer, crescer e criar empregos. A desigualdade social e a concentração de renda tenderão a se agravar, assim como as desigualdades regionais, ameaçando o crescimento econômico sustentável do País.

A revogação do **inciso VII**, que estipula que a legislação reguladora do SFN deve estabelecer critérios restritivos da transferência de poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento, deve causar um grande fluxo de capitais de regiões menos desenvolvidas do país, como o Norte e Nordeste, para regiões de maior concentração de indústrias e serviços, como o Sul e o Sudeste. Ora, o processo de globalização é, por sua própria natureza, um processo de concentração de rendas – tanto entre países, como entre regiões. Tanto países quanto regiões de países de renda alta, inseridos no processo de globalização e voltados para o setor externo, tendem a ganhar ainda mais com a globalização, enquanto países e regiões pobres, excluídos do processo, só tendem a perder.





## Princípios Gerais

Riscos fazem parte integrante do negócio dos bancos, e há uma troca entre baixo risco e aumento no nível de crédito para investimento e crescimento econômico. Bancos excessivamente restritos em suas atividades pelo agente regulador, em um ambiente macroeconômico que já é volátil, tenderão a financiar cada vez menos investimentos produtivos de longo prazo, ou aqueles que criam empregos e aumentem a renda nacional (por exemplo, empresários empreendedores que buscam financiamento para pequenas empresas – que são as que criam o maior volume de emprego com o menor volume de crédito – não seriam financiados em tal ambiente).

Assim, a constituição precisa determinar princípios gerais para o funcionamento do sistema financeiro: Qual a proporcionalidade que quer se dar ao sistema – isto é, qual a importância relativa entre regulação (benefício da segurança) e fornecimento de crédito (benefício do crescimento econômico)? Qual deve ser o papel, no futuro, dos antigos bancos de desenvolvimento (que não podem se adequar aos novos critérios de regulação do BC e aplicar recursos em atividades menos produtivas mas importantes socialmente ao mesmo tempo)? Qual o papel das cooperativas de crédito (notoriamente bem menos líquidas e de maior risco que bancos) para fornecer micro-crédito às comunidades e projetos menores e menos lucrativos, ignorados pelos bancos? Qual deve ser a estrutura institucional da regulação financeira?

Em resumo, os argumentos de que: a reforma do Sistema Financeiro Nacional pode ser feita em partes, através de várias leis complementares; as mudanças já introduzidas ao sistema são suficientes; e que os princípios norteadores já existem no Art. 170 da CF, são falaciosos. Primeiro, porque não levam em conta características específicas do sistema financeiro, e aquelas específicas a mercados emergentes. Segundo, não consideram a inserção da economia nacional no processo de globalização financeira exige um projeto de reforma financeira mais ampla, com uma estratégia mais clara. Por último, ignoram, de maneira implícita, princípios importantes como a proporcionalidade da regulação e a estrutura institucional da regulação financeira -- e, portanto, ignoram o papel do Judiciário e do Executivo na reforma e na regulação do sistema financeiro brasileiro.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Por isso, somos pela rejeição da PEC nº 53/99 nos termos dos argumentos expendidos.

Sala das Reuniões, 7 de Agosto de 2001

Assinatura manuscrita de Pedro Eugênio, feita com uma caneta escura, apresentando traços fluidos e uma longa horizontal final.

Deputado PEDRO EUGÊNIO

PPS/PE